

OLAVO DE CARVALHO

A inversão revolucionária em ação

Cartas de um Terráqueo ao Planeta Brasil

VOLUME IV



VIDE EDITORIAL

OLAVO DE CARVALHO

*A inversão
revolucionária
em ação*

Cartas de um Terráqueo ao Planeta Brasil

VOLUME IV



VIDE EDITORIAL

Sumário

Capa
Folha de Rosto
Nota do editor
Monstruosa e abrangente estratégia
A alma americana debilitada
Chega de discussão
PT, o partido dos ricos
Digitais do Foro de São Paulo
Gilez, ou: A solução do enigma
O cume do progresso humano
Entre sorrisos
Afinal, lutamos contra quem?
Delicadeza letal
Boicotando um herói nacional
Perdendo a guerra cultural
Poligamia na Grã-Bretanha
A fórmula da pobreza
Contando cadáveres
Alma de crocodilo
A internacionalização do engodo
Engenharia da confusão
O fim de um petista americano
Comparação
Leitura indispensável
A história do mundo para crianças
O nacionalismo contra a nação
Ignorância mútua
Demonstração de autoridade
Relembrando o irrelebrável
Ocupando espaços
Cuidado com os analistas políticos
Astúcias de Chapolin
A consciência da consciência
Confusão e erro
Travessia perigosa
Touraine, por qué no te callas?
A escória do mundo

Aritmética do engodo
Momento de veracidade
Errando e aprendendo
Blefe retórico
Uma nova fachada do Foro de São Paulo
O queridinho da elite global
Contradições do laicismo
A dupla face do etanol
Avaliando George W. Bush
Avançando para a ruína
Um capítulo de memórias
Nas origens do morticínio
É proibido parar de mentir
Quem nos governa, afinal?
Hegemonia
Ainda a hegemonia
A fórmula da felicidade
Que é que tem de mais?
Morrendo pela boca
Falsificação endêmica
A inversão revolucionária em ação
Decapitados e decapitadores
Estupro psicológico estatal
Arte e revolução
O mundo de hoje na linguagem de ontem
Abandono intelectual
Falando às pedras
Forçando as analogias
Da estupidez auto-infligida
Mentira temível
Fugindo à luta
A opção pela farsa
Nós quem, cara pálida?
Psicose lingüística
O filósofo predileto dos incapazes
Checando biografias
Radiografia do caso Obama
Salvando a mentira
Palpiteiros
A próxima crise americana
Obama foge do processo
Burrice indescritível
Um blefe descomunal
1968 reencarnado
Breve lição de sociologia

Má pessoa e mau presságio

Fora da lei

O candidato do medo

Mais mistério

Segredos e mentiras sem fim

Mudando o mundo

A mentira global

Uma lição de Hegel

Conjeturas e fatos

O surrealismo no poder

Meditação do Dia de Ação de Graças

A elite que virou massa

Os palhaços

Andando na lua

Os vilões de sempre

URSS, a mãe do nazismo

A encrenca mal começou

Ordem e desordem

A diplomacia das sombras

A arma da pseudociência

Esvaziando a democracia

Créditos

Sobre a obra

Nota do editor

Chega, enfim, mais um volume das *Cartas* de Olavo de Carvalho ao planeta Brasil. O leitor encontrará aqui o conjunto dos editoriais e artigos do autor enviados para o *Diário do Comércio* no ano de 2008. Durante aquele período, alguns fatos provocaram uma mudança na militância jornalística do filósofo e deixaram esse quarto volume das *Cartas* ligeiramente diferente dos anteriores. O leitor encontrará diferenças de ordem formal e material.

Em primeiro lugar, convém relembrar que naquele ano a coluna semanal do autor no *Diário* foi dividida em duas. Agora, no lugar dos artigos de página inteira, provavelmente os últimos da imprensa brasileira, Olavo de Carvalho teve que espremer suas análises em duas colunas semanais que, somadas, não chegavam a ter a mesma extensão dos artigos anteriores. A falta de espaço obrigou o autor a adotar uma escrita ainda mais concisa, a lançar mão de argumentos ainda mais compactados, substituir longas descrições por imagens sucintas e espalhar *links* por todos os textos, remetendo o leitor a outras leituras, na esperança de que ele pudesse fazer por si mesmo o caminho inverso feito pelo autor, descompactando e analisando aquilo ao que o articulista, por brevidade, apenas aludia. O aumento do número de artigos, portanto, foi acompanhado da diminuição da extensão de cada um deles.

O leitor atento perceberá também a ligeira mudança na matéria dos artigos. No ano em que essas *Cartas* foram enviadas ao nosso país, o mundo assistiu à eleição de um misterioso, desconhecido e despreparado Barak Hussein Obama para a presidência dos EUA. Os meses que antecederam a eleição foram marcados por uma chuva de denúncias contra o candidato democrata, acompanhada de uma porção de indícios e provas que apontavam para sua inelegibilidade. Enquanto a tensão política crescia nos EUA e o debate em torno da estranha figura de Obama se acirrava, a imprensa mundial, e obviamente a brasileira, silenciava-se sobre o assunto e transmitia ao público a imagem de normalidade. Quando um pedacinho de informação vazava e a imagem de normalidade do pleito ficava abalada, a imprensa nacional servilmente repetia o chavão e atribuía tudo a denúncias descabidas de racistas sulistas e dos ultra-conservadores do *Tea Party*. Em todo o mundo, a imprensa estava apaixonada por Obama e cega para as graves questões que envolviam sua candidatura. O único jornalista brasileiro a quebrar o círculo de silêncio foi Olavo de Carvalho, o desmancha prazeres. Ele trouxe aos seus leitores informações e fatos que não encontraríamos em nenhum outro veículo de mídia brasileiro. Graças a ele, ficamos sabendo quem é Barak Obama, ou melhor, da impossibilidade de saber quem ele realmente é. A importância dada pelo autor ao tema se traduz no volume de artigos dedicados às eleições presidenciais de 2008, que formam a maior parte deste livro.

Mas o leitor também encontrará as magistrais aulas de ciência política travestidas de artigos jornalísticos, as meditações filosóficas, os comentários sobre a política local, as análises da cultura brasileira, enfim, aquela miríade de assuntos tratados com inteligência, humor e erudição que são a marca do autor das *Cartas*.

Boa leitura.

Monstruosa e abrangente estratégia

UM ARTIGO DA *TRIBUNA DA IMPRENSA*, significativamente reproduzido no *site* do Ministério da Ciência e Tecnologia[1] informa que um acordo militar entre Brasil e Venezuela já vem sendo negociado sigilosamente desde há um ano e meio. Segundo o articulista, Carlos Newton, o acordo parece ter sido inspirado pelo desejo de “proteger a Amazônia” contra os riscos iminentes representados pela Declaração dos Povos Indígenas, assinada em setembro de 2006, bem como por um suposto plano do governo britânico, denunciado pelo *Daily Telegraph* um mês depois e ecoado com grande alarde pela *Folha de São Paulo* em 10 de outubro daquele ano, que visava à completa privatização da Amazônia para evitar o desmatamento e combater as emissões de gases-estufa. Comentando a matéria da *Folha*, o site esquerdista www.outraglobalizacao.blogspot.com alertava que a proposta inglesa podia ser “apenas a ponta de um *iceberg*”. Na verdade, ela encobriria um plano maligno para manter a hegemonia dos EUA mediante mudanças na matriz energética mundial.

As premissas implícitas das interpretações apresentadas nessas matérias são as seguintes:

- 1) O esquema globalista ecológico-indigenista é um instrumento a serviço dos EUA.
- 2) A esquerda latino-americana, personificada no caso pelos governos do Brasil e da Venezuela, é o baluarte da resistência patriótica ao esquema globalista.

Ambas essas premissas são comprovadamente falsas. De um lado, o conflito aberto entre o interesse nacional americano e as ambições globalistas são hoje o tema essencial de preocupação nos círculos conservadores americanos (a leitura do livro de Jerome Corsi, *The Late Great USA*, WND Books, 2007, e consultas periódicas ao *site* www.sovereignty.net bastariam para tirar qualquer dúvida quanto a esse ponto). De outro lado, o governo petista e a esquerda nacional como um todo têm se notabilizado pela sua extrema subserviência às exigências do globalismo ecológico e indigenista.[2] O pacto militar Lula-Chávez – materialização final de um eixo cuja existência a esquerda nacional inteira negava como “invencionice imperialista”[3] – não se destina às finalidades que alega, mas apenas a prestar serviço ao globalismo, usando as forças militares nacionais como instrumento para a política anti-americana que é o item principal do cardápio globalista. Complementando magistralmente o lance, o Sistema Nacional de Mobilização (Sinamob) acena às Forças Armadas com a possibilidade de aumentos substanciais do orçamento militar à custa de desapropriações maciças que ameaçam transformar o país, do dia para a noite, em uma república socialista.

Trata-se, evidentemente, de um plano integrado, abrangente e complexo, destinado a alcançar em breve tempo, e todos de uma vez, vários objetivos da revolução latino-americana:

- 1) Unificar militarmente Brasil e Venezuela.
- 2) Colocar as Forças Armadas nacionais a serviço da revolução continental.
- 3) Fortalecer o esquema globalista mediante a debilitação do seu principal adversário, o poder nacional americano.
- 4) Transformar legalmente a propriedade privada em concessão provisória do Estado, revogável ao menor sinal de ameaça à “segurança nacional”.

Ignorando tudo dessa monstruosa iniciativa estratégica, muitos dos nossos liberais e conservadores preferem continuar com seus ataques minimalistas a detalhes fiscais e administrativos do governo petista, e acham que são temíveis.

11 de janeiro de 2008

Ver “Países da Amazônia tentam se unir”, em <http://agenciact.mct.gov.br/index.php/content/view/46968.html>.

Ver, por exemplo, meu artigo “Os amigos da onça”, publicado no terceiro volume desta série, *A fórmula para enlouquecer o mundo*, Campinas, SP: VIDE Editorial, 2014 415-418.

Ver meu artigo “Desculpe, Dr. Menges”, em <http://www.olavodecarvalho.org/semana/040717globo.htm>.

A alma americana debilitada

O DISCURSO DOMINANTE NA GRANDE MÍDIA, no *show business* e nas universidades dos EUA é hoje tão francamente anti-americano que só em detalhes de estilo – se tanto – é possível distingui-lo das campanhas de difamação empreendidas pela URSS nos anos 50 e 60. A elite americana gaba-se de ter vencido a Guerra Fria, mas parece que foi psicologicamente dominada pelo inimigo perdedor e acabou acreditando em tudo o que ele dizia contra ela. A vingança póstuma dos soviéticos brilha nas páginas do *New York Times*, no horário nobre da CBS e nos filmes de Michael Moore e George Clooney com um esplendor que nem Willi Münzenberg, o gênio da desinformação comunista, jamais teria ousado sonhar.

O que quer que se diga contra o governo americano, contra os militares americanos, contra a cultura americana parece hoje gozar de credibilidade automática, além de poder ser gritado desde o alto dos telhados sem o menor temor de uma resposta exasperada, ao passo que toda palavra pró-americana tem de vir cercada de precauções politicamente corretas, por medo de represálias infalíveis e ruidosas, se não de um processo judicial. Acompanhar o debate político americano é confirmar diariamente o sentido profético do verso de William Butler Yeats: “*The best lack all conviction, while the worst are full of passionate intensity*”. Algo mudou radicalmente no coração da América na segunda metade do século XX, e mudou exatamente no sentido em que os mais odientos inimigos do país teriam desejado que mudasse.

Como isso foi possível? Os agentes da mudança querem fazer-nos crer que foi tudo um processo espontâneo, natural e inevitável, dando ao curso da transformação a autoridade de uma lei histórica impessoal que só a tacanhice reacionária ousaria contestar. Mas há tempos já compreendi que leis históricas impessoais são quase sempre mera camuflagem de ações humanas que desejariam passar despercebidas para que seus efeitos se recubram de uma aura de mistério divino.

A mudança que debilitou a alma americana foi precipitada por três grandes e bem sucedidas operações de desinformação que, por serem lançadas desde Washington e não desde Moscou, conseguiram enganar a nação inteira e forjar um novo “senso comum” (no sentido gramsciano do termo) a cuja influência nem os mais conservadores e patriotas escapam por inteiro. Nas três ocasiões as mentiras cuidadosamente elaboradas pelo próprio governo para lançar sobre os EUA a culpa pelas ações maliciosas de seus inimigos não só se tornaram verdade oficial, até hoje repetida uniformemente pela mídia e pelo sistema de ensino, mas se propagaram pelo mundo, criando a imagem monstruosamente deformada que hoje alimenta e legitima o ódio anti-americano por toda parte. Pode parecer absurdo que governantes escolham acumpliciar-se à difamação do seu próprio país para evitar problemas com a URSS ou para salvar sua própria imagem eleitoral, mas foi exatamente isso o que fizeram três presidentes americanos, dois dos quais, por ironia, são apresentados pela retórica esquerdista como personificações exemplares do anticomunismo e do “imperialismo ianque”.

As três operações foram concebidas nas altas esferas do Partido Democrata, mas pelo menos uma delas com intensa colaboração republicana. Três livros recentemente publicados, um dos quais já comentei aqui e o outro mencionei de passagem,[4] revelam por fim o que se passou por trás do palco nessas ocasiões, as incríveis maquinações de políticos e jornalistas que por interesses imediatistas não hesitaram em favorecer o inimigo e legar às gerações seguintes um país cada vez mais enfraquecido moralmente.

O primeiro desses episódios foi a operação montada pela administração Harry Truman – e prosseguida fielmente por Eisenhower – para negar ou dissimular a presença maciça de agentes soviéticos em altos postos do governo americano, especialmente no Departamento de Estado, bem como em funções técnicas e administrativas onde tinham acesso a informações secretas de natureza militar.

A história é contada com detalhes e extensa documentação por M. Stanton Evans em *Blacklisted by History*: [5] *The Untold Story of Senator Joseph McCarthy and his Fight Against America 's Enemies*. Enquanto vocês não lêem o livro, podem ouvir um bom resumo feito pelo autor na *Heritage Foundation*, com comentário de Herbert Rommerstein, ele próprio responsável por importantes pesquisas sobre a infiltração soviética nos EUA.[6]

Para fazer uma idéia dos riscos estratégicos envolvidos na situação, basta saber que praticamente toda a orientação da política norte-americana na China durante a revolução comunista foi decidida com base em relatórios forjados por agentes soviéticos infiltrados no serviço diplomático americano em Beijing. Mediante falsificações prodigiosas, esses agentes

conseguiram persuadir o governo de Washington a sonegar ajuda a seu aliado Chiang Kai-Chek e a apoiar as tropas comunistas de Mao Dzedong, que sem isso jamais teriam conseguido derrubar o governo chinês e instaurar a mais sangrenta das ditaduras genocidas que o mundo já conheceu. O embaixador americano Patrick Hurley percebeu a trama e avisou Washington em tempo, mas suas mensagens foram desprezadas. Sentindo-se insultado, Hurley pediu demissão, sendo substituído pelo general George Marshall, que acreditava naqueles relatórios como se fossem evangelhos revelados. Marshall não era pró-comunista, evidentemente, mas se o seu procedimento no caso não foi um exemplo claro daquilo que Eric Voegelin chamava de “estupidez criminosa”, não sei o que mais possa se enquadrar nessa classificação. Após o recorde genocida de 70 milhões de pessoas, o governo chinês, acumulando bombas atômicas com o dinheiro que lhe é facultado generosamente pelos investidores americanos, é hoje o maior risco de segurança para os EUA.

Alertado sobre esse e outros inumeráveis casos de infiltração soviética, o governo Truman optou por bater no carteiro, fazendo tudo para dar a impressão de que o único perigo sério para a América era o anticomunismo, especialmente o do Senador Joe McCarthy, cuja imagem demonizada ainda permanece viva na memória mundial. Para obter esse resultado, a tropa-de-choque de Harry Truman não hesitou em dar sumiço a documentos essenciais que, só agora revelados, mostram que em substância todas as acusações lançadas por McCarthy eram verdadeiras e até modestas, em comparação com as dimensões reais do problema. Além de sonegar provas e proteger-se por trás de testemunhos falsos, o governo Truman, em vez de afastar os suspeitos, preferiu apadrinhar suas carreiras, permitindo que subissem na hierarquia e continuassem prestando serviços à ditadura soviética com dinheiro dos contribuintes americanos.

Toda uma cultura de antimacartismo que se espalhou pelos livros didáticos, pelo cinema e pelo jornalismo teve origem nesse empreendimento de falsificação proposital. As conseqüências disso prolongam-se até hoje, fazendo com que os americanos, arrependidos de pecados que jamais cometeram contra os comunistas, sintam mais pavor ante a possibilidade de um “retorno à era McCarthy” do que ante a de um ataque conjugado de generais chineses e radicais islâmicos.

O segundo episódio da série veio quando Lee Harvey Oswald matou o presidente John F. Kennedy em 22 de novembro de 1963. Tanto na Casa Branca quanto na CIA ou no FBI, todo mundo sabia que Oswald era um comunista fanático e que seu intuito ao atirar em Kennedy fôra o de frustrar qualquer iniciativa americana contra a ditadura de Fidel Castro. Aterrorizado ante a perspectiva de que uma explosão nacional de revolta anticomunista respingasse sobre o Partido Democrata, reavivando suspeitas do tempo de Harry Truman, o presidente Lyndon Johnson fez o que podia para que a comissão Warren desviasse as atenções desse ponto sensível, explicando o crime de Oswald não como resultado de suas convicções ideológicas, mas de motivações genéricas como instabilidade emocional, problemas de família, etc. Por incrível que pareça, a comissão consentiu em analisar o mais famoso homicídio político do século XX sem falar em política. Vindo em socorro do presidente, a mídia chique e os intelectuais iluminados produziram então uma caudalosa literatura de pretensões pseudo-sociológicas, que lançava a culpa do delito sobre a “cultura americana de violência” e outras generalidades ocas que, no acerto final, eram debitadas na conta dos conservadores. O discurso anti-americanista da *New Left*, que então começava a ganhar algum destaque, recebeu assim um poderoso apoio vindo do próprio governo de Washington contra o qual ele voltava a sua histórica eloquência. Esse discurso acabou por se incorporar no “senso comum”, ao ponto de que hoje é repetido rotineiramente pela grande mídia sem que ninguém note nisso nada de estranho. O livro que descreve essa imensa mutação psicológica que nasceu nas altas esferas de Washington e se propagou por toda a cultura americana é *Camelot and the Cultural Revolution. How the Assassination of John F. Kennedy Shattered American Liberalism*, de James Piereson.[7]

O mais irônico em tudo isso é que, se Lee Oswald, convertido ao comunismo desde a adolescência, não podia de maneira alguma ser considerado representativo das correntes reacionárias supostamente responsáveis pela “violência americana” que o teria induzido ao homicídio, muito menos poderia sê-lo o fanático palestino Sirhan Bishara Sirhan, que em 1968 assassinou o irmão do ex-presidente, Robert Kennedy. Não por coincidência, hoje sabemos que a Autoridade Palestina de Yasser Arafat foi de cabo a rabo uma criação da KGB,[8] mas, na época, a incansável fábrica de mitos da elite esquerdista conseguiu fazer que dois crimes praticados por agentes pró-comunistas contra dois políticos notoriamente anticomunistas parecessem obras da “direita reacionária”, e que essa versão rigorosamente invertida da realidade se incorporasse à psique americana tão profundamente que será preciso muitas décadas para desarraigá-la, se ainda for possível.

A terceira grande mentira, também definitivamente incorporada aos rituais do masoquismo pseudo-moralista da América contra si mesma, foi igualmente obra de Lyndon Johnson. Após ter dificultado por todos os meios possíveis a ação das tropas americanas no Vietnã, Johnson tirou a conclusão lógica da sua própria estratégia, transfigurando a vitória em derrota. Em 31 de janeiro de 1968, o exército norte-vietnamita de Ho Chi-Minh lançou uma grande ofensiva contra os americanos e sul-vietnamitas. A idéia era ocupar de uma vez todas as cidades do Vietnã do Sul, a começar pela capital, Saigon, preparando um levante geral com o auxílio dos guerrilheiros vietcongues. Militarmente, a ofensiva foi um fracasso monumental. Os comunistas perderam em poucos dias cinquenta mil soldados e todos os objetivos que haviam conquistado. Mesmo o famoso ataque à embaixada americana em Saigon foi um fiasco: nem um único vietcongue conseguiu entrar no edifício - todos

morreram na porta. Como, no entanto, o exército americano, procedendo segundo a norma de praxe nessas ocasiões, retirasse velozmente os funcionários civis por meio de helicópteros colocados no topo da embaixada, as imagens da retirada foram exibidas pela TV americana como provas de pânico geral e indício certo da derrota iminente do Vietnã do Sul. Quando o presidente Johnson viu essas cenas assim interpretadas pelo veterano comentarista de TV Walter Cronkite, ponderou: “Se perdi o Cronkite, perdi a nação”. O comandante norte-vietnamita, general Giap, deu-lhe toda a razão, ao admitir que sua principal arma contra o Vietnã do Sul tinha sido a mídia americana. Endossando a lenda da derrota americana, Johnson impôs a seu país uma humilhação que a mídia elegante e a intelectualidade tagarela não cessaram de celebrar desde então como um castigo justo imposto ao povo reacionário, fanático e violento que perseguira inocentes na era McCarthy e assassinara dois Kennedys...

Só agora, com o primeiro volume do livro consagrado pelo historiador Mark Moyar à guerra do Vietnã, a realidade da vitória artificialmente travestida em derrota começa a aparecer. Leiam *Triumph Forsaken. The Vietnam War 1954-1964*. [9]

Nenhum outro país do mundo teve tantos traidores por milha quadrada quanto os EUA. Toda a mitologia anti-americana que circula no mundo originou-se em Washington e Nova York - com nada mais que leves empurrões iniciais da KGB. Como os EUA conseguiram sobreviver a tão graves mentiras lançadas contra o país por seus próprios governantes e por seus mais destacados líderes intelectuais, eis algo que só pode ser explicado pela obstinada permanência residual do apego popular às tradições americanas. É verdade que nós, brasileiros, não precisamos vir à América do Norte para conhecer um povo bom governado por trapaceiros. Mas a pergunta que não me sai da cabeça é se os trapaceiros de Brasília teriam subido tão alto sem a ajuda dos de Washington.

14 de janeiro de 2008

Ver meus artigos “Lições da Guerra Fria” e “A autoridade religiosa do mal” no terceiro volume desta série, *A fórmula para enlouquecer o mundo*, Campinas, SP: VIDE Editorial, 2014, p.497-502 e 45-55, respectivamente.

M. Stanton Evans, *Blacklisted by History. The Untold Story of Senator Joseph McCarthy and his Fight Against America's Enemies*, New York, Crown Forum, 2007

Ver <http://www.heritage.org/events/2007/12/blacklisted-by-history-the-untold-story-of-senator-joe-mccarthy>.

New York, Encounter Books, 2007.

Ver <http://www.weizmann.ac.il/home/comartin/israel/pacepa-wsj.html>.

Cambridge University Press, 2006.

Chega de discussão

DEIXEMOS DE LADO OS MENTIROsos CONSCIENTES, interesseiros. Vamos falar dos outros. Qualquer jornalista, acadêmico, político ou formador de opinião em geral que, a esta altura, ainda insista em colocar em dúvida seja a existência, seja a importância e o poder do Foro de São Paulo, é com toda a evidência um incapaz. Sua presença no debate público só serve para entorpecer a inteligência da platéia e torná-la ainda mais lerda em perceber o óbvio depois de dezessete anos de hesitações e tergiversações imperdoáveis – criminosas, na verdade – à sombra das quais a mais poderosa organização subversiva que já existiu neste continente pôde crescer sem ser notada por um povo inteiro, que tinha o direito e a necessidade absoluta de saber tudo a respeito.

Quando uma profusão de documentos de fonte primária, mais a confissão aberta dos personagens envolvidos e por fim, no III Congresso do PT, o reconhecimento oficial do Foro como central estratégica da revolução continental não bastam para convencer um cérebro de que a entidade existe e é terrivelmente influente, é que esse cérebro já perdeu a capacidade humana diferencial, que é a de perceber a realidade através da palavra, e conserva somente o dom simiesco de imitar com guinchados sem sentido a fala dos homens.

Admito debater, com comunistas, o valor ou desvalor, os méritos e culpas do Foro. Discutir sua existência e sua eficácia política, seja com comunistas, seja com não-comunistas (ou anticomunistas), é uma palhaçada a que não posso me expor. Minha paciência com a mendacidade de uns e a psicastenia de outros tem limites, e estes já foram transpostos há muito tempo.

Foi por pura generosidade e sentimento de dever patriótico que persisti oferecendo provas e mais provas quando elas já não eram mais necessárias a nenhuma alma sincera e a nenhuma inteligência normal.

Agora chega. Nenhum dever de caridade, nenhuma devoção à pátria podem obrigar um estudioso a expor-se à última desonra intelectual.

Também não discutirei a sinceridade ou insinceridade do sr. Presidente da República quando ele proclama que seqüestros são abomináveis e que não tem simpatia pelas Farc. O sr. Lula é um mentiroso abjeto, e ponto final. Já citei vezes inumeráveis o manifesto de solidariedade integral que o Foro de São Paulo, sob a presidência dele, assinou em favor da narcoguerrilha colombiana, no qual toda oposição do governo de Bogotá a essa gangue de assassinos era condenada como “terrorismo de Estado”; manifesto de louvor ao abominável, a que se seguiu anos depois, quando o tipinho já estava na presidência, a recusa terminante de aplicar às Farc o mesmo rótulo que naquele documento se concedia à pessoa do presidente Uribe e de todos os que morreram combatendo as hostes de Manuel Marulanda e Raul Reyes. Já mencionei vezes sem conta a imediata mobilização petista em favor de cada seqüestrador ou terrorista estrangeiro que a polícia prende neste país. Para que continuar insistindo no óbvio ante os que não querem vê-lo e os que não têm nem a coragem nem a capacidade de enxergá-lo?

Na Argentina os brasileiros são chamados de “los macaquitos”. Se aplicado à massa geral dos nossos compatriotas o apelido é injusto e difamatório, em outros casos – o da maioria dos formadores de opinião neste país – tudo o que ele tem de inadequado é o tom carinhoso do diminutivo. Macacos são, e dos grandes, sem o atenuante da idade tenra.

Outra coisa que também já esgotou minha paciência é a constância obsessiva com que os temas inéditos das minhas colunas são reciclados, cinicamente, por opinadores iluminados que, sem jamais citar a fonte, vendem minhas idéias como fossem suas, reformatando-as, é claro, segundo o padrão de suas inteligências mal dotadas. Tornei-me o pauteiro oculto de uma multidão de criaturas vistosas. Os casos são centenas e já vêm desde 2001 pelo menos. [10] Vou dar aqui só os dois exemplos mais recentes. Outro dia, o messianismo, conceito que aplico ao petismo com todo o rigor que aprendi em Norman Cohn, Luciano Pellicani e Eric Voegelin, reapareceu como artifício vulgar de retórica antipetista politicamente correta no artigo de Marcelo Otávio Dantas, “Messianismo e o credo petista”. [11] Agora, a contestação da vitória comunista na guerra

do Vietnã, que os leitores do Diário do Comércio leram aqui em 7 e 14 de janeiro, reestréia com mais detalhes na coluna de Élio Gaspari do dia 16. Provavelmente Dantas e Gaspari, consultados a respeito, responderão que jamais lêem meus artigos. Claro: pessoas maravilhosas (no sentido que dei ao termo em *O Imbecil Coletivo*) não lêem Olavo de Carvalho. Adivinhamento por genialidade espontânea.

16 de janeiro de 2008

Ver a nota “Pauteiro da USP” em meu site: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/pauteiro.htm>.
Folha de São Paulo, disponível em: www1.folha.uol.com.br/fsp/opinio/fz2312200709.htm.

PT, o partido dos ricos

O PT NÃO É UM PARTIDO LADRÃO PORQUE ABANDONOU seus altos ideais e se corrompeu ao contato com a maldita direita. Para que a direita o corrompesse seria preciso que ela fosse mais corrupta do que ele, e é só comparar a lista de escândalos dos governos respectivos para ver que o próprio P. C. Farias teria muito a aprender com os Dirceus e Berzoinis. O PT é um partido ladrão porque é um partido revolucionário, filiado a uma tradição de amoralismo maquiavélico que pelo menos desde a Revolução Francesa, com intensidade crescente desde a Primeira Internacional de 1864 e mais ainda desde a fundação do Partido Social-democrata de Lênin, sempre achou que era de seu direito, e até da sua obrigação, financiar a si próprio por meio de assaltos, de seqüestros, de extorsões, de desvio de dinheiro público, bem como de uma infinidade de negócios capitalistas legais e ilegais, cujo volume total faria inveja a seus mais reacionários inimigos burgueses.

Estudem a vida de Lênin e confirmarão o que estou dizendo. O volume do capital que o financiava, sem contar a ajuda de governos estrangeiros, era tal que, se aplicado em atividades produtivas, teria feito dele uma espécie de J. P. Morgan – com o detalhe significativo de que as contribuições de J. P. Morgan engrossavam aquele capital junto com o dinheiro dos assaltos comandados por Stálin. Revoluções custam caro. O revolucionário Parvus, que enriqueceu com mil e um negócios na Turquia, já ensinava em 1914: “A melhor maneira de derrubar o capitalismo é nós mesmos nos tornarmos capitalistas”. Não foi o Lulinha quem descobriu essa fórmula. Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht riram dela e acabaram derrotados. Lênin, o vitorioso, ouviu-a com reverência e gratidão da boca de seu gerente financeiro na Suíça, Jacob Hanecki, a quem depois da Revolução premiaria com o cargo de Comissário do Povo para as Finanças. Leiam *Lenin in Zurich*, de Alexander Solzhenitsyn. [12] A revolução socialista consiste na simples transfiguração de uma elite ativista proprietária de boa parte do capital em senhora absoluta de *todo* o capital. Sempre foi assim, e com a esquerda nacional não é diferente. O mensalão não foi um pecado temporão cometido por almas santas no último minuto antes da ascensão aos céus. Foi a execução lenta e metódica de planos traçados desde o começo da década de 90 – contemporâneos à criação do Foro de São Paulo –, já denunciados então por César Benjamin, algo como uma versão “los macaquitos” de Karl Liebknecht, à qual, como a este último, a História e o distinto público deixaram falando sozinha.

Tomem, por exemplo, a forma mais simples e bruta do capital – a posse da terra – e façam a conta de tudo o que a militância organizada, com o auxílio deste governo e dos anteriores, vem amealhando ao longo dos últimos anos. Somem a extensão das propriedades do MST com as reservas indígenas, com os quilombos (ou ditos tais) em vias de desapropriação, com os imóveis estatais e privados já transferidos a ONGs ativistas, com as áreas sob domínio das Farc diretamente ou através de seus prepostos locais – e verão que nunca houve, neste país, um patrimônio imobiliário comparável. Nem incluo aí o patrimônio financeiro – as verbas estatais que jorram sobre as organizações esquerdistas, as participações acionárias em mil e uma empresas, as contribuições internacionais impossíveis de calcular e, *last not least*, os lucros do narcotráfico. Os ricos não serão destruídos pelos pobres. Serão destruídos pelos mais ricos.

No fundo, o cinismo lulista é até mais respeitável do que o moralismo posado de seus críticos de esquerda, postigo até o desespero, macaqueação tardia do mesmo discurso enganoso que levou o PT às supremas glórias eleitorais. O que o antilulismo de esquerda nos promete, na hipótese viabilíssima de sua ascensão ao poder, são prodígios de ladroagem que farão Dirceu e Berzoini parecerem São Cosme e São Damião. No ato mesmo em que explicam a corrupção petista como traição aos ideais revolucionários, os santarrões do PSOL e do PSTU se desmascaram a si próprios com uma eloquência quase sublime: quem pode acreditar em patifes que prometem fazer a revolução marxista sem descumprir em nada os ditames da moral burguesa?

Ademais, por que alardeiam suas denúncias na Rede Globo, na *Folha*, no *Estadão* – naquela mesma mídia a que chamam reacionária e imperialista – antes de haver sequer tentado discuti-las discretamente no Foro de São Paulo, a instância máxima do esquerdismo continental? Roupa suja se lava em casa, e quando alguém o faz em público antes de haver nem mesmo tocado no assunto em família, é porque está tramando alguma. Imaginem um *soi disant* dissidente soviético que, nos anos 60, saísse berrando contra o comunismo na Voz da América ou Rádio Europa Livre, ao mesmo tempo que conservasse seu cargo e suas boas relações no *Politburo* ou na KGB. É exatamente a mesma coisa. Se a esquerda está dividida entre os corruptos e os

honestos, a divisão deveria aparecer primeiro nos seus debates internos – só depois ante os inimigos, se chegasse a tanto. O inverso é prova clara de que se trata de pura encenação, de que por trás a família continua unida e coesa, tramando para ludibriar uma vez mais a multidão dos trouxas. Não há cisão na esquerda: há apenas uma natural divisão de trabalho – uns amealham dinheiro e poder à custa de enfeiar a imagem do esquerdismo, outros embelezam a imagem consentindo devotadamente em adiar o recebimento da sua quota de dinheiro e poder. Sempre foi assim. O movimento revolucionário limpa-se na sua própria sujeira, engorda alimentando-se do seu próprio cocô.

O hábito de salvar o prestígio do esquerdismo no ato mesmo de denunciar os seus crimes já está tão arraigado nas rotinas mentais da classe falante, que aparece até mesmo nos lugares que se julgariam, à primeira vista, os mais inusitados. Falando dos refêns em poder da narcoguerrilha colombiana, escreve a *Veja* desta semana – sim, *Veja*, nominalmente o *spalla* da orquestra antipetista:

“A organização que mantém cerca de oitocentas pessoas em seu poder, conhecida pela sigla Farc, *não é formada por guerrilheiros marxistas*, como repete a denominação usual (grifo meu). Nem Marx endossaria as barbáries cometidas pelas Farc, que se originaram numa guerra civil ocorrida na Colômbia e depois tiveram inspiração esquerdista, mas há muito tempo degeneraram em uma espécie de seita de fanáticos que vive à custa do tráfico de cocaína”.

Desde logo, é falso que Marx não endossaria essas violências e outras piores, de vez que contemplava como exigência normal e desejável do processo revolucionário a extinção sumária de povos inteiros. Em segundo lugar, o narcotráfico das Farc é mixaria perto do que foi feito na China por Mao Dzedong, a quem ninguém jamais acusou de ser infiel às tradições marxistas. Em terceiro lugar, o comércio latino-americano de drogas foi na sua parte mais substantiva uma criação da KGB, que se empenhou nisso desde os anos 50 (v. o depoimento do general tcheco Jan Sejna – um participante direto da operação – em Christopher Story, *Red Cocaine: The Drugging of America and the West*).[13] Devemos crer que o governo soviético, Mao Dzedong e o próprio Marx não representam o autêntico espírito do marxismo, cujo único porta-voz autorizado é o redator de *Veja*? Este aliás se trai miseravelmente ao dizer que, de esquerdistas genuínos, os militantes das Farc se transformaram numa “seita de fanáticos”. Se dissesse que se transformaram em aproveitadores sem fê nenhuma, talvez enganasse melhor. Mas “fanáticos”? Fanáticos do quê? Do espiritismo? Do vegetarianismo? Da Seicho-No-Iê? Fanáticos jogadores de futebol-de-botão? Fanáticos admiradores da Ana Paula Arósio? Fanáticos, por definição, acreditam em alguma coisa, e em que acreditam os homens das Farc, senão no bom e velho marxismo de sempre? Fanáticos marxistas, sim, é o que são, ontem como hoje. Se não o fossem, não seriam aceitos e celebrados como representantes fidedignos do marxismo no templo mesmo da revolução comunista, o Foro de São Paulo. Ou será que *Veja* tem mais autoridade do que o Foro de São Paulo para julgar a ortodoxia comunista dos outros?

Mais abusadamente ainda, Marcelo Otávio Dantas, no artigo “Messianismo e o credo petista” (*Folha de São Paulo*),[14] querendo contrastar o PT corrupto de hoje com o PT puríssimo de outrora, diz que a mentalidade do partido “converteu-se, assim, em um neosabbatianismo radical, alimentado por uma intelectualidade delirante, especializada em justificar o injustificável”. Como se os traços da heresia de Sabbatai Zevi já não estivessem no próprio sangue do movimento revolucionário desde sempre e como se a marca distintiva do PT não tivesse sido, desde a origem, o culto do pecado redentor assumido até mais explicitamente que o dos outros partidos de esquerda então existentes. Nascido de uma aliança entre os comunistas e a esquerda católica, o PT veio imbuído do projeto gramsciano de subverter a Igreja por dentro, esvaziando-a de seu conteúdo espiritual e fazendo dela o instrumento dócil do que pode haver de mais anticristão no mundo, a revolução comunista. Se isso não é uma forma extrema de heresia messiânica, não sei em que outra classificação possa caber. O discurso untuosamente moralista do PT nunca teve nada de sincero, foi sempre, entre os líderes, uma parasitagem maquiavélica do prestígio da Igreja para fins de propaganda e, na arraia miúda dos militantes, uma forma patológica de auto-engano lisonjeiro. Perto disso, o mensalão é apenas um pecadinho de fim de semana. A corrupção financeira do PT não é senão a exteriorização tardia – e mais vistosa, para a mentalidade dinheirista – da podridão interior sem fim que inspirou a criação do partido-seita.

21 de janeiro de 2008

NOS DOCUMENTOS DE FONTE PRIMÁRIA sobre o Foro de São Paulo, encontramos as seguintes informações:

- 1) Conforme afirmei desde o início, e contra todo o exército de achismos e desconversas, o Foro de São Paulo existe e é a coordenação estratégica do movimento comunista na América Latina;[15]
- 2) Ao longo de seus dezessete anos e meio de atividade, não se observa nas atas de suas assembléias e grupos de trabalho a menor divergência, muito menos conflito sério, entre as centenas de facções de esquerda que o compõem. Todas as declarações finais foram assinadas pela unanimidade dos participantes.[16] Nenhuma das queixas e recriminações vociferadas pelos antipetistas de esquerda na mídia que eles mesmos chamam de direita e burguesa foi jamais levada às discussões internas do Foro, o que prova que a esquerda latino-americana permanece unida por baixo de suas divergências de superfície, por mais que estas impressionem a platéia ingênua.
- 3) As ações do Foro prolongam-se muito além daquilo que consta das atas. Segundo confissão explícita do sr. Presidente da República, os encontros da entidade são ocasião de conversações secretas que resultam em decisões estratégicas de grande alcance, como, por exemplo, a articulação internacional que consolidou o poder de Hugo Chávez na Venezuela.[17] Estas decisões e sua implementação prática subentendem uma unidade estratégica e tática ainda mais efetiva do que aquela que transparece nas atas.
- 4) Segundo as Farc, a criação desse mecanismo coordenador salvou da extinção o movimento comunista latino-americano e foi diretamente responsável pela ascensão dos partidos de esquerda ao poder em várias nações do continente.[18]
- 5) As declarações de solidariedade mútua firmadas no Foro de São Paulo entre partidos legais e organizações criminosas (ver, por exemplo, X Foro de São Paulo, “Resolução de Condenação ao Plano Colômbia e de Apoio ao Povo Colombiano”) não ficaram no papel, mas traduziram-se em ações políticas em que as entidades legais eram instantaneamente mobilizadas para proteger e libertar os agentes das Farc e do Mir presos pelas autoridades locais (explicarei isto melhor, com os documentos respectivos, num próximo artigo).

Na pesquisa histórica, na investigação policial, nos processos judiciais, na ciência política ou em qualquer discussão pública que se pretenda mais séria do que propaganda eleitoral ou conversa de botequim, o princípio mais elementar e incontornável é que os documentos de fonte primária são a autoridade absoluta, o critério último de arbitragem entre as hipóteses e opiniões.

Trinta anos de definhamento intelectual sem precedentes no mundo civilizado tornaram esse princípio inacessível e incompreensível às mentes dos formadores de opinião neste país, principalmente aqueles que a mídia considera mais respeitáveis e dignos de ser ouvidos.

A idéia mesma de “prova”, sem a qual não existe justiça, nem ciência, nem honestidade, nem muito menos a possibilidade da ação racionalmente conduzida, desapareceu do horizonte de consciência desses indivíduos, que se rebaixaram assim à condição de criancinhas mentirosas, apegadas a sonsos jogos de palavras para fazer desaparecer por mágica os fatos que as desagradam ou que por outro motivo qualquer desejam ocultar.

Não digo apenas que se tornaram desonestos: abdicaram por completo da capacidade de distinguir o honesto do desonesto, o certo do errado, o verdadeiro do falso. Uns fizeram isso por sacrifício voluntário no altar de suas crenças políticas, outros por presunção vaidosa, outros por comodismo, outros por mera covardia.

Confiado neles, o Brasil cometeu suicídio intelectual, tornando-se um país incapaz de acompanhar sua própria história presente com aquele mínimo de consciência alerta cuja presença distingue a vigília do sono.

Jamais, na história da mídia mundial, tantos traíram ao mesmo tempo sua missão de investigar e informar.

Ver documento original em https://www.youtube.com/watch?v=RnCU7dbFL_8 e o comentário no meu artigo “O Manifesto Comunista do PT”, disponível em <http://www.olavodecarvalho.org/semana/070824jb.html>; outro documento original em <http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr464-2@.doc> e o comentário no meu artigo “Saindo do armário”, disponível em <http://www.olavodecarvalho.org/semana/071213jb.html>.
Cf. transcrição das atas e assinaturas em http://www.midiasem mascara.org/attachments/007_atas_foro_sao_paulo.pdf.
Ver o documento oficial em <http://www.info.planalto.gov.br/download/discursos/pr812a.doc> e o comentário no meu artigo “Lula, réu confesso”, publicado no primeiro volume desta série, *Apoteose da vigarice*, Campinas, SP: VIDE Editorial, 2014, p.129-137.
Ver Comissão Internacional das Farc, “Saudação à Mesa Diretora do Foro de São Paulo, 16 de janeiro de 2007”, significativamente já retirado do ar, mas recuperável em <http://web.archive.org/web/20070310215800/www.farcep.org/?node>2,2513,1>.

Gilez, ou: A solução do enigma

A PALAVRA QUE DÁ TÍTULO A ESTE ARTIGO SOA ESQUISITA, mas não é marca de perfume francês nem de chocolate espanhol. É o nome secreto de um personagem bem conhecido. Festejado ao mesmo tempo no Foro de São Paulo por sua fidelidade inflexível ao comunismo e no Fórum Econômico Mundial pela sua adesão sinceríssima ao capitalismo, o nosso presidente da República é um Zelig ao contrário. Às avessas do célebre doente mental do filme de Woody Allen, não é ele que assume a aparência dos outros: são eles que o enxergam à sua própria imagem e semelhança. Ainda nesta semana os srs. Fidel Castro e Emílio Odebrecht provaram isso novamente, o primeiro confessando que a idéia do Foro de São Paulo não foi dele, foi de Lula; o segundo jurando que este último nunca foi nem mesmo de esquerda. Cada um vê nele o que bem entende, fazendo do caipirão de Garanhuns um enigma insolúvel, um *mysterium tremendum*.

Talvez contribua para a solução do enigma a verificação de que, o personagem sendo popularíssimo e não dizendo coisa com coisa, cada um está livre para usá-lo como imagem publicitária do seu partido, como rótulo da sua mercadoria. A imagem confortavelmente elástica daí resultante contribui para aumentar ainda mais a popularidade do cidadão, que cada um ama pelas razões que bem entende, só enxergando no amado aquilo que lhe convém e encobrendo os sinais contrários com aquela benevolência idiota dos corações apaixonados.

Talvez não seja de todo inútil lembrar a declaração do próprio Lula, de que não tem a menor idéia do tipo de socialismo que quer implantar no Brasil e no resto da América Latina. Sendo assim, só lhe resta criar as condições para que outros socialistas possam decidir isso no futuro. Para tanto ele precisa manter o capitalismo funcionando enquanto vai transferindo aos partidos e organizações de esquerda, lenta e metodicamente, o monopólio do poder político e da propaganda ideológica. Tal é a missão que esse homem escolheu, e tal é a definição mesma de “governo de transição”, que é o termo pelo qual ele próprio, com precisão exemplar, designa a sua passagem pela presidência da República. Com frequência os governos de transição se atrapalham, tentando conciliar o inconciliável, mas o governo Lula escapou desse destino fazendo uma divisão rígida do território -- a economia para os capitalistas, tudo o mais para os socialistas -- e empenhando o melhor de si nas duas direções, sabendo que elas podem permanecer separadas até que chegue o dia de decidir, por fim, qual o bendito modelo de socialismo a ser adotado. Nesse dia, Lula, se não se encontrar irrevogavelmente falecido, alegará que está com Alzheimer e passará o abacaxi aos “cumpanhêro”. Até lá, poderá continuar servindo eficazmente a dois senhores, agradando igualmente a ambos.

29 de janeiro de 2008

O cume do progresso humano

FREUD COSTUMAVA DIZER QUE A HISTÓRIA DA MENTE OCIDENTAL tinha sido marcada por três derrotas humilhantes impostas sucessivamente às presunções do ego humano: primeiro, Copérnico demonstrara que o planeta que habitamos não é o centro do universo; depois, Darwin ensinara que o homem não é um ente superior, mas apenas um animal entre outros; por fim, o próprio Freud trazia a prova de que a consciência individual não é sequer a dona de si própria, mas o brinquedo de forças inconscientes.

A idéia do progresso do conhecimento como uma troca de ilusões grandiosas por verdades cada vez mais deprimentes impregnou-se tão profundamente na cosmovisão das classes letradas, que outros episódios da história das idéias foram interpretados de acordo com ela, quase que por automatismo. Entre Copérnico e Darwin, Newton e Galileu haviam ensinado que nossas impressões do mundo sensível são subjetivas e enganosas, só as quantidades mensuráveis podendo ser objeto de conhecimento certo, e Kant demonstrara a impossibilidade de saber algo de positivo sobre Deus e a imortalidade da alma. Entre Darwin e Freud, Marx evidenciara que a própria história das idéias não é senão a exteriorização aparente de interesses econômicos camuflados, Comte oficializara a proibição de perguntar sobre aquilo que não podemos conhecer pelos métodos da ciência newtoniana, e por fim um contemporâneo de Freud, Max Weber, tirara disso a mais letal das consequências: não só o bem e o mal são escolhas arbitrárias, mas o próprio conhecimento científico não é possível sem alguma escolha arbitrária inicial.

Nas décadas seguintes, o rebaixamento da espécie humana prosseguiu implacavelmente. O behaviorismo substituiu a noção mesma da “psique” por um conjunto de reflexos condicionados não muito diferentes dos que determinam a conduta de um rato ou, em última instância, de uma ameba. O estruturalismo e o desconstrucionismo aboliram a noção marxista do sentido da História como um resíduo das ilusões humanistas. A genética, a neurofisiologia, os modelos informáticos do cérebro e a psiquiatria de base farmacológica reduziram a nada as pretensões da própria psicologia freudiana. A ecologia mostrou o ser humano como um bicho mal comportado e destrutivo, prejudicial à natureza. Por fim, o filósofo Peter Singer promoveu os frangos e porcos a titulares de direitos humanos, em pé de igualdade até com uma criatura sublime como ele próprio.

Assim vieram caindo, uma a uma, as “ilusões narcísicas” – como as chamava Freud – de uma espécie animal que ousara se proclamar imagem e semelhança de Deus. A história das idéias científicas, vista sob esse aspecto, é uma história da humildade intelectual.

Mas aí há três problemas.

O primeiro é que nem todas as teorias incluídas nessa narrativa são igualmente verdadeiras. Galileu fez do sol o centro do universo, e não só do sistema solar. Marx jurava que o capitalismo iria restringir o mercado, em vez de expandi-lo. O evolucionismo continua em estado de hipótese discutível. E a psicanálise se desmoralizou tanto que Lacan, para tentar salvá-la, teve de descobrir nela uma parte inconsciente e dizer que esta, e não aquela que Freud conhecia, era a genuína psicanálise. Não tem sentido equalizar verdades científicas, erros medonhos e fantasias idiotas como degraus ascendentes de uma escalada cognitiva.

Segundo problema: cada um dos degraus dessa pretensa escalada foi galgado à custa de alguma falsificação monstruosa dos dados históricos. O esquema usado foi sempre o mesmo: embutir à força, em alguma doutrina passada, significados totalmente estranhos à época em que foi enunciada e à mentalidade de seu autor.

Copérnico nunca imaginou que o heliocentrismo tirasse “o homem” do topo do universo criado. Esta interpretação foi inventada um século depois por Giordano Bruno. E, àqueles que pretendessem tirar daí alguma conclusão materialista, o próprio Bruno advertia: façam isso, e se tornarão estúpidos ao ponto de duvidar da sua própria existência (isto veio a acontecer literalmente quando o desconstrucionismo apregoeou a “inexistência do sujeito”).

A doutrina darwiniana, ao colocar o ser humano no cume da evolução animal, não podia ao mesmo tempo rebaixá-lo ao nível de um bicho qualquer. A palavra mesma “evolução” exprime uma subida de nível, não uma descida. Isso deveria ser óbvio à primeira vista, mesmo sem a ajuda dos parágrafos finais de *A origem das espécies*, que celebram a ascensão evolutiva como uma obra divina de *intelligent design* (oh, horror!).

A doutrina freudiana, sim, parece rebaixar o ser humano, na medida em que reduz a consciência a um produto de fatores inconscientes. Mas, se a passagem para o nível autoconsciente resultava da destruição das ilusões narcísicas da infância, como poderia a destruição de mais uma ilusão ser um rebaixamento e não uma subida? O próprio Freud jamais desistiu da aposta em que o Ego terminaria por absorver e superar o Id, nisto consistindo, aliás, a promessa central da psicanálise. Ao falar de rebaixamento das pretensões humanas, Freud usou de uma figura de linguagem que enfatizava unilateralmente um só aspecto da sua própria obra, omitindo a compensação dialética da qual estava perfeitamente consciente. E fez o mesmo com os ensinamentos de Copérnico e Darwin para transformar os dois, à força, em precursores dele próprio.

Daí por diante, fazer história das idéias mediante analogias extemporâneas tornou-se moda universal, rebaixando a compreensão pública do passado a uma sucessão de fofocas de cortiço contra a dignidade humana. O resumo enciclopédico dessas fofocas constitui a visão histórica vigente, como um dogma de fé, nas cabeças de praticamente todos os nossos contemporâneos. Ela ressurgue diariamente em editoriais de jornal, discursos parlamentares e redações de escola, com unanimidade global, e serve de argumento para justificar decisões políticas, econômicas e estratégicas, bem como para arbitrar discussões domésticas e dar aparência de coisa importante a teses universitárias sem pé nem cabeça.

O terceiro problema é que nenhuma daquelas descobertas alegadamente humilhantes tornou a intelectualidade mais humilde. Ao contrário: cada uma delas foi celebrada como uma vitória da razão e das luzes contra as trevas do passado, daí resultando efusões de orgulho cada vez mais demenciais e reivindicações de poder cada vez mais ilimitadas.

Copérnico e Newton serviram de argumento para os revolucionários de 1789 concentrarem mais poder em suas mãos do que qualquer tirano da antigüidade e mataram mais gente em um ano do que a Inquisição matara em três séculos.

O positivismo e o cientificismo deram nascimento a inumeráveis ditaduras iluminadas, algumas das quais entendiam a matança de padres, freiras e índios (especialmente cristianizados) como uma expressão superior da racionalidade humana.

O marxismo, não preciso nem falar. Quem não conhece o “Livro negro do comunismo”? Os feitos bárbaros que ele descreve seriam monumentos à humildade intelectual?

O behaviorismo e escolas psicológicas subseqüentes desenvolveram nos seus praticantes a ambição de moldar o comportamento alheio como se fosse um produto industrial. A ecologia reforçou essa ambição, criando projetos de controle global que determinam até o que você pode ou não pode comer e obrigam você a preencher uma pilha de formulários para colher um cacho de bananas.

Eric Voegelin chamava “historiogênese” a visão simbólica da história como um processo ascendente que, culminando na pessoa do narrador, fazia da sua época a suprema detentora do conhecimento humano. Inicialmente ele pensou que esse esquema fosse uma invenção da modernidade, mas depois descobriu que isso já existia no antigo Egito e na Mesopotâmia. A historiogênese é um cacoete mental deformante que reaparece em todas as épocas, graças à incoercível tendência do ser humano para fazer de si próprio o umbigo do universo.

A modernidade só acrescentou a isso o detalhe especialmente ridículo de que ela descreve a ascensão gloriosa que conduz até ela própria como um processo de autolimitação racional e humildade intelectual crescente. Com isso a concepção umbigocêntrica da história tornou-se caricatura de si própria, nisto consistindo a suprema glória intelectual dos tempos modernos.

4 de fevereiro de 2008

Entre sorrisos

ALGUNS ANOS ATRÁS, QUEM DISSESSE QUE O PT estava levando o Brasil para o socialismo era instantaneamente carimbado como extremista de direita ou como doente de paranóia persecutória.

Agora, o próprio sr. Tarso Genro aparece dizendo isso e os mesmos carimbadores de outrora aceitam tudo com uma complacência admiravelmente beócia, como quem dissesse: “Pensando bem, o que é que tem de mais? Talvez o socialismo não seja tão mau”.

A ameaça que ontem parecia demasiado ruim para ser verdade tornou-se uma banalidade inofensiva, anunciada entre sorrisos e recebida com solicitude paternal.

No entanto, o sr. Tarso Genro, no artigo que escreveu para a edição especial do *Diário do Comércio* do dia 28 de janeiro, foi ainda mais explícito do que o vídeo do III Congresso do PT. [19]

Ele disse, entre outras coisas:

Primeiro: que antes mesmo da total ocupação dos poderes de Estado pelos comunistas, é possível começar a construção do socialismo. Quer dizer que já começou.

Segundo: que não é preciso destruir o Estado para depois “instaurar” o socialismo, mas é possível gerar o socialismo desde dentro do Estado existente – o que é precisamente o que está sendo feito.

Terceiro: que não há contradição entre reforma e revolução. Quer dizer que a estratégia gradual e reformista presentemente em curso de implementação não exclui o emprego possível de meios revolucionários como os usados na Venezuela, em Cuba ou no Camboja. Ao contrário, reforma e revolução devem converter-se incessantemente uma na outra, como aliás já está acontecendo. A articulação entre o PT e as Farc é a maior prova disso, assim como a colaboração frutífera entre a luta parlamentar e as invasões de fazendas.

Quando, depois disso, o sr. Genro afirma que socialismo e democracia são perfeitamente compatíveis, é claro que dá à palavra “democracia” a acepção gramsciana da livre concorrência entre os partidos de esquerda, excluídos todos os demais. E quando o próprio sr. Presidente da República declara que o DEM é um partido “sem perspectiva de poder” o que ele quer dizer é que a democracia gramsciana já está em pleno vigor. Os companheiros do sr. Genro e do sr. Lula entendem perfeitamente bem o que eles estão dizendo. Seus adversários e vítimas potenciais é que têm medo de entendê-los. Preferem fingir que eles estão dizendo outra coisa. Fingem tão bem que acabam acreditando que a democracia gramsciana é democracia *tout court*, que o socialismo petista é apenas força de expressão.

Raros empreendimentos de manipulação psicológica ao longo da História foram tão bem sucedidos quanto a dessensibilização da “direita” brasileira para o perigo do socialismo petista. Praticamente não há, entre os partidos ditos de oposição, quem não creia que na pior das hipóteses a divergência entre capitalismo e socialismo é uma questão acadêmica que pode ser resolvida educadamente num debate pacífico entre pessoas de bem. A esquerda procura justamente manter os idiotas nessa ilusão, paramentando-se com todas as aparências de civilidade e legalismo, ao mesmo tempo que se prepara para a liquidação física dos adversários mediante o acúmulo de um poder armado considerável, no qual se inclui a colaboração estreita entre o MST, as Farc, o Comando Vermelho e o PCC. O outro lado não se prepara nem mesmo para fugir.

5 de fevereiro de 2008

Afinal, lutamos contra quem?

HÁ QUASE OITENTA ANOS O MOVIMENTO REVOLUCIONÁRIO conseguiu definir o objetivo unificado dos seus esforços, o que desde então lhe permite obter sucesso crescente em ações estratégicas de escala mundial, passando por cima de suas inumeráveis divergências internas e até utilizando-as proveitosamente como instrumentos de camuflagem ou de adaptação à variedade das circunstâncias. Esse objetivo – destruir a civilização do Ocidente – foi delineado de maneira simultânea por três fontes independentes: o filósofo marxista húngaro Georg Lukacs, o líder comunista italiano Antonio Gramsci e os cientistas sociais da Escola de Frankfurt.

À medida que essas vozes se afirmavam como as mais influentes sobre a intelectualidade esquerdista, a consciência do objetivo se disseminava por todos os ramos do movimento revolucionário, preparando as grandes guerras culturais de agressão que eclodiriam a partir da década de 60 e que, indiferentes à queda da URSS, prosseguem até hoje com intensidade crescente, alcançando vitórias cada vez mais devastadoras, entre as quais a conquista de praticamente todo o *establishment* cultural, midiático e universitário norte-americano, a imposição de normas “politicamente corretas” ao vocabulário dos debates públicos em toda parte e a destruição das defesas culturais de quase todas as nações européias, colocando-as de joelhos ante a prepotência do inimigo. Em todos esses casos, o símbolo unificante por trás das forças prodigiosamente variadas utilizadas no ataque é sempre o mesmo: o ódio comum à civilização do Ocidente permite que os mais empedernidos machistas islâmicos marchem, nas ruas de Nova York e Paris, de mãos dadas com militantes gayzistas, feministas e abortistas que nos seus próprios países eles condenariam sumariamente à morte.

O fato de que a civilização odiada não seja um bloco homogêneo, mas um amálgama desnorteadamente confuso de correntes incompatíveis entre si, não perturba em nada os seus detratores nem torna menos certa a sua pontaria. “Civilização ocidental”, tal como eles a entendem, não é um conceito racionalmente definível, é um símbolo: basta mirar nessa direção e o que quer que esteja por perto será atingido pelo disparo. Símbolos existem precisamente para unificar os contrários: se você quer destruir a civilização ocidental, pode confortavelmente acusá-la de materialismo cientificista ou de teocratismo cristão, de expansionismo imperialista ou de autodissolução decadentista, de libertinismo obsceno ou de moralismo repressor. No mundo dos símbolos, como já notava o lobo da fábula, a água do rio corre nas duas direções.

Longe de mim a intenção de sugerir que o movimento revolucionário esteja investindo contra moinhos de vento. Ao contrário, quando se trata de dirigir movimentos de massa e coordenar uma multiplicidade de forças em combate, o símbolo é um guia mais eficiente para a ação do que os mais elaborados conceitos científicos. Estes, por sua própria natureza, só podem apreender frações abstrativas da experiência, não a realidade concreta. O símbolo, justamente por sintetizar aspectos contraditórios, dirige o olhar no rumo certo, identificando o alvo real mesmo quando não se tem dele uma compreensão conceitual clara, o que é precisamente o caso: a *intelligentzia* revolucionária não é capaz de dizer nada de coerente ou valioso quanto à civilização ocidental (ao contrário, os escritos esquerdistas borbulham de idiotices a esse respeito), mas consegue perfeitamente enxergar onde ela está e quais os pontos vulneráveis onde pode atingi-la com seus ataques. A entidade contra a qual se voltam é opaca e intelectualmente inapreensível, mas é real e presente o bastante para sentir a dureza dos golpes que a atingem.

Tão abrangente é a força unificadora do símbolo por trás da multiplicidade dos alvos, que até mesmo as culpas do próprio movimento revolucionário podem ser imputadas à sua vítima, permitindo descarregar sobre ela todo o ódio e o desprezo inconscientes que ele foi acumulando contra si mesmo ao longo de sua história de crimes e horrores. Não há um só esquerdista no mundo que se admita moralmente culpado pelo genocídio soviético, chinês ou cambojano. Quanto mais horror essas realidades lhe inspiram, mais monstruoso lhe parece o capitalismo ocidental. A imunidade à culpa é um dos traços definidores da mentalidade revolucionária, mas até o século XX esse traço só aparece de maneira localizada, limitado a grupos militantes bem definidos. Foi só a partir dos anos 60 que ela se disseminou entre massas inteiras da população, quando a imagem simbólica da vítima expiatória se tornou universalmente visível: das cavernas da Al-Qaeda até os campi universitários da Califórnia, do alto comando dos organismos internacionais até os bas-fonds dos clubes de sadomasoquismo, odiar o Ocidente é o salvo-conduto que garante a liberdade ilimitada de pecar e delinquir sem culpas.

Canalizando contra esse alvo simbólico todas as culpas e ressentimentos da humanidade, o movimento revolucionário superou as limitações de um discurso ideológico que só apelava a parcelas específicas da população. Erigiu-se em administração global do ódio psicótico organizado. Foi um tremendo “salto qualitativo”, como diria Mao Dzedong. Acompanhado da substituição da antiga estrutura partidária hierárquica pela nova organização flexível em “redes”, ele aumentou a força de agressão psicológica do movimento ao ponto de torná-lo imune à revelação de seus crimes e de seus mais escandalosos fracassos no campo econômico-social.

Não deixa de ser interessante observar que esse feito foi obra póstuma de pensadores que, em vida, pareciam deslocados das correntes dominantes do comunismo internacional. Em Moscou e Pequim, Lukacs, Gramsci e os frankfurtianos permaneceram longamente ignorados. Foram seus seguidores em Nova York e Paris que renovaram de alto a baixo o movimento revolucionário a partir dos anos 60, integrando na nova perspectiva até mesmo certas correntes de ressentimento que a velha ortodoxia comunista teria desprezado como anárquicas e pequeno-burguesas, como por exemplo o gayzismo ou o movimento pela liberação das drogas. Nessa perspectiva, a queda da URSS, longe de poder ser considerada uma derrota, foi mesmo um sacrifício necessário para o revigoramento geral do organismo revolucionário. A revolução na revolução, como a chamou Régis Débray, realizou-se por meios que o próprio Débray, na ocasião, não podia imaginar.

Mas o que é mais importante observar, nessa ordem de estudos, é que, se a unificação do alvo simbólico foi o princípio do *upgrade* revolucionário, nada de semelhante se observa no campo oposto. Por toda parte, a reação conservadora (no Brasil às vezes chamada de “liberal”) continua dispersa e fragmentária, voltando-se contra alvos parciais e contraditórios por trás dos quais não se vislumbra o menor sinal de uma identidade, muito menos a imagem radiante de um símbolo unificador. Ao contrário, parece mesmo haver da parte dos conservadores uma recusa ou temor de perceber a face unitária do inimigo sob suas manifestações variadas. Na recente “guerra contra o terrorismo”, por exemplo, as autoridades norte-americanas insistem em apontar o radicalismo islâmico como um fenômeno singular e *sui generis*, não só amputado de suas mais patentes raízes históricas no movimento comunista que o preparou e gerou ponto por ponto, mas separado até mesmo das suas conexões atuais com a esquerda mundial e com os governos da China e da Rússia sem cujo apoio ele não seria nada. Quando falam da América Latina, os políticos de Washington se referem a Hugo Chávez e Evo Morales como se fossem casos excepcionais e isolados, e não peças integrantes da grande máquina revolucionária do Foro de São Paulo. Chegam ao cúmulo de imaginar que Lula – o próprio idealizador e fundador do Foro – seja a melhor “alternativa democrática” contra os planos de dominação continental do ditador venezuelano. E, fazendo-se propositadamente cegos ante a perfeita continuidade entre comunismo e chavismo, mil vezes reafirmada pelas próprias assembleias do Foro de São Paulo, apelam ao rótulo de “populismo” para evitar menções ao bom e velho marxismo-leninismo, ao qual assim garantem uma confortável reencarnação sob o manto do anonimato. Alguns fazem isso por ilusão triunfalista, porque gostam de imaginar que venceram a Guerra Fria e não podem admitir que travaram no máximo uma batalha, que a guerra continua em escala maior e mais complexa. Outros, como o próprio George W. Bush, caíram nessa porque foram treinados na escola “realista” de Hans Morgenthau e, raciocinando apenas em termos de poderes estatais, sem avaliar corretamente as linhas de força ideológicas que se superpõem às fronteiras nacionais, acreditaram ser possível unificar a esquerda e a direita americanas num combate patriótico contra um inimigo externo. Tornaram-se assim indefesos ante o inimigo interno que só se fingiu de seu aliado nas primeiras semanas depois do 11 de setembro para poder mais facilmente esfaqueá-los pelas costas nos anos que se seguiram. [20] Qualquer que seja o caso, o resultado é enfraquecimento e derrota.

Nem menciono, é claro, os antagonismos explícitos que corroem a direita por dentro, fazendo de algumas de suas facções instrumentos inconscientemente dóceis de uma estratégia adversária que transcende seu horizonte de visão. A cruzada de Pat Buchanan contra o livre comércio ou as investidas anti-religiosas do neo-ateísmo liberal são exemplos claríssimos de contradições internas que, na ausência de uma imagem unificada do inimigo a combater, não podem ser absorvidas numa estratégia geral e acabam servindo somente para debilitar o *front* conservador.

Ao longo de muitos artigos e conferências, tenho insistido na necessidade urgente de dar à reação conservadora um alvo unificado, uma imagem clara do inimigo a combater. Só isso permitirá absorver numa estratégia abrangente e funcional as múltiplas forças díspares que se agitam no seio da “direita”. Acredito que a noção do “movimento revolucionário”, no sentido em que a tenho elaborado em persistentes investigações e ilustrado inclusive em artigos publicados nesse jornal, fornece esse alvo unificado e tem ainda a vantagem de não ser somente – como a “civilização ocidental” dos revolucionários – o símbolo nebuloso de uma realidade opaca, mas uma estrutura perfeitamente identificável em termos intelectualmente rigorosos.

Só temo que meus esforços nesse sentido venham a ser tão bem aproveitados quanto o foram, no Brasil, as advertências que publiquei quanto ao Foro de São Paulo.

Ver Kenneth Timmerman, *Shadow Warriors. The Untold Story of Traitors, Saboteurs, and The Party of Surrender*, New York, Crown Forum, 2007, assim como meu artigo sobre as eleições americanas no *Digesto Econômico* deste mês.

Delicadeza letal

NO MOMENTO EM QUE ESCREVO,[21] O PARTIDO REPUBLICANO hesita entre o pastor batista Mike Huckabee e o veterano de guerra John McCain. Os democratas ainda não se decidiram entre Barack Obama e Hillary Clinton. O quadro eleitoral americano divide-se, portanto, entre três enigmas e uma certeza temível. Ninguém tem a menor idéia do que se pode esperar dos três primeiros casos eleitos, mas a quarta tem todo o *curriculum vitae* necessário para completar o trabalho de desmantelamento da Presidência americana inaugurado com brilhante sucesso por seu marido com a ajuda de espões chineses, de lobistas ladrões, da srta. Monica Lewinsky, dos narcotraficantes das Farc que tanto lucraram com o famoso Plano Colômbia e, *last not least*, de uma infinidade de agentes de inteligência colocados na CIA para servir à família Clinton em vez do Estado americano. A maior vantagem em favor de Hillary Clinton é que, como diria Paulo Francis, todo mundo já viu esse filme e sabe quem morre no fim. Num momento de tantas incertezas, isso pode gerar alguns votos.

Huckabee apresenta-se como um “*social conservative*”, mas ao mesmo tempo apóia as pesquisas com células-tronco, colocando seus eleitores na maior incerteza. O que ele tem a seu favor é que nada se espera dele de tão catastrófico quanto de qualquer dos outros três. Se ele conseguir provar que é inócuo, terá ainda alguma chance contra McCain.

O que se passa na cabeça de John McCain, nem ele próprio sabe. Ele já provou que é capaz de mudar de idéia subitamente e estrangular no ato quem não goste da novidade. Os conservadores dizem que ele é o mais democrata dos republicanos, que é impossível distingui-lo nitidamente do senador Ted Kennedy, que ele mal consegue refrear um orgasmo cada vez que vê um aumento de impostos; mas na esquerda há quem jure que ele está à direita de George W. Bush, que ele é o falcão dos falcões, que a primeira coisa que ele vai fazer na presidência é sair logo bombardeando o Irã e desencadeando a terceira (ou quarta) guerra mundial. Talvez tudo isso seja verdade, mas, certamente, nada disso é bom. Dos quatro candidatos, ele ainda é o que mais tem condições de ser eleito, mas é certo que muitos de seus eleitores votarão nele tremendo de medo, seguros de que o fizeram só para evitar que um dos partidos, dominando a Presidência junto com o Senado, a Câmara e a maioria dos votos na Suprema Corte, se torne onipotente (os americanos odeiam isso por instinto).

Quanto ao senador Obama, ele é decerto menos interessante do que os motivos que muitos americanos têm para votar nele. Se alguém é insistentemente acusado de um defeito ao ponto de se tornar complexado por isso, com muita probabilidade acabará caindo no defeito oposto. Aplicado com astúcia, o truque é quase infalível. Acuse um sujeito de sovina e ele se tornará um desperdiçador compulsivo. Acuse-o de machista e ele se deixará dominar pela esposa. Embora o racismo nos EUA tenha sido um fenômeno muito limitado geograficamente, o país inteiro foi tão acusado de racista que os americanos em geral acabaram sacrificando sua dignidade ante a moda grotesca do politicamente correto, e agora muitos deles se sentem obrigados a votar em Barack Hussein Obama só para mostrar que são bonzinhos. O senador fala bonito, mas até agora ninguém conseguiu descobrir nos seus discursos algo que se assemelhasse mesmo de longe a um assunto. Na mais substantiva das hipóteses aparece ali alguma promessa de campanha igualzinha às de sua concorrente Hillary Clinton, senão às dos candidatos republicanos. Tal como McCain, ele promete entregar a cabeça de Osama Bin Laden, só faltando, é claro, encontrá-la. Tal como a sra. Clinton, ele promete assistência médica de graça para todo mundo (não só para os pobres, os incapazes e os velhos), sem que jamais lhe ocorra a idéia de explicar de quem vai tomar o dinheiro para fazer isso, nem muito menos como vai tapar o rombo da previdência, que já se calcula em trilhões. O senador especializou-se mesmo foi em exortações adolescentes do tipo “Vamos mudar o mundo”, porque sabe que ninguém espera que ele *faça* alguma coisa na Presidência, apenas que esteja lá como um símbolo.

Símbolo do quê? Os latinos diziam que *nomen est omen*, “o nome é profecia”. Barack Hussein significa “abençoado descendente do Profeta” e há provas concludentes de que seu portador está mentindo quando diz que nunca foi muçulmano.[22] É mais ou menos como se em plena guerra do Vietnã os EUA elegessem presidente um sujeito chamado John Paul Ho Chi Minh, educado em Hanói, filho de um membro do Partido, mas que jurasse nunca ter sido comunista e ficasse ofendidíssimo se alguém duvidasse dele. A candidatura Obama é uma provocação calculada: serve de termômetro para avaliar quão profundamente o hábito adquirido da autocensura politicamente correta já infundiu na mente dos americanos a disposição de deixar-se levar ao forno só para não fazer uma descortesia com o cozinheiro.

Um detalhe significativo ilustra isso às mil maravilhas: quando o senador ouve o hino nacional, ele não põe a mão direita no coração como manda o protocolo, mas segura literalmente a bolsa escrotal com as duas mãos e todo mundo se sente inibido de dizer que isso é um insulto. Teste semelhante já foi feito no tempo de Bill Clinton. O presidente se permitia transformar a Casa Branca num bordel, mentia descaradamente e acusava de conspiração direitista quem quer que achasse ruim uma coisa ou a outra. O ar de indignação na cara dos democratas quando defendiam a honra do sem-vergonha era tocante. Tanto naquele caso quanto agora, a mais cínica proibição de perceber o óbvio é imposta em nome da moralidade, instilando na opinião pública o hábito da inversão revolucionária. [23] Tudo isso parece muito extravagante, mas é uma obra de engenharia psicológica de alta precisão.

O panorama desta eleição é, sob todos os aspectos, miserável. Mitt Romney mostrou ter fibra de estadista justamente no discurso em que abdicou da sua candidatura. Ele disse que a presente eleição gira em torno de temas maiores, não de rotinas administrativas. Nunca os EUA tiveram de decidir sobre questões tão graves, dispondo de cérebros tão levianos para arcar com essa responsabilidade. A desproporção entre os problemas e os personagens é tragicômica, mas o lado comédia vai passar e a tragédia vai ficar.

As culpas da presente situação repartem-se igualmente entre os democratas, que superpuseram suas ambições políticas à segurança dos EUA, e George W. Bush, que se recusou a enxergar isso e preferiu embarcar o país numa ilusória união nacional contra o inimigo externo. A união não durou três semanas. Qualquer observador inteligente podia prever isso, mas Bush apostou tudo na cartada do patriotismo, sem querer enxergar que o de seus adversários era totalmente fingido.

Na tradição americana, os funcionários públicos, principalmente de alto escalão, sempre tiveram orgulho de servir ao Estado, independentemente de saber qual partido estava no poder. Desde a era Clinton, o Partido Democrata rompeu com essa tradição, espalhando na rede burocrática militantes que servem a ele, não ao Estado, ao povo ou à nação. Todos já vimos isso acontecer em algum país, não é mesmo? E todos sabemos como termina. Desde o 11 de setembro, os planos de guerra de George W. Bush foram boicotados desde dentro pelos clintonistas do Departamento de Estado e da CIA, que assim produziram as situações insustentáveis cuja culpa era em seguida imputada ao presidente. A história é contada em detalhes no livro de Kenneth R. Timmerman, *Shadow Warriors, The Untold Story of Traitors, Saboteurs, And The Party of Surrender*, [24] e quem não a conhece não entenderá jamais o que se passa hoje em dia nos EUA. Recusar-se a enxergar o mal é tão vergonhoso quanto produzi-lo. George W. Bush carrega nas costas a responsabilidade de haver fugido ao combate interno mediante o subterfúgio de uma guerra no além-mar. Quando ele foi eleito pela primeira vez, os republicanos tinham todas as condições para permanecer no poder por vinte anos e levar às últimas conseqüências as grandes transformações iniciadas na era Reagan. A timidez (ou o rabo preso) de George W. Bush pôs tudo a perder. “*Par délicatesse j’ai perdu ma vie*”, dizia Rimbaud. Mas a profecia, infelizmente, não se aplica só à pessoa do atual presidente americano. É todo um povo que arrisca se desgraçar para não cometer a impolidez de declarar os nomes dos seus inimigos.

12 de fevereiro de 2008

Originalmente publicado na edição do *Digesto Econômico* de 12 de fevereiro de 2008.

Daniel Pipes tirou isso a limpo em “Was Barack Obama a Muslim?” e “Confirmed: Barack Obama Practiced Islam”, disponíveis respectivamente em <http://www.danielpipes.org/5286/was-barack-obama-a-muslim> e <http://www.danielpipes.org/5354/confirmed-barack-obama-practiced-islam>.

Ver meu artigo “A inversão revolucionária”, publicado no terceiro volume desta série, *A formula para enlouquecer o mundo*, Campinas, SP: VIDE Editorial, 2014, p. 453-457.

Crown Forum, New York, 2007.

Boicotando um herói nacional

NESTA ÉPOCA DE FROUXOS, OMISSOS E SUBORNADOS, o juiz federal Odilon Rodrigues de Oliveira é um brasileiro diferente. Eu gostaria de dizer que ele é simplesmente um brasileiro, mas não posso. Ele é honesto, corajoso e inflexível na busca da verdade – três qualidades que em geral não se encontram nem na Presidência da República, nem no Parlamento, nem no Supremo Tribunal Federal, nem no comando das Forças Armadas, nem no alto clero, nem na grande mídia, nem nas cátedras universitárias, nem nas classes letradas em geral. No povo, não digo que tenham desaparecido de todo, mas é difícil encontrá-las juntas. Os honestos são frouxos, os corajosos berram a primeira tolice que lhes passa pela cabeça, os que buscam a verdade guardam-na para si, tremendo de medo, ostentando em lugar dela um sorriso de complacência com a mentira triunfante, e não raro chamam a isso caridade cristã.

Desde que descobriu provas da estreita colaboração entre a narcoguerrilha colombiana, o PCC e o Comando Vermelho, o juiz Odilon está jurado de morte. Não pode sair às ruas nem voltar para casa. Há muitos meses ele passa os dias e as noites trancado no seu gabinete na 3ª Vara Federal de Campo Grande (MS), alimentando-se de sanduíches, dormindo numa cama de campanha. Enquanto muitas excelências federais desfrutam nos melhores hotéis e restaurantes as delícias dos cartões corporativos entre um e outro aceno de cumplicidade fraternal às Farc nas reuniões do Foro de São Paulo, ele zela pela segurança do Brasil. Ele não sairá do seu abrigo enquanto ela não for restaurada. Segundo deduzo de uma notícia recente, isso vai demorar.

A notícia é a seguinte. Sabendo perfeitamente que o juiz está para ouvir cinquenta testemunhas de um processo no qual o traficante Fernandinho Beira-Mar e 23 dos seus comparsas são acusados de lavar R\$12 milhões obtidos no tráfico internacional de drogas, o Supremo Tribunal Federal decidiu garantir aos réus presos o direito de estar presentes a todos os atos dos processos judiciais aos quais respondem. O problema é que essa decisão torna praticamente impossível levar o processo adiante. O próprio juiz já havia advertido em março de 2007: “Não tenho dúvidas de que a presença de Beira-Mar na fronteira representa alto risco em relação à sua própria pessoa. Pode até haver tentativa de resgate, o que acho difícil de ser concretizado, mas o risco de vida é incomparavelmente maior”.

O risco não é só para o acusado. É para o próprio juiz. Ao interrogar as testemunhas na presença de todos os réus, ele estará diretamente ao alcance daqueles que juraram matá-lo. A decisão do STF equivale, na prática, a uma sentença de morte lavrada contra Odilon Rodrigues de Oliveira pelo crime de haver revelado os delitos daqueles a quem os líderes do nosso partido governante preferem continuar tratando, em privado, como companheiros diletos, e em público como honrados “combatentes pela liberdade”.

A maioria das testemunhas reside no município de Coronel Sapucaia (MS), cidadezinha que só uma avenida separa de Capitán Bado, no Paraguai, e na qual o réu principal tem aliados e inimigos. Entre estes últimos, destaca-se o traficante Carlos Cabral, cujo filho de três anos foi assassinado pelos homens de Beira-Mar. Cabral jurou vingança. A presença dos réus na cidade é a oportunidade que ele espera. Mesmo tendo transferido as audiências para a cidade vizinha de Amambaí, o juiz está sob o risco de ter de interrogar as testemunhas sob uma chuva de balas. Para evitar isso, ele pediu ao Comando Militar do Oeste (CMO) autorização para fazer as audiências no Regimento Militar de Amambaí. Como o Exército respondesse que isso dependia de autorização da presidência da República, o juiz encaminhou o pedido ao ministro da Defesa, o ex-presidente do Supremo Tribunal Federal, Nelson Jobim. Adivinhem o resultado. Jobim alegou que o Exército não pode nem ceder salas para a audiência nem manter os presos sob custódia no quartel, porque existem – notem o estilo – “óbices constitucionais, legais e institucionais, acometendo a instituição de providências ou responsabilidades para as quais não está devidamente preparada e legalmente amparada”.

O juiz não sabe mais a quem apelar: “Criou-se um impasse e o processo está parado”.

A notícia saiu no último dia 10, [\[25 \]](#) com um centésimo do destaque que merecia. E foi publicada a seco, sem a mínima referência às suas implicações políticas e morais mais diretas, que são óbvias para quem estuda o assunto mas não necessariamente perceptíveis ao público em geral. Para percebê-las, é preciso raciocinar um pouco:

1º: o sr. Presidente da República é um parceiro tradicional dos narcoguerrilheiros colombianos no quadro do Foro de São

Paulo e já mostrou sua total falta de disposição não só de fazer algo contra eles mas até de chamá-los pela denominação apropriada de terroristas.

2º: como assinalei recentemente,[26] o partido governante faz tudo o que pode para dar apoio aos agentes das Farc presos no Brasil, ao mesmo tempo que, por um lado, os qualifica de bandidos comuns para fingir que não têm vinculação com o movimento esquerdista e, por outro, os aceita como membros regulares do Foro de São Paulo, provando que essa vinculação existe.

3º: se, nesse quadro, duas decisões sucessivas das autoridades federais – o STF e o ministro da Defesa – boicotam os esforços de um herói nacional que revelou verdades indesejáveis sobre os amigos do partido governante e paralisa um processo que arrisca trazer à tona uma nova dose dessas verdades, a chance de que se trate de mais uma dupla e feliz coincidência somando-se a tantas outras coincidências anteriores é, com toda a evidência, das mais modestas. Mas, se for provado que não se trata de coincidências, então será preciso concluir que todo o *establishment* federal se tornou um aparato auxiliar do Foro de São Paulo e das Farc. E, neste caso, será ridículo continuar falando em ordem, lei, constituição, direitos, etc. No império do crime não há nada disso.

14 de fevereiro de 2008

No jornal *Estadão*; o link, no entanto, não está mais disponível – NE.

No meu artigo “Infração de trânsito”, disponível em <http://www.olavodecarvalho.org/semana/080207jb.html>.

Perdendo a guerra cultural

“CULTURA É O NOVO NOME DA PROPAGANDA”, explicava o crítico literário português Fernando Alves Cristóvão. Bem, quando ele disse isso, o nome não era tão novo assim. Fazia quase setenta anos que os comunistas haviam reduzido a cultura a instrumento de propaganda e manipulação, rejeitando todos os seus demais usos e significados como superfetações burguesas puníveis, eventualmente, com pena de prisão. A novidade, nos anos 90, era que esse conceito havia se universalizado, tornando-se regra usual em círculos que antes o teriam desprezado como mero sintoma da barbárie comunista. A expressão mais visível desse fenômeno é a mudança drástica do sentido do título de “intelectual”, hoje conferido automaticamente a qualquer um que engrosse por escrito alguma campanha de propaganda político-ideológica, mesmo que o faça em termos intelectualmente desprezíveis e numa linguagem de ginásio relapso.

O plano de colocar o sr. Lula na Academia Brasileira de Letras, lançado anos atrás pelo falecido cientista político Raymundo Faoro, não foi levado adiante, mas já era um sinal visível de que a acepção elasticamente gramsciana do termo “intelectual” se tornara moeda corrente fora dos meios comunistas estritos. Mais ou menos na mesma ocasião, o sr. William Lima da Silva, líder do Comando Vermelho, por ter escrito um livro de memórias onde alegava que bandidos eram os outros, recebia tratamento de autor respeitável em plena Associação Brasileira de Imprensa, enquanto na *Folha de São Paulo* a jornalista Marilene Felinto dava estatuto de filósofo ao estuprador e assassino Marcinho VP, que salvo engano tinha também olhos verdes. O silogismo aí subentendido fundia Herbert Marcuse e Antonio Gramsci. O primeiro dizia que os bandidos eram revolucionários. O segundo, que os revolucionários eram intelectuais. Logo, os bandidos eram intelectuais. A ABI e a Folha não eram instituições formalmente comunistas. Apenas tinham-se deixado dominar pela mentalidade comunista ao ponto de obedecer os seus mandamentos sem ter de aderir conscientemente à sua proposta política.

Mas o pior veio uns anos depois, quando a redução da cultura à propaganda começou a parecer natural e desejável aos olhos dos conservadores – ou “liberais”, como são chamados usualmente no Brasil (mais uma curiosa inversão numa república onde tudo cresce de cabeça para baixo, como as bananas). Aconteceu que o conservadorismo brasileiro foi, em essência, uma criação de pequenos empresários. Essas pobres criaturas, acossadas pelo fisco, pelas leis trabalhistas, pela concorrência das multinacionais e pela crença estatal de que os capitalistas só não comem crianças porque preferem vendê-las sob a forma de salsichas, estavam tão preocupadas com a sua sobrevivência imediata que mal tinham tempo de pensar em outra coisa. Seu conservadorismo – ou liberalismo – foi assim reduzido à sua expressão mais frugal, ascética e descarnada: a defesa pura e simples do livre mercado, tomado como se fosse uma realidade em si e separado das condições civilizacionais e culturais que o tornam possível.

O primado do econômico, adotado inicialmente por mera urgência prática, acabou adquirindo, por força do hábito, o estatuto de uma verdade axiomática, da qual se deduziam as conclusões mais estapafúrdias e perigosas. Talvez a pior delas fosse a de que o progresso econômico é a melhor vacina contra as revoluções sociais. O fato de que jamais tivesse acontecido uma revolução social em país de economia declinante não abalava em nada o otimismo progressista daqueles risonhos empreendedores, que julgavam o estado geral da nação pelo balancete de suas respectivas empresas e se julgavam tremendamente realistas por isso. Nem os demovia da sua crença a obviedade histórica, já reconhecida pelos próprios marxistas, de que a classe revolucionária não se forma entre os proletários ou camponeses, muito menos entre os miseráveis e desempregados, mas entre as massas afluentes de classe média alimentadas de doutrina comunista nas universidades.

De outro lado, aconteceu que os liberais, ao mesmo tempo que se inchavam de entusiasmo ante a modesta recuperação econômica do país, eram cada vez mais excluídos da representação política. As eleições presidenciais de 2002 ofereceram à escolha do eleitorado quatro candidatos esquerdistas, dos quais nenhum, ao longo de toda a campanha, disse uma só palavra em favor da livre empresa. Nos anos subsequentes, o partido nominalmente liberal – PFL – adaptou-se às circunstâncias aceitando sua condição de mero coadjuvante da esquerda *light*, mudou de nome para ficar parecido com o Partido Democrata americano (o partido preferido de Hugo Chávez e Fidel Castro) e nem mesmo resmungou quando foi declarado, pelo presidente petista reeleito, “um partido sem perspectiva de poder”.

Condenados à marginalidade política, mas ao mesmo tempo anestesiados pelos sinais crescentes de recuperação da

economia capitalista no país, os liberais apegaram-se mais ainda ao seu economicismo, desistindo do combate nos demais *fronts*, quando não aderindo ao programa esquerdista em todos os pontos sem relevância econômica imediata, como o gayzismo, o abortismo, as quotas raciais e o anticristianismo militante, na esperança louca de concorrer com a esquerda no seu próprio campo, sem perceber que com isso concediam ao adversário o monopólio da propaganda ideológica e se transformavam em dóceis instrumentos da “revolução cultural” gramsciana.

É compreensível que, nessas condições, toda a atividade mental da “direita” brasileira acabasse se reduzindo às análises econômicas e à propaganda de um produto único – o livre mercado –, perdendo toda relevância no debate cultural e rebaixando-se ao ponto de passar a aceitar como “intelectual representativo” qualquer moleque idiota capaz de dizer duas ou três palavrinhas contra a intervenção estatal no mercado.

Ironicamente, a esquerda, no mesmo período, decaiu intelectualmente ao ponto de raiar a barbárie pura e simples, mas, como os liberais não se interessavam pela luta cultural, continuou desfrutando do prestígio inalterado de suprema autoridade intelectual no país, sem sofrer nenhum abalo mais forte desde a publicação do meu livro “O imbecil coletivo” em 1996.

Nunca, como ao longo das últimas décadas, o esquerdismo esteve tão fraco intelectualmente: um ataque maciço a esse flanco teria quebrado a máquina de doutrinação esquerdista nas universidades e na mídia, destruindo no berço a militância em formação e mudando o curso das eleições subsequentes. Mil vezes tentei mostrar isso aos liberais, mas eles só davam ouvidos a quem falasse em PNB e investimentos. Trancaram-se na sua torre-de-marfim economicista e lá se encontram até hoje, perdendo mais terreno para os esquerdistas a cada dia que passa e conformando-se com sua condição de forças auxiliares, destinadas fatalmente a tornar-se cada vez mais desnecessárias à medida que a esquerda não-petista acumule vitórias contra o partido governante.

Fora dos círculos do liberalismo oficial, noto com satisfação algumas iniciativas novas destinadas a formar uma intelectualidade conservadora e liberal apta a oferecer uma resistência séria à “revolução cultural”. Essas iniciativas partem de estudantes, de intelectuais isolados, e não têm nenhum apoio nem dos partidos “de direita”, nem muito menos do empresariado. Mas é delas que dependerá o futuro do país, se algum houver.

18 de fevereiro de 2018

Poligamia na Grã-Bretanha

QUANDO O ARCEBISPO DE CANTERBURY DECLAROU dias atrás que as leis britânicas teriam de assimilar algumas regras do direito islâmico mais cedo ou mais tarde, talvez nem mesmo ele imaginasse que sua sugestão já estava se materializando naquele mesmo instante, e da maneira mais revolucionária possível: destruindo de repente a instituição do casamento civil e religioso e legalizando a poligamia.

A mudança não foi feita às claras, nem precedida de qualquer debate no Parlamento ou na mídia. Se o fosse, teria sido rejeitada maciçamente. Em vez disso, foi introduzida subrepticiamente por uma obscura comissão técnica – é esse o procedimento legislativo mais usado hoje em dia – mediante uma simples mudança no regulamento da previdência, sem que o povo sequer se desse conta da revolução sociocultural que se tramava às suas costas. Segundo notícia a *National Review* desta semana, os maridos britânicos polígamos terão doravante o direito a uma pensão estatal para cada uma de suas esposas – e o dinheiro não irá para elas: será depositado diretamente na conta deles! A lei não fará distinção entre os casamentos poligâmicos celebrados no Exterior e nas mesquitas do Reino Unido: valerão uns como os outros.

Na prática, isso significa não somente a legalização da poligamia, mas um formidável incentivo estatal à sua expansão, portanto à conversão em massa dos súditos de Sua Majestade ao islamismo.

Não é preciso dizer que isso trará como conseqüência a destruição total do que ainda possa restar da cultura britânica tradicional, depois de todas as transformações devastadoras descritas por Peter Hitchens em *The Abolition of Britain: From Winston Churchill to Princess Diana* [27] e mais assustadoramente ainda por Melanie Phillips em *Londonistan: How Britain is Creating a Terror State Within*. [28]

Também não é preciso dizer que as políticas de “apaziguamento” e “multiculturalismo” que produziram esse estado de coisas não são promovidas só pela esquerda, mas pelas correntes “liberais” que abdicam de todos os valores religiosos e culturais para concentrar-se na pura defesa do livre mercado, como se a economia fosse tudo. Já expliquei mil vezes que um liberalismo infectado de ateísmo e cientificismo militantes não é uma alternativa cultural viável: serve apenas para criar um vazio que é preenchido imediatamente, seja pela mitologia revolucionária da esquerda, seja pelo islamismo.

Mas não é de todo inútil ressaltar algo que a mídia mundial ignora por completo: que o poder da comunidade islâmica na Grã-Bretanha, desproporcional com o número de seus membros, não adveio da pura imigração, nem da propaganda ostensiva, mas, muito antes disso, veio da influência direta exercida por organizações esotéricas islâmicas sobre membros da família real e sobre parcelas importantes da elite intelectual britânica. Essas organizações, as “taríqas” (o plural árabe é “turuq”, mas achei melhor adaptar o termo para a flexão portuguesa) dispõem de conhecimentos sobre as correntes profundas da História, que em geral os analistas políticos ocidentais não podem nem mesmo imaginar, e que transcendem, em precisão e sutileza, a estratégia revolucionária de Antonio Gramsci. Elas não têm grande dificuldade para transmutar em islamização maciça o que começou como “revolução cultural”. E é precisamente o que está acontecendo na Grã-Bretanha. Tempos atrás escrevi que a questão mais decisiva para as décadas vindouras era saber se quem sairia ganhando com a destruição das tradições ocidentais seria o movimento revolucionário ou o Islam. O Islam parece que está ganhando.

21 de fevereiro de 2008

A fórmula da pobreza

EM 2003, O BRASIL OCUPAVA O 58º LUGAR NO ÍNDICE DE LIBERDADE Econômica da Heritage Foundation. Em 2008, está em 101º lugar. A relação direta entre liberdade econômica e prosperidade é a coisa mais evidente do mundo. Se alguém tem dúvidas, basta conferir os primeiros e os últimos dez colocados da lista da Heritage. De um lado, Hong Kong, Singapura, Irlanda, Austrália, EUA, Nova Zelândia, Canadá, Chile, Suíça e Reino Unido. Na outra ponta, Coreia do Norte, Cuba, Zimbábue, Líbia, Burma, Turcomenistão, Irã, Belarus, Bangladesh e Venezuela. E estamos muito mais perto destes do que daqueles, pois a escala vai de 1 a 157 e temos a honra temível de estar no último terço da lista. Acima de nós, ficam ainda o Japão, a Áustria, a Dinamarca, a Alemanha, a Holanda, Taiwan e a Espanha. Abaixo, a Bolívia, Angola, o Vietnã, a Nigéria e Ruanda. Só agora entendendo a famosa “opção preferencial pela pobreza”, *slogan* do falecido Dom Helder Câmara que se tornou o emblema mundial da bondade esquerdista: ela não significa ajudar os pobres – significa, simplesmente, ficar pobre.

O Índice da *Heritage* mostra com clareza máxima: a gestão Lula está estrangulando o capitalismo brasileiro, ao mesmo tempo que aposta nele para financiar seus programas sociais e garantir a boa imagem do governo entre os investidores internacionais.

Enquanto isso, ainda há nos círculos liberais quem jure que a opção socialista do partido governante é só jogo de cena para acalmar os “radicais”, que no fundo Lula aderiu de coração à economia de mercado.

É claro que nem Lula nem ninguém no PT é socialista ao ponto de acreditar na supressão completa da propriedade privada dos meios de produção. Há muito tempo a esquerda mundial já desistiu dessa idéia, uma das mais idiotas que já passaram por uma cabeça humana. O que a esquerda quer agora é o controle indireto da economia, através de impostos e regulações restritivas, e mesmo assim só o suficiente para garantir o principal: o domínio sobre a mentalidade pública, a ditadura da engenharia psicológica. Mas o governo brasileiro já ultrapassou esse mínimo. Em contrapartida, é notável a prudência, a circunspeção com que vai impondo lentamente, suavemente, quase imperceptivelmente, os controles culturais que lhe interessam.

Na verdade, ele nem precisa se expor muito nessa área: os partidos ditos “de oposição” passam adiante dele, impondo por sua própria iniciativa os regulamentos politicamente corretos que a moda esquerdista exige.

Exemplo deprimente: antes mesmo da ascensão do PT ao poder, quando na esfera federal as políticas “anti-homofóbicas” eram ainda uma vaga sugestão, o governador de São Paulo, sr. Geraldo Alckmin, apressou-se em assinar a lei estadual nº 10.948, de 2001, que pune “toda manifestação atentatória ou discriminatória praticada contra cidadão homossexual, bissexual ou transgênero”. Essa lei acaba de ser aplicada contra o cidadão Juliano da Silva, da cidade de Pontal, por ter chamado de “veado” um homossexual com quem discutia. A lei nada estatui contra chamar disso quem não seja homossexual, ficando claro portanto que o insulto só será punido se tiver pelo menos um fundo de veracidade. Antes de chamar alguém de “veado”, portanto, certifique-se de que ele não o é. Legislações politicamente corretas transformam a Justiça numa palhaçada só para atender à prepotência de grupos ativistas. Os partidos de esquerda que as propõem sabem perfeitamente que o único objetivo delas é dismantlar o sistema desde dentro, criar a atmosfera de caos e anarquia necessária para que a conquista integral do poder por uma das facções – com exclusão de todas as outras – passe despercebida, que é exatamente o que está acontecendo.

A oposição “liberal” cai no engodo e acaba servindo ela própria de canal para a implementação dessas políticas, seja porque é tola o bastante para levar a sério os pretextos morais que as adornam, seja porque acredita que o politicamente correto é rentável em termos de votos. No primeiro caso, é vítima de ingenuidade moral, mas no segundo incorre numa estupidez política que dificilmente se poderia perdoar em indivíduos que têm alguma experiência em eleições.

No Brasil, gayzismo, abortismo e coisas do gênero não dão voto a ninguém. Podem garantir algum aplauso da mídia, mas quem disse que a mídia é tão influente quanto gosta de imaginar que é? Contra a tagarelice geral dos que se julgam donos da opinião pública, todas as pesquisas mostram as preferências acentuadamente conservadoras do povo brasileiro, que graças a um brutal erro de avaliação dos partidos “de direita”, fica excluído da representação política. Os votos da maioria silenciosa estão à espera do candidato que tenha a coragem de falar em nome dela. Os políticos que deveriam fazê-lo preferem no entanto fazer-se de bons meninos ante o *beautiful people* esquerdista, em troca de nada mais que garantias mínimas para o

livre mercado.[29] E é claro que, quanto mais eles cedem no terreno moral e cultural, mais mínimas essas garantias se tornam. O livre mercado jamais é “causa sui”: ele depende de condições culturais, morais e psicológicas que, uma vez anuladas em prol do politicamente correto, dão a um governo de esquerda todos os meios de colocar o capitalismo de joelhos sem que os próprios capitalistas ousem reclamar ou mesmo perceber o que está acontecendo. Hegemonia cultural é, no fim das contas, domínio sobre as consciências, especialmente as dos adversários. A presteza subserviente com que políticos *soi disant* liberais aderem ao programa cultural da esquerda ilustra o sucesso que vem tendo no Brasil a estratégia gramsciana da “revolução passiva”, definida como uma oposição dialética na qual “somente a tese desenvolve todas as suas possibilidades de luta, até capturar os supostos representantes da antítese”. [30]

O desempenho furiosamente regulamentador do governo Lula na lista da *Heritage* mostra algo que todo mundo já deveria saber: quando você abdica de tudo em troca do livre mercado, acaba perdendo até o livre mercado.

Michele Obama, esposa do pré-candidato democrata, disse que agora, pela primeira vez, se orgulha do seu país. Foi uma gafe de dimensões lulianas. O público agora acha que, no entender da candidata a primeira dama, os EUA não prestavam para nada até o advento de Barack Hussein Obama. A coisa fica pior ainda porque, se alguém não tem motivos para se queixar da sociedade americana, é a sra. Obama: ela subiu muito na vida como parte da elite privilegiada que teve acesso a Princeton e Harvard na onda das quotas, passando por cima de candidatos mais qualificados.

Uma bandeira de Cuba e um cartaz de Che Guevara fotografados por acaso na parede do escritório oficial da campanha de Barack Obama em Houston despertaram finalmente a curiosidade da mídia para o óbvio dos óbvios: as ligações – antigas e fortes – do candidato democrata com a esquerda radical. Até ontem, ninguém queria tocar no assunto.

O namoro da imprensa esquerdista chique com John McCain acabou. Serviu só para evitar que os republicanos escolhessem um candidato genuinamente conservador, que ganharia as eleições sem grande dificuldade. Afastado o perigo, os encantos do velho guerreiro se diluíram da noite para o dia. De repente, a tendência a repentinos ataques de fúria, a mais notória falha de caráter de McCain, esquecida durante meses, voltou à pauta. Não se fala de outra coisa.

A boa notícia para McCain é que Michael Savage, o terceiro radialista mais ouvido do país, aderiu à campanha dele. Não dá para compensar a birra que o primeirão dos primeirões, Rush Limbaugh, tem com o candidato republicano – mas que ajuda, ajuda.

Segundo uma nota de Phil Brennan publicada no *Newsmax* e no *Front Page Magazine*, [31] a *U.S. National Oceanic and Atmospheric Administration* (NOAA) informa que todo o gelo marítimo “perdido” do hemisfério norte voltou. Os níveis, que tinham baixado de 5 milhões de milhas quadradas para 1,5 milhão de janeiro de 2007 a outubro do mesmo ano, já são quase os mesmos de antes. E na Antártida a camada de gelo cresceu um terço acima do seu nível normal.

Isso deve esfriar um bocado o entusiasmo aquecimentista da própria NOAA, senão também o do sr. Al Gore.

25 de fevereiro de 2008

Ver o meu ensaio “O futuro da direita”, disponível em <http://www.olavodecarvalho.org/semana/080221jb.html>.

Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, vol. 5, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 318.

Intitulada “So Much for Global Warming”; o link, porém, está indisponível – NE.

Contando cadáveres

PUBLICADO NA *VEJA* DESTA SEMANA, UM ARTIGO DE REINALDO AZEVEDO sobre os bajuladores nacionais de Fidel Castro provocou entre os referidos a clássica reação desproporcional de ódio insano, camuflado em indignação moral e vertido abundantemente em cartas à redação e *e-mails* ao *blog* do colunista. O que mais irritou os remetentes foi a comparação entre o número de vítimas da ditadura brasileira e as da cubana – quatro centenas aqui, cem mil lá, num país de população quinze vezes menor –, mostrando, pela enésima vez, que os protestos humanitários tão típicos da tagarelice esquerdista se baseiam na total inversão das proporções e numa reivindicação psicótica do direito ao genocídio abençoado.

Contra esses números que falam por si, o *beautiful people* fidelista reagiu em massa mediante argumentos que, somados, se resumem a dois, o primeiro enunciado pelo diretor teatral Gerald Thomas, o segundo pelo tom geral das mensagens. Esses argumentos são: (1) o colunista escreve essas coisas porque está insatisfeito sexualmente; (2) contar cadáveres não vale. Dessas duas premissas, o cérebro coletivo daquela entidade ruminante tirava a seguinte conclusão: demitam esse desgraçado!

Como essa investida grotesca imita outras tantas das quais eu mesmo já fui alvo e aliás pelas mesmíssimas razões, permito-me aqui acrescentar ao artigo de Reinaldo Azevedo três observações que, numa discussão séria do assunto – coisa que não se pode esperar de um Gerald Thomas e similares –, jamais deveriam ser esquecidas:

1. Quando os comunistas e seus amantes protestam contra a contagem de cadáveres, alegando que a quantidade não vem ao caso, eles o fazem porque sabem que seu partido é o recordista mundial de homicídios em massa. Abstraída a quantidade, os crimes do comunismo ficam parecidos com os de qualquer outra ditadura ou mesmo com os efeitos de erros acidentais ou de catástrofes naturais, camuflando sua fisionomia hedionda no confortável anonimato das generalidades. Reinserido no panorama o fator quantidade, o comunismo, como já afirmei, matou mais gente do que duas guerras mundiais, somadas a todas as ditaduras de direita, epidemias e desastres aéreos do século XX. É natural que os advogados de cliente tão ruim tenham de apagar da sua folha corrida o traço distintivo que faz dele aquilo que é: o mais temível flagelo que já se abateu sobre a espécie humana.

2. No exame da violência estatal, as comparações quantitativas são não apenas legítimas, mas indispensáveis e obrigatórias. Sem a quantidade, fica impossível distinguir entre homicídio e genocídio, entre crimes contra a pessoa e crimes contra a humanidade. Fazer abstração do fator quantitativo, como os esquerdistas invariavelmente fazem nessas discussões, é abolir toda a legislação internacional de direitos humanos, à qual no entanto eles mesmos apelam quando lhes convém, reduzindo-a a mero instrumento de propaganda.

3. No caso específico do Brasil e de Cuba, não se trata de uma comparação entre governos quaisquer, nem mesmo entre violência estatal “de direita” e “de esquerda”, mas da comparação entre dois exércitos em combate: de um lado, o Estado brasileiro; de outro, a guerrilha internacional planejada, comandada e subsidiada pelo governo cubano. Em todas as discussões do tema na mídia nacional, os guerrilheiros do MR-8, da ALN ou da VAR-Palmares são sempre apresentados como puros dissidentes internos, quando na verdade faziam parte de um organismo político-militar supranacional, a OLAS, Organização Latino-Americana de Solidariedade – antecessora do Foro de São Paulo –, que obedecia estritamente ao comando estratégico de um governante estrangeiro, o ditador Fidel Castro. Ora, num confronto entre um Estado e uma força militar fundada no exterior, a única possibilidade de uma tomada de posição moral responsável é examinar quem começou as hostilidades e qual dos lados representava a alternativa mais razoável e humana. Que a iniciativa agressora partiu de Fidel Castro, é coisa que ninguém tem o direito de ignorar desde que a historiadora Denise Rollemberg – insuspeita de direitismo – demonstrou que a guerrilha nordestina de 1963 já era subsidiada pelo governo cubano, sendo portanto uma fraude completa explicar a eclosão do terrorismo no Brasil como reação ao golpe militar que sobreveio meses depois. Quanto ao segundo fator, a contagem das vítimas de um regime e do outro – quatro centenas de guerrilheiros em comparação com cem mil civis desarmados – fornece o dado essencial para o julgamento justo da situação. O Brasil foi agredido por uma força comandada do exterior, orientada pelo regime mais brutal e homicida do continente. Que na resposta nacional houve excessos e que eles devem ser investigados e punidos, ninguém jamais duvidou. Mas a reação em si, tanto quanto o uso da violência militar para implementá-la, foi inteiramente justa, necessária e moralmente obrigatória. Só mentalidades deformadas pelo culto autolátrico

da santidade esquerdista podem negar uma verdade tão patente.

29 de fevereiro de 2008

EM CONTRASTE COM A MINGUADA VOTAÇÃO PRÓ-CHÁVEZ no último plebiscito, Álvaro Uribe é, dentre os governantes latino-americanos, o único que há anos se mantém, inabalável, acima dos oitenta por cento de aprovação popular, precisamente em razão do combate sem tréguas que move contra as Farc. Quem matou Raul Reyes não foi o governo Uribe: foi o povo colombiano.

Se, em compensação das suas ações militares firmes e decididas, o presidente colombiano é brando nas palavras e sempre disposto a negociar, é porque sabe que não tem contra si apenas um grupo narcoguerrilheiro e um ditador insano, mas uma poderosa organização de dimensões continentais – o Foro de São Paulo – e, mais ainda, um *lobby* internacional bilionário, onde todos os partidos de esquerda do mundo se aliam ao *establishment* “progressista” dos EUA. Os interesses que este último tem no caso não são só de ordem política, já que vem do narcotráfico boa parte do dinheiro que circula pela Bolsa de Nova York, cujo ex-presidente, Richard Grasso, tinha excelentes relações com o falecido Raul Reyes.[32] Também entram no quadro os recursos do petróleo venezuelano e os do financiador-mor da esquerda mundial, George Soros, que subsidiam inumeráveis carreiras de senadores e deputados norte-americanos. Por fim, não há como esconder que a própria OEA é hoje em dia uma espécie de circo chavista.

Falando manso para acalmar os leões, Álvaro Uribe tem conseguido sobreviver o bastante para poder pisar nas serpentes da narcoguerrilha sempre que uma delas deixa a cabeça à mostra. Segundo leio na “Notalatina” e nas mensagens de Heitor de Paola, respectivamente a melhor fonte de notícias sobre a subversão latino-americana e o melhor comentarista internacional do Brasil (ambos fora da grande mídia, *et pour cause*), a cabeça de Raul Reyes veio à mostra por um descuido de Hugo Chávez, que em seguida, compreensivelmente, despejou sobre o vizinho colombiano e “los imperialistas” todo o ódio que sua própria mancada lhe inspirava.[33]

Por outro lado, é claro que os apelos grandiloquentes à “ordem internacional” que Uribe teria supostamente violado não têm nada de sincero: são apenas os trejeitos usuais da “guerra assimétrica”, que astutamente lança sobre um dos lados todo o peso das obrigações jurídicas e morais, enquanto ajuda o outro a camuflar a ilegalidade e imoralidade das suas ações. Quem, afinal, violou o espaço territorial alheio? O que cruzou a fronteira para caçar bandidos ou o que fornecia aos bandidos abrigo e ajuda para suas incursões criminosas no país vizinho? Amparando e armando as Farc, Equador e Venezuela vêm atacando o território colombiano há tempos, e nem uma palavra contra isso se ouviu jamais dos srs. José Miguel Insulza, Marco Aurélio Garcia e *tutti quanti*. É o mesmo que se passa no Oriente Médio: Israel está lá para levar bombas todos os dias, sob o plácido silêncio do mundo; ao mais mínimo sinal de revide, a “consciência jurídica internacional” cai de pau nos malditos judeus. Não há quem não tenha conhecido, na escola, um desses meninos safados que vivem batendo nos menores e, ao primeiro e tardio sinal de reação, saem lacrimejando e vão contar tudo para a professora. Alma de esquerdista é isso. Foram os esquerdistas que ensinaram os crocodilos a chorar.

7 de março de 2008

A internacionalização do engodo

RECONHECENDO QUE TROPA DE ELITE É “O FILME BRASILEIRO mais popular de todos os tempos” e que “o capitão Nascimento foi amplamente aclamado como um herói nacional”, o correspondente do jornal britânico *The Guardian*, sr. Conor Foley, em artigo publicado no último dia 18 de fevereiro, não hesita em se opor ao sentimento da quase totalidade dos nossos concidadãos, proclamando que, em vez disso, “o país deveria baixar sua cabeça de vergonha”. Os motivos que levam o jornalista a essa conclusão são, em essência, dois:

1. O filme difama as ONGs dedicadas a “programas sociais”, ao mostrá-las repletas de jovens de classe média e alta que, como consumidores de drogas, alimentam o narcotráfico ao mesmo tempo que da boca para fora professam combatê-lo. “Uma série de estudos – alega Foley – tem demonstrado que estes programas [...] têm obtido sucesso na redução dos crimes”.
2. O entusiasmo da multidão pelos métodos brutais do capitão Nascimento nasce da alienação e da ignorância: “A violência no Brasil é um sintoma de um largo conjunto de problemas sociais [...]. A maioria da classe média brasileira nunca pôs o pé numa favela e fala sobre elas como se fossem outro país”.

Com relação ao primeiro item, seria da mais alta conveniência jornalística que Foley citasse os tais “estudos” em vez de apenas aludir vagamente a eles, mas nenhuma quantidade de “estudos”, mesmo citados um por um, poderá nada contra o fato de que a única cidade brasileira na qual houve uma redução significativa da criminalidade nos anos recentes foi São Paulo, onde o fator decisivo para isso não veio de nenhuma ONG, mas da ação policial direta.

A cena dos ongueiros fumando maconha enquanto discutem Michel Foucault não é difamatória de maneira alguma. O círculo dos estudantes universitários e do show business, onde as ONGs recrutam a quase totalidade dos seus militantes e garotos-propaganda, ainda é o mercado principal para a venda de drogas no país. E a menção ao filósofo francês também não é gratuita, já que ele consumia drogas abertamente durante suas visitas ao Brasil, ajudando a legitimá-las como um vício elegante, sobretudo nas universidades. Foi partindo das classes letradas, e sobretudo dos meios intelectuais esquerdistas, que o uso das drogas se disseminou entre a população em geral. A elite esquerdista também colaborou nessa transformação fazendo campanha para eleger governadores e parlamentares que favoreciam uma política de tolerância – se não de cumplicidade – para com os narcotraficantes. Isso é uma história bem conhecida de todos os brasileiros, e o sr. Foley não tem nada a alegar contra ela senão a sua própria ignorância do assunto.

Quanto à “alienação”, a maioria dos nossos compatriotas não põe os pés nas favelas porque ou você entra ali com salvo-conduto dos traficantes – como o faz o pessoal das ONGs e, junto com ele, o próprio sr. Foley –, ou entra para comprar drogas, ou, se entra por outro motivo qualquer, sabe que vai sair embrulhado em plástico ou desaparecer para sempre, queimado junto com um pneu para que seu cadáver se torne irreconhecível. As favelas são efetivamente “outro país”, mas não porque o povo brasileiro não se interesse em saber o que nelas se passa, e sim porque constituem um território independente, onde as leis do país não vigoram, onde até mesmo as Forças Armadas temem entrar e onde a única autoridade é a dos potentados do comércio de entorpecentes, os quais só se distinguem dos antigos senhores feudais porque não estão atados por juramento de fidelidade a um rei e sim às Farc, a fornecedora principal de cocaína ao mercado brasileiro. Ninguém no Brasil ignora que os traficantes são um poder armado e que eles não vão ceder um milímetro desse poder se não forem obrigados a isso pela força, não por “programas sociais” que, na mais rósea das hipóteses, só servem para tornar a situação nas favelas materialmente mais tolerável para as pessoas honestas que ali vivem, sem libertá-las do jugo tirânico dos narcotraficantes. Para completar, o país inteiro sabe que muitas ONGs estão intimamente associadas ao esquema político esquerdista que apóia e protege as Farc. O aplauso das platéias brasileiras ao capitão Nascimento não reflete alienação, nem muito menos mentalidade fascista, mas o cansaço geral ante um discurso social hipócrita que, sob o pretexto de zelar pelos direitos humanos, faz do governo o padrinho dos delinquentes e o carrasco da população. Esse cansaço, aliás, não expressa apenas um sentimento popular baseado em impressões vagas: ele reflete o conhecimento exato da situação, pois a violência criminal no Brasil começou a crescer sem limites justamente a partir da década de 80, quando as novas políticas adotadas pelo governo amarraram as mãos da polícia e deram rédea solta aos delinquentes. O gráfico anexo número 1 – dados da Associação

Brasileira de Jornalismo Investigativo – mostra isso claramente. O capitão Nascimento pode impressionar os espectadores britânicos pela violência das suas ações, mas no Brasil não é isso o que o diferencia de outros policiais: ele é diferente porque não rouba, não aceita suborno e usa a violência para matar criminosos, não para extorquir dinheiro de cidadãos inocentes. Ele põe sua truculência a serviço do povo, não do gangsterismo corporativo ou da santa aliança entre esquerdistas e narcotraficantes. É isto – e não a violência em si – o que o público brasileiro aplaude nele. Se o sr. Foley tivesse entrevistado um único espectador de Tropa de Elite, perceberia isso imediatamente. Mas para tanto seria preciso que ele se dispusesse a fazer algum esforço para compreender o povo que o hospeda, em vez de julgá-lo sumariamente desde o alto das virtudes humanitárias das quais se imagina portador.

“A violência no Brasil é um sintoma de um largo conjunto de problemas sociais” é o tipo da afirmação que não significa nada, com a ressalva de que o apelo às causas sociais remotas tem sido o mais constante pretexto para desestimular a ação policial contra o problema imediato, que é o fato de criminosos estarem vendendo drogas para as crianças nas escolas e matando a tiros cinquenta mil brasileiros por ano.

Entre a pobreza e o crime, o vínculo não é direto nem logicamente necessário. O gráfico número 2, da mesma fonte, mostra que as áreas mais perigosas do Brasil são as mais prósperas, não as mais atrasadas. Ninguém sai por aí matando pessoas ou vendendo drogas simplesmente porque é pobre. Uma coisa não produz a outra sem a interferência de um terceiro elemento, este sim decisivo, tão decisivo que pode produzir o crime sem o auxílio da pobreza. Esse elemento chama-se ação humana, entendendo-se por este termo sobretudo a ação deliberada e organizada dos indivíduos e grupos que têm meios de influenciar a vida social como um conjunto, isto é, os intelectuais e os políticos. O primeiro desses grupos, como já venho demonstrando desde 1994,^[34] ocupa-se, há décadas, em disseminar nas classes letradas o ódio à polícia e a simpatia cúmplice para com os bandidos. No Brasil não existe literatura policial como nos EUA, na Inglaterra ou na França. Existe, sim, literatura de apologia do crime. A ela dedicam-se os melhores escritores do país e a multidão de seus imitadores medíocres. Durante muito tempo, esse estado de espírito vigorou apenas no restrito grêmio dos intelectuais esquerdistas, que se queixavam, com razão, de estar isolados da massa popular. A partir dos anos 70-80, a TV e o cinema passaram a servir de megafone para esse grupo, fazendo com que seus cacoetes mentais se disseminassem pela população em geral e acabassem se traduzindo em políticas públicas que ofereciam todas as facilidades para os delinquentes, praticamente convidando os policiais a transformar-se em servidores do narcotráfico em vez de arriscar a vida num trabalho perigoso que só lhes rendia o ódio organizado dos bem-pensantes.

A ação política inspirada nesses contravalores foi inaugurada no Estado do Rio de Janeiro pelo governador Leonel Brizola, um velho amigo e colaborador de Fidel Castro. Brizola foi eleito com o apoio financeiro dos chefes do jogo ilegal, e depois os recompensou generosamente bloqueando qualquer ação policial nas favelas justamente a partir do momento em que eles entravam em peso no mercado das drogas. Naquela época, o Brasil ainda era um país ordeiro, no qual a violência carioca formava um contraste chocante. À medida que os similares de Brizola foram tomando o poder em vários estados do país e chegaram por fim a dominar o governo federal, aquilo que era um fenômeno local carioca espalhou-se pelo território nacional inteiro, sempre sob a proteção dos políticos esquerdistas e de uma legião de ONGs sustentadas por verbas públicas.

A reação do sr. Foley ao filme de José Padilha é tão extravagante e despropositada que, não vendo motivos racionais que a justifiquem, sai em busca de outras hipóteses. Não tive de procurar muito. Num artigo publicado dois dias depois no mesmo jornal, sob o título “Viva Lula”, o correspondente do Guardian revela seu entusiasmo pela pessoa do presidente brasileiro, um entusiasmo tão cego e fanático que o leva a negar peremptoriamente os fatos mais óbvios e bem provados:

“Veja, a bíblia da classe média brasileira, tem derramado um fluxo constante de bile e invectivas sobre o governo Lula. Este é repetidamente, e espuriamente, associado a Castro, a Chávez e aos guerrilheiros das Farc, e acusado de tentar subverter o Estado brasileiro”.

Ora, quem associa Lula às Farc e ao eixo Castro-Chavez não é Veja: são as atas que ele mesmo assinou como fundador e – por doze anos – presidente do Foro de São Paulo, o comando estratégico do movimento comunista na América Latina; e é também a palavra dele próprio, como se vê não apenas em um, mas em dois discursos que ele pronunciou já como presidente da República, nos quais confessa meticulosamente as atividades clandestinas que desenvolveu, com aqueles e com outros parceiros esquerdistas, no quadro do Foro de São Paulo. Já escrevi tanto sobre isso, e já dei tantas provas documentais, que nem agüento mais falar do assunto. E se Veja decidiu finalmente romper seu longo silêncio – contrastando, nisso, com o restante da grande mídia brasileira –, foi porque o acúmulo de provas que forneci a seu colunista Reinaldo Azevedo, homem sério e aberto à verdade, acabou por despertar nos donos da publicação alguns resíduos de escrupulosidade jornalística.

Todos os assessores de Lula sabem que ele não é bom em guardar segredos. O homem fala demais e por isso tem de viver cercado de amortecedores incumbidos de camuflar retroativamente o sentido de suas palavras. Que seus ajudantes diretos se ocupem desse serviço sujo, é deprimente mas é natural. O que singulariza o caso brasileiro é que toda a grande mídia, até mesmo a “de oposição”, consentiu voluntariamente em colaborar no mesmo empreendimento: não contente em ocultar por

dezesseis anos a existência da mais poderosa organização política e revolucionária que já existiu na América Latina, encobriu até a confissão saída da própria boca do fundador e comandante da entidade. Autoconstituídos em serviço proteção à imagem presidencial, os maiores jornais e canais de TV do Brasil se tornaram ainda mais lulistas do que o próprio Lula.

O fenômeno, em si, já era espantoso. Nada de semelhante se observou jamais na história da mídia mundial. Com a entrada em cena do sr. Foley, o maior engodo jornalístico de todos os tempos conquistou um merecido upgrade, subindo à escala internacional. Afinal, por que só os brasileiros teriam o direito de ser ludibriados?

10 de março de 2008

Ver <http://www.olavodecarvalho.org/livros/bandlet.htm>.

Engenharia da confusão

O PSICÓLOGO RUSSO IVAN PAVLOV (1849–1936) DEMONSTROU que a estimulação contraditória é a maneira mais rápida e eficiente de quebrar as defesas psicológicas de um indivíduo (ou de um punhado deles), reduzindo-o a um estado de credulidade devota no qual ele aceitará como naturais e certos os comandos mais absurdos, as opiniões mais incongruentes.

Isso funciona de maneira quase infalível, mesmo que os estímulos sejam de ordem puramente cognitiva e sem grande alarde emocional (frases contraditórias ditas numa sequência camuflada, de modo a criar uma confusão subconsciente). Mas é claro que funciona muito mais se o sujeito for submetido ao impacto de emoções contraditórias fortes o bastante para criar rapidamente um estado de desconforto psicológico intolerável. Esse mesmo desconforto serve de camuflagem, pois a vítima não tem tempo de averiguar que a contradição vem da fonte, e não do seu próprio interior, de modo que ao estado de aflição vêm somar-se a culpa e a vergonha. A reação automática que se segue é a busca desesperada de um novo padrão de equilíbrio, isto é, de um sentimento mais abrangente que pareça comportar em si, numa síntese dialética, as duas emoções inicialmente vivenciadas como contraditórias, e que ao mesmo tempo possa aliviar o sentimento de vergonha que o indivíduo sente perante a fonte estimuladora, que a esta altura ele toma como seu observador crítico e seu juiz.

Se o leitor examinar com certa atenção o discurso esquerdista, verá que ele procura inspirar no público, ao mesmo tempo, o medo e a compaixão. Esta dupla de sentimentos não é contraditória em si, quando cada um deles se coloca num plano distinto, como acontece na tragédia grega, onde os espectadores sentem compaixão pelo herói e medo da engrenagem cósmica que o oprime. Mas, se o objeto de temor e de compaixão é o mesmo, você simplesmente não sabe como reagir e entra num estado de “dissonância cognitiva” (termo do psicólogo Leon Festinger), a um passo da atonia mental que predispõe à subserviência passiva.

Digo medo e compaixão, mas nunca se trata de emoções simples e unívocas, e sim de duas tramas emocionais complexas que prendem a vítima ao mesmo tempo, tornando-a incapaz de expressar verbalmente a situação e sufocando-a numa atmosfera turva de confusão e impotência.

Na política revolucionária, a estimulação contraditória toma a forma de ataques terroristas destinados a intimidar a população, acompanhados, simultaneamente, de intensas campanhas de sensibilização que mostram os sofrimentos dos revolucionários e da população pobre que eles nominalmente representam. As destruições de fazendas pelo MST são um exemplo nítido: a classe atacada fica paralisada entre dois blocos de sentimentos contraditórios – de um lado, o medo, a raiva, o impulso de reagir, de fugir ou de buscar proteção; de outro, a compaixão extorquida, a culpa, o impulso de pedir perdão ao agressor.

Não é coincidência que a primeira descrição científica desse mecanismo tenha sido obra de um eminente psicólogo russo: o emprego da estimulação contraditória já era uma tradição no movimento revolucionário quando Ivan Pavlov começou a investigar o assunto justamente nos anos em que se preparava a Revolução Russa. Seus estudos foram imediatamente absorvidos pela liderança comunista, que passou a utilizá-los para elevar a manipulação revolucionária da psique às alturas de uma técnica de engenharia social muito precisa e eficiente, capacitada para operações de grande porte com notável controle de resultados.

Nas últimas quatro décadas, com a passagem do movimento revolucionário da antiga estrutura hierárquica para a organização flexível em “redes” informais com imenso suporte financeiro, o uso da estimulação contraditória deixou de ser uma exclusividade dos partidos comunistas e se disseminou por toda sorte de organizações auxiliares – ONGs, empresas de mídia, organismos internacionais, entidades culturais – cuja índole revolucionária não é declarada *ex professo*, o que torna o rastreamento da estratégia unificada por trás de tudo um problema muito complexo, transcendendo o horizonte de consciência das lideranças empresariais e políticas usuais e requerendo o concurso de estudiosos especializados. Em geral, os liberais e conservadores estão formidavelmente desaparelhados para enfrentar a situação: esforçam-se para conquistar o público mediante argumentos lógicos em favor da democracia e da economia de mercado, quando o verdadeiro campo de batalha está situado muito abaixo disso, numa zona obscura de paixões irracionais administradas pelo adversário com todos os requintes da racionalidade e da ciência.

Em artigos vindouros ilustrarei o emprego da estimulação contraditória por vários “movimentos sociais”: feminista, gayzista, abortista, ateuista, ecológico, etc.

14 de março de 2008

O fim de um petista americano

O PESSOAL AÍ NO BRASIL NÃO ESTÁ ENTENDENDO DIREITO o que aconteceu com o ex-governador de Nova York Eliot Spitzer. O sujeito parece vítima de perseguição moralista, mas não é nada disso.

Primeiro, prostituição em Nova York não é crime nenhum. Crime – crime federal – é levar prostitutas de um Estado para fazer michê em outro. Isso é assim precisamente por causa da diferença entre as leis dos vários Estados, um restinho de federalismo que tem de ser respeitado, principalmente – ora bolas! – se você é governador de um dos Estados envolvidos.

Segundo: Spitzer fez carreira no moralismo acusatório com tons anticapitalistas no mais puro estilo PT. Sua atuação lembra muito a de José Dirceu e Aloysio Mercadante nas célebres CPIs do começo da década de 90, cortando a esmo cabeças de culpados e inocentes e subindo aos píncaros da glória sobre montanhas de reputações destruídas.

Não tem cabimento ficar com dó de um malicioso que se afoga no seu próprio veneno.

O tipo de retórica de Spitzer é de sucesso muito fácil porque as mesmas multidões que se elevaram a um padrão de vida decente graças ao capitalismo ignoram como o sistema funciona, e guardam sempre um fundo de inveja rancorosa baseado na crença de que a riqueza de uns é obtida à custa do empobrecimento de outros.

Ironicamente, essa crença é verdadeira no que diz respeito a todos os demais sistemas econômicos que já existiram no mundo – a comunidade agrária, o escravismo, o feudalismo e o socialismo. A diferença específica do capitalismo – e a única razão do seu sucesso – é que ele funciona precisamente ao contrário desses sistemas. É impossível um sujeito enriquecer por meio de investimento capitalista (mesmo puramente financeiro) sem espalhar riqueza pela sociedade em torno, mesmo que não queira fazê-lo. O capitalismo é em seu mecanismo mais íntimo um efeito multiplicador, que faz “justiça social” por automatismo, e o faz melhor do que qualquer governo *soi disant* idealista e humanitário.

Vejam anualmente o index de Liberdade Econômica da *Heritage Foundation* e me mostrem um único regime intervencionista onde as pessoas tenham padrão de vida melhor do que nas nações de economia mais livre.

No entanto, por força da sua mesma prosperidade incontornável, o capitalismo fornece a vastas multidões de classe média os meios de acesso à educação universitária e depois não tem como dar a essa gente uma função útil na economia. O remédio é expandir ilimitadamente a “indústria cultural” para dar emprego à nova classe ociosa. Resultado: aumenta a cada dia o exército de pseudo-intelectuais frustrados, ressentidos, ávidos de um poder à altura dos méritos ilusórios dos quais se imaginam portadores. O progresso do capitalismo cria inexoravelmente a cultura da revolta socialista. Não o proletariado, mas a arraia-miúda universitária – o “proletariado intelectual”, como o chamava Otto Maria Carpeaux – é a verdadeira classe revolucionária.

A composição sociológica de todos os partidos esquerdistas do mundo comprova isso da maneira mais patente. No entanto, não se pode dizer que Marx acertou nem mesmo nesse sentido imprevisto ao dizer que “o capitalismo traz em si a semente da sua própria destruição”. A classe revolucionária não destrói o capitalismo: só o perverte mediante arranjos que elevam os revolucionários à condição de classe dominante ao mesmo tempo que mantêm em funcionamento aquele mínimo de liberdade de mercado sem o qual o socialismo, que só pode existir como promessa indefinidamente adiada, se transmutaria em realidade e se extinguiria automaticamente.

A cultura do socialismo é a doença congênita do capitalismo avançado. Ele pode sobreviver indefinidamente a essa doença, mas à custa de destruir todos os bens culturais, morais e políticos que justificam a sua existência. A degradação da democracia genuína em “democracia de massas” – a ditadura da burocracia imperando sobre as formas vazias de instituições que perderam todo o sentido – é o preço de um capitalismo incapaz de criar uma cultura capitalista.

Gerar e destruir incessantemente tipos como Eliot Spitzer e José Dirceu é apenas um dos vícios estruturais inumeráveis que constituem o repertório de possibilidades da “democracia de massas”.

No comments

No documentário de Ben Stein, *Expelled: No Intelligence Allowed*, o dr. Richard Dawkins, que seus devotos consideram a encarnação mesma da razão científica em luta contra as trevas do obscurantismo e da superstição, faz uma revelação altamente

significativa: ele não acredita no Deus dos cristãos e judeus, mas acredita... em deuses astronautas! Stein, que é um tremendo gozador, refreia-se e, por caridade, transmite a declaração sem comentários. Só não farei o mesmo porque não me sai da cabeça a frase célebre de G. K. Chesterton: “Quando os homens param de acreditar em Deus, não é que não acreditem em mais nada – eles passam a acreditar em tudo”.

18 de março de 2008

Comparação

JÁ FAZIA UM ANO QUE A REVISTA *NEWSMAX* HAVIA DESCOBERTO a ligação perigosa de Barack Obama com o pastor racista e pró-comunista Jeremiah A. Wright, Jr., quando a mídia chique por fim resolveu, timidamente, perguntar algo a respeito ao queridinho e intocável pré-candidato democrata. Daí por diante foi vexame atrás de vexame. Obama primeiro negou que conhecia as idéias do pastor, mas logo veio a prova de que sabia de tudo. Depois tentou embelezar a imagem do sujeito, mas os vídeos da pregação histericamente esquerdista e anti-americana começaram a circular pelo país inteiro. Por fim, todo mundo se deu conta de que a apresentadora Oprah Winfrey, a mais popular aliada de Obama, já havia prudentemente se afastado do pastor desde 2007, prevendo encrenca.

É uma mancha de batom na cueca, como diria o falecido dr. Ulysses Guimarães. Não tem explicação que convença. A candidatura Obama despencou ruidosamente nas preferências do eleitorado democrata, e parece não haver guindaste que possa levantá-la. O comentarista de TV Sean Hannity, um dos que mais vigorosamente denunciaram a farsa, recebe diariamente centenas de mensagens de eleitores democratas agradecendo o aviso que os salvou do erro.

O que todos se perguntam agora, o que se discute acaloradamente na TV e no rádio é o papel feio a que tantos órgãos de mídia se prestaram, ocultando por meses a fio a história comprometedora para não manchar a reputação de seu candidato preferido. Mais do que com Obama, o público está furioso com o *New York Times*, a CNN, a CBS e, em geral, todo o presunçoso *establishment* jornalístico.

Ninguém ignora que, se o eleitorado americano costumeiramente se divide meio a meio entre democratas e republicanos, a proporção destes últimos na classe jornalística é de quinze por cento para menos – um abismo de diferença entre o público e a elite supostamente “formadora de opinião”.

O episódio Obama-Wright teve o mérito de fazer com que a consciência desse desequilíbrio ameaçador extravasasse em protestos gerais, mostrando que, com a credibilidade de Barack Obama, caiu também a da “grande mídia”, mais até do que já vinha caindo fazia mais de uma década.

Agora comparem isso com o que acontece no Brasil.

1. Conservadores em sentido estrito inexistem nas redações. Na melhor das hipóteses há meia dúzia de socialdemocratas, que representam o máximo de direito permitido nesse ambiente seletíssimo, e são vistos por seus colegas como tipos anormais, tolerados apenas por formalismo jurídico.

2. O que se ocultou na mídia brasileira não foi uma amizade espúria de um pré-candidato, mas a colaboração explícita e constante de um partido inteiro e de um presidente da República com dezenas de organizações comunistas, algumas delas envolvidas diretamente em atividades criminosas, especialmente narcotráfico e seqüestros.

3. Esse escândalo dos escândalos não foi encoberto durante alguns meses, mas ao longo de pelo menos dezesseis anos.

4. A grande mídia não se limitou a esconder os fatos, mas com frequência se empenhou em negá-los explicitamente, até que o assunto se tornou objeto de atenção internacional e o muro de silêncio ruiu por si, de podre, de velho, de insustentável.

5. O público, até agora, não deu o menor sinal de indignação ou revolta por ter sido enganado ao longo de tanto tempo. Chefes de redação, colunistas, repórteres *soi disant* investigativos, analistas políticos que, nos EUA, estariam totalmente desmoralizados – isto se não perdessem seus empregos nem sofressem processos judiciais –, continuam firmes nos seus postos, respeitadíssimos, bem remunerados, falando com a mesma voz de autoridade com que ludibriaram o povo durante mais de uma década e meia.

Evidentemente, esse povo já não tem mais a noção do que é imprensa livre, já nem faz mais idéia do que é o direito à informação, já se acostumou a pagar para que o enganem, já perdeu totalmente o senso da própria honra, já acha normal e justo que o façam de palhaço.

NÃO É PORQUE FOI A MINHA FILHA MARIA INÊS QUEM TRADUZIU, nem porque fui eu mesmo quem recomendou enfaticamente o livro ao editor Edson de Oliveira, nem mesmo porque as notas, muito boas, são do meu ex-aluno Martim Vasques da Cunha. Não é por nada disso, mas vocês têm de ler – todo brasileiro que deseje entender o mundo de hoje tem de ler – as *Reflexões Autobiográficas* do filósofo germano-americano Eric Voegelin recém-lançadas pela É Realizações, de São Paulo.

Seqüência de depoimentos informais gravados por Ellis Sandoz em 1973 e depois publicados em transcrição corrigida pelo próprio Voegelin, as *Reflexões* têm no entanto um fio condutor bem nítido, desenvolvido coerentemente do princípio ao fim: como um grande estudioso extraiu da própria experiência vivida o tema que seria o das suas investigações até o fim dos seus dias; como planejou e dirigiu a aquisição do vasto repertório de conhecimentos necessários para dar ao assunto um tratamento intelectualmente responsável (incluindo diversas viagens de estudos) e como foi tentando ao longo dos anos várias perspectivas diferentes e modificando a formulação do trabalho até à culminação de seus esforços nos cinco volumes da obra magna *Order and History* e nas considerações finais recolhidas postumamente em *What is History?* (1990) e *The Drama of Humanity* (2004), onde as reflexões do filósofo e erudito se transfiguram em pura sabedoria.

O tema inicial não poderia ser mais importante: a origem intelectual dos movimentos ideológicos de massa e o seu sentido na estrutura geral da vida humana. Voegelin foi testemunha direta da ascensão do comunismo e do nazismo, tendo de fugir às pressas da Áustria sob ocupação alemã quando seus livros sobre a origem do racismo o tornaram odioso ao novo regime.

Tal como Franz Werfel, Luigi Sturzo, Reinhold Niebuhr, Robert Musil e outros escritores que observaram de perto a expansão avassaladora das forças totalitárias, Voegelin logo notou que não se tratava só de movimentos políticos, mas de projetos civilizatórios integrais que ambicionavam modificar radicalmente a natureza humana e o lugar da humanidade na ordem cósmica. Para compreender esse fenômeno era preciso não só rastrear suas origens nas primeiras heresias cristãs, mas tentar enquadrá-lo numa tipologia histórica dos vários modelos de “ordem” surgidos ao longo dos tempos – entendendo-se por ordem não somente a hierarquia de poder mas a estruturação abrangente do sentido da vida.

Rendendo-se com admirável honestidade às novas descobertas historiográficas que se sucediam, Voegelin teve de modificar várias vezes o curso dos seus estudos, chegando a abandonar uma *História das Idéias Políticas* da qual já tinha escrito nada menos que oito volumes e a alterar de alto a baixo o plano de *Order and History* a partir do terceiro volume.

Para nós, testemunhas e vítimas de uma nova onda totalitária que se espalha agora pela América Latina, essa autobiografia de erudito e cientista tem o valor e a urgência de um manual de estudos para todos os que se sintam chamados a penetrar intelectualmente a situação de modo a poder exorcisar, um dia, os demônios geradores da confusão sangrenta que metódica e inexoravelmente, como num pesadelo planejado, vai engolfando o nosso continente.

Mas, mesmo em épocas mais tranquilas, eu recomendaria as *Reflexões Autobiográficas* como modelo didático de uma vida de estudos. Num país onde as universidades sempre desprezaram sua missão e hoje se empenham ativamente em proibir toda tentativa de cumpri-la, é só em livros como esse que o estudante sério pode encontrar algum guiamiento.

Muitas décadas atrás, li outro grande livro, *La Vie Intellectuelle*, de A.-D. Sertillanges, receituário compacto e formidavelmente claro dos deveres do estudioso, e disse para mim mesmo: “É isso o que eu quero ser quando crescer.” As *Reflexões* de Eric Voegelin são, de algum modo, o complemento inverso dessa obra: são a fórmula da vida intelectual mostrada não desde seus princípios e métodos, mas desde o exemplo concreto de uma vocação realizada, vitoriosa no sentido mais pleno da palavra.

A história do mundo para crianças

POR AQUI ATÉ CRIANÇAS SABEM AQUILO que os cientistas políticos, comentaristas de mídia, analistas estratégicos brasileiros estão longe de poder sequer imaginar: que a verdadeira disputa política nos EUA não é propriamente entre republicanos e democratas, mas entre globalistas e americanistas, e que nada, absolutamente nada do que se passa no mundo de hoje – sobretudo nas áreas mais diretamente submetidas à influência americana – pode ser compreendido se não for focado nessa perspectiva.

Quando digo crianças, não é força de expressão. Kyle Williams é um garoto *homeschooled* que estreou no jornalismo aos doze anos de idade, em 2001, e manteve uma coluna regular no *World Net Daily* até 2005. Seus primeiros artigos foram reunidos no livro *Seen and Heard*,[\[35 \]](#) onde as estrelas intelectuais da ESG, da USP e da *Folha de São Paulo* poderiam colher muitas lições úteis, se tivessem maturidade para isso.

Certamente Williams não é a única fonte para o estudo do assunto. Só na minha biblioteca já reuni uns cem títulos a respeito, dentre os milhares que circulam nos EUA. Recomendo o livro do garoto para não sobrecarregar os cérebros dos nossos formadores de opinião com alimento mais maduro.

Em 2001, Williams já havia compreendido perfeitamente que, para a elite globalista, empenhada na construção ultra-rápida de um governo mundial segundo as linhas aprovadas *oficialmente* pela ONU, o único obstáculo considerável era a soberania americana. Daí que não apenas subsidiassem generosamente movimentos anti-americanos por toda parte, mas, internamente, investissem pesado no “multiculturalismo” destinado a dissolver o próprio senso de identidade nacional.

Passados sete anos (três desde que Williams abandonou o jornalismo, talvez por achar-se velho demais para essas coisas), as propostas jurídico-administrativas mais atrevidas destinadas a quebrar a espinha do poder nacional americano – a dissolução das fronteiras com o México e o Canadá, a submissão do governo americano ao Tribunal Penal Internacional e o Tratado da Lei do Mar – ainda encontram resistência obstinada, mas os progressos na guerra cultural são notáveis, tanto no exterior quanto na esfera doméstica, onde o simples surgimento da candidatura Barack Obama prova que o anti-americanismo explícito já tem alguma força eleitoral.

A ascensão da esquerda na América Latina teria sido impossível sem o apoio dos círculos globalistas. As relações entre o Diálogo Interamericano e o Foro de São Paulo datam pelo menos de 1993. A ligação próxima da elite “progressista” americana com a narcoguerrilha colombiana ficou mais que provada com as visitas de importantes dirigentes da Bolsa de Valores de Nova York aos comandantes das Farc.[\[36 \]](#) E não podemos esquecer que a ocultação da existência do Foro de São Paulo, favorecendo o crescimento dessa entidade longe dos olhos da opinião pública, recebeu um potente impulso legitimador da parte do próprio CFR, *Council on Foreign Relations*, o mais importante *think tank* globalista dos EUA.[\[37 \]](#)

Desde o fim da era Reagan, uma política comercial um tanto mais agressiva da parte dos EUA veio junto com a quase total abdicação da “diplomacia pública” e de qualquer tentativa séria de rebater as violentas campanhas anti-americanas por toda parte. Essa estranha combinação de ousadia comercial e timidez diplomática é a fórmula infalível para despertar o ódio a um país. Trinta anos atrás, os princípios e valores americanos tinham alguma presença no debate político-cultural em todo o mundo. Desde então, só o que se vê é o interesse comercial nu e cru, adornado de sorrisos lisonjeiros que só servem para alimentar suspeita. Entre os conservadores americanos, é forte a convicção de que o Departamento de Estado vem há décadas trabalhando contra os EUA e em favor da elite globalista.

No Brasil, ignora-se tudo, literalmente tudo a respeito desse conflito que tanto os globalistas quanto seus adversários sabem ser o capítulo mais decisivo da disputa de poder no mundo. Nas colunas de jornal, nas conferências da ESG e em círculos de discussões militares na internet, só o que encontro é um enfoque atrasado de mais de quarenta anos, no qual tudo o que venha dos EUA é interpretado como expressão direta e inequívoca do “interesse nacional” americano em luta para dominar a América Latina. Isso é de uma estupidez quase inimaginável, mas não resta a menor dúvida de que muitos que a cultivam não padecem dela pessoalmente, apenas a incutem, por esperteza, na mente dos outros.

Mal orientado por um fluxo de informações planejado precisamente para isso, o patriotismo das nossas Forças Armadas pode ser, de um momento para outro, transformado em instrumento do anti-americanismo continental e acabar servindo ao

globalismo no instante mesmo em que imagina combatê-lo. Submetidas durante duas décadas a uma brutal campanha de desmoralização e ao progressivo dismantelamento dos seus recursos, as nossas Forças Armadas arriscam ser levadas àquele ponto de desespero no qual uma oferta de compromisso, vinda de seus mais empedernidos algozes e legitimada por pretextos aparentemente patrióticos, pode aparecer como uma tábua de salvação.

O duplo tratamento pavloviano dado pela elite comunista aos militares – de um lado, a difamação incessante, o aviltamento, a cusparada; de outro, a aproximação sedutora e capciosa sob as desculpas de “reconciliação” e “defesa da Amazônia” – foi calculado precisamente para chegar a esse resultado. E está chegando.

Talvez não esteja longe o dia em que nossos oficiais se sintam honrados de integrar o “exército anti-imperialista” de Hugo Chávez, sem saber que, voltando o seu ódio contra os EUA, ajudam a derrubar a única barreira efetiva que se opõe às mesmas ambições globalistas contra as quais acreditarão piamente estar levantando a bandeira da soberania pátria.

Se um engano tão descomunal parece grotesco demais para poder transmutar-se em realidade, algumas amostras do atual pensamento militar brasileiro que circulam pela internet tendem a mostrar, ao contrário, que isso já está acontecendo. Parece mesmo que não há limites para a autodegradação compulsiva que se tornou, de uns anos para cá, o modo brasileiro de ser.

Ironicamente, a política mais recente do Departamento de Estado para com a América Latina concorre ativamente para levar a esse resultado. Proclamando mentirosamente a lealdade do governo brasileiro à velha aliança com os EUA e recusando-se a reconhecer a parceria de Lula com as Farc e Hugo Chávez no quadro do Foro de São Paulo, a administração Bush só reforça a credibilidade de uma das mentiras mais astutas já concebidas pela esquerda brasileira para aliciar os nossos militares: a lenda de que Lula “aderiu ao capitalismo” e está agora trabalhando para os americanos. A perspectiva atemorizante da fragmentação real e virtualmente oficial do nosso território – uma parcela para o MST, outra para as comunidades indígenas, outra para os “quilombolas”, outra para os narcotraficantes, etc. –, que inspira tanto horror entre os nossos militares patriotas, surge assim como se fosse uma iniciativa do nacionalismo americano e não de seus verdadeiros autores, o conluio de globalistas e esquerdistas. O próprio ressentimento dos militares contra os sucessivos governos esquerdistas que tudo fizeram para dismantelar as Forças Armadas é assim voltado contra os EUA e transmutado em arma a serviço da “revolução bolivariana” no continente. Sem dúvida a esquerda nacional aprendeu alguma coisa com a máxima de Ronald Reagan: “Você pode conseguir tudo o que quiser, desde que não faça questão de levar o mérito”.

Na verdade, a insistência psicótica do Departamento de Estado em tratar o governo Lula como se fosse um parceiro confiável e um baluarte de resistência à onda comuno-chavista, ignorando reiteradas ações e palavras do próprio Lula que mostram que ele não é nada disso, explica-se simplesmente pelo desejo de camuflar o fracasso descomunal da política latino-americana do governo Bush. Ninguém no Departamento de Estado ignora o compromisso inflexível de Lula com o Foro de São Paulo, isto é, com Hugo Chávez e o terrorismo. Mas reconhecer isso em voz alta, principalmente num ano eleitoral, é mais do que se poderia esperar, seja do presidente americano, seja da sra. Condoleezza Rice.

Neste aniversário do movimento cívico-militar de 1964, não há assunto mais digno da atenção das nossas Forças Armadas.

31 de março de 2008

Cf. http://shop.wnd.com/store/item.asp?ITEM_ID=1127.

Ver meu artigo “Por trás da subversão”, publicado no segundo volume desta série, *O mundo como jamais funcionou*, Campinas, SP: VIDE Editorial, 2014, p. 221-228.

Ver meus artigos “Mentiras concisas” e “Alencastro, o sábio da *Veja*”, disponíveis respectivamente em <http://www.olavodecarvalho.org/semana/11232002globo.htm> e http://www.olavodecarvalho.org/textos/alencastro_veja.htm.

O nacionalismo contra a nação

EM 1990, PRONUNCIEI NA CASA DO ESTUDANTE DO BRASIL, Rio de Janeiro, uma conferência sob o título de “O fim do ciclo nacionalista”. A tese central era que a cultura brasileira, tendo como foco a busca e afirmação da identidade pátria, não sobreviveria ao advento de uma nova situação mundial marcada pela dissolução das soberanias nacionais e por aquilo que viria a ser chamado de “multiculturalismo”. O Brasil havia chegado tarde demais ao palco da História e, excetuada a inverossímil hipótese de um *upgrade* intelectual formidável, suas elites seriam engolfadas por transformações mundiais que ultrapassariam de longe a sua capacidade de compreensão. O Brasil como unidade política autônoma estava em perigo de dissolver-se, sem que suas lideranças fossem capazes sequer de perceber o que se passava.

Decorridos dezoito anos, a apropriação de parcelas imensas do território pela narcoguerrilha colombiana, pelas gangues locais intimamente associadas a traficantes estrangeiros, por “nações indígenas” criadas em proveta nos laboratórios da ONU, pelos chamados “movimentos sociais” a serviço do Foro de São Paulo – tudo isso mostra que só tenho uma coisa a alterar no meu diagnóstico de 1990: os verbos devem ser transpostos do tempo futuro para o tempo presente.

Sem dúvida, um dos principais fatores que contribuíram para transmutar as minhas previsões em realidade foi a total apropriação do nacionalismo brasileiro pelos movimentos de esquerda. O nacionalismo de esquerda é uma criatura esquiva e bifronte, que finge defender a soberania nacional só para mais facilmente subjugar o país aos interesses de um movimento que é internacionalista na origem e nos objetivos, e que aliás é sustentado pelas mesmas forças globalistas que, da boca para fora, professa combater.

Toda e qualquer identidade nacional que signifique alguma coisa na realidade, que não seja só um mito oficial, funda-se na consciência histórica transmitida e reforçada de geração em geração, bem como nos valores tradicionais que essa História incorpora e simboliza.

A “revolução cultural” gramsciana que se apossou do sistema nacional de ensino há quase três décadas apagou totalmente essas referências básicas, substituindo-as por um novo conceito de “nacionalismo” que consiste na síntese de ódio antiamericano, chavismo militante e multiculturalismo dissolvente.

Esse nacionalismo só serve para subjugar o Brasil aos interesses do esquerdismo internacional, empenhado em “reconquistar na América Latina o que foi perdido no Leste Europeu” e em integrar as nações do continente numa unidade regional onde terão tanta autonomia quanto a Ucrânia ou a Polônia tinham sob o jugo da URSS.

3 de abril de 2008

Ignorância mútua

A IGNORÂNCIA DA ELITE FALANTE AMERICANA sobre o que acontece no Brasil só se compara, em extensão e profundidade, à da sua equivalente brasileira quanto ao que se passa nos EUA. Em plena apoteose da “globalização”, com a *internet* ao alcance de crianças de três anos, esse duplo fenômeno não pode se explicar pela carência de informações, mas só pelo desejo compulsivo de privar-se delas até às últimas consequências. É ignorância voluntária, criminoso.

Da parte dos americanos, os motivos que a produzem são também duplos. O Partido Democrata, cujas ligações com a esquerda revolucionária mundial são hoje em dia as mais íntimas que o instinto da promiscuidade obscena poderia desejar, tem razões de sobra para proteger da curiosidade pública a rede de conexões que, de Brasília, diretamente do sr. presidente da República, do sr. Gilberto Carvalho e do sr. Marco Aurélio Garcia, se estende sobre dezenas de organizações subversivas e criminosas em toda a América Latina. Os republicanos, por sua vez, tentam camuflar como podem a omissão catastrófica, o absenteísmo insano que marcou a política latino-americana do presidente George W. Bush ao longo de sete anos de governo. O meio que encontram para isso é fingir que acordos comerciais, sorrisos de humildade e demonstrações de rudimentar habilidade sambística conseguiram magicamente neutralizar o ódio anti-americano dos brasileiros e conquistar para a causa da democracia capitalista o próprio idealizador, fundador e chefe do Foro de São Paulo, Luís Inácio Lula da Silva em pessoa, transmutando-o num baluarte do antichavismo (v. *Nota* no fim do artigo).

Os dois partidos estão, pois, de acordo em iludir a opinião pública quanto ao estado de coisas na América Latina. Mas salvar por todos os meios a boa imagem de Lula não é possível sem suprimir toda e qualquer menção às intensas atividades clandestinas e subversivas que ele próprio já confessou pelo menos duas vezes em declarações oficiais. Não é portanto de estranhar que o templo máximo do consenso bipartidário, o CFR, *Council on Foreign Relations*, tenha consentido em servir de caixa de ressonância à mentira mais torpe e desprezível da última década: a proclamação da inexistência do Foro de São Paulo. Nem é de espantar que a grande mídia de Nova York e Washington, megafone do consenso dominante, se esmere em mostrar a ditadura Hugo Chávez como um fenômeno aberrante e isolado, e não como aquilo que verdadeiramente é: a expressão mais vistosa – e nem de longe a mais temível -- de uma gigantesca trama revolucionária urdida ao longo de duas décadas por iniciativa do PT e de seu líder máximo, a cujo pioneirismo as próprias Farc, em nota oficial, reconheceram o mérito de haver preservado da extinção o movimento comunista no continente latino-americano.

A esse acordo mútuo entre negacionismos corresponde, como um eco, a cegueira voluntária das elites falantes brasileiras quanto ao que se passa nos EUA. A diferença entre o que leio na mídia nacional sobre a política americana e o que vejo acontecer aqui é tão imensa, tão profunda, tão chocante, que dela só posso concluir que os jornalistas brasileiros vivem numa redoma, contatando o mundo exterior só por um exíguo canudinho onde não passa nem mosquito. Não é só um problema de mau jornalismo, é um isolamento cultural como só no tempo em que as notícias viajavam de caravela. Nada, absolutamente nada do debate cultural mais intenso e emocionante que já se viu no mundo aparece nos jornais daí – e praticamente nenhuma questão se discute no Parlamento ou na mídia popular dos EUA se antes não foi mexida e remexida pelos intelectuais, em livros, em revistas de cultura e nos *think tanks*, de modo que, se você não acompanha o movimento das idéias, não entende nada do que se passa na política americana.

A epidemia de louvações a Barack Obama que se apossou dos opinadores profissionais brasileiros dá ao nosso público a nítida impressão de que o sujeito tem o apoio maciço da população americana. Aqui a onda de aplausos ao famoso discurso de explicações do pré-candidato democrata veio só pela mídia esquerdista chique, imediatamente contestada, com sobra de veemência, em programas de rádio que, somados, têm uma audiência de cinquenta milhões de pessoas. A unanimidade obâmica só existe no Brasil. Até Ali Kamel, insuspeito de esquerdismo, entrou na festa. E o Instituto Millenium, supostamente “de direita”, convidou o sr. Demétrio Magnoli[38] para proclamar que “o candidato precisava reagir a um escândalo – e escolheu o caminho mais digno”. Mais digno? Obama havia mentido despudoradamente ao negar que conhecia o fanatismo anti-americano e racista de Jeremiah Wright. Desmascarado irremediavelmente por testemunhas e pelas gravações mesmas dos discursos do pastor, partiu para o gerenciamento de danos, admitindo os fatos em versão vaselinada. Que dignidade há em fazer da culpa confessada tardiamente, e a contragosto, uma ocasião de autolisonja? É a dignidade com que Bill Clinton alegou

não saber que sexo oral era sexo.

Ademais, se Obama simula ter idéias moderadas em matéria de conflito racial, seus verdadeiros sentimentos a respeito são idênticos aos do pastor Wright. Em seu livro de memórias, cada menção a “brancos” vem seguida de um rosnado entre dentes, muitíssimo mal disfarçado. Nos EUA não falta quem mostre isso ao público.[39] No Brasil é proibido pensar mal de Barack Obama.

Mas esse caso de distorção pontual é nada, em comparação com a completa ausência, na nossa mídia, de menções ao problema mais urgente e dramático em discussão nos EUA. Don Hank, editor de *Laigles Forum*,[40] militante conservador, porta-voz da maioria que um dia foi silenciosa e hoje começa a ser maioria silenciada, resume assim esse problema:

“Se perdermos a nossa soberania por meio de acordos com a ONU, de uma Comunidade Norte-Americana ou de outra forma de governo supranacional, os votos dos cidadãos americanos ficarão tão miseravelmente diluídos que quase não terão influência no mundo. E não haverá como voltar atrás. Decisões quanto a outros tópicos, como aborto, casamento gay, programas de benefícios sociais, medicina socializada, etc., podem todas ser revertidas, até certo ponto. Mas, uma vez que tenhamos sido desprovidos da nossa soberania, a América estará perdida para sempre, assim como as nações européias se perderam. De fato, dificilmente podemos ainda nos referir a elas como nações. Se dermos nada mais que uns poucos passos a mais na direção do supranacionalismo (que é o mesmo que o novo comunismo), as portas da liberdade se fecharão com estrondo. Isso será aquilo que Ronald Reagan denominava o primeiro passo para mil anos de trevas”.

Os jornalistas brasileiros têm lá o seu direito – digamos que o seja – de odiar o movimento conservador americano, que conhecem só por imaginação. Mas não têm nenhum direito de fingir que ele é o inverso daquilo que realmente é e, com base nessa falsificação total, apresentar como ponta de lança da dominação globalista justamente a nação que está mais envolvida numa luta de vida e morte contra essa forma suprema, definitiva e avassaladora de imperialismo.

Por ironia, não são só esquerdistas *ex professo* que assim ludibriam o povo brasileiro e buscam induzir em erro até as nossas Forças Armadas. Em recente conferência no Clube da Aeronáutica do Rio de Janeiro,[41] o jornalista Lorenzo Carrasco, discípulo e porta-voz do sr. Lyndon La Rouché, falando sobre o indigenismo como estratégia globalista para a dissolução da soberania nacional, não pronuncia uma única vez a expressão “Nações Unidas” (é como descrever um estupro sem mencionar a presença do estuprador) e, no fim, ainda apresenta como modelo inspirador para o nacionalismo brasileiro a política do ditador russo Vladimir Putin, como se este fosse uma alternativa à dominação global e não um de seus agentes maiores através do Pacto de Solidariedade de Shangai, cujo objetivo declarado é dar ainda mais poder à ONU.

Nota

Não vejo como entender de outra maneira a recente declaração da sra. Condoleezza Rice, de que os EUA não selecionam parceiros por sua ideologia de direita ou de esquerda. Como o esquerdismo hoje em dia já não se define por uma pauta econômico-social precisa e tem como único centro aglutinador o anti-americanismo nu e cru, essa declaração só pode significar que o governo americano aceita como aliados, em pé de igualdade, os amigos e os inimigos da América. Na prática, é precisamente essa a doutrina que o Departamento de Estado vem seguindo na América Latina, esquecendo a advertência prudente de Donald Rumsfeld de que a fraqueza atrai a hostilidade. A coisa mais evidente do mundo é que a onda anti-americana, no Brasil como em toda parte, só pode ser contida mediante uma vigorosa diplomacia pública que enfrente os inimigos no próprio terreno da propaganda ideológica, quebrando a hegemonia esquerdista. Se muitos políticos de Washington não querem fazer isso, tudo o mais que façam é desconversa que só pode favorecer ambições globalistas, não a nação que os elegeu.

7 de abril de 2008

No artigo “A revolução interrompida”, cujo link não está mais disponível – NE.

Ver, por exemplo, o artigo “Obama’s Dimestore ‘Mein Kampf’”, disponível em http://townhall.com/columnists/anncoulter/2008/04/03/obamas_dimestore_mein_kampf?page=full&comments=true.
<http://laiglesforum.com>.

“O movimento ambientalista-indigenista, conflitos de quarta geração e a Amazônia no século XXI”; link indisponível – NE.

Demonstração de autoridade

ESTA NOTÍCIA PASSOU QUASE DESPERCEBIDA, mas é uma das mais importantes dos últimos tempos: segundo o *Daily Mail* de 2 de abril, as autoridades britânicas, pressionadas pela comunidade muçulmana, retiraram os livros homossexuais do currículo de duas escolas da cidade de Bristol.

Até hoje, nenhum protesto cristão obteve resultado tão espetacular, seja em escolas da Europa ou dos EUA. Ao contrário, o ensino do homossexualismo expande-se formidavelmente até mesmo para crianças pequenas que não têm ainda sequer uma idéia clara do que são relações *heterossexuais*. Na mesma medida, aumenta a pressão do *establishment* contra as pregações religiosas, multiplicando-se por toda parte as ameaças, boicotes e punições voltados exclusivamente contra as organizações cristãs,[42] jamais contra as muçulmanas. À atenção especial que estas últimas recebem do governo britânico correspondem, nos EUA, inúmeros e crescentes sinais de uma política midiática e empresarial calculada para dar à comunidade islâmica um estatuto privilegiado. O Walmart, a maior rede de supermercados da América, que em nome da “não-discriminação” chegou a trocar os votos de “Feliz Natal” por “Boas Festas” e a proibir a presença dos músicos do Exército da Salvação até mesmo no pátio dos seus estabelecimentos, acaba de abrir uma loja especial para muçulmanos, com funcionários obrigados a falar árabe e a receber seus clientes com cumprimentos religiosos islâmicos. O significado da medida torna-se mais que nítido quando se sabe que muitos lojistas têm sido punidos pela justiça por insistir em usar somente o inglês nos seus estabelecimentos. Quando a classe empresarial, o governo e a justiça boicotam o uso do idioma nacional e impõem o de uma língua estrangeira, a guerra cultural já alcançou aquele ponto em que a defesa da cultura local se torna crime, e a promoção da cultura estrangeira uma obrigação legal.

Nos EUA, o desprezo da mídia aos sentimentos religiosos dos cristãos contrasta com suas manifestações de deferência quase psicótica ante as suscetibilidades islâmicas, ao ponto de que a simples menção ao sobrenome do meio do pré-candidato democrata Barack Hussein Obama é condenada como sinal de discriminação e “*hate crime*”.

No episódio de Bristol, a proteção governamental ao movimento *gay*, que jamais aceitaria recuar ante a indignação das comunidades cristãs, admitiu tranqüilamente fazê-lo por exigência de uma minoria numericamente insignificante, mas acobertada, como já destaquei aqui, pelas simpatias cúmplices de membros da própria Casa Real.[43]

No caso, o reconhecimento oficial da autoridade religiosa como princípio demarcador dos limites últimos entre a decência e a indecência foi ostensivamente transferido das entidades cristãs e judaicas para as islâmicas, que se revelaram mais poderosas até do que as organizações gayzistas mais ruidosas e arrogantes. Após expulsar do espaço público a autoridade religiosa tradicional, a cultura do “humanismo secularista” se mostra impotente e servil ante as pretensões de uma nova autoridade, mais prepotente, vinda de fora. O secularismo não entrou na História para fundar uma nova civilização, mas para servir de tampão provisório entre duas civilizações religiosas.

10 de abril de 2008

Ver <http://www.silencingchristians.com>.

Ver a nota “Absurdo sensato” do meu artigo “Para compreender a revolução mundial”, publicado no terceiro volume desta série, *A fórmula para enlouquecer o mundo*, Campinas, SP: VIDE Editorial, 2014, p. 221-230.

Relembrando o irrelembável

O GENERAL E HISTORIADOR COMUNISTA NELSON WERNECK SODRÉ, descrevendo no seu livro *A Fúria de Calibã* os horrores apocalípticos da perseguição a intelectuais logo após o golpe de 1964, que ele não hesita em nivelar ao que sucedeu na Alemanha de Hitler, acaba se traindo ao relatar que, naquele mesmo período, publicou não sei quantos livros, teve não sei quantas críticas favoráveis, algumas entusiásticas, foi brindado com alguns prêmios literários e no fim ainda recebeu uma homenagem no Instituto Brasileiro de História Militar, em cerimônia realizada na presença... do presidente da República, marechal Humberto Castelo Branco.

Jamais um historiador consentiu em personificar tão escandalosamente um *exemplum in contrarium* da sua descrição geral dos fatos. É o esplendor da paralaxe cognitiva realçado por uma efusão de histrionismo macunaímico. Já imaginaram Fidel Castro prestando homenagem a um historiador anticomunista? Ou Hitler indo à Academia de Berlim para conceder honrarias universitárias a um cientista social anti-racista?

Nada mais ridículo do que a tentativa de pintar o regime de 1964 como uma ditadura totalitária, empenhada em sufocar o trabalho da inteligência em geral e o dos intelectuais esquerdistas em especial.

Na verdade, um breve exame dos anuários da Câmara Brasileira do Livro, como já apontou com mira certa o embaixador J. O. de Meira Penna, basta para mostrar que nunca a indústria editorial esquerdista prosperou tanto como naquele tempo, tanto em volume de livros publicados quanto na absorção de generosas verbas governamentais distribuídas de maneira exemplarmente – ou ingenuamente – apolítica. Pouco antes de morrer, o saudoso Ênio Silveira, dono da maior editora comunista do país, a Civilização Brasileira, me confessou que sua empresa jamais teria chegado ilesa ao fim da década de 80 sem os subsídios que ele próprio ia esmolar pessoalmente nas altas esferas de um governo federal alegadamente empenhado – segundo hoje se ensina em todas as escolas – em esmagar no berço toda manifestação do pensamento esquerdista.

A demissão de umas dúzias de professores esquerdistas no começo do regime não os impediu de ensinar, nem de publicar livros, nem de escrever em jornais – só os privou de receber dinheiro público para fazer propaganda comunista. Se isso lhes doeu tanto, não foi porque sua exclusão da universidade oficial trouxesse algum dano substantivo à cultura brasileira (sob esse aspecto ela trouxe até algum benefício): foi porque o dinheiro público é o alimento essencial da elite esquerdista, a qual, como se confirmou abundantemente depois da sua ascensão ao poder, se acha credenciada por uma espécie de direito natural a consumi-lo em quantidades ilimitadas, sem ter de prestar contas e, a exemplo do MST, sem precisar nem mesmo assinar recibo.

As vítimas dessa odiosa essa privação alimentar, que foram aliás pouquíssimas, sobretudo em comparação com o número de intelectuais cubanos exilados, não sofreram nenhum entrave sério ao exercício das atividades culturais na iniciativa privada, onde, ao contrário, os empreendimentos esquerdistas proliferaram como nunca, entre outras razões pela ajuda milionária que começaram a receber de fundações estrangeiras, também sem nunca ter de prestar contas. Foi também durante os governos militares que os intelectuais e artistas de esquerda, pondo em prática os ensinamentos de Antonio Gramsci, trataram de abocanhar todos os espaços nas universidades, nas instituições culturais e na indústria editorial, desalojando um a um os conservadores que, quando veio a redemocratização, já estavam tão marginalizados e isolados que a eleição de Roberto Campos para a Academia Brasileira, em 1999, surgiu como uma anomalia escandalosa e quase inacreditável.

No domínio do jornalismo, só forçando muito a realidade os esquerdistas se poderiam queixar de perseguição, de vez que o órgão mais visado pela censura foi justamente o mais conservador de todos, *O Estado de São Paulo*, enquanto os semanários esquerdistas superlotavam as bancas e sofriam incomodidades, é certo, mas nem de longe comparáveis à pressão contínua que o governo impunha ao jornal dos Mesquita (não venham com conversa para cima de mim, porque eu trabalhava lá nessa época e vi tudo de perto). A simples contagem de cabeças basta para mostrar que o relativo pluralismo existente nas redações em 1964 foi cedendo lugar à hegemonia esquerdista mais descarada, até o ponto de que, dos anos 80 em diante, os grandes jornais fizeram questão de ter pelo menos um direitista no seu corpo de articulistas para atenuar a impressão de uniformidade ideológica que fluía de cada uma de suas páginas, do noticiário policial até as colunas sociais, mas sobretudo das seções de arte e cultura, onde uma hegemonia se somava a outra. Coube a Paulo Francis, a Roberto Campos e depois a mim representar o

papel dessas exceções que confirmavam a regra. Nos regimes totalitários, a opinião da mídia, por definição e por uma questão de mera sobrevivência, vai se amoldando cada vez mais ao discurso oficial, até desaparecer toda possibilidade de oposição. A história do jornalismo brasileiro nos vinte anos de governo militar seguiu o curso simetricamente inverso, com a mídia em peso apoiando o golpe em 31 de março de 1964 e depois tornando-se cada vez mais esquerdista até que, no fim do governo Figueiredo, já não sobrava nos jornais e canais de TV um só jornalista que ousasse se opor ao consenso esquerdista e mencionar em voz alta, mesmo com restrições, os méritos mais óbvios de um regime que alcançara progressos econômicos jamais iguais antes ou depois (a expressão “nunca neste país...” é um salto anacronístico de trinta anos).

Seja nos órgãos de educação e cultura, seja no jornalismo, a esquerda, em vez de ser calada e marginalizada, foi indo cada vez mais para o topo e falando cada vez mais alto, até que já não se podia ouvir nenhuma outra voz senão a sua: se tagarelasse esquerdista fosse alta cultura, o tempo dos militares teria sido o apogeu da nossa história intelectual até então (digo “até então” porque nada se compara ao brilho e à majestade da Era Lula). Mas, como é difícil fazer-se de intelectual excluído e ao mesmo tempo imperar sobre a cultura de um país ao ponto de poder decidir quem entra e quem sai, a *intelligentzia* esquerdista se atrapalha um pouco na narrativa daquele período, ora chamando-o de “anos de chumbo”, ora de “anos dourados”. Talvez não seja confusão, é claro, apenas uma natural alternância estilística, conforme essa coletividade de pessoas exemplares deseje acentuar como tudo em volta era feio ou como ela própria era bela. A língua pérfida de Daniel Máis dizia que a segunda dessas expressões se referia, na verdade, aos pacotinhos dourados em que a cocaína era entregue, na pérgola do Copacabana Palace, às estrelas das letras e das artes que ali se dedicavam mais altos afazeres intelectuais de que se tem notícia. Caso esta versão seja fidedigna, ela não suprime a anterior, antes a reforça metonimicamente, designando pela cor da embalagem o efeito do estupefaciente que induzia aquelas criaturas a imaginar que brilhavam como ouro sob um céu de chumbo.

Tive meus arranca-rabos com o general Andrade Nery e os teria de novo pelas mesmíssimas razões, mas não posso deixar de cumprimentá-lo por sua reação viril à tentativa de usar as Forças Armadas numa operação tão vexatória como a retirada dos agricultores brasileiros para dar lugar a uma “nação indígena”. Falando pelos companheiros de farda aos quais o código disciplinar impõe um mutismo indignado, o general disse o que todos os militares brasileiros gostariam de dizer: as Forças Armadas existem para defender o Brasil, não para destruí-lo sob pretextos politicamente corretos. Espero que a ocasião sirva para alertar o general quanto à verdadeira origem das pressões globalistas que ameaçam o futuro deste país, origem sobre a qual eu não poderia ser mais claro nem mais concludente do que fui nos meus antigos das últimas semanas.

14 de abril de 2008

Ocupando espaços

NO USO COMUM, EXATO OU TRADICIONAL DA PALAVRA, “intelectual” é o sujeito que estuda alguma coisa de interesse geral e escreve ou fala a respeito dela em lugares onde todo mundo pode lê-lo ou ouvi-lo. No vocabulário especial do comunismo gramsciano, é o fulano envolvido de algum modo em propaganda revolucionária. Na primeira acepção do termo, um sambista não é, só por ser isso, um intelectual. Na segunda, pode ser o intelectual mais importante do país, se seus sambas dão prestígio e dinheiro ao Partido ou transmitem, de maneira mais ostensiva ou sutil, mensagens políticas favoráveis ao comunismo.

Essa duplicidade de sentidos tem algumas aplicações bem interessantes na guerra cultural. A primeira acepção do termo dá espontaneamente a entender que a pessoa a quem ele se aplica tem alguma autoridade na sua área de estudos e merece, portanto, atenção e respeito. A segunda não implica nem mérito nem demérito: é mero termo técnico. Designa a inserção do indivíduo numa das seções – ou “coletivos” – que compõem a estrutura partidária: há o coletivo dos operários, o coletivo dos camponeses, o coletivo dos militares e assim por diante. O coletivo dos intelectuais é o conjunto dos sujeitos envolvidos em guerra cultural e psicológica. O “intelectual” no sentido partidário não é necessariamente – na verdade não é quase nunca -- um “intelectual” no sentido comum. É apenas um ativista que usa os meios da indústria cultural. Ele não precisa ter nenhum estudo especial, nem, de fato, estudo nenhum. Não precisa ter nenhum conhecimento, exceto o dos mecanismos usuais do ativismo partidário. Para distingui-lo do intelectual em geral, é melhor chamá-lo de “ativista cultural”.

Ora, um dos fronts mais importantes da estratégia revolucionária de Antonio Gramsci é aquele que se empenha em “ocupar espaços” nas instituições de cultura, educação e jornalismo, expelindo os adversários e colocando em seu lugar os militantes e colaboradores do Partido -- os ativistas culturais. O objetivo final é ocupar todos os espaços, de modo que não existam mais intelectuais – nos dois sentidos do termo – fora do controle do Partido. Todos os meios são válidos para isso: o boicote, a difamação, a marginalização, a interproteção mafiosa, a monopolização partidária do mercado de trabalho. Mas a tática mais perversa, mais costumeira e mais eficiente é atrair sobre meros ativistas culturais o prestígio que a palavra “intelectual” tem na sua acepção comum. Elevado à condição de autoridade, o ativista cultural torna-se automaticamente uma força automultiplicadora, expandindo a aura de “intelectual” sobre outros ativistas culturais iguais a ele e negando-a a intelectuais genuínos que o Partido considere pessoas inconvenientes. Prosseguida a operação pelo tempo necessário, o Partido torna-se, através dos ativistas culturais bem colocados, a única instância julgadora capaz de conferir ou negar a condição de “intelectual” a quem bem entenda. Atingido esse ponto, a sociedade está madura para aceitar como intelectual em sentido estrito, como opinador abalizado, qualquer semi-analfabeto a quem o Partido confira esse rótulo, bem como, complementarmente, a tratar estudiosos sérios como caracteres aberrantes e atípicos, alheios à comunidade intelectual “oficial” e respeitável.

A “ocupação de espaços” não tem nada a ver com a luta das idéias, com o enfrentamento leal no campo dos debates públicos. Antes do advento dela, o intelectual de esquerda tinha de concorrer em pé de igualdade com seus adversários de direita, tinha de mostrar cultura, domínio do idioma e alguma seriedade. O gramscismo dispensou-o desse esforço, colocando em lugar da disputa de idéias a guerra pela conquista de posições. Daí por diante já não se trata de provar superioridade intelectual, mas de subtrair ao adversário todos os meios de concorrer. O gramscismo é a institucionalização do golpe baixo em lugar do debate intelectual. Daí por diante, o que leva o nome de “debate” é apenas a conversação interna entre militantes e simpatizantes do Partido, com alguma abertura para os indecisos e pusilânimes, mas sem nenhuma chance para o ingresso dos inconvenientes, sobretudo se altamente qualificados.

Não é preciso dizer que no Brasil esse ponto já foi atingido há muito tempo, e ele corresponde à total destruição não somente da vida intelectual genuína, mas da simples possibilidade de haver uma.

É apenas como sintoma banal desse estado de coisas que se pode entender uma iniciativa como a coleção “Intelectuais do Brasil”, paga com dinheiro público pela Universidade Federal de Minas Gerais, na qual entram como figuras representativas Chico Buarque de Hollanda, Leonardo Boff e outros tipos que numa situação normal seriam apenas folclóricos. A presença do sr. Gilberto Gil no Ministério da Cultura ilustra exatamente o mesmo fenômeno, e nada é preciso dizer da redução de todos os cursos de filosofia e ciências humanas, nas universidades públicas e privadas, ao nível de escolinhas de formação de

milитantes.

Na medida em que a vida intelectual superior é o patrimônio mais valioso de uma nação, a apropriação de espaços pela estratégia gramsciana é uma atividade criminosa em altíssimo grau, muito mais grave, pelas suas consequências históricas devastadoras, do que o desvio de dinheiro público ou o financiamento oficial a invasões de terras.

18 de abril de 2008

Cuidado com os analistas políticos

Todo mundo se interessa pela política e tem alguma opinião a respeito. Alguns fazem disso uma profissão. Comentaristas de jornal, cientistas sociais, professores universitários, analistas estratégicos pagos a peso de ouro pelas grandes empresas, todos se acham capacitados para desvendar os mistérios do poder e explicá-los ao comum dos mortais.

O público está de tal modo habituado à ruidosa presença dessas pessoas, que já conta com ela como um componente essencial da política mesma. Nenhum político se aventura a agir sem contabilizar a possível reação dos opinadores de ofício: o cenário que eles comentam é em grande parte criado por eles próprios. O poder que exercem é às vezes maior que o dos políticos mesmos.

Suas palavras se superpõem aos fatos e não raro os encobrem por completo, criando novas situações que nascem da pura imaginação do comentarista, mas no dia seguinte já se tornaram uma realidade com que é preciso contar.

O exemplo mais eloquente foi talvez a Ofensiva do Tet, quando a vitória dos americanos sobre o exército comunista do Vietnã do Norte foi transmutada em derrota pelo noticiário da TV americana e acabou, por isso mesmo, gerando efeitos políticos equivalentes aos de uma derrota militar genuína.

Designar como derrota uma vitória militar explorada em sentido político contrário pela propaganda adversa é, com toda a evidência, uma figura de linguagem, uma metonímia. E tomar figuras de linguagem como descrições literais da realidade é sintoma de grave confusão mental. Uma vez disseminada, a confusão gera situações políticas reais que podem em seguida ser usadas como “provas” retroativas para legitimar como verdade literal a transposição metonímica que deu origem ao engano.

A quase totalidade do que hoje se denomina comentário político é constituída tão-somente de retro-alimentação desse mecanismo alucinatório. Por isso é que, quanto mais analistas estratégicos, comentaristas de mídia e cientistas políticos se ouvem discursando no palco do mundo, menos compreensíveis se tornam os processos políticos reais e menos previsíveis, para eles como para seus ouvintes, os desenvolvimentos mais óbvios das situações de fato.

Quantas dessas mentes iluminadas puderam prever, no meio dos anos 80, a queda da URSS?

O grande sucesso editorial de 1987 foi *Ascensão e Queda das Grandes Potências*, de Paul Kennedy, que anunciava como iminente a derrocada dos EUA e a subida da URSS à condição de potência dominante. Pior: o fator que ele apontava como causa essencial do declínio era o crescimento desmedido do orçamento militar – justamente o expediente usado logo em seguida por Ronald Reagan para vencer a Guerra Fria.

Mas o maior vexame acadêmico daquela década parece não ter deixado nenhuma lição para a década seguinte. Uma vez consumada a dissolução da URSS, quantos luminares do comentário político puderam prever que o movimento comunista não se extinguiria com ela, mas, ao contrário, cresceria formidavelmente e logo estaria em condições de “reconquistar na América Latina o que foi perdido no Leste Europeu”?

Praticamente não houve, entre aquelas criaturas maravilhosas, quem não se apressasse em noticiar o fim do comunismo, seja para celebrá-lo apressadamente no altar da economia de mercado, seja, ao contrário, com o intuito perverso de dar ao comunismo sua melhor oportunidade de fazer-se de morto para assaltar o coveiro.

Nessas duas ocasiões, as poucas vozes sensatas que enunciavam conclusões baseadas na realidade foram sufocadas pela tagarelice majoritária. Ludwig von Mises e Eric Voegelin previram muito claramente o fracasso da URSS, mas ninguém ligou. Lev Navrozov e Anatoliy Golytsin passaram por loucos quando disseram que o fim do regime soviético era um *upgrade* do movimento comunista.

Se a capacidade de previsão é a marca distintiva do conhecimento científico, não vejo como escapar à conclusão de que a ciência política atualmente aceita como tal nas universidades e na mídia é uma fraude retumbante. Mas muitos de seus praticantes não têm mesmo a mínima intenção de conhecimento: o que querem é produzir efeitos políticos para os quais a confusão e o erro são em geral os instrumentos preferenciais.

Alguns deles usam apenas a máscara do prestígio científico como um ladrão se disfarça de padre ou de velhinha. Outros, mais cínicos, confessam que não são devotos da ciência no sentido usual da palavra: são “agentes de transformação social”.

Não querem compreender a realidade, mas transmutá-la à sua imagem e semelhança. Se, tomando sua declaração expressa como mera auto-ironia elegante, o público prefere antes confiar nos seus diplomas de ciência política e continuar levando esses indivíduos a sério como analistas idôneos, ele o faz em prejuízo próprio.

De fato, a transposição metonímica da realidade não é somente uma falsificação pontual. É a destruição da possibilidade mesma do estudo científico da sociedade e da política. Vinte e quatro séculos atrás, Platão e Aristóteles inauguraram esse estudo com a distinção fundamental entre o discurso do agente político e o discurso da análise teórica.

É claro que este último pode, em seguida, ser incorporado ao primeiro e transformar-se ele próprio em meio de ação política. Mas confundi-los já na base é dissolver o conhecimento na manipulação, a inteligência na vontade de poder. É nisso que consiste a quase totalidade daquilo que, nas universidades e na mídia, se entende como ciência política.

28 de abril de 2008

Astúcias de Chapolin

NUM RECENTE DEBATE COM O ECONOMISTA RODRIGO CONSTANTINO, no programa “Conversas Cruzadas” da TV gaúcha,[44] o deputado Ciro Gomes assegurou que o único gasto excessivo do governo federal é o pagamento dos juros da dívida externa e que seria praticamente impossível sugerir, fora isso, qualquer corte de despesas que chegasse a um bilhão de reais.

Aparentemente, nem ele nem seu interlocutor tinham a menor idéia de que a pletora de indenizações a terroristas – o gasto mais inútil e mais indecente que se poderia imaginar – já ultrapassou essa cifra há muito tempo. Também nenhum dos dois deu sinal de saber que, no orçamento deste ano, as despesas da Presidência estão em quase três bilhões, e os ministérios inventados pelo governo Lula, que não faziam a menor falta quando não existiam nem farão quando retornarem ao nada, estão consumindo 8 bilhões. Com toda a sua responsabilidade de ex-ministro da Integração Nacional, o sr. Ciro Gomes mostrou recordar, do Orçamento da União, só aquele detalhe que lhe dava a oportunidade de malhar uma vez mais o seu judas predileto, o “neoliberalismo”, esquecendo tudo o mais. Se não o esquecesse, não poderia conciliar sua ojeriza aos credores externos com a afirmativa esdrúxula de que o governo deveria é gastar mais em vez de menos. Pois, afinal, foi para gastar mais, e não menos, que se fez a dívida externa. Ou estou enganado?

Mesmo quanto ao alvo predileto dos seus ataques o sr. Gomes mostrou não saber grande coisa, pois voltou a insistir no cacoete mais estúpido da retórica oficial, os tais “quinhentos anos” de exploração capitalista, como se o “neoliberalismo” (seja isto lá o que for) tivesse começado com Pedro Álvares Cabral e como se toda a nossa história administrativa não tivesse sido, bem ao contrário, – e desde os tempos das Capitanias Hereditárias – uma novela de centralização, burocratismo e gastos públicos freqüentemente até maiores do que aqueles que o ex-ministro recomenda.

Presto sempre atenção ao que diz o sr. Ciro Gomes, porque é quase inevitável que mais dia, menos dia, ele se candidate de novo à Presidência, recuperando a chance que perdeu quando, em 2002, consentiu abjetamente em servir de *sparring* na farsa eleitoral mais grotesca da nossa História, uma festa em família entre companheiros de esquerdismo, todos empenhados em não bater demais no candidato petista cuja vitória pré-decida era a única razão de ser daquela palhaçada toda.

Notem bem: o sr. Gomes não é nenhum idiota, é um dos homens mais inteligentes e uma das personalidades mais interessantes que já passaram por qualquer ministério desde a inauguração da Nova República. Seu problema não é burrice: é o oportunismo escorregadio que o faz querer passar por muito mais esquerdista do que é e comprometer-se com as políticas erradas mesmo quando está com a idéia certa na cabeça. Muitas vezes, no curso deste debate como em outros pronunciamentos, ele expressou opiniões gerais muito sensatas, mas entremeando-as de concessões de ocasião ao esquerdismo mais vulgar e estúpido, arruinando com uma profusão de detalhes falsos a verdade geral do que dizia. Ele faz isso porque padece de *espertismo*, a doença endêmica dos políticos brasileiros, que consiste em acabar virando bobo de tanto querer bancar o esperto. Se fosse mesmo esperto, o sr. Gomes jamais teria apostado nas luzes de meio *watt* do filósofo Roberto Mangabeira Unger, que é o pior tipo de visionário, o visionário sem visão. Nem daria como exemplo de interferência estrangeira danosa aos nossos interesses, como o fez neste debate, a pressão americana contra a venda de aviões à Venezuela. Não que ele seja bobo o suficiente para imaginar que um assunto desses pode ser enfocado só do ângulo econômico, ignorando as implicações militares mais patentes que determinam a atitude americana e a tornam, aliás, benéfica ao Brasil. Mas fazer-se de bobo só para não perder a chance de dar um agradinho nos chavistas de plantão não é esperteza nenhuma: como sempre acontece nessas ocasiões, a diferença entre a bobagem fingida e a bobagem autêntica tornou-se perfeitamente irrelevante, e a astúcia verbal do sr. Gomes acabou não se distinguindo em nada da do saudoso Chapolin Colorado.

Se o ex-governador do Ceará, com todo o seu talento, não se decidir a tornar-se ele mesmo em vez de continuar se amoldando por falsa esperteza àqueles que só pretendem utilizá-lo para fins que não são os dele, dificilmente virá a desempenhar na política brasileira um papel mais honroso do que na eleição presidencial de 2002.

2 de maio de 2008

A consciência da consciência

EMBORA ESTES ARTIGOS VENHAM REPLETOS DE ANÁLISES de situações políticas concretas, raramente reproduzo neles algo dos fundamentos de filosofia política e filosofia geral que transmito nos meus cursos. O resultado é que as análises ficam boiando no ar como balões sem dono, soltas do fio que as amarra ao solo comum. Vou aqui remediar isso um pouco, explicando um – apenas um – daqueles fundamentos.

O fato de que nas ciências ditas humanas o sujeito e o objeto do conhecimento sejam o mesmo foi muitas vezes lamentado como causa de distorções subjetivistas incompatíveis com as pretensões do rigor científico.

No esforço de eliminar essas distorções, muitos estudiosos tentaram constituir aquele objeto como entidade do mundo exterior, à maneira dos fatos da natureza, neutralizando o viés subjetivo do observador. Acontece que aquela coincidência de sujeito e objeto é a verdadeira e efetiva situação de conhecimento nas ciências humanas, e não vejo por que fugir a essa situação mediante analogias com modelos colhidos de outras ciências deva ser mais útil e proveitoso do que tomá-la inteiramente a sério desde o início como um dado incontornável da realidade.

Toda tentativa de constituir o objeto “homem” como coisa externa – e, pior ainda, de recortá-lo do seu fundo concreto mediante a seleção de seus aspectos matematizáveis, com exclusão do resto – só pode resultar na produção de uma analogia, de uma figura de linguagem, de um símile poético. Estudos assim orientados podem criar interessantes metáforas, mas não ciência propriamente dita. Pode-se comparar o homem com formigas, com ratos de laboratório, com programas de computador, ou, como o faz o dr. Freud, com um sistema de pressões hidráulicas. Tudo isso é muito sugestivo, mas, como o número de símiles é ilimitado por definição, o conjunto não tem como deixar de ser totalmente inconclusivo, como inconclusiva é a leitura das obras-primas da literatura universal.

A coincidência de sujeito e objeto é, ao contrário, uma posição privilegiada que deve ser assumida desde o início como premissa e norma orientadora em todo o campo das ciências humanas. A técnica para o estudo de um objeto assim definido, aliás, já existe há milênios e é um dos mais aprimorados instrumentos cognitivos ao alcance do ser humano. Ela chama-se “meditação” e não deve ser confundida com nada daquelas esquisitices que as seitas pseudo-orientais colocaram em circulação sob esse nome. Hugo de São Vítor explicava que pensar é transitar de uma idéia à outra (seja vagando pela floresta das analogias, seja subindo ou descendo na escala das proposições, do geral para o particular e vice-versa). Meditar, ao contrário é retroceder metodicamente desde um pensamento até seu fundamento ou raiz na experiência que o tornou possível. Modelos clássicos de meditação são as investigações sobre a natureza do “eu” empreendidas nas *Confissões* de Santo Agostinho, no *Vedanta*, no livro de Filosofia Primeira de René Descartes, na fenomenologia de Husserl, em inumeráveis trechos de Louis Lavelle ou na *Anamnesis* de Eric Voegelin.

Repasar essas descrições célebres já seria matéria para um curso inteiro. Esquemáticamente, a pergunta central é: “A quem propriamente você se refere quando usa a palavra ‘eu’ na vida de todos os dias?”. O percurso da resposta vai de uma mera idéia ou convenção verbal até a experiência de uma realidade ao mesmo tempo imediata e profunda que essa palavra encobre e revela simultaneamente.

O eu – não o eu filosófico, abstrato, sujeito hipotético das demonstrações metafísicas, mas o eu concreto, real – não é o corpo, não é as sensações, não é as emoções, não é os pensamentos. Também não é a pura memória, mas é a memória da memória, a memória que se lembra de ter lembrado e responde perante os outros e perante si mesma como autora e portadora única de seus próprios conteúdos. “Consciência”, definia Maurice Pradines, “é uma memória do passado preparada para os desafios do presente”. O “eu” é aquele que responde por aquilo que sabe, e, mais ainda, por aquilo que ele *sabe que sabe*. O mais elevado autoconhecimento não consiste senão na admissão de um saber prévio assumido responsavelmente.

Mas esse eu não existe somente nas alturas da meditação filosófica. É ele que responde pelas cobranças do mundo em torno nas tarefas e lazeres cotidianos. O eu que responde – o eu responsável – é a realidade humana mais direta, universal e permanente. Mesmo culturas que não chegaram a ter uma noção clara da individualidade psíquica já sabiam disso, como o prova o fato de que em todas elas quem é chamado a responder por seus atos é o autor deles, não um terceiro. Não há sociedade, por mais primitiva, onde as noções de autoria, culpa e mérito não estejam perfeitamente identificadas entre si.

O eu não poderia ser criado por incorporação de papéis sociais se já não estivesse prefigurado, por um lado, na individualidade física e, por outro, na memória da memória – a recordação de estados interiores revividos na pura intimidade do indivíduo consigo mesmo.

O eu responsável – a consciência da consciência – não existe como coisa nem como estado: existe apenas como tensão permanente em direção a *mais* consciência, *mais* responsabilidade, *mais* abrangência e maior integração. A consciência cresce na medida em que se reconhece, e não pode reconhecer-se senão abrindo-se permanentemente a conhecimentos que transcendem o seu patrimônio anterior. A abertura para a transcendência – para aquilo que está para além do horizonte atual de experiência – é portanto um dado permanente da estrutura da consciência. Suprimi-la é falsear na base a situação de conhecimento.

A consciência responsável é a verdadeira situação do ser humano no mundo. Observa-se isto nas interações mais simples, onde aquele que fala sempre espera que o outro o compreenda: não apenas que apreenda o sentido de uma frase, mas que adivinhe uma intenção e por trás dela capte a presença de um eu consciente semelhante ao seu. O contrário seria falar com as paredes.

O eu responsável é um dos fundamentos primários da sociedade humana. Ele é a origem de todas as idéias, criações, instituições, leis, hábitos, estruturas. Tudo o que, na sociedade, não possa ser rastreado até sua origem no eu consciente assume a aparência de coisa externa vinda ao mundo por pura magia espontânea. É o coeficiente de fantasmagoria que resta em toda sociedade por efeito da alienação e da perda de memória. Que muitos estudiosos da sociedade prefiram concentrar nesse resíduo coisificado as suas atenções, eludindo a incomodidade de uma autoconsciência exigente, cujas demandas no entanto podem continuar atendendo enquanto cidadãos comuns fora das horas de expediente, mostra que aquilo que leva o nome honroso de “ciência” é muitas vezes nada mais que uma forma elegante de fuga da realidade.

05 de maio de 2008

Confusão e erro

QUANDO O GOVERNO AMERICANO RESOLVEU APOSTAR EM LULA como freio para as pretensões de Hugo Chávez, o resultado era mais que previsível: sob uma cortina de sorrisos tranquilizantes estendida pelo presidente brasileiro, a esquerda revolucionária latino-americana teria campo livre para crescer e dominar mais meia dúzia de países, sem que o Departamento de Estado opusesse a isso senão alguns resmungos anti-chavistas periódicos, *pro forma* e totalmente inofensivos.

Escrevi que isso ia acontecer, e aconteceu.

O simples fato de que a sra. Condoleezza Rice e o presidente Bush concentrassem seus temores na pessoa de Hugo Chávez, em vez de reparar na monstruosa articulação continental de esquerda montada pelo próprio Lula no Foro de São Paulo, já manifestava uma opção preferencial pela miopia, uma necessidade obsessiva de concentrar-se num detalhe para não enxergar o todo.

O CFR, *Council on Foreign Relations*, foi manifestamente culpado de fomentar esse monstruoso erro de avaliação, ao emprestar sua prestigiosa tribuna para que os srs. Luiz Felipe de Alencastro e Kenneth Maxwell negassem a existência do Foro de São Paulo, numa época em que as atas das assembléias dessa organização já estavam publicadas e à disposição de qualquer estudioso honesto. Um órgão da envergadura do CFR simplesmente não tem o direito de alimentar o governo com falsa informação, pois está consciente de que sua palavra é ali ouvida com reverência e temor.

Mas agora sabemos que o erro teve uma segunda origem ainda mais escandalosa: foi o próprio Lula que em 2005 ofereceu ajuda ao governo americano para “acalmar Chávez”. O emissário escolhido para levar a oferta já constituía, pela singularidade da sua pessoa, a prova mais patente de que não havia na proposta senão o intuito de acalmar, isto sim, o governo dos EUA, para que não prestasse atenção ao Foro de São Paulo e ao crescimento do seu poder avassalador. O portador não foi outro senão o então ministro José Dirceu, cuja lealdade à ditadura cubana – e portanto ao Foro de São Paulo, que é uma extensão dela – não advém só de sua imensa dívida pessoal para com o regime que o transformou de militante de segunda classe em comandante da esquerda armada brasileira, mas deve-se também a um laço de ordem profissional, de vez que o referido é oficial do serviço secreto militar cubano (um cargo ao qual o prefixo “ex”, quando não se trata de pessoa exilada, presa ou falecida, só pode ser acrescentado a título de desinformação ou de piada).

Um indício ainda mais direto de que se tratava de presente de grego foi fornecido pelo próprio José Dirceu, ao declarar à sra. Rice, na ocasião, que não havia nenhuma ligação entre Hugo Chávez e as Farc – ligação que hoje está mais que provada e que ele então não podia ignorar de maneira alguma.

Um terceiro fator que contribui para nublificar a visão que o governo americano tem da política de Lula é a presteza e alegria com que este último cede às injunções dos investidores estrangeiros, dos bancos internacionais e do globalismo em geral. Como a relação entre esses poderes e o governo americano é ambígua e nebulosa, Lula pode parecer amigo dos EUA só por ser, mais que amigo, servo do esquema globalista, ao qual não hesitou em tentar ceder um estado inteiro da federação, a título de “república indígena”, só sendo impedido de fazê-lo pela reação patriótica das Forças Armadas brasileiras. Jornalistas a serviço desse esquema vendem a imagem de que um Lula globalista é, por definição, um parceiro dos EUA. Mas, se globalismo e interesse nacional americano fossem a mesma coisa, ninguém proporia algo como o Tratado da Lei do Mar, a sujeição dos presidentes americanos ao Tribunal Penal Internacional ou a dissolução dos EUA numa “Comunidade Norte-Americana”. A confusão, neste caso, é proposital. Mas isso só deveria constituir um motivo a mais para que um presidente americano sensato jamais caísse nela.

9 de maio de 2008

Travessia perigosa

EM SEU LIVRO *AMERICA AND THE WORLD REVOLUTION*,[\[45 \]](#) transcrição de conferências pronunciadas na Universidade da Pennsylvania na primavera de 1961,[\[46 \]](#) Arnold Toynbee escreveu:

“Se queremos evitar o suicídio em massa, precisamos ter o nosso Estado mundial rapidamente, e isto provavelmente significa que precisaremos instaurá-lo numa forma não democrática, para começar”.

Não era uma profecia, era uma proposta. Ou melhor, era a reafirmação de uma proposta que já vinha sendo trabalhada nos altos escalões do *establishment* anglo-americano pelo menos desde 1928, quando Herbert George Wells publicou a primeira versão popular do plano, sob o título altamente sugestivo *The Open Conspiracy*.[\[47 \]](#) Alguns historiadores fazem o projeto remontar a finais do século XIX e apontam sua presença já entre as causas da I Guerra Mundial, mas nós não precisamos ir tão longe. Os melhores estudos sobre a vida e obra de Wells[\[48 \]](#) não deixam dúvidas quanto ao papel desempenhado pelo autor de *A Guerra dos Mundos* na transformação de uma idéia geral num projeto político viável. Tal como Wells, Toynbee não foi apenas um intelectual, mas um ativista, colaborador íntimo do governo britânico e dos círculos globalistas. Sua obra monumental *A Study of History* (1939-1961) fornece a visão unificada do desenvolvimento histórico mundial, indispensável à preparação do terreno para o advento do governo mundial.

O estado mais recente de implementação dos planos traçados por esses visionários pode ser avaliado pelos seguintes parágrafos publicados no *Taipei Times* de 21 de fevereiro de 2006,[\[49 \]](#) aos quais nenhum comentarista político brasileiro prestou muita atenção embora seu autor fosse nada menos que Richard Haas, presidente do CFR, *Council on Foreign Relations*, o mais poderoso *think-tank* dos EUA e praticamente uma ante-sala da Presidência americana:

“Na era da globalização... os Estados têm de estar preparados para ceder algumas parcelas da sua soberania aos órgãos mundiais... Isso já está acontecendo no comércio [...].

Alguns governos estão preparados para desistir de elementos de soberania para enfrentar a ameaça da mudança global do clima. Por um desses acordos, o protocolo de Kyoto, que vigora até 2012, os signatários concordam em eliminar certas emissões específicas. O que é preciso agora é uma ampliação do acordo, pela qual um número maior de governos, incluindo o dos EUA, da China e da Índia, aceitem limites às emissões e adotem padrões comuns por reconhecer que seria pior se nenhum país o fizesse.

A globalização, portanto, implica não somente que a soberania está se tornando mais fraca na realidade, mas que ela deve mesmo se tornar mais fraca [...]. A soberania já não é um refúgio”.

Observações:

1. O apelo sucessivo aos exemplos do comércio e da “mudança global do clima” mostra que o plano do Estado mundial tanto pode se legitimar como resposta unificada a problemas de escala internacional, quanto pode espalhar ele próprio uma onda alarmista em torno de problemas inexistentes para se legitimar por meios postiços e fraudulentos. Em 2006 o *slogan* “aquecimento global” ainda podia parecer um aviso de amigo. Decorridos dois anos, não só milhares de cientistas contestam abertamente esse dogma, mas até crianças de escola estão aptas a desbancar a lenda imposta ao mundo pela campanha bilionária em que brilha como supremo garoto-propaganda o ex-vice-presidente americano Al Gore.[\[50 \]](#)

2. Os procedimentos usados para impor as reformas globalizantes contornam as vias democráticas normais por meio de decisões tomadas em discretas comissões técnico-científicas e administrativas cuja atividade o público mal pode compreender.[\[51 \]](#) A rapidez mesma das mudanças torna impossível ao cidadão comum perceber o sentido dos acontecimentos. A “opinião pública”, que em geral já não passa mesmo de um conjunto de impressões vagas sem grande conexão com a realidade, torna-se então um mero instrumento para a implantação de mutações que ela própria não pode nem entender nem influenciar. O programa de Toynbee surge aí realizado da maneira mais clara: o Estado mundial não suprime a democracia, mas a engole. Ela continua existindo, mas como órgão de um corpo superior que a abrange e controla sem que ela tenha disso a menor idéia.

3. Se outros fatos que tenho citado em meus artigos não o comprovassem abundantemente, o caso do Protocolo de Kyoto basta para mostrar uma coisa óbvia que muitos dos nossos nacionalistas relutam em entender: que nem os centros de comando do poder globalista se encontram no governo americano, nem os interesses do Estado global se identificam no mais mínimo que seja com os do bom e velho “imperialismo ianque”. Da Califórnia à Nova Inglaterra, da Flórida ao Oregon, ninguém ignora que curvar-se à ampliação do Protocolo de Kyoto é destruir na base a economia americana, reduzindo os EUA à condição de potência de segunda classe. Nem escapa à atenção geral o fato de que outros projetos globalistas propugnados pelo CFR, como o Tratado da Lei do Mar ou a dissolução das Fronteiras com o México e o Canadá, completariam essa destruição e fariam da nação americana um capítulo encerrado da História. Curiosamente, o mais lúcido intelectual de esquerda no mundo, Antonio Negri, já explicou e repetiu mil vezes que “Império” e “Estados Unidos” não são a mesma coisa, que o Império global em formação é supranacional

não somente nos objetivos mas na sua própria constituição interna (não que Negri tenha descoberto pioneiramente alguma coisa: com pequenas diferenças, o essencial da sua concepção do Império, publicada em 2000 pela Harvard University Press sob o título *Empire*, já estava todo no meu livro *O Jardim das Aflições*, de 1996). Mas o fato de que nem mesmo a palavra de um esquerdista ilustre baste para desfazer a confusão de globalismo e americanismo já mostra que muito do nacionalismo brasileiro é antes uma forma de atavismo doentio do que um patriotismo inteligente. A linguagem cotidiana da política reflete isso: embora o único Império que existe no mundo seja aquele a que se refere Negri, no Brasil usa-se o termo “Império” como sinônimo de “Estados Unidos”, seguindo nisso a retórica comunista de Fidel Castro.[52] Com isso, o grande e verdadeiro Império, do qual a esquerda latino-americana é um dos principais instrumentos, fica a salvo da hostilidade pública, voltada contra uma nação em particular, a qual por ironia – mas não por coincidência – é justamente aquela que maiores obstáculos oferece às pretensões imperiais.

4. O esquema globalista apoiado pelo CFR não é o único que existe. Há um globalismo russo-chinês, consolidado no Pacto de Solidariedade de Shanghai,[53] que atua principalmente por duas vias: o financiamento ao terrorismo e o domínio de nações inteiras por intermédio da mais formidável máquina de corrupção que já existiu no mundo. E há o globalismo islâmico, que se expande através da imigração usada como arma de guerra cultural, numa eficientíssima estratégia de ocupação por dentro. As relações entre esses três esquemas de dominação são extremamente complexas e sutis. O Pacto de Shanghai, por exemplo, apresenta-se como reação de esquerda ao “globalismo imperialista”, mas na verdade não se opõe a ele de maneira alguma, e sim apenas aos EUA, ajudando portanto o globalismo a minar a resistência americana (o cacoete lingüístico brasileiro acima mencionado é amostra local desse fenômeno). O esquema islâmico e o russo-chinês podem, até certo ponto, ser vistos como concorrentes entre si, mas aí também uma rede de atenuações e ambigüidades torna proibitiva toda simplificação esquemática.

5. Nenhum país pode “enfrentar” o globalismo avassalador, mas cada um tem a obrigação de se integrar nele da maneira mais proveitosa para o seu povo, sem nada ceder dos seus interesses vitais. Para isso, no entanto, é preciso uma elite intelectual altamente preparada, capaz de orientar-se nos meandros da mais vasta e complexa mutação histórica de todos os tempos. No Brasil essa elite não existe de maneira alguma, e a presunção de que as nossas instituições de ensino “superior” possam prepará-la é tão ridícula que nem merece discussão. Nos cursos que não foram reduzidos à condição de escolinhas de militantes, predomina o praticismo econômico mais rasteiro ou então o formalismo acadêmico que só sabe raciocinar em termos de instituições e doutrinas, sem ir jamais às questões fundamentais. Que eu saiba, o único brasileiro que está preocupado em formar essa elite sou eu mesmo, mas, como os senhores não ignoram, só posso trabalhar em escala miúda, proporcional aos meus recursos, isto é, à falta de recursos. O Brasil parece destinado a atravessar esta grande e perigosa época sem compreender para onde vai nem saber quem o leva.

12 de maio de 2008

Oxford University Press 1962.

Tradução brasileira pela Zahar, 1963.

Disponível em <http://www.inlex.org/stories/wells/opencons.html>.

W. Warren Wagar, *H. G. Wells and the World State*, Yale University Press, 1961; Michael Foot, *The History of Mr. Wells*, Washington DC, Counterpoint, 1995.

Ver o artigo “State sovereignty must be altered in globalized era” disponível em <http://www.taipeitimes.com/News/editorials/archives/2006/02/21/2003294021>.

Ver o artigo “Al Gore’s global warming debunked – by kids!”, disponível em <http://www.wnd.com/2008/04/62598/>.

Ver meu artigo “Golpe de estado no mundo”, disponível em <http://www.olavodecarvalho.org/semana/030524globo.htm>.

Ver o artigo dele ““Nuestro espíritu de sacrificio y el chantaje del Imperio”, de 25 de abril, disponível em <http://www.granma.cu/granmad/secciones/ref-fidel/art15.html>.

Ver meu artigo “Sugestões aos bem-pensantes: internem-se”, publicado no segundo volume desta série, *O mundo como jamais funcionou*, Campinas, SP: VIDE Editorial, 2014, p. 49-56.

Touraine, *por qué no te callas?*

EM RECENTE ENTREVISTA À FRANCE-PRESSE, EM LIMA, o mundialmente célebre sociólogo francês Alain Touraine disse que “a América Latina caminha para a direita”. O argumento que ele apresentou para justificar uma afirmativa tão extravagante foi que “nenhum dos países da região fez reformas para reduzir a desigualdade”.

A ciência política nasceu quando Platão e Aristóteles distinguiram entre o discurso do agente político que quer produzir certos efeitos práticos e o discurso teórico do estudioso que quer apenas compreender a ação política. Decorridos dois mil e quatrocentos anos, ainda há quem se esforce para apagar essa distinção, de modo a que o olhar atento do filósofo não constitua obstáculo à ação política baseada na confusão e no erro. Hoje em dia esse esforço é premiado com honras acadêmicas e aplausos da mídia, constituindo mesmo tudo o que um cidadão precisa fazer para celebrar-se como cientista político.

“Direita” e “esquerda” são termos que podem ser usados seja por um observador para descrever entidades políticas concretas, seja por essas mesmas entidades para definir-se a si próprias ou a seus adversários. Têm, portanto, três camadas básicas de significado. São, em primeiro lugar, nomes de grupos políticos atuantes, perfeitamente identificáveis. Em segundo lugar, nomeiam um conjunto de ideais e valores, reais ou fictícios, alegados para legitimar as ações desses grupos. Em terceiro lugar, e com emprego inverso, constituem o nome de vícios e crimes que cada um dos grupos imputa ao respectivo adversário. Só o primeiro desses três sentidos corresponde diretamente a uma realidade objetiva: os outros dois são expressões simbólicas de emoções e preferências subjetivas.

Deixar claro em qual desses três sentidos as expressões estão sendo usadas é um dever que incumbe até mesmo às pessoas empenhadas na pura ação política, quanto mais ao estudioso acadêmico. Confundir os significados é a obra dos demagogos e charlatães.

Na primeira das três acepções, “esquerda” é o nome das entidades que sustentam a política de Lula, no Brasil, de Hugo Chávez, na Venezuela, de Evo Morales, na Bolívia, etc. Na segunda acepção, representa o conjunto de pretextos ideológicos que legitimam essa sustentação, o mais veemente dos quais é a promessa de “reduzir as desigualdades”. Na terceira, expressa a auto-imagem desses grupos enquanto inimigos da “direita”, identificada, para fins de propaganda, como criadora e beneficiária da desigualdade.

Nos países latino-americanos presentemente governados pela esquerda, os partidos que ela denomina “de direita” -- dos quais alguns se autodefinem como tal e outros não -- encontram-se cada vez mais distanciados não só do poder como da mera possibilidade de alcançá-lo um dia, tal a força dos mecanismos repressivos e de controle, ostensivos ou sutis, que a esquerda dominante mobilizou contra eles.

Em segundo lugar, a esquerda latino-americana está organizada supranacionalmente, através do Foro de São Paulo e da sua bem azeitada rede de contatos, que lhe tem propiciado vitórias em cima de vitórias, enquanto os partidos de direita se limitam a reações locais e inconexas, incapazes de fazer face a uma estratégia continental unificada. Muitos desses partidos encontram-se tão debilitados que já temem ostentar o rótulo de direitistas e buscam adaptar-se ao esquerdismo triunfante por meio de toda sorte de concessões pusilânimes e mimetismos simiescos.

Mais ainda, as organizações de esquerda, apoiadas por fundações bilionárias, por organismos internacionais e pela grande mídia da Europa e dos EUA, tem hoje recursos financeiros com que nenhum partido de direita ousaria nem mesmo sonhar.

Por fim, o governo dos EUA, em vez de contrabalançar a situação ajudando os partidos latino-americanos de direita no seu próprio interesse, insiste na velha tática de buscar “conter a esquerda radical” por meio do apoio à “esquerda moderada”, ignorando solenemente a solidariedade profunda entre as duas esquerdas e ajudando a marginalizar e estrangular as poucas forças de direita e pró-americanas que possam restar no continente.

Nesse panorama, a coisa mais evidente é que a esquerda, como força concreta organizada, já domina a América Latina como nenhuma outra corrente política unificada jamais dominou antes, e que as perspectivas de afastá-la do poder são cada vez mais remotas e, a curto prazo, praticamente inexistentes.

Por outro lado, é um fato histórico inegável que a esquerda, justamente nos países que dominou da maneira mais completa e

incontrastada, como a URSS, a China ou Cuba, não só fez pouco ou nada para reduzir as desigualdades, como realmente as aumentou. Tanto do ponto de vista político quanto do econômico, a distância entre os privilegiados e a massa popular aí cresceu a um ponto que o cidadão comum das democracias mal pode conceber, mas que se mede em números: jamais se morreu de fome, no mundo, como se morreu nessas nações governadas por nababos revolucionários. Em matéria de fome e miséria, nada, nos países capitalistas, ou mesmo na maior parte das colônias das antigas potências européias, se compara ao que se passou na Ucrânia em 1932-33 ou na China durante o “Grande Salto para a Frente”.

Definir a esquerda pela “luta contra a desigualdade” é defini-la pelo seu discurso de auto-exaltação ideológica exclusivamente, vendendo como realidade atual e concreta o que é somente um *slogan* publicitário e uma promessa jamais cumprida. Isso não é ciência, é vigarice intelectual. Vigarice tanto mais intolerável quando acoplada à fraude semântica complementar e inversa que, recusando à direita o privilégio conferido à esquerda, de autodefinir-se por seus ideais nominais, a define pelos males e pecados que a esquerda lhe imputa.

Mas fazer desse truque imoral o fundamento para o diagnóstico de uma situação política concreta, saltando da mera confusão proposital de conceitos à falsificação de um estado de fato, já é ir além da pura vigarice, é abdicar da condição de intelectual e rebaixar-se ao nível dos demagogos mais chinfrins e desprezíveis.

Além de camuflar o poder da esquerda sob o falso alarma de uma guinada à direita, desviando as atenções gerais de um desastre atual e presente para um perigo remoto e fictício, o prof. Touraine transforma em propaganda esquerdista aquilo que, pela sua substância fática, só poderia e deveria ser um ataque frontal à hipocrisia das organizações de esquerda, ao já proverbial cinismo com que, uma vez chegadas ao poder, elas só se ocupam em conquistar mais poder ainda, em vez de zelar pelo bem do povo que nelas confiou.

Não, o que define a esquerda, historicamente, não é a luta contra a desigualdade. É a luta pela concentração de poder político, sob o pretexto de combater a desigualdade. Foi isso o que se viu na Revolução Francesa, na Revolução Russa, na Revolução Chinesa, na Revolução Cubana e por toda parte onde a esquerda reinou sem ser atrapalhada pela presença da maldita direita. Mesmo nas nações democráticas, onde tem adversários a enfrentar, a esquerda busca sempre aumentar por todos os meios possíveis o poder da burocracia estatal. E, como a concentração do poder político concentra também necessariamente o poder econômico – motivo pelo qual os capitalistas monopolistas ajudam sempre a esquerda, não a direita –, a esquerda mundial deve ser definida estritamente, segundo a substância da sua realidade histórica, como a força política que há pelo menos dois séculos promove a desigualdade em nome da igualdade.

Nenhum cientista social, mesmo sem o prestígio do prof. Touraine, tem jamais o direito de tomar *slogans* como realidades, seja para favorecer o seu próprio grupo político, seja para denegrir o adversário.

19 de maio de 2008

A escória do mundo

“Cuanto más alto sube, baja al suelo”

– Frei Luís de León

VOU RESUMIR AQUI UMAS VERDADES ÓBVIAS E BEM PROVADAS, que uma desprezível convenção politicamente correta proíbe como indecentes.

Todo comunista, sem exceção, é cúmplice de genocídio, é um criminoso, um celerado, tanto mais desprovido de consciência moral quanto mais imbuído da ilusão satânica da sua própria santidade.

Nenhum comunista merece consideração, nenhum comunista é pessoa decente, nenhum comunista é digno de crédito.

São todos, junto com os nazistas e os terroristas islâmicos, a escória da espécie humana. Devemos respeitar seu direito à vida e à liberdade, como respeitamos o dos cães e das lagartixas, mas não devemos lhes conceder nada mais que isso. E seu direito à vida cessa no instante em que atentam contra a vida alheia.

Nos anos 60 e 70, a guerrilha brasileira não foi nenhuma epopéia libertária, foi uma extensão local da ditadura cubana que, àquela altura, já tinha fuzilado pelo menos dezessete mil pessoas e mantinha nos cárceres cem mil prisioneiros políticos simultaneamente, número cinqüenta vezes maior que o dos terroristas que passaram pela cadeia durante o nosso regime militar, distribuídos ao longo de duas décadas, nenhum por mais de dois anos – e isto num país de população quinze vezes maior que a de Cuba. Nossos terroristas recebiam dinheiro, armas e orientação do regime mais repressivo e assassino que já houve na América Latina, e ainda tinham o cinismo de apregoar que lutavam pela liberdade.

Agora que estão no poder, enchem-se de verbas públicas e justificam a comedeira alegando que o Estado lhes deve reparações. O dinheiro do Estado é do povo brasileiro e o povo brasileiro não lhes deve nada. Eles é que devem aos filhos e netos daqueles que suas bombas aleijaram e seus tiros mataram.

Perguntem aos cidadãos, nas ruas: “O senhor, a senhora, acham que têm uma dívida a pagar aos terroristas, pelo simples fato de que a violência deles foi vencida pela violência policial? O senhor, a senhora, acham justo que o Estado lhes arranque impostos para enriquecer aqueles que se acham vítimas injustiçadas porque o governo matou trezentos deles enquanto eles só conseguiram, coitadinhos, matar a metade disso?”

Façam uma consulta, façam um plebiscito. A nação inteira responderá com o mais eloqüente NÃO já ouvido no território nacional.

É claro que os crimes que esses bandidos cometeram não justificam nenhuma barbaridade que se tenha feito contra eles na cadeia. Mas justifica que estivessem na cadeia, embora tenham ficado lá menos tempo do que mereciam. E justifica que, surpreendidos em flagrante delito e respondendo à bala, fossem abatidos à bala.

Mas eles não acham isso. Acham que foi um crime intolerável o Estado ter armado uma tocaia para matar o chefe deles, Carlos Marighela, confessadamente responsável por atentados que já tinham feito várias dezenas de vítimas inocentes; mas que, ao contrário, foi um ato de elevadíssima justiça a tocaia que montaram para assassinar diante da mulher e do filho pequeno um oficial americano a quem acusavam, sem a mínima prova até hoje, de “dar aulas de tortura”.

Durante a ditadura, muitos direitistas e conservadores arriscaram vida, bens e reputação para defender comunistas, para abrigá-los em suas casas, para enviá-los ao exterior antes que a polícia os pegasse. Não há, em toda a história do último século, no Brasil ou no mundo, exemplo de comunista que algum dia fizesse o mesmo por um direitista.

Sim, os comunistas são diferentes da humanidade normal. São diferentes porque se acham diferentes. São inferiores porque se acham superiores. São a escória porque se acham, como dizia Che Guevara, “o primeiro escalão da espécie humana”.

Eles têm, no seu próprio entender, o monopólio do direito de matar. Quando espalham bombas em lugares onde elas inevitavelmente atingirão pessoas inocentes, acham que cumprem um dever sagrado. Quando você atira no comunista armado antes que ele o mate, você é um monstro fascista.

Por isso é que acham muito natural receber indenizações em vez de pagá-las às vítimas de seus crimes.

Quem pode esperar um debate político razoável com pessoas de mentalidade tão deformada, tão manifestamente sociopática?

Um comunista honesto, um comunista honrado, um comunista bom, um comunista que por princípio diga a verdade contra o Partido, um comunista que sobreponha aos interesses da sua maldita revolução o direito de seus adversários à vida e à liberdade, um comunista sem ódio insano no coração e ambições megalômanas na cabeça, é uma roda triangular, um elefante com asas, uma pedra que fala, um leão que pia em vez de rugir e só come alface. Não existiu jamais, não existe hoje, não existirá nunca.

20 de maio de 2008

Aritmética do engodo

DESDE QUE O ASSASSINATO DA MENINA ISABELLA APARECEU NA MÍDIA, o comentário esquerdista do episódio tem sido invariavelmente o mesmo: é imoral fazer alarde em torno de uma só criança assassinada, num país onde os menores de idade vítimas de homicídio se contam aos milhares.

A nuance ideológica aí subentendida é que o individualismo burguês reserva sua compaixão para o caso singular para não ter de enxergar o problema social por trás dele.

Jamais ocorre a esses sapientíssimos denunciadores da alienação capitalista a hipótese de que o caso singular desperte a violenta emoção coletiva justamente por ser um símbolo condensado do problema social, a gritaria em torno dele expressando portanto um estado de consciência alerta e não de alienação.

Intelectuais de esquerda jamais hesitam em torcer a realidade como se fosse roupa no tanque, para extrair dela um pouco de água suja que possam mostrar ao mundo como prova da maldade burguesa e, *en passant*, da sua própria superioridade moral.

Por isso mesmo não me surpreendi nem um pouco ao ler, na *Folha Online*, que, segundo Jean Pierre Langellier, articulista de *Le Monde*, os brasileiros, um povo malvado que “bate os recordes de violência com 50 mil homicídios por ano”, derrama lágrimas de crocodilo por uma criança enquanto a cada dez minutos um menor de 14 anos é assassinado neste país. Fazendo as contas – seis crianças por hora, 144 por dia, 52.560 por ano – tínhamos aí um fenômeno aritmético assombroso: anualmente, morriam assassinados 50.000 brasileiros, dos quais 52.560 eram crianças. Diante disso, pensei seriamente em voltar atrás nas críticas que um dia fizera à teoria do matemático alemão Georg Cantor segundo a qual existem infinitos maiores e menores. Pelo menos no Brasil, segundo a *Folha Online*, um subconjunto podia ser maior do que o conjunto que o abrange. Com o detalhe especialmente notável de que adultos, velhos e adolescentes maiores de 14 anos jamais eram assassinados nesta parte do universo. Todos escapavam ilesos à violência geral, e as criancinhas ainda tinham um *superavit* de 2.560 cadáveres.

Horas depois, veio o desmentido: a *Folha* confessava o erro, admitindo que o pobre Langellier não dissera “a cada dez minutos”, mas “a cada dez horas”. O número de crianças assassinadas por ano baixava drasticamente de 52.560 para 876.

Isso era certamente um alívio para o leitor, mas não melhorava em nada a situação do articulista do *Monde* nem da *Folha Online*. O sentido geral do artigo seguia a linha oficial do argumento esquerdista: enfatizar a “violência doméstica”, minimizando o papel dos quadrilheiros armados na produção nacional de cadáveres. Esse mote foi posto em circulação pela campanha do desarmamento civil, mas, falhado o seu objetivo originário, tem servido para uma infinidade de objetivos suplementares, entre os quais abortar preventivamente a possibilidade de uma revolta popular contra o banditismo e os agentes do Foro de São Paulo que o acobertam. Lançando as culpas da violência na “elite branca racista” e na maldita instituição da família, esse discurso prepara o terreno para a implantação de leis raciais e do casamento *gay*, sugerindo implicitamente – e às vezes explicitamente – que entre outros inumeráveis benefícios essas medidas trarão a paz a um país atormentado pela violência e pelo crime. Tão natural esse modo de pensar pareceu ao redator da *Folha Online*, que um automatismo inconsciente o levou a multiplicar por sessenta o número de crianças assassinadas, enfatizando o caráter eminentemente homicida da instituição familiar, mesmo ao preço de estourar as leis da aritmética.

Mas, embora realizada com uma aritmética menos louca, a mesma intenção já estava no artigo original de Langellier. Ao confrontar o número de crianças assassinadas com o total dos homicídios brasileiros, ele enfatizava que a maior parte da primeira cifra era produzida pela “violência doméstica”, sugerindo que esta desempenhava um papel essencial, dramático, no quadro da criminalidade brasileira. Mas façam as contas. Dos 50 mil brasileiros assassinados anualmente, 876 são crianças. Segundo o Censo de 2000, [54] os menores até 14 anos no Brasil são 50.266.123: um terço da população nacional. Ora, se o grupo etário que constitui um terço da população nacional fornece a quinquagésima-sétima parte do total de vítimas de homicídios, está claro que esse grupo não é, de maneira alguma, um alvo preferencial de violência no conjunto da criminalidade nacional, não é nem mesmo um alvo estatisticamente significativo. Mesmo se aquelas 876 vítimas tivessem sido todas assassinadas por seus pais – o que está longe de ser o caso –, seria ainda monstruosamente desproporcional atribuir à brutalidade da família contra as crianças um papel relevante no quadro da violência nacional. Ainda que o assassinato de uma só criança seja em si mais revoltante do que quaisquer crimes cometidos contra adultos – e o escândalo em torno do caso

Isabela é expressão natural dessa revolta –, isso só torna ainda mais injusto e insultuoso retratar a família brasileira como um ambiente de terror assassino, como se o perigo maior viesse dela e não de bandidos treinados e armados pelas Farc.

Esse mesmo intuito de desviar para “a sociedade” as culpas que pertencem ao banditismo organizado e ao esquema revolucionário latino-americano que o protege apareceu, da maneira mais visível, onde, em condições normais, menos se esperaria encontrá-lo: no ato público promovido pela ONG “Comunidade Cidadã” no dia 16, nominalmente para homenagear as vítimas da onda de terror espalhada pelo PCC nas ruas de São Paulo em maio de 2006.

Após um velório realizado ante 493 caixões de defunto, o ponto culminante do evento foi a entrega de um Manifesto da entidade aos representantes do poder público. Ao longo desse documento, altamente significativo da mentalidade ativista em nossos dias, não aparece nem uma única vez a expressão “PCC” nem se faz qualquer menção aos autores do crime. Em compensação, fala-se muito da “exclusão”, da “exploração dos negros pelos brancos” e da malvada sociedade adulta que “tem medo dos jovens” e se dedica a extingui-los, sobretudo, é claro, quando são de raça negra. Em seguida pede-se a punição “dos culpados”, sem distinguir nem de longe entre os culpados daquele crime em especial e os de tudo o mais que a “Comunidade Cidadã” detesta.

A conclusão, implícita mas altamente eloqüente, é que não houve nenhum massacre de brasileiros pelos bandidos do PCC: houve, sim, a matança de negros pelos brancos, de pobres pelos ricos e privilegiados, de jovens progressistas por adultos conservadores e reacionários.

Quando uma facção política tem a hegemonia cultural e ao mesmo tempo o domínio do Estado, isto é, o controle simultâneo da circulação de idéias e dos meios de ação política, ela pode fazer milagres, agindo unificadamente sobre toda a sociedade por meio de uma rede de conexões tão sólida quanto invisível, de modo que todas as correntes de causas, indo para qualquer lado que seja, levem sempre a água ao mesmo moinho, façam rodar sempre a mesma engrenagem, fortaleçam sempre quem já é o mais forte: um grupo de organizações esquerdistas promove a solidariedade continental às Farc, as Farc armam o PCC, o PCC mata 493 pessoas inocentes e, fechando o círculo, outras organizações esquerdistas intimamente associadas às primeiras tiram proveito publicitário do massacre, debitando as culpas das ações da esquerda na conta de um bode expiatório atônito, que por medo e por humanitarismo sonso ainda consente em colaborar paternalmente com o empreendimento, como um Judas de sábado de aleluia que, para se fazer de simpático, se malhasse a si próprio.

A articulação da violência com a sua exploração ideológica em favor dos seus próprios mentores e controladores é prática usual no movimento revolucionário pelo menos desde o século XVIII. Sempre que a operação se repete, o fator decisivo para o seu sucesso é a credulidade sonsa de uma sociedade que se deixa passivamente inculpar pelo mal que o próprio acusador lhe faz.

Até quando os líderes políticos e empresariais nominalmente não esquerdistas ou até anti-esquerdistas consentirão em participar dessa farsa masoquista? Quando perceberão que estão sendo manipulados por indivíduos amorais, maquiavélicos, sem princípios nem o mais mínimo sentimento de honra?

26 de maio de 2008

Momento de veracidade

“*Cuanto más alto sube, baja al suelo*”

– Frei Luís de León

A MÍDIA ABORTISTA – ISTO É, PRATICAMENTE A MÍDIA INTEIRA – cumpriu novamente o seu ritual periódico do silêncio obsequioso, desta vez omitindo-se de assinalar, ao menos com o devido destaque, as palavras centrais, memoráveis sob todos os aspectos, do voto dado pelo ministro Eros Grau na questão das células-tronco:

“O debate instalado ao redor do que dispõe a Lei n. 11.105 não opõe ciência e religião, porém religião e religião. Alguns dos que assumem o lugar de quem fala e diz pela Ciência são portadores de mais certezas do que os líderes religiosos mais conspícuos. Portam-se, alguns deles, com arrogância que nega a própria Ciência, como que supondo que todos, inclusive os que cá estão, fossemos parvos. Como todas as academias de ciência são favoráveis às pesquisas de que ora se cuida, já está decidido. Nada mais teríamos nós a deliberar. Mesmo porque, a imaginar que as impedíssemos, estaríamos a opor obstáculo à cura imediata de doenças. A promessa é de que, declarada a constitucionalidade dos preceitos ora sindicados, algumas semanas ou meses após todas as curas serão logradas. Típica indução a erro mediante artifício retórico. É necessário sopitarmos as expansões de infalibilidade de quem substitui a razão científica por inesgotável fê na Ciência, transformando-a em expressão de fanatismo religioso”.

Dada a sua formação marxista, eu jamais esperaria do ministro uma tomada de posição tão lúcida, tão certa, tão corajosa, comovente até, contra o “culto da ciência”. Culto que ainda recentemente mais uma obra histórica de grande envergadura, *The Dictators: Hitler’s Germany, Stalin’s Russia*, de Richard Overy[55] veio confirmar ter sido um dos pilares fundamentais de construção dos dois regimes mais hediondamente homicidas que o mundo já conheceu.

Um vício crônico da intelectualidade brasileira é a devoção contínua que cada homem letrado, neste país, se sente obrigado a continuar prestando, pela vida a fora, às suas crenças de juventude. A identidade ideológica do adolescente, qualquer que seja ela, se integra de tal modo nos cérebros e nas almas, que acaba por se sobrepor às faculdades de percepção e intuição, tornando impossível o reconhecimento dos fatos mais gritantes, das realidades mais patentes e manifestas, e reduzindo a atividade pensante à repetição mecanicamente obsessiva de clichês e *slogans*, por mais deslocados que estejam da situação concreta.

Martin Amis, o brilhante romancista e crítico inglês, dizia que a essência da crítica literária e, no fim das contas, de toda a vida intelectual, é “a luta contra os clichês – não somente os clichês da palavra, mas sobretudo os da alma e do coração”.

Quando um intelectual e homem público brasileiro logra escapar da escravidão mental incapacitante que, por apego a seus companheiros de geração, tantos acabam consagrando como um dever sublime, o que se vê é aquele “momento de veracidade” em que as coisas se revelam como são e que, segundo uma antiga lenda hindu, eleva a criatura humana ao ponto de lhe dar voz de comando sobre os elementos da natureza.

Só uma palavra pode resumir os méritos de que o ministro Grau se cobriu com esse seu voto: bravo!

30 de maio de 2008

Errando e aprendendo

RECEBO DIARIAMENTE DEZENAS DE PERGUNTAS DE ALUNOS, leitores e ouvintes, e tento responder a quantas posso, mas em geral recuso todo pedido de orientação religiosa, quando mais não seja porque não considero que eu mesmo seja o protótipo do sujeito orientadíssimo nessas questões. Há, no entanto, uma regra de interpretação bíblica – portanto, de moral religiosa também – que decorre da natureza mesma da linguagem e que ninguém em seu juízo perfeito pode negar, embora muitos a neguem na prática sem percebê-lo.

Não aprendi essa regra com ninguém, nem decerto fui o primeiro a descobri-la: depois de ter andado por inumeráveis cabeças de crentes ao longo dos milênios, ela acabou por aparecer na minha, espontaneamente, uma certa manhã, depois de eu ter rezado durante meses a Nosso Senhor Jesus Cristo para que tornasse as Suas palavras mais inteligíveis a um jumento como eu. Tenho portanto minhas razões para acreditar que Ele mesmo, sem que eu o notasse, programou o meu cérebro para aceitá-la. Aos santos, profetas e iluminados, Deus fala em voz alta ou em sonhos. Os burros e teimosos da minha espécie só aprendem em estado de sono profundo, quando repousamos totalmente inconscientes e indefesos entre os braços do Senhor, como as criancinhas, e, por momentos, sem qualquer mérito da nossa parte, desfrutamos de um privilégio a elas reservado. Tenho seguido essa regra há anos, e infalivelmente ela me torna as coisas cada vez mais claras, tanto na decifração de trechos da Bíblia como na resolução de perplexidades da vida. No mais, ela é tão natural e óbvia que só não a seguem os que jamais se deram conta dela.

Como geralmente acontece com as verdades mais simples, aquilo que é percebido num relance intuitivo e mudo exige algum requinte lógico para se expor em palavras. Para facilitar a explicação, faço aqui uma distinção entre “normas” e “princípios” – longinquamente inspirada na de Kant e Max Scheler entre ética material e formal, mas sem o mínimo compromisso com a filosofia moral de um ou do outro. Todo sistema moral compõe-se das duas coisas. Normas específicas ordenam ou proíbem um determinado tipo de conduta concreta: não mate, não roube, ajude os órfãos e as viúvas, etc. Quando a ordem não se expressa por um imperativo concreto, mas por uma relação abstrata de proporcionalidade, como numa equação do tipo $a/b = x/y$, então já não se trata de uma conduta em especial, mas de um *princípio* que deve ser seguido em todas as condutas, em todas as situações da vida.

As normas específicas, para ser obedecidas, requerem distinções e ressalvas que, partindo da sua formulação geral tipológica, as adaptem sabiamente à situação particular do momento. “Não matarás”, decerto, mas quem se recuse a fazê-lo na guerra ou em defesa do inocente ameaçado pode arcar com a culpa de expor os outros à morte, por omissão. “Não roubarás”, é claro, mas quem tem o direito de se recusar a fazê-lo quando o único meio de transportar um ferido ao hospital é o carro que um proprietário desconhecido esqueceu com a chave na ignição? “Não prestarás falso testemunho”, mas isto não quer dizer que você esteja obrigado a dizer a verdade quando um assaltante lhe pergunta onde o seu patrão guarda o dinheiro, ou quando um truculento comissário do povo lhe pergunta onde a sua aldeia escondeu a colheita. Tendo validade tipológica absoluta, as normas são de aplicação eminentemente relativa: relativa à situação, às intenções, ao caráter das pessoas envolvidas, à interferência de fatores culturais, psicológicos e psicopatológicos altamente complexos, etc. etc. etc. Permanentes na sua obrigatoriedade geral, requerem uma interpretação particular, diferente em cada caso e circunstância. Muitas vezes, pessoas de bem fazem o mal, não porque desejem conscientemente violar a regra moral, mas porque erram na sua interpretação particular.

Por isso mesmo, Deus não nos forneceu só regras de conduta, mas também os princípios gerais que devem nortear a sua interpretação. Esses princípios, por serem formais como equações e não se referirem a nenhuma situação concreta, são de validade absoluta e incondicional em todas as situações e servem de pedra-de-toque para aferir a interpretação que damos às normas concretas. Nos Dez Mandamentos, essa distinção é clara. Quando alguém lhe pergunta qual o mínimo necessário para entrar no céu, Jesus responde: “Amarás o teu Deus acima de todas as coisas e amarás o teu próximo como a ti mesmo”. Os Dez Mandamentos compõem-se portanto de dois princípios e oito regras. Os princípios são as chaves que determinam o sentido das regras em cada caso. Se um sujeito comete adultério, ele infringe uma regra, mas, se você o aponta à execração nas ruas em vez de perdôá-lo e aconselhá-lo em particular como esperaria que fizessem com você caso o pecado fosse seu, você

peca muito mais que o adúltero, pois viola um princípio. Deus perdoa os adúlteros, os mentirosos, os ladrões e até os assassinos, mas não perdoa quem não perdoa. Posso estar enganado, mas suspeito que no inferno há menos adúlteros do que cônjuges virtuosos que lhes negaram o perdão.

Ao longo da Bíblia encontram-se muitos princípios formais secundários, derivados dos dois primeiros. São autênticos mapas da mina para a alma atormentada que, nas complexidades da existência, quer fazer o certo mas não sabe o que é o certo. Um desses princípios – o mais freqüentemente esquecido, pelas minhas contas – foi enunciado por S. Paulo Apóstolo: “Experimentai de tudo e ficai com o que é bom”. Não me canso de meditar essa sentença, e as profundidades que nela encontro preencheriam muitos livros, se eu fosse capaz de escrevê-los.

Vejam São Paulo, ao longo de suas cartas, enunciou muitas regras de conduta, mais pormenorizadas do que aquelas contidas nos Dez Mandamentos. Se você lê essas regras, já sabe portanto o que, segundo o ensinamento do Apóstolo, é bom e é mau. Para que, então, a necessidade de “experimentar”? A distinção mesma entre princípios e regras contém implicitamente a resposta. Para que você evite uma conduta má, não basta saber que, tipologicamente, isto é, genericamente, ela está enquadrada na classificação de “má”. A conduta humana não se dirige por abstrações, mas pela percepção direta e sensível das situações. É preciso que você “veja” com seus próprios olhos o mal e o bem. Seres humanos não aprendem só por ouvir dizer – mesmo que a Palavra ouvida seja a de Deus: eles aprendem pela experiência, pela demorada, trabalhosa e dolorosa distinção entre o bem e o mal não em definições gerais simples, mas em situações alucinantemente complexas e ambíguas da vida real. O símbolo do pão, na Eucaristia, significa as virtudes morais, práticas, assim como o vinho significa as virtudes espirituais, de ordem puramente interior. “Comerás o teu pão com o suor do teu rosto” quer dizer exatamente isso: o pouco de bom que possa haver em nós virá misturado ao mal, e terá de ser separado dele aos poucos, através da experiência, da tentativa e do erro, como numa longa decantação alquímica. Deus pode, é claro, preservar você deste ou daquele pecado por um ato da Graça, mas Ele não está obrigado a fazer isso, muito menos a imunizá-lo de antemão contra todos os pecados possíveis. Ademais, que graça maior você pode receber de Deus além da Sua promessa de justificar os erros tão logo, no caminho da experiência, eles sejam francamente admitidos como tais?

Se o Apóstolo distingue entre a experiência e sua conclusão seletiva, ele subentende que nem tudo o que for experimentado será bom, mas que tudo deve ser experimentado sempre em vista do aprendizado e do bem, não do vulgar desejo de experimentar por experimentar, nem de uma dúvida forçada, artificiosa. Platão dizia que “verdade conhecida é verdade obedecida”. Tão logo você enxergou nitidamente que certa conduta é má, tem de evitá-la por todos os meios. Até lá, tem uma certa margem de erro justificado, como exigência inerente à própria noção de aprendizado, com a condição de confessar o erro tão logo o tenha percebido como tal e de não teimar nele depois disso. Quando você descobriu o que é bom, não o largue por dinheiro nenhum deste mundo.

Eu, que sou burro e não presto, e além disso sou relapso e preguiçoso, enxerguei um pedacinho muito pequenininho do bem, que comparado à minha ilustre pessoa é do tamanho do infinito. Enxerguei-o graças ao conselho paulino. Daí advém a parte estável e séria da minha alma, parte miúda mas muito melhor que o conjunto dela, o qual espero ir melhorando aos poucos até o último dia, conforme outros bens vão rebrilhando aqui e ali entre as obscuridades da minha mente. Vou por partes, decerto. Sou paciente e tolerante comigo mesmo enquanto estou na confusão e na dúvida, mas, tão logo vejo as coisas com clareza, não dou mais moleza ao meu mesquinho ser. Passo num instante dos auto-afagos à palmatória.

Não conheço outro método, nem recomendo este a quem saiba de outro melhor. Aos demais, digo com o Apóstolo: experimentem.

2 de junho de 2008

Blefe retórico

O EDITORIAL DA *FOLHA DE SÃO PAULO* DE SEXTA-FEIRA PASSADA pontifica: “Ao reconhecer a validade da Lei de Biossegurança, STF impediu que uma ética privada, a religiosa, fosse imposta a todos. A declaração pelo STF [...] significa antes de mais nada a vitória da lógica e da razão prática sobre especulações de inspiração religiosa”.

Em três linhas, quatro mentiras.

De um lado, reduzir às dimensões de uma “ética privada” princípios do judaísmo e do cristianismo longamente incorporados às bases mesmas da civilização ocidental é falsificar dois milênios de História. E é dar como realidade presente e universalmente aprovada o mero projeto, acalentado por pseudo-intelectuais ativistas, de um Estado ateu fundado na autoridade absoluta da “ciência”.

A idéia, muito em moda no *ottocento* graças a vulgarizadores como Ludwig Büchner e Ernest Haeckel, a uma literatura naturalista de pretensões “científicas” (Zola, o nosso Aluísio de Azevedo) e ao anticlericalismo visceral de alguns movimentos revolucionários nacionalistas (Itália, México), foi desmoralizada logo nas primeiras décadas do século seguinte com a entrada em cena de gigantes do pensamento científico e filosófico como Albert Einstein, Max Planck, Werner Heisenberg, Alfred North Whitehead, Edmund Husserl e Karl Jaspers, entre outros. Toda a cultura superior do século XX é uma violenta condenação às pretensões do cientificismo oitocentista. Cinquenta anos atrás este já parecia morto e enterrado para sempre. Só teve uma grotesca reencarnação nas últimas décadas graças ao surgimento de uma geração de “formadores de opinião”, saídos das fileiras da ciência acadêmica mas prodigiosamente incultas, os quais, ignorando tudo dos debates de cem anos atrás, voltam aos mesmos argumentos já mil vezes desmoralizados, com aquela inocência presunçosa de quem nem de longe percebe o vexame. Imagino, já não digo os editorialistas da *Folha*, mas seus mentores Richard Dawkins ou Daniel Dennett lendo “A Crise das Ciências Européias” de Husserl ou “Processo e Realidade” de Whitehead. Não entenderiam uma só linha. Dar por pressuposto que as idéias desses idiotas se impuseram universalmente e que já vivemos num Estado determinado por elas é um blefe retórico que só se explica por aquela arrogância pueril de quem não sabe o que faz.

De outro lado, não há lógica nem razão prática na dupla estupidez subscrita pelo STF, de que embriões *in vitro* são inviáveis e de que as curas miraculosas a surgir da pesquisa com células-tronco embrionárias são promessas viáveis. Todo primeiranista de Medicina sabe que a primeira dessas afirmativas é falsa, e em favor da segunda não há até o momento nenhuma prova, por mais mínima que seja – há apenas a exploração cínica das esperanças de milhões de doentes e seus familiares, esperanças que serão esquecidas e jogadas na lata do lixo assim que a jurisprudência agora firmada alcance o seu único objetivo: liberar o aborto contra a vontade maciça do povo brasileiro, por via de um artifício judicial e contornando o debate parlamentar.

Se não fosse por uns quantos votos contrários que salvam um pedacinho da sua honra, o STF, com essa simples sentença, teria abdicado definitivamente das últimas aparências de instituição respeitável para inscrever-se no rol das entidades militantes empenhadas em implantar no Brasil a Nova Ordem tecnocrático-ateística, cuja receita vem pronta dos organismos internacionais.

Quanto à *Folha*, seu editorialista poderia ao menos abster-se de usar uma expressão clássica de Kant cujo sentido desconhece. Pois, para o filósofo de Königsberg, a razão prática fundamenta-se no reconhecimento da universalidade da lei moral – aquela mesma lei que o jornal, do alto da sua imensurável inépcia, rotula de “ética privada”. Um princípio elementar da vida intelectual é não atribuir a termos consagrados um sentido invertido sem explicar as razões de fazê-lo, supondo-se que alguma exista, o que evidentemente não é o caso quando o autor da coisa usa o termo só para parecer culto e nem tem consciência da inversão. Não deixa de ser significativo do presente estado de coisas que lições de ética nos venham na linguagem simiesca de um pequeno vigarista intelectual.

Uma nova fachada do Foro de São Paulo

À PRIMEIRA VISTA, a União de Nações Sul-Americanas, Unasul, não é nada mais que a implementação de um preceito constitucional. No seu artigo 4, parágrafo único, a Constituição brasileira determina: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

Na verdade, será uma autoridade supranacional, um órgão do governo mundial, com poderes para impor o socialismo a todo o continente sem que os povos e nações envolvidos possam deter o processo ou interferir nele no mais mínimo que seja.

Os motivos que me levam a dizer isso são muitos.

Desde logo, a implantação do governo mundial a partir de sucessivas integrações regionais é um plano em avançado estado de realização, conforme admitiu já dois anos atrás um relatório do *Council on Foreign Relations*. [56]

Das várias integrações regionais pretendidas, a primeira e mais bem sucedida até agora, o modelo para todas as vindouras, é a União Européia, e esta funciona exatamente do modo como estou dizendo. Hoje em dia, setenta por cento das decisões de governo na Europa são tomadas em Bruxelas, sem que os eleitores dos vários países possam dar um pio ou tenham sequer os meios de informar-se a respeito. O processo democrático nas nações européias está hoje limitado às questões menores e de curto prazo, nas quais tem de cingir-se às linhas gerais determinadas pela UE. A Europa é hoje uma ditadura administrada localmente por democracias de brinquedo encarregadas de ratificar suas decisões, seja impondo-as sem dar satisfação ao eleitorado (como no caso da poligamia britânica), seja legitimando-as por meio de uma nova modalidade de consulta popular, farsesca até o último limite da palhaçada: quando o referendo decide contra a vontade da UE, é considerado provisório e então se faz outro, e outro, e outro, cansando o eleitorado até forçá-lo a dar a resposta desejada, que então se torna definitiva (foi assim que se impôs a liberação do aborto em Portugal, por exemplo). A constituição da UE, para admitir uma nova nação-membro, exige provas de que o regime vigente nela é suficientemente democrático, mas, como observou o sociólogo Ralf Dahrendorf, a própria UE, caso pedisse ingresso nela mesma, jamais passaria no exame.

Quem quiser estudar esse assunto, que leia “*The European Union Collective*”, de Christopher Story, [57] e sobretudo o estudo recente de John Fonte, “Global Governance vs. the Liberal Democratic Nation-State: What Is the Best Regime?”, apresentado quarta-feira última no *Bradley Symposium 2008* do *Hudson Institute* em Washington D.C., do qual voltarei a falar no fim deste artigo.

Em terceiro lugar, o núcleo gerador da planejada integração latino-americana já existe e está em pleno funcionamento há dezoito anos: é o Foro de São Paulo. O nível de integração aí alcançado pode-se medir pela extensão da rede de proteção mútua entre partidos legais de esquerda e organizações de narcotraficantes e seqüestradores, a qual opera em praticamente todas as nações da América Latina, assegurando a total impunidade para os criminosos que ajam no interesse da estratégia continental esquerdista. O livro organizado por Paulo Diniz Zamboni, *Conspiração de portas abertas: Como o movimento revolucionário comunista ressurgiu na América Latina através do Foro de São Paulo*, recém-lançado pela É Realizações, dá uma descrição geral do fenômeno. Atualizações importantes são os artigos “O Foro de São Paulo rasga sua cartilha”, de Alejandro Peña Esclusa, e “XIV Encontro do Foro de São Paulo: refundação ou branqueamento?”, de Graça Salgueiro.

A completa inexistência de fronteiras nacionais para o Foro de São Paulo e a eficácia assustadora da sua gestão secreta dos assuntos continentais ficaram mais que comprovadas quando o sr. Luís Inácio Lula da Silva, em seu discurso de 2 de julho de 2005, no 15º aniversário do Foro, admitiu que o resultado do referendo venezuelano de 15 de agosto de 2004 foi criado pela intervenção camuflada dele próprio e de outros membros da entidade. O poder de controle exercido pelo Foro sobre o debate público pode ser medido pelo fato de que o sr. Luís Inácio, mesmo depois dessa confissão oficial, jamais foi sequer interpelado no Parlamento ou na mídia sobre sua interferência ilegal nos assuntos de um país vizinho. O Foro faz o que quer, e ninguém em torno ousa sequer levantar perguntas.

A integração latino-americana opera também no nível ostensivamente criminal, mas, mesmo quando a colaboração entre as Farc, o MIR chileno e as quadrilhas locais chegou a produzir no Brasil o recorde macabro de 50 mil homicídios por ano, a existência da trama de cumplicidades que permitiu alcançar esse resultado continuou tabu nos debates parlamentares e na

mídia em geral. Nos meios políticos e empresariais, toda menção ao assunto é ainda considerada uma impolidez pecaminosa. O Foro já é a autoridade transnacional, supranacional, ante a qual as nações se curvam com obediência reverente e silenciosa, nada ousando falar nem pensar contra uma entidade tão sublime. Para que, depois disso, será preciso um órgão encarregado de realizar a “integração”? A Unasul não fará senão estender um manto de legalidade aparente sobre o fato consumado, com a ajuda das devidas conveniências comerciais de parte a parte, apaziguando as consciências dos que se calaram ao longo de quase duas décadas ante o avanço da prepotência e do crime em escala continental.

Na conferência de John Fonte, que em uma hora me ensinou mais sobre política internacional do que eu teria aprendido lendo um ano inteiro do *New York Times* ou cem anos de edições da *Folha de S. Paulo*, um dos detalhes mais importantes foi a citação de um conselho dado pelo jornalista e cientista político Strobe Talbott a Bill Clinton, conselho que lhe valeu a nomeação para secretário de Estado assistente em 1994. Para vencer a resistência dos americanos à proposta de dissolver a soberania nacional dos EUA, Talbott recomendava “vender o multilateralismo como se fosse não somente um imperativo econômico, mas um meio de preservar e ampliar a liderança americana no mundo”. Toda a política exterior de Clinton está contida nessa fórmula: dissolver o poder nacional americano fingindo ampliá-lo. Como as iniciativas globalizantes se tornaram desde então bastante intrusivas e prepotentes, a nação americana acabou levando a culpa de tudo o que se fazia contra ela. Um efeito colateral disso, na América Latina, foi o de dar credibilidade retroativa e reforçada ao velho discurso “anti-imperialista” da esquerda *soi disant* nacionalista – representada no Brasil, por exemplo, por um Aldo Rebelo ou um Manuel Cambeses Jr. –, fazendo com que a opinião pública das nações atingidas pelo avanço do globalismo se voltasse às cegas contra os EUA, encobrindo e protegendo as verdadeiras fontes da opressão. Os serviços prestados pelo nacionalismo de esquerda ao globalismo têm sido amplamente recompensados através da ajuda cada vez mais intensa que as organizações esquerdistas recebem de entidades como as fundações Ford e Rockefeller, sem falar em George Soros. O caso da reserva Raposa Serra do Sol ilustra isso de maneira particularmente clara, e ninguém compreenderá as resistências, poucas e débeis, que a iniciativa provocou entre esquerdistas se não atentar para o fato de que procuram encaixar a reação nacionalista no velho esquema do “anti-imperialismo”, jogando-a contra os EUA e ajudando a demolir a única resistência nacional que ainda pode fazer face ao avanço globalista.

9 de junho de 2008

Ver meu artigo “Os inventores do mundo futuro”, publicado no segundo volume desta série, *O mundo como jamais funcionou*, Campinas, SP: VIDE Editorial, 2014, p. 17-180.

London, Edward Harle.

O queridinho da elite global

NADA MAIS SIGNIFICATIVO DO RETARDAMENTO MENTAL BRASILEIRO do que a insistência mecânica, repetitiva, psicastênica, no mote: “Estarão os EUA maduros para aceitar um presidente negro?”. A chantagem psicológica embutida nessa pergunta é tão óbvia, tão grosseira, tão primária (“ou você vota em Obama ou confessa que é racista”), que por aqui até mesmo os mais devotos porta-vozes do candidato democrata procuram evitá-la, deixando-a para jornaizinhos de estudantes e grupos de esquerda sem a mínima expressão eleitoral. Tomando como modelo o discurso desses jornaizinhos, a “grande mídia” nacional revela todo o seu provincianismo, a sua radical incapacidade de superar os *slogans* anti-americanos mais bobocas dos anos 50.

Afinal, por que os americanos deveriam, só para provar “maturidade”, eleger presidente o representante de uma comunidade étnica que mal chega a doze por cento da sua população? No Brasil, os negros e afrodescendentes são quase metade do contingente demográfico, e nunca um deles foi comandante das Forças Armadas nem ministro das Relações Exteriores. Nem mesmo candidato à presidência. Em Cuba jamais houve sequer um ministro negro, mas o estoque de negros nas prisões é um dos mais altos do mundo.

O que singulariza o sr. Barack Obama e explica a onda de badalação em torno dele não é a cor da sua pele, nem a soma de seus duvidosos talentos. Alan Keyes – meu candidato, se eu votasse nas eleições americanas – é duas vezes mais preto que ele, mil vezes mais culto e dez mil vezes mais honesto, e nem por isso deixou de ser boicotado ao ponto de ter de sair do Partido Republicano e lançar-se como candidato independente. Embora tenha considerável apoio entre os conservadores, foi excluído de todos os debates e jamais aparece na “grande mídia”.

As diferenças específicas do sr. Barack Obama são as seguintes:

1. Desde William Z. Foster e Earl Browder, que na década de 40 concorreram pelo Partido Comunista e tiveram votações irrisórias, Obama é o esquerdista mais radical que já se apresentou a uma eleição presidencial americana.
2. Ele apóia todas as medidas globalistas voltadas à destruição da soberania americana. Os círculos globalistas devolvem a gentileza, financiando-o generosamente.
3. Ele é o primeiro candidato presidencial que se apresenta com uma biografia nebulosa, contraditória e, a rigor, incompreensível, sendo menos uma pessoa historicamente identificável do que um amálgama de lendas e subterfúgios capaz de se amoldar às projeções mais desencontradas que a imaginação do eleitor possa lançar sobre ele. É, em toda a extensão do termo, uma figura construída, um fantoche.
4. Ele é o primeiro candidato presidencial americano que jamais teve um emprego produtivo. Só trabalhou como ativista. É um comedor de subsídios por natureza, e não espanta que seu programa de governo consista essencialmente de quatro coisas: aumentar impostos, elevar as despesas estatais até às alturas da catástrofe pura e simples, estrangular a indústria americana por meio de mais leis restritivas e bloquear sob lindos pretextos ecológicos a exploração de petróleo, tornando os EUA ainda mais dependentes da OPEC.
5. O círculo de proteção erigido em torno dele pela grande mídia é tão sólido que mesmo sucessivamente desmascarado pelas mentiras tolas que profere e pela revelação de suas ligações com toda sorte de terroristas e vigaristas, ele continua sendo tratado como alma pura e santa. Tal como Lula, ele foi adotado pela elite globalista e investido do dom da impecância eterna, imune à sujeira da sua vida real, que todo mundo conhece mas que é proibido levar em conta. O manto de proteção estendido sobre ele chega mesmo ao Brasil, onde até um colunista supostamente conservador como Ali Kamel canta louvores ao candidato com base tão-somente nas suas intenções declaradas, abstraindo, como se fossem zeros à esquerda, toda a sua atividade anterior e os inumeráveis trechos francamente racistas dos seus dois livros.
5. Somado a essas qualidades, o fato de ser negro é somente um detalhe útil, que não precisa nem deve ser explorado muito abertamente. A chantagem é tanto mais eficiente quanto mais sutil.

Contradições do laicismo

A MORAL LAICA DO MUNDO BURGUEÊS RECONHECE E ATÉ PROCLAMA com orgulho “científico” sua própria relatividade, em teoria. Mas nenhuma ordem social pode contentar-se com uma obediência relativa, que desembocaria fatalmente no conflito geral e no caos. Daí a distinção prática, tipicamente moderna e burguesa, entre moral privada e ordem pública. A primeira pode multiplicar-se em variações infinitas, desde que não perturbe a segunda. É a informalidade da escolha moral, limitada pela formalidade estrita da ordenação jurídica.

Esse arranjo de ocasião disseminou-se tão universalmente que adquiriu foros de sabedoria eterna e imagem por excelência da “normalidade”, ao ponto de que já ninguém percebe o que ele tem de instável e problemático; e, não o percebendo, tem de improvisar hipóteses rebuscadas para explicar por uma sucessão imaginária de acidentes as crises e percalços que um exame sério deveria ter revelado à primeira vista como desenvolvimentos lógicos e inevitáveis de contradições iniciais não conscientizadas em tempo.

De um lado, aquela distinção constitutiva do Estado laico foi estabelecida como ato de uma minoria revolucionária contra um consenso anterior fundado na homogeneidade moral da sociedade cristã. Uma vez vitorioso, o Estado laico passa a corroer necessariamente o que possa restar dessa homogeneidade, que para ele representa a origem mesma de toda obstinação “reacionária” erguida contra sua obra modernizante. Dissolvida pouco a pouco a unidade moral do povo, a única maneira de evitar a autodestruição da sociedade pelo caos é transferir para a esfera jurídica os mecanismos reguladores antes operados pelo simples automatismo das tradições arraigadas no senso comum. O que era obediência espontânea torna-se assim controle estatal forçado. Na proporção mesma do sucesso obtido pelo Estado leigo em seu esforço de “modernização”, o número, a complexidade e a abrangência dos controles jurídico-burocrático-policiais vão crescendo, avançando para dentro de todos os campos da existência social e invadindo por fim a vida privada e até a intimidade dos pensamentos, regulando a linguagem, a educação doméstica, etc. Tão logo deixa de ser uma promessa e se torna uma realidade, aquilo que surgiu sob o pretexto de resguardar a liberdade individual revela ser um mecanismo opressivo incomparavelmente mais exigente do que a velha autoridade religiosa jamais teria sonhado ser.

A essa primeira contradição soma-se outra pior. Não é possível controlar a sociedade sem regulamentar a economia. À medida que os controles morais embutidos na cultura do velho regime cedem sua autoridade ao aparato judicial, burocrático e policial, amplia-se na mesma medida a intervenção do Estado na economia. O estatismo econômico indefinidamente expansionista é inerente, portanto, à dialética do Estado leigo. Mas este não se impôs justamente mediante a promessa de resguardar a liberdade econômica? Sim. O que não se deve é confundir as intenções declaradas do discurso ideológico com a fórmula política substantiva cuja implantação elas legitimam. A contradição pode escapar até mesmo aos mais sinceros propugnadores da nova política, mas, que ela existe, existe. O moderno Estado leigo pode, com a maior sinceridade do mundo, prometer a liberdade econômica – o que ele não pode é realizá-la, a não ser de maneira capenga, permanentemente ameaçada pelo avanço da mentalidade socialista, que a expansão mesma do laicismo oficial fomenta.

Não é coincidência que o país que defendeu com mais eficácia a liberdade econômica tenha sido justamente aquele que só adotou o laicismo como mecanismo secundário de autocontrole do próprio Estado, sem a ambição de fazer dele um princípio regente de toda a vida social e política, antes conservando vivo e embutindo em suas instituições o máximo que podia das antigas tradições religiosas. Muito menos é coincidência que, hoje em dia, aqueles que desejam radicalizar o princípio laicista, expelindo a religião da vida pública, não sejam de maneira alguma amigos da liberdade econômica, mas todos, em mais ou em menos, adeptos do intervencionismo estatal – socialistas confessos ou enrustidos.

A dupla face do etanol

O ELEITOR COMUM DAS DEMOCRACIAS está habituado a enxergar a luta política como uma concorrência entre programas de governo. Mesmo sabendo que os candidatos podem trair suas promessas depois de eleitos, ele toma seus programas respectivos como expressões fidedignas das forças em disputa, das quais acredita assim possuir um conhecimento apropriado e realista, ainda que genérico e esquemático. Do mesmo modo ele acredita possuir uma visão suficientemente exata da regra do jogo, da estrutura geral em que as forças concorrentes se encaixam e dentro da qual se movem sem modificá-la substantivamente.

Chamar isso de “política” é, no entanto, uma redução metonímica. A política que aparece na realidade histórica e nos bons livros de História abrange um território imensamente mais vasto: é o campo inteiro das relações de poder, das quais somente uma parcela ínfima corresponde ao formalismo da regra democrática. Nenhuma democracia pode funcionar se não admitir, ao lado, em cima ou em baixo da disputa regulamentada, uma série de elementos que nem sempre são propriamente antidemocráticos, mas sim extrademocráticos, isto é, não redutíveis às categorias da disputa democrática. Esses elementos podem operar em concordância com o sentido geral da democracia ou contra ele. Nos dois casos, permanecem mais ou menos invisíveis à pura perspectiva eleitoral.

Uma ilustração clássica encontra-se no livro *A elite do poder*, do sociólogo C. Wright Mills. Publicado originalmente pela Oxford Press em 1956, esse estudo buscava responder a duas perguntas: 1) Quem manda realmente nos EUA? 2) Quais são os mecanismos que aí controlam a subida e a descida na escala do poder? Embora bastante incompleto já na época e agora totalmente superado pelo desenrolar dos acontecimentos ao longo de meio século, esse livro foi um exemplo notável de busca da realidade por trás dos formalismos jurídico-eleitorais em que se concentra não só o interesse da mídia, mas a visão que o público em geral tem do fenômeno “poder”.

Esse público não ignora que existem na política os elementos extrademocráticos, mas uma espécie de automatismo mental inerente à estrutura mesma do processo democrático faz com que esses fatores sejam impensadamente classificados, seja na categoria do “ilegal”, seja na do “irrelevante”. No primeiro caso entram, por exemplo, as organizações terroristas e subversivas em geral. No segundo, as tramóias ocultas que afetam o curso do processo sem violar substantivamente a estrutura geral da regra democrática e, no fim das contas, se encaixam nela de maneira mais ou menos indolor.

Mas essa visão “oficial” do processo político não tem nenhuma prioridade cognitiva ante a visão que do mesmo processo têm os revolucionários, os conspiradores e os subversivos em geral, bem como, de outro lado, os mais altos escalões da elite governante que, por seu poder econômico, seu prestígio intelectual ou sua pertinência a organizações semi-secretas de proteção mútua, estejam “acima” do processo eleitoral. Cada um desses pontos de observação fornece uma imagem do processo democrático que vai muito além do recorte visível ao eleitor comum. Uma ciência política digna do nome deve abarcar todos esses pontos de vista, experimentar todas essas perspectivas, articulando-as por fim numa descrição geral que possa ser confirmada no terreno dos fatos e sobreviver ao teste das confrontações dialéticas.

Hoje em dia isso é mais necessário do que nunca, porque vai se tornando cada vez mais clara a presença mundial de uma nova fonte de poder, que se sobrepõe não só às facções em disputa ostensiva, mas até às fronteiras nacionais que delimitam localmente as regras do jogo. Para simplificar, chamamos esse elemento de “elite globalista”. Ele compõe-se essencialmente de banqueiros internacionais que controlam a economia de vários países, mas seu Estado-maior abrange também importantes lideranças intelectuais e políticas que consentem em desempenhar um papel duplo na sociedade, por um lado como porta-vozes ostensivos desta ou daquela corrente política e por outro lado como agentes a serviço discreto da elite globalista – papéis que ora se superpõem e se fundem, ora se afastam e se diferenciam ao ponto de simular uma contradição total.

Como a elite globalista tem planos de escala mundial que se diferenciam numa multiplicidade de subestratégias locais, ela pode facilmente passar por cima de toda a visão “oficial” e midiática da luta política, operando de maneiras que embora nada tenham de secreto, permanecem praticamente invisíveis à opinião pública, produzindo assim resultados históricos que aparentam resultar de uma somatória de coincidências, senão de uma fatalidade histórica anônima, de um decreto de Deus.

No momento, um dos pontos importantes da estratégia globalista é quebrar a espinha dorsal da soberania americana, que ela

vê, com razão, como um dos obstáculos maiores à implantação do seu querido projeto de governo mundial. Estrangular a economia americana e ao mesmo tempo desencadear ondas de anti-americanismo por toda a parte são, pois, dois aspectos de um mesmo esquema. Para implementá-lo, a militância ecológica – um dos tentáculos mais fortes do polvo globalista – pode ser usada de duas maneiras simultâneas, opostas e complementares. No âmbito nacional americano, ela demoniza as companhias de petróleo e fornece o argumento “moral” para que o Congresso hoje dominado pela esquerda *light* proíba a perfuração de novos poços. Isto produz artificialmente a elevação dos preços da gasolina – cuja culpa é em seguida imputada à ganância das empresas – e aumenta a dependência americana de fontes exteriores cada vez mais hostis aos EUA. A pressão da militância ecológica leva diretamente ao esforço para substituir a gasolina pelo etanol. Mas, ao mesmo tempo, o etanol, consistindo sumariamente em queimar comida para manter os carros em movimento nas estradas, pode parecer bastante odioso nos países mais pobres. Aí a militância ecológica fornece aos estrategistas do globalismo um serviço complementar, paradoxal só em aparência: os grupos de esquerda no Terceiro Mundo – no nosso caso, o MST – são mobilizados contra o projeto de substituir a gasolina pelo etanol, apresentado como imposição intolerável do “imperialismo americano”. Só assim se compreende por que a esquerda é ao mesmo tempo favorável e desfavorável ao etanol, conforme o ângulo de onde pretenda atacar os EUA. A dupla face do etanol é uma das amostras mais evidentes da tática de bater com as duas mãos, tão característica do movimento revolucionário ao longo dos séculos. Comparada à simplicidade esquemática da luta eleitoral, a verdadeira política é uma rede de esquivas e subterfúgios que parece nascer mais da astúcia satânica que da racionalidade humana.

16 de junho de 2008

Avaliando George W. Bush

O QUE QUER QUE SE PENSE DE GEORGE W. BUSH, seis coisas a respeito dele ninguém tem o direito de negar:

Ele manteve seu país totalmente a salvo de ataques terroristas por oito anos.

Ele derrubou um regime genocida culpado do assassinato de 300 mil iraquianos.

Ao contrário do que alardeia a grande mídia com mendacidade histórica, ele fez isso por meio de uma guerra que ao longo da história foi, comprovadamente, a que menos vítimas civis produziu.

Ele praticamente desmantelou a resistência terrorista no Iraque, matando 20 mil militantes da Al-Qaeda e forçando a maioria dos remanescentes a buscar refúgio no Irã.

Ele promoveu no Iraque a mais rápida e espetacular reconstrução pós-bélica que já se viu, tornando a economia iraquiana mais próspera do que era antes da guerra.

Ele implantou a democracia no Iraque – e ela funciona.

Desses seis fatos tiro duas conclusões:

a) Ele foi o melhor chefe de segurança que os EUA já tiveram.

b) Ele foi o melhor presidente que o Iraque já teve.

Julgá-lo enquanto presidente dos EUA é coisa completamente diversa. Quando ele foi eleito em 2000, os republicanos tinham todas as condições de vencer as eleições presidenciais seguintes por quatro décadas, desmantelar a conspiração do Partido Democrata com a esquerda radical e curar o país segundo as fórmulas consagradas de Ronald Reagan. Decorridos dois mandatos, ele não apenas não fez nada disso mas permitiu que seu partido perdesse fôlego ao ponto de tornar quase inviável a permanência dos republicanos no poder.

Atribuir esse vexame ao fracasso da guerra no Iraque não explica nada, é pura propaganda esquerdista enganosa.

George W. Bush nunca fracassou no Iraque. Ele fracassou foi no *front* interno. Esse fracasso começou logo após o 11 de setembro, quando, em vez de aproveitar a ocasião para denunciar o colaboracionismo democrata, desmoralizando de vez o esquerdismo e saneando a atmosfera política americana, ele preferiu fingir que seus inimigos eram seus amigos, criando uma ficção de unidade nacional contra o agressor externo. Os democratas, ostentando o rótulo de patriotas que o próprio Bush lhes grudara na testa, e armados do prestígio assim adquirido, puderam esfaquear pelas costas o país, suas Forças Armadas e seu presidente sem que a população duvidasse um só instante de suas boníssimas intenções.

Fugindo ao confronto que eles por seu lado buscavam insistentemente, Bush deu força a seus inimigos, que eram os inimigos dos EUA. Tudo o que ele teve de valente na condução da guerra, teve de politicamente covarde na luta interna. Resultado: seu sucesso é condenado como um fracasso e seu verdadeiro fracasso não pode ser confessado em público sem desencadear, mil vezes piorada, a mesma divisão interna que ele ainda quer evitar mas que seus adversários assumem cada vez mais barulhentosamente, tirando dela, contra os EUA, as mesmas vantagens que Bush deveria ter tirado em favor do país.

George W. Bush errou de profissão. É um grande comandante militar, mas não é um político de maneira alguma.

18 de junho de 2008

Avançando para a ruína

AO AFIRMAR QUE, COM A CANDIDATURA OBAMA, “a América avançou muito”, George W. Bush deu mais uma prova de que prefere antes destruir a si mesmo, ao seu partido e ao seu país do que dizer qualquer verdade desagradável aos inimigos políticos que o difamam incessantemente.

Devolver ataques brutais com amabilidade servil é o caminho certo para a lata de lixo da História. O presidente americano já avançou demais nessa direção com seu vício de depreciar seus próprios méritos reais exaltando os méritos inexistentes do adversário.

A declaração é tanto mais masoquista porque proferida na mesma semana em que o candidato democrata, perguntado se indicaria George W. Bush para embaixador no Iraque, respondeu que escolheria alguém mais competente. Quem pode ser mais competente para representar um país em terra estrangeira do que aquele que a libertou da tirania? Responder à insolência com afagos é sinal de fraqueza e, como dizia Donald Rumsfeld, a fraqueza atrai agressores.

Mas a opinião emitida por Bush não é só inconveniente: é falsa. Avaliar a escolha de um candidato pela cor da pele é, literalmente, julgar os fatos só pela sua aparência epidérmica. Como já expliquei aqui, o que diferencia Barack Obama, o que o torna único na América e no mundo, não é a cor da pele, mas um grau de mendacidade grosseira, vulgar, quase pueril, que jamais se viu em qualquer candidato à presidência de uma grande nação. A candidatura Obama é, nesse sentido, um blefe ostensivo destinado a provar, numa cínica demonstração de força da elite globalista, que o eleitor americano já está amestrado para aceitar, mesmo em prejuízo próprio, qualquer porcaria que venha dela. Isso não é um avanço de maneira alguma: é o sintoma cabal do estado alarmante de deterioração da democracia americana.

Só nesta semana já apareceram mais dois indícios eloquentes de que o candidato democrata falsifica sua biografia com aquela malícia ingênua dos pequenos estelionatários. Primeiro, ele ainda não entregou à secretaria do Partido Democrata sua certidão de nascimento. Por que um presunçoso que já se considera praticamente eleito haveria de colocar em risco sua candidatura pela omissão de um detalhe burocrático tão banal? Só pode ser porque o documento contém alguma informação inconveniente que ele, como menino surpreendido em flagrante traquinagem, torna ainda mais visível pela canhestrice com que a esconde.

Que informação pode ser essa, é algo que sem grande dificuldade se depreende do segundo indício: agora quem desmente Obama, afirmando que na infância ele foi muçulmano e não cristão como afirma, já não são nem seus colegas de escola – é o seu próprio irmão.

Todos os políticos mentem, mas fazem isso com alguma classe, evitando as mentirinhas tolas mais fáceis de impugnar. Obama não tem esse requinte, ou porque não esteja à altura de observá-lo, ou porque tem costas quentes o bastante para poder ser o mais descuidado dos mentirosos sem ter de se preocupar com as conseqüências.

A esta altura, é eufemismo alertar que Obama, se eleito, pode trazer danos sérios à democracia americana: que um sujeito tão obviamente desqualificado seja aceito como candidato à presidência já é um dano monstruoso e irreversível não só para a nação líder do mundo, mas para toda a humanidade. Essa candidatura é um avanço, sim, mas em direção à ruína final do Ocidente, renunciando os “mil anos de trevas” de que falava Ronald Reagan.

20 de junho de 2008

Um capítulo de memórias

QUE O LEITOR ME PERMITA COMEÇAR ESTE ARTIGO por um episódio da minha porca vida, do qual espero tirar algumas conclusões de interesse geral.

Tão logo cheguei a este mundo, uma estranha infecção pulmonar adiou meu ingresso oficial nele durante sete anos, reduzindo-me a um estado de inconsciência febril e delirante do qual só emergi no dia de ir para a escola, se bem que meus desafetos digam que não saí dele jamais.

Embutido no uniforme, eu me parecia exteriormente com os demais meninos, mas por dentro era um bebê, simplório como um passarinho, por total ignorância não só dos pecados como também de tudo o mais.

Sendo a escola uma instituição religiosa, os professores leram-me trechos do Evangelho, que me comoviam até às lágrimas, mas daí, mediante uma lógica que me escapava, deduziam e me atribuíam a incumbência de confessar meus pecados, dos quais o único que me ocorria, na minha desesperadora pobreza de repertório, era o pecado original. Disfarçando como podia a minha radical incompreensão do estado de coisas, entrei na fila do confessionário esperando que quando chegasse a minha vez tudo se esclareceria. Mas foi então que veio o pior. De trás de uma cortina que o tornava semi-invisível, um padre não identificado me perguntou:

– Você fez porcarias?

Eu não tinha a mais mínima idéia do que podiam ser as tais porcarias, mas, fossem lá o que fossem, pareciam ser comuns a toda a humanidade, de modo que, por mera precaução, respondi: “Sim”. E já ia me sentindo muito aliviado pelo meu sucesso neste teste inicial, quando o padre voltou à carga:

– Com meninos ou com meninas?

Agora ele me pegou, pensei aterrorizado. Como poderia eu supor que aquele delito misterioso e incognoscível se praticava com ambos os sexos? Não querendo, porém, dar o braço a torcer, declarei peremptoriamente: “Com os dois”. Feito isso, fui liberado para a parte leve do serviço, que consistiu em rezar dez Pai-Nossos e dez Ave-Marias, coisa que eu já fazia habitualmente sem ter de passar por aquele vexame preliminar.

Alguns meses se passaram antes que eu recebesse alguma informação fidedigna quanto à natureza das porcarias – e mesmo depois de cientificado ainda continuei duvidando que as pessoas fizessem mesmo aquelas coisas, as quais me pareciam sumamente despropositadas e tediosas. Tardamente chegado a um universo repleto de estímulos e desafios, eu não podia conceber que alguém perdesse seu tempo “fazendo porcarias” em vez de se dedicar a alguma atividade mais substantiva como jogar bolinha de gude, brincar de Roy Rogers ou ir à matinê ver os desenhos de Tom & Jerry.

Mais tarde informaram-me que alguns meninos se dedicavam mesmo a um exercício denominado “troca-troca”, mas, como jamais eu visse nenhum deles se entregando a essa prática, permaneci incrédulo, só fingindo acreditar em tudo para não desagradar a ninguém e para não parecer ainda mais esquisito do que aquilo me parecia a mim. As porcarias, no fundo, se é que existiam mesmo, deviam ser coisa de gente grande, aquelas pessoas aborrecidas que só falavam de assuntos chatos – dívidas, doenças, arrumação de casa, políticos corruptos, juízes de futebol ladrões – e, para cúmulo, achavam normal comer brócolis em vez de sorvete. Que encanto pudesse haver nos seus afazeres porcaríferos era algo que me escapava por completo.

Quando, finalmente, compreendi do que se tratava, admiti que podia até haver algum interesse na coisa, mas aí um outro fenômeno me chamou a atenção, e este não era nem um pouco divertido: meditando a experiência da minha primeira confissão, descobri o abismo imensurável e sem fundo que pode haver entre a realidade da nossa alma e as imagens padronizadas que somos chamados a personificar na sociedade, imagens pelas quais os outros nos reconhecem, que eles chamam pelo nosso nome e nas quais, pelo efeito da repetição, acabamos por acreditar, sufocando a memória da nossa experiência efetiva e substituindo-a por um arranjo cômodo de aparências, que por sua vez se amoldam tão bem às necessidades da comunicação diária que acabamos por achar que são o verdadeiro “eu”.

A essa altura, aquela parte que ficou para trás, sem nome, não desaparece de todo, mas, excluída do mundo da linguagem,

torna-se o nosso depósito pessoal de fantasmas, de temores inconfessáveis, de vergonhas indizíveis, de sensações informes e incommunicáveis.

Durante o meu período de doença, conheci mais dores e sofrimentos do que em geral os meninos da minha idade podiam sequer imaginar. Era todo um universo sombrio, opressivo, fechado. Sobretudo incommunicável: eu bem via o rosto angustiado de minha mãe, de meu pai, de meus tios, tentando puxar a minha dor para si próprios mas conseguindo apenas olhá-la de fora, atônitos e inermes, e atormentar-se em vão. Todo mundo passa por experiência semelhante algum dia, seja por meio da doença, da pobreza, da loucura, do abandono, da prisão. Minha diferença é que eu conheci esse lado obscuro da vida antes de conhecer qualquer outra coisa. Quando emergi desse inferno, tudo em volta me parecia tão interessante, tão bonito, tão atraente, que a hipótese de alguém poder entediar-se ao ponto de ter de buscar uma fonte extra de deleites me parecia simplesmente inverossímil. Eu não conhecia o sexo e, no meu deslumbramento com tudo o mais, não imaginava que alguém pudesse precisar dele (tudo o que depois li sobre sexualidade infantil me parece uma bobagem descomunal). Mas a estranha conjunção de uma experiência prematura do sofrimento humano com a ignorância radical de fatos elementares da fisiologia fez de mim uma incongruência viva, como Lao-Tseu, que nasceu velho e com o tempo foi se tornando um bebê. Claro, eu não era o único esquisitão do universo. Mais tarde descobri que cada ser humano tem por dentro algo de radicalmente diferente dos outros, um recinto próprio que a linguagem mal consegue penetrar e que, embora constitua a sua existência mais íntima e pessoal, acabará sendo totalmente ignorado pelos que em torno imaginam conhecê-lo. Toda a riqueza e o interesse da convivência humana consiste em usar os estereótipos como meros bilhetes de ingresso nesse recinto, jogando-os fora tão logo entramos mais fundo na alma alheia. Mas como poderíamos fazer isso, se tudo em volta nos convida a encarnar os estereótipos cada vez mais esforçadamente, com um arremedo de sinceridade cada vez mais perfeito, até acabarmos acreditando que eles são nós?

As sociedades humanas podem ser comparadas – e julgadas – pelo seu sucesso ou fracasso em transmutar a linguagem comum em instrumento do encontro genuíno entre os seres humanos. E, de tudo o que vi e vivi depois, concluí que a sociedade brasileira se destaca pelo total desinteresse em fazer isso, pela acomodação complacente a uma convivência feita só de estereótipos. Foi isso o que o conde de Keyserling, aquele observador arguto, notou ao dizer que, enquanto nos outros países as pessoas só imitam aquilo que desejam tornar-se no futuro, os brasileiros se contentam com a imitação enquanto tal, esmerando-se nela ao ponto de esquecer que é possível ser algo na realidade e acabando por acreditar que a única coisa a esperar da vida é o sucesso no fingimento. Não é à toa que a obra do maior dos nossos ficcionistas é uma galeria de fingidos, hipócritas e palhaços como jamais se viu no mundo. Em Machado de Assis o único personagem sincero, o único que fala consigo mesmo e tenta se compreender a si próprio e aos outros, o conselheiro Aires, acaba vivendo num prudente e recatado isolamento. Isso explica muita coisa da nossa política.

No meu caso, justamente a confissão, que deveria ser o encontro mais íntimo da consciência interior com o observador onissapiente, acabou se transformando no desencontro completo entre a rotina de um confessor entediado e a confusão mental de um menino ignorante. O Papa João Paulo II acertou em cheio quando disse que os brasileiros são cristãos no sentimento, mas não na fé. Não existe fé sem vida interior, mas a vida interior começa pelo ingresso naquele recinto fechado, sombrio, e pelo esforço de comunicar o incommunicável. O brasileiro acha isso angustiante demais e, buscando alívio numa familiaridade fácil, acaba por se transformar no seu próprio estereótipo.

23 de junho de 2008

Nas origens do morticínio

QUAL A MAIOR CAUSA DE VIOLÊNCIA, MORTICÍNIO, opressão e tirania que já se conheceu ao longo de toda a História humana?

Se fizermos essa pergunta ao cidadão comum, as respostas mais freqüentes apontarão o desejo de riquezas, a paixão nacionalista, o expansionismo imperialista, o fanatismo religioso ou ideológico, os preconceitos de raça etc.

Todas essas causas mataram pessoas e oprimiram povos, mas não o fizeram sempre.

Desejar riquezas não é o mesmo que extorqui-las à força; na maior parte dos casos esse desejo não só se realiza por meios inofensivos, mas ele precisa da paz e da ordem jurídica para alcançar suas metas. Não pode ser pura coincidência que os países mais ricos e prósperos sejam os menos agressivos e os mais democráticos. Também não pode ser mero acaso que jamais tenha havido uma guerra entre duas democracias capitalistas.

Todos os povos têm alguma paixão nacionalista, mas só um número pequeno dentre eles agride seus vizinhos em nome dela. Na maior parte dos casos, o nacionalismo exprime-se por meios culturais perfeitamente incruentos, isto quando não é apenas uma reação passiva de autodefesa psicológica contra ameaças de fora.

O fanatismo religioso, especialmente islâmico, é bastante demonizado pela mídia, mas, se somarmos o número de vítimas que ele fez desde o início do século, veremos que é irrisório em comparação com as mortes causadas pelas ideologias anti-religiosas. Na modernidade, o fanatismo religioso pode ser causa de conflitos, mas não de genocídio. Apontá-lo como tal é um chavão midiático sem nenhuma base na realidade. Mesmo as guerras de religião que sacudiram o Ocidente e o Oriente desde a Antigüidade até o fim da Idade Média não produziram um número de vítimas que se comparasse aos das guerras e revoluções modernas sem causa religiosa.

O racismo, por fim, parece uma resposta adequada, por estar entre as causas da II Guerra Mundial e do holocausto. Mas por que, entre tantos racismos que existem no mundo, um único chegou a desencadear uma catástrofe dessas proporções, enquanto os outros produziram somente efeitos locais bem mais modestos, isto quanto não se limitaram a cristalizar-se num estado permanente de hostilidade incruenta entre grupos raciais, tomando a forma da discriminação, do preconceito etc.? Em vez de confundir a parte com o todo, explicando a barbárie nazista pelo “racismo”, é preciso perguntar justamente o que o racismo alemão tinha de diferente dos outros racismos, para que chegasse a produzir resultados tão descomunais.

A expansão imperialista causou guerras, revoluções e repressões, mas muitas vezes – a maior parte delas – conseguiu realizar-se por meios comerciais e culturais inofensivos, não raro levando a paz e a ordem a regiões conturbadas.

Cada uma dessas respostas resvala na verdade mas não chega sequer a tocá-la. Cada um dos fatores apontados pode produzir violência, morticínio, opressão e tirania, mas não o faz sempre ou necessariamente, não o faz por um movimento autônomo, pela mera exteriorização da sua dialética interna, e sobretudo não o faz sem a intervenção de um outro fator, geralmente não mencionado na lista dos demônios populares. Esse fator não só investe os outros de uma força mortífera que eles não têm por si próprios, mas ele por si mesmo, agindo sozinho e com pouca ou nenhuma ajuda deles, pode produzir e tem produzido os mesmos efeitos letais que produziu ao fundir-se com eles.

A maior causa de violência, morticínio, opressão e tirania é a crença de que é possível inventar um futuro melhor para toda a humanidade ou para uma parte significativa dela e realizá-lo através do poder político. Sem somar-se a essa crença, nenhuma das causas antes mencionadas teria um milésimo do seu potencial mortífero. Sem a promessa utópica, não atrairia multidões de militantes. Sem a concentração do poder político, não teria meios de ação. Poder concentrado em torno de uma promessa de futuro: eis a fórmula infalível do genocídio.

É proibido parar de mentir

SEJA EM CIÊNCIA POLÍTICA, SEJA NO MERO COMENTÁRIO JORNALÍSTICO, a análise de um candidato a qualquer cargo eletivo, para ter o mínimo de confiabilidade, tem de abranger os seguintes aspectos e suas interrelações:

Sua imagem publicitária, o “personagem” criado pela sua campanha, o qual pode coincidir em mais ou em menos com a sua personalidade real.

Seu programa de governo ou plano de ação, considerado na sua pura lógica interna.

A comparação entre esse plano e a situação externa objetiva que ele promete alterar ou corrigir.

As correntes de pensamento atuais ou pretéritas que, de maneira mais próxima ou mais remota, se refletem nesse plano.

Os grupos políticos, econômicos e culturais que apóiam o candidato de maneira ostensiva ou discreta.

A posição real do candidato ante esses grupos, seja como seu líder efetivo, como seu parceiro permanente ou temporário ou como seu agente e serviçal.

As alternativas reais ou possíveis contra as quais sua candidatura se opõe de maneira explícita ou velada.

Só quando esses sete fatores estão esclarecidos você pode ter uma certeza razoável de que conhece o candidato e sabe a que ele veio. É essa a condição *sine qua non* do alardeado “voto consciente”. E não é preciso dizer que essa condição depende, fundamentalmente, dos “formadores de opinião” – dos intelectuais públicos e da mídia.

Pois bem: em duas eleições sucessivas o brasileiro votou em Lula sem ter a menor idéia de que ele era o fundador e presidente da maior organização revolucionária que já existiu na América Latina. Faltaram por completo, na imagem pública do candidato, os itens 5, 6 e 7 da lista. Essas informações foram propositadamente, sistematicamente sonegadas ao eleitor pela propaganda partidária e por toda a “grande mídia”, com a cumplicidade passiva da pretensa Justiça Eleitoral.

Essas duas eleições foram ilegais no mais estrito sentido da palavra. Não atenderam às condições mínimas de informação fidedigna que o público precisa para escolher uma marca de automóvel, uma geladeira ou um remédio para hemorróidas. Todos os proprietários de jornais, revistas e canais de TV sabiam disso perfeitamente. A Justiça Eleitoral sabia disso. As Forças Armadas sabiam disso. A cumplicidade geral deu ao crime ares de legitimidade, marcando a ruptura definitiva entre o debate público e a realidade da vida nacional e gerando a atmosfera de alienação e loucura da qual a corrupção e a violência, em doses jamais vistas no mundo, são apenas o sintoma mais visível e escandaloso.

Jamais, na história de qualquer nação, a elite falante, por amor e temor a um grupo político ambicioso e cínico, traiu e ludibriou tão completamente um povo.

Não é de estranhar que, decorridos alguns anos, o hábito da trapaça consciente e fria tenha se impregnado tão profundamente na moral dessa elite que até mesmo ao falar de outros países ela tenha de mentir compulsivamente – e mentir no preciso sentido que interessa ao grupo dominante. Só para dar um exemplo, a cobertura jornalística da candidatura Barack Obama na mídia brasileira limita-se estritamente a vender ao público a sua imagem publicitária – item 1 da nossa lista –, sem chegar a tocar nem mesmo no seu programa de governo. Ela mente em favor de Obama ainda mais espetacularmente do que mentiu em favor de Lula. Nenhum jornal ou canal de TV brasileiro jamais informou que Obama é um apóstolo da “*Media Reform*” calculada para eliminar a liberdade de opinião no rádio, um defensor ardente da proibição total de armas de fogo pela população civil (na mesma linha que Hitler adotou na Alemanha), um partidário fervoroso do imediato desmantelamento das defesas americanas anti-míssil (portanto da rendição incondicional ante qualquer poder nuclear estrangeiro). Ninguém jamais informou que ele votou contra a proibição de matar bebês que sobrevivam ao aborto e que ele é um discípulo da “teologia da libertação” na sua versão mais radical e extremada. Ninguém informou que os grupos que o apóiam são círculos bilionários globalistas aos quais ele serve como agente para a destruição da soberania americana e a imediata implantação de um governo mundial pelos meios mais antidemocráticos que se pode imaginar. E ninguém informou que sua maior vantagem ante o concorrente republicano reside precisamente na superioridade dos seus fundos de campanha (400 milhões de dólares contra 85), o que já basta para mostrar que Obama não é de maneira alguma o candidato dos pobres e oprimidos.

Contra todas essas informações essenciais, a mídia brasileira martela e remartela a imagem publicitária baseada exclusivamente na cor da pele. Se Obama fosse candidato a presidente do Brasil, teria a maior votação da nossa história.

27 de junho de 2008

Quem nos governa, afinal?

O PLANO DE TRANSIÇÃO PARA O GOVERNO MUNDIAL, que Arnold Toynbee expôs mais de meio século atrás e que mencionei brevemente nesta coluna, já está em avançadíssima fase de implantação, ao ponto de que não há nenhum exagero em dizer que a Nova Ordem globalista-socialista é um fato consumado, irreversível. Que a maioria dos seres humanos ignore isso por completo e ainda tenha a ilusão de poder interferir de algum modo no curso das coisas por meio do “voto”, eis aí a prova de que Toynbee tinha toda a razão ao dizer que a nova estrutura de poder não seria democrática, nem democrática a transição para ela. Não há estado de sujeição mais completo do que ignorar a estrutura de poder sob a qual se vive.

É verdade que a mera complexidade crescente da administração estatal moderna já era, por si, conflitiva com as pretensões democráticas de transparência, informação acessível, “voto consciente”, enfim, com as presunções da “cidadania”. Mas o que vem acontecendo no último meio século é o aproveitamento deliberado e sistemático da complexidade burocrática para criar, acima do governo representativo, uma nova estrutura de poder que o domina, o estrangula e acaba por eliminá-lo. A maior parte das nações já vive sob o controle dessa nova estrutura global sem ter disso a menor consciência e acreditando que continua a desfrutar das garantias e meios de ação assegurados ao eleitor pelo antigo sistema de governo representativo, hoje reduzido a um véu de aparências tecido em torno do poder mais centralizado, abrangente e incontrolável que já existiu ao longo de toda a história humana.

Não só essa transição já aconteceu, mas ela foi realizada sob a proteção de um conjunto de pretextos retóricos altamente enganosos, criados para dar à população a idéia de que a mudança ia no sentido da maior liberdade para os cidadãos, da maior participação de todos no governo e de mais sólidas garantias para a empresa privada. Todos os termos-chave dessa retórica – “governo reinventado”, “parcerias público-privadas”, “terceira via”, “descentralização” – significam precisamente o contrário do que parecem indicar à primeira vista.

Os dois diagramas que acompanham este artigo tornarão isso bastante claro. As flechas aí indicam a origem do poder e o objeto sobre o qual se exerce. No antigo sistema representativo, o eleitorado escolhia o governo segundo os programas que lhe pareciam os mais convenientes, e o governo eleito – executivo e parlamento – repassava esses planos aos órgãos da administração pública, para que os executassem. No novo sistema de “parcerias público-privadas”, a administração pública é só uma parcela do órgão executor. A outra parcela é escolhida por entidades sobre as quais o eleitorado não tem o menor controle e das quais não chega às vezes a ter sequer conhecimento. Tal como apresentado na sua formulação publicitária, o novo sistema é mais democrático, porque reparte a autoridade do governo com “a sociedade”. Mas “a sociedade” aí não corresponde ao eleitorado e sim a ONG’s criadas sob a orientação de organismos internacionais não-eletivos – ONU, UE, OMS, OMC, etc. – e subsidiadas por bilionárias corporações multinacionais cuja diretoria não é mesmo conhecida do público em geral.

A orientação geral dessas ONG’s reflete um conjunto de novas concepções socioculturais e políticas que jamais foram postas sequer em discussão, e que por meio delas são implantadas do dia para a noite, sem que o eleitorado chegue a saber nem mesmo de onde vieram. A própria velocidade das transformações é tamanha, que serve para reduzir as populações ao estado de passividade atônita necessário para tornar inviável não só qualquer reação organizada, mas até uma clara tomada de consciência quanto ao que está acontecendo. Paralelamente, muito do poder de decisão do parlamento é transferido aos órgãos burocráticos, que, agindo já não como braços do eleitorado, mas como agentes a serviço de parcerias controladas pelo triunvirato de ONG’s, corporações e organismos internacionais, passa então a introduzir na sociedade mutações radicais que, no sistema de governo representativo, jamais seriam aprovadas nem pela população, nem pelo parlamento.

Ao desfazer-se de uma parte das suas prerrogativas, sob as desculpas de “privatização”, “democratização”, “descentralização”, “desburocratização” etc., o governo não as transfere ao povo, mas a um esquema de poder global que escapa infinitamente à possibilidade de qualquer controle pelo eleitorado. As ambigüidades decorrentes, que desorientam o público, são então aproveitadas como instrumentos para gerar artificialmente novas “pressões populares”, que não são populares de maneira alguma, mas que refletem apenas a vontade da chamada “sociedade civil organizada”, isto é, da rede de ONGs criadas pelo próprio esquema de poder global.

Subsidiadas pelas grandes corporações e fundações, essas ONGs, prevalecendo-se da “parceria” que têm com órgãos do governo, passam então à parasitagem voraz de verbas públicas, somando aos recursos que as alimentam desde fora o sangue extraído do próprio eleitorado que as ignora e que elas falsamente representam. Essa nova estrutura de poder não é um plano, não é um objetivo a ser alcançado: ela já é o sistema de poder sob o qual vivemos, construído sobre os escombros do antigo governo representativo, que hoje em dia só subsiste como aparência legitimadora da transformação que o matou.

Uma ambigüidade especialmente irônica e por isto mesmo proveitosa da situação é que um dos instrumentos principais para a implantação do novo esquema reside na rede mundial de ONG’s e movimentos esquerdistas, desde os mais radicais até os mais brandos e inofensivos em aparência. Ao mesmo tempo, como a violência e rapidez das mutações gera toda sorte de desequilíbrios, temores e insatisfações, essa rede de organizações esquerdistas é usada por outro lado como megafone para lançar a culpa de todos esses males no velho capitalismo liberal, apontado como beneficiário maior das mesmas transmutações que o esmagam. Os sintomas colaterais mórbidos da transformação servem eles próprios como pretextos para acelerá-la e aprofundá-la, canalizando em favor dela as dores que ela gerou.

Numa obra memorável, *Du Pouvoir. Histoire Naturelle de Sa Croissance*, Bertrand de Jouvenel mostrou que a história da modernidade não é a história da liberdade crescente, como pretendia Benedetto Croce, mas a história do poder crescente do Estado avassalador.

Esse livro é de 1945. Desde então, o curso da História tomou um rumo que o confirma na medida mesma em que aparenta desmenti-lo. A “descentralização” dos governos nacionais, simulando em escala local uma vitória do liberal-capitalismo sobre as tendências centralizadoras e socialistas, foi posta a serviço da construção do Leviatã supranacional que, inacessível e quase invisível, controla dezenas de Estados reduzidos à condição de entrepostos da administração global. Não só o eleitorado foi submetido a essa gigantesca mutação sem a menor possibilidade de interferir nela ou de compreendê-la, porém até mesmo alguns dos mais intelectualizados porta-vozes do liberal-capitalismo, enxergando apenas o fator econômico e recusando-se a investigar a nova estrutura de poder político por trás da globalização comercial, colaboraram ativamente para que o processo de centralização mundial se implantasse pacificamente, sob a bandeira paradoxal da liberdade de mercado.

O camponês antigo, o servo da gleba e até mesmo o escravo romano gemiam sob o tacho de um poder incontrastável, mas pelo menos tinham uma idéia clara de quem mandava neles e compreendiam perfeitamente o funcionamento do sistema que os governava. O cidadão da “democracia de massas” está cada vez mais submetido a decisões que não sabe de onde vieram, implantadas por um sistema de governo que ele nem conhece nem compreende. O globalismo é a apoteose do processo de centralização do poder, centralizando até o direito de conhecer o processo.

30 de junho de 2008

Hegemonia

DESDE A DÉCADA DE 30, O PARTIDO COMUNISTA foi-se tornando cada vez mais a influência cultural dominante no Brasil, não por sua superioridade intelectual, é certo, mas por sua capacidade de arregimentar escritores, artistas, jornalistas e professores numa elite militante bem organizada, consciente da sua missão de transformar toda a vida do espírito em arma de guerra revolucionária.

A astuta manipulação de cargos e prestígios, a ocupação de espaços, o boicote feroz aos adversários logo reduzidos a servos dóceis da política comunista por meio da intimidação e da chantagem – tais foram os instrumentos com que o Partido acabou por emascular uma intelectualidade conservadora na qual avultavam tipos do porte de um Manuel Bandeira, de um Gilberto Freyre, de um Nelson Rodrigues, de um João Camilo de Oliveira Torres, de um Lúcio Cardoso, de um Gustavo Corção, de um Antônio Olinto, de um Paulo Mercadante, de um Otto Maria Carpeaux e tantos outros, com os quais a esquerda jamais poderia concorrer no campo do livre debate.

Eleitoralmente, o Partido jamais foi grande coisa, mas sua influência tornou-se desproporcionalmente maior que seu míngua número de eleitores, ao ponto de impor à nação um presidente pró-comunista e consolidar o seu poder mediante um plebiscito em que a linguagem da lei e da ordem foi habilmente posta a serviço da subversão e da desordem.

Longe de debilitar essa influência, o novo regime advindo em 1964 acabou por fortalecê-la, na medida em que, concentrando seus esforços no combate à subversão armada e esquivando-se preguiçosamente ao dever da luta cultural, permitiu que a esquerda se revigorasse mediante o debate interno, a autocrítica e a reorganização estratégica segundo as linhas preconizadas por Antonio Gramsci, cujas obras, não por coincidência, chegaram ao alcance da militância intelectual esquerdista local precisamente a partir de 1965. Nessa data começou também a circular a mais importante publicação cultural esquerdista, a “Revista Civilização Brasileira” de Ênio Silveira, que marcou um *upgrade* intelectual da esquerda e provou sua capacidade de reagir criativamente, agressivamente, a uma derrota política que hoje sabemos ter sido apenas superficial e provisória.

Em meados da década de 1970, a hegemonia cultural da esquerda já era, mais que um fato consumado, um direito adquirido. Sem isso, a total falsificação da história do período, hoje consagrada como verdade incontestável em todo o sistema de ensino e em toda a grande mídia sem exceção, jamais teria sido possível – e, sem ela, a escalada triunfal da esquerda rumo ao poder absoluto jamais teria acontecido.

Ao longo de todo esse trajeto, só duas tentativas de resistência liberal-conservadora organizada se esboçaram, ambas tímidas e débeis.

A primeira veio da Igreja, entre os anos 40 e 60, mas foi logo diluída pela infiltração que veio a fazer da intelectualidade católica o mais eficiente instrumento de camuflagem e legitimação do esforço subversivo. A conversão de Alceu Amoroso Lima e de Dom Hélder Câmara ao esquerdismo, a devassidão ideológica fomentada pelo Concílio Vaticano II e a tomada dos seminários por uma hoste de endemoninhados “teólogos da libertação” resultaram na fundação do PT mediante a tripla união adúltera dos bispos com a intelectualidade comunista e com a militância sindical de esquerda, tudo sob as bênçãos da elite globalista bilionária e da mídia chique internacional.

A segunda foi a fundação do Instituto Liberal no Rio de Janeiro em 1983 e do Instituto de Estudos Empresariais no Rio Grande do Sul no ano seguinte, daí resultando o Fórum da Liberdade, que desde 1988 leva anualmente a Porto Alegre os melhores palestrantes liberais e conservadores do mundo. Essa iniciativa meritória, porém, ademais de ser sistematicamente boicotada pela mídia nacional inteira, ainda padece de duas autolimitações congênicas:

Cinge-se ao debate doutrinal, sem nenhuma perspectiva de ação política e muito menos de uma ofensiva antigramsciana organizada na esfera cultural.

Tende a concentrar-se nos temas econômicos, ignorando as questões essenciais da guerra cultural e da estratégia revolucionária e combatendo antes o estatismo enquanto idéia geral do que a esquerda enquanto força política concreta.

Ainda a hegemonia

UM DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO MARXISMO é a união indissolúvel do conhecimento e da ação revolucionária. Quaisquer que sejam os erros da teoria, eles acabam sendo neutralizados, na prática, pela constante revisão da estratégia à luz da experiência adquirida pelo “intelectual coletivo” (o Partido) na sua luta pela conquista do poder absoluto e pela destruição final do adversário.

A intensidade do esforço intelectual coletivo, organizado e voltado a objetivos mensuráveis, dá aos partidos de esquerda uma capacidade de ação concentrada, orgânica, que seus adversários no campo liberal e conservador nem de longe conseguem emular, e no mais das vezes nem mesmo conceber.

Na verdade, a simples necessidade de adestrar os intelectuais e organizá-los para uma ação cultural integrada é algo que jamais passou pelas cabeças dos nossos “direitistas”. No máximo, o que concebem é uma pura “disputa de idéias”, como se, uma vez demonstrada em teoria a superioridade intrínseca da livre empresa, a militância socialista se dissolvesse por si, cabisbaixa e arrependida, desistindo para sempre de suas ambições revolucionárias.

Nem de longe suspeitam que, na voragem da ação política, as “idéias” podem vir a representar um papel bem diverso – ou até inverso – daquilo que parecem anunciar pelo seu mero conteúdo. O “intelectual coletivo”, consciente dessa diferença bem como do fato de que os direitos em geral a ignoram, diverte-se sadicamente, num jogo de gato e rato, fazendo as idéias mais ortodoxamente direitos trabalharem pela glória e triunfo do esquerdismo.

A aposta unilateral dos liberais no “enxugamento do Estado”, inspirada em considerações econômicas e morais perfeitamente verazes e justas em si mesmas, mas amputadas de toda conexão com a estratégia política e cultural, só tem servido para transferir as prerrogativas do Estado para as ONGs esquerdistas, quando não para organismos internacionais perfeitamente afinados com o esquerdismo.

A idéia abstrata de “lei e ordem”, inteiramente correta, mas letal quando desligada do respectivo quadro cultural e estratégico, levou muitos liberais a colaborar servilmente na derrubada de Fernando Collor, a entronizar portanto a esquerda como detentora das virtudes morais por antonomásia e a dar-lhe por essa via os meios de elevar a corrupção a alturas que o ex-presidente não poderia nem mesmo imaginar.

Não houve então um só intelectual esquerdista que, vendo o decano liberal Roberto Campos sair do hospital em cadeira de rodas para ir votar contra Collor, não se lembrasse, com enorme satisfação, da máxima de Lênin que recomenda fazer o adversário lutar contra si próprio. E não houve um só deles que não enxergasse, no sepultamento político do ex-presidente, o prenúncio da iminente ascensão petista.

Já assinalei também, nestes artigos, a facilidade com que, em prol da liberdade de mercado, liberais e conservadores admitem negociar – ou ceder de graça – os princípios morais e culturais que geraram essa liberdade e sem os quais ela não subsiste senão como etapa de transição para o socialismo.

A “direita” deixa-se conduzir porque não tem nenhuma visão ou plano de conjunto, apenas o apego a pontos de detalhe que, de um modo ou de outro, sempre podem ser manejados para encaixar-se na estratégia abrangente da esquerda.

Para que tivesse essa visão ou plano, a direita precisaria ter formado uma genuína militância intelectual habilitada, no mínimo, a acompanhar as discussões internas da esquerda e a prever o curso das manobras estratégicas que ali se preparam.

Mas como esperar que os intelectuais da direita enxerguem o futuro, se não querem nem mesmo olhar para o passado e o presente? Participei de muitos Fóruns da Liberdade, em Porto Alegre – a maior concentração de inteligências liberais e conservadoras que já se viu no Brasil – e jamais ouvi ali uma única palavra sobre o Foro de São Paulo, exceto saída da minha própria boca.

Enquanto os liberais e conservadores discutiam em abstrato o sistema econômico e a estrutura do Estado, a esquerda construía, diante dos seus olhos cegos, a maior e mais poderosa organização política – político-militar, na verdade – que já existiu no continente.

E, cada vez que falo em criar uma intelectualidade, eles me olham como se eu fosse um professor de abstratices, a quem se

pode ouvir com reverência polida, mas jamais levar a sério no campo da “prática”, que eles consideram o seu terreno próprio. Como se fosse muito prático teimar no erro e perder sempre.

3 de julho de 2008

A fórmula da felicidade

A *NATIONAL SCIENCE FOUNDATION*, QUE DESDE 1981 realiza anualmente uma pesquisa para avaliar os sentimentos de felicidade e infelicidade entre os vários povos, tirou a média dos resultados e concluiu que os cinco países mais felizes do mundo nesse período foram a Dinamarca, Porto Rico, a Colômbia, a Islândia e a Irlanda do Norte. Os cinco mais infelizes: Zimbábue, Armênia, Moldova, Belarus e Ucrânia.

Numa lista de 98 países, os EUA ficaram em 16º lugar, desempenho bem razoável para uma nação em guerra, e o Brasil em trigésimo, abaixo da Nigéria mas muito acima de nações mais ricas como a Alemanha, a China e França.

Ronald Inglehart, cientista político do *Institute for Social Research* da Universidade de Michigan, que dirigiu a pesquisa, obtém dela uma conclusão que deveria ser impressa em adesivos e grudada na testa de todos os burocratas e socialistas: “Em última análise, o fator determinante da felicidade é a proporção em que as pessoas têm livre escolha quanto ao modo de conduzir suas vidas”.

Porto Rico e a Colômbia não são de maneira alguma nações ricas, mas seus povos são felizes porque o governo local sabe protegê-los contra a violência e a desordem sem lhes oferecer aquela duvidosa proteção contra si mesmos, que é hoje o pretexto máximo de todos os abusos da autoridade burocrática.

Outra coisa que a pesquisa evidencia é que a liberdade econômica é importante, sim, mas não é a primeira nem a mais essencial das liberdades, como o imaginam tantos liberais. Todo ser humano normal está até disposto a aceitar uma quota de interferência estatal na economia, mesmo a contragosto, contanto que o governo não interfira na sua vida privada, não queira forçá-lo a educar seus filhos desta ou daquela maneira, não decida o que ele deve comer ou deixar de comer e sobretudo não o mande para a cadeia por delito de opinião. Quando os líderes *soi-disant* anti-socialistas, na ânsia de preservar a liberdade econômica, negociam com o estatismo e lhe cedem terreno na esfera moral e cultural, estão contribuindo para tornar o capitalismo um regime de prosperidade infeliz e fazendo da crítica cultural socialista uma profecia auto-realizável. Nas últimas décadas, em nenhum país a liberdade econômica cresceu tanto quanto na China, mas no índice de felicidade os chineses ficam na 54ª classificação. O economicismo é a doença infantil do liberalismo.

A presença da Colômbia no terceiro lugar é algo que deveria dar o que pensar aos nossos governantes, se eles não tivessem visceral ojeriza a esse doloroso exercício. Pode ser feliz um país que está em guerra contra organizações terroristas há décadas? Pode, porque a própria guerra foi motivo de união nacional, gerando entre os colombianos aquela atmosfera de solidariedade e confiança que faz com que todos se sintam seguros de si no meio do perigo. Noventa e sete por cento dos colombianos odeiam as Farc, oitenta e tantos por cento deles confiam no presidente que os vem conduzindo com mão firme, de vitória em vitória, no combate contra aquela quadrilha de criminosos e o gigantesco aparato diplomático e publicitário construído para lhe dar apoio. Sob a liderança de Álvaro Uribe, a Colômbia provou que é capaz de fazer face a todos os inimigos, internos e externos, desde os narcotraficantes escondidos nas matas até as Pelosis e os Kennedys que os protegem desde os altos círculos do poder. Os colombianos não têm medo de ninguém. Como poderiam não estar orgulhosos e felizes?

Se o Brasil se unisse para dar cabo dos assassinos que matam anualmente 50 mil dos nossos conterrâneos, o orgulho patriótico faria subir o nosso balão para os primeiros lugares na escala da felicidade mundial. O mesmo aconteceria se cerrássemos fileiras em torno do general Augusto Heleno, defendendo a nossa soberania territorial contra o globalismo voraz. Mas podem tirar o cavalo da chuva. Quanto ao segundo ponto, o PT já declarou que proteger a integridade do território nacional é traição. Quanto ao primeiro, conforme leio na coluna do Diogo Mainardi, o presidente e “os intelectuais” que se reuniram com ele para discutir os temas mais transcendentais da atualidade nacional não consentiram em descer do seu pedestal para tratar de assunto tão irrelevante, preferindo deleitar-se na alegada redução de 22 por cento no índice de “desigualdade social”. Não notaram que esse fenômeno, além de ser puro efeito residual do fim da inflação e não refletir nenhum mérito do atual governo, constitui argumento cabal contra a doutrina oficial de que a pobreza é a causa máxima da criminalidade, falácia que serviu de pretexto ao governo para enviar o Exército às favelas – com as conseqüências que todos conhecem -- para tapar goteiras e cavar esgotos em vez de prender traficantes e assassinos. Quando as Forças Armadas são rebaixadas a esse ponto, o orgulho nacional vai para o ralo junto com elas – e, sem orgulho nacional, quem pode estar feliz

com o país onde vive?

Mostrando que seu coração e seu cérebro estão longe dessas preocupações mesquinhas, o sr. Lula deu dois passos decisivos na sucessão de medidas calculadas para proteger os brasileiros contra si mesmos: proibiu a venda de bebidas alcoólicas nos bares de beira de estrada e anunciou sua intenção de proibir anúncios de comidas gordurosas. No que diz respeito ao primeiro item, um grupo de gaiatos pôs a circular na *internet* uma proposta de que o sr. presidente seja submetido ao teste do bafômetro antes de assinar decretos, fazer discursos ou receber governantes estrangeiros. Sendo o risco envolvido nessas atividades muito maior que o de qualquer acidente rodoviário, nada mais tenho a acrescentar. Quanto ao segundo ponto, a guerra contra a gordura é o complemento natural do “combate à fome”: nosso governo seria desumano se, diante de tanta miséria e desnutrição que campeiam por aí, nada fizesse contra a obesidade dos famintos.

Não creio que o Brasil, trinta anos atrás, fosse menos feliz do que a Guatemala ou o México, como hoje o é segundo a pesquisa. E quem o puxou para baixo, na escala, não foi a miséria, que desde então diminui sem parar. O que o tornou infeliz foi a sucessão de derrotas – contra a corrupção, contra o morticínio, contra o narcotráfico – estimuladas desde cima pela presunção louca da esquerda iluminada que nos domina desde o fim do regime militar.

Falando em popularidade, não paro de pensar num detalhe estranho da política nacional. O sr. presidente da República, segundo o Ibope, tem 72 por cento de aprovação popular – índice só alcançado por dois dos seus antecessores, Juscelino Kubitschek e Emílio Garrastazu Medici. No tempo de Kubitschek eu era criança, mas me lembro bem da era Medici, do sucesso econômico estrondoso que tirou da miséria e do desespero multidões de brasileiros anônimos, fazendo com que os famosos “cinquenta milhões de famintos” só pudessem comparecer de volta no discurso eleitoral de Lula como mentira confessa. O presidente era homem discreto e de poucas palavras, um pouco sombrio, até. Mas, onde quer que fosse, suas obras o precediam: quando ele surgia na arquibancada do Maracanã, o estádio inteiro se erguia para aplaudi-lo e cantar “Eu te amo, meu Brasil”. Bem diferente, original, misteriosa, enigmática no mais alto grau é a popularidade de Lula, que se expressa em vaias – a ele e a seus cumpinchas – onde quer que ele se exhiba ante o povão. A ciência matemática deve ter avançado muito, nestas plagas, para poder apreender uma sutileza estatística tão impossível de se perceber na esfera dos fatos. A popularidade de Lula deve ser um arquétipo platônico, só acessível a inteligências privilegiadas. Nós, que vivemos no baixo mundo das aparências sensíveis, jamais acreditaremos nela. Oh, como somos grosseiros!

7 de julho de 2008

Que é que tem de mais?

BARACK HUSSEIN OBAMA É, SOB TANTOS ASPECTOS, TÃO DIFERENTE daquilo que normalmente se entende como um candidato à presidência dos EUA, que só por uma distração formidável alguém pode achar que o detalhe mais significativo nele é a cor da sua pele. O lema da sua campanha é “Mudança”, mas para realizá-lo ele não precisa nem ser eleito: ele já mudou tudo nos usos e costumes eleitorais do povo americano, e mudou para tão pior que será preciso muitas décadas para reparar o estrago, se possível.

Desde logo, ele é o primeiro candidato sem nenhuma experiência administrativa – e com experiência política abaixo de mínima – a ser aceito por qualquer partido para concorrer a um cargo tão alto. Também não teve carreira militar nem experiência profissional em área nenhuma, exceto como ongueiro. Mas diga isso a um obamista e ele invariavelmente responderá: “Que é que tem de mais?” O sentimento natural de estranheza ante o inusitado tornou-se antinatural, ofensiva, intolerável.

Com a possível exceção de Lula, cuja ignorância chegou a ser louvada como uma forma superior de sabedoria, nunca se exigiu tão pouco de quem reivindica a autoridade máxima. Mesmo em países do Terceiro Mundo o portador de um currículo tão insignificante dificilmente seria aceito como candidato ao cargo supremo. No Partido Democrata e na grande mídia dos EUA, ninguém parece estranhar o caso Obama no mais mínimo que seja, e mesmo entre os adeptos de John McCain há como que um acordo de não magoar o adversário com exigências superiores à sua capacidade. Todos preferem perguntar: “Que é que tem de mais?”.

Em segundo lugar, não falta ao candidato somente um currículo: falta até mesmo uma biografia confiável. Os indícios de que ele é muçulmano em segredo brotam dia a dia, mas sua quantidade parece inversamente proporcional ao interesse que seus adversários e a grande mídia têm em elucidar o assunto. Todos parecem querer que o eleitorado aceite como normal e improblemática a hipótese de votar num desconhecido que encobre suas origens, ainda que estas o associem de algum modo ao inimigo que enfrenta o país no campo de batalha e ainda que o seu empenho em encobrir o passado chegue ao ponto de sonegar a própria certidão de nascimento. As provas da intimidade do candidato com organizações comunistas e pró-terroristas também se avolumam, mas não suscitam, entre os bem-pensantes, nem mesmo curiosidade. Afinal, que é que tem de mais?

Até mesmo no quesito elementar do respeito aos símbolos nacionais – o mínimo de etiqueta que os candidatos de todos os partidos sempre respeitaram –, Obama parece ter o direito adquirido de esculhambar com tudo, sem que o *establishment* dê o menor sinal de sentir-se ofendido por isso. Ele ouve “The Star-Spangled Banner” com as mãos sobre os genitais em vez do coração, modifica o emblema das armas nacionais para fazer dele um grotesco anúncio eleitoral e, para cúmulo, diz que a bandeira do país que ele pretende representar perante o mundo “é, para muitos povos, um símbolo de violência”. Mas, pensando bem, que é que tem de mais?

Mas é ao infringir as leis com a maior cara de inocência que o candidato mostra aquela confiança absoluta na própria invulnerabilidade, tão característica dos sociopatas revolucionários. A cada semana, vêm novos abusos, que normalmente bastariam para destruir a carreira de um político, se não para mandá-lo à cadeia. Mas Obama parece imunizado às consequências de suas ações. As últimas da semana foram as seguintes: (1) Para a coleta de fundos de campanha, ele organizou um sistema lotérico – ilegal em todos os cinquenta Estados americanos. (2) Ele voa por toda parte num avião sem as condições de segurança requeridas, que outro dia foi obrigado a fazer um pouso de emergência. Mas, novamente, a reação geral é a mesma: “Que é que tem de mais?”.

Obama é tão esquisito, mas tão esquisito, que aparentemente o único jeito de atenuar o vexame da sua presença na disputa pela presidência é fingir que ele é normal. Mas a proibição de estranhar é, na verdade, uma proibição de compreender, um veto formal ao exercício da inteligência. A presteza em aceitar essa imposição revela uma alarmante debilidade de caráter e a eficácia quase diabólica da chantagem “politicamente correta” que a produziu.

Morrendo pela boca

DE UNS DIAS PARA CÁ, BARACK HUSSEIN OBAMA CAIU significativamente nas pesquisas de intenção de voto, sem que seu adversário fizesse nada para isso acontecer ou dissesse mesmo uma palavra sequer contra ele. McCain até defendeu a honra do candidato democrata, alegadamente ofendida por uma *charge* de capa da revista *The New Yorker*, em que Obama aparece vestido de árabe e a sra. Obama de terrorista. *The New Yorker* não é conservadora, é esquerda anestésica. Mas mesmo entre os esquerdistas mais enfezados a reputação de Obama já não é tão linda quanto umas semanas atrás. Milhões de adeptos de Hillary Clinton estão pedindo suas contribuições de campanha de volta, e Robert Redford, de quem se esperaria tudo menos isto, saiu dizendo que Obama é inexperiente demais para a presidência.

O problema com Obama é muito simples. Ele força demais no bom-mocismo, a imagem que ele vende é diferente demais da realidade: no empenho desesperado de encobrir a diferença, ele se atrapalha todo e acaba não dizendo coisa-com-coisa.

Numa pesquisa da America Online, que perguntava se Obama é “*liberal*” (esquerdista), “*conservative*” ou “*flip-flop*” (muda de lado a toda hora), 82 por cento dos entrevistados votaram no “*flip-flop*”. Eu estava *online* e votei também, mesmo sabendo que as alternâncias dele são só da boca para fora, que por dentro ele continua tão pró-comunista, pró-terrorista e desvairadamente antiamericano quanto Osama bin Laden poderia exigir da mais fiel das suas esposas. Pois a encrenca é exatamente essa: Obama não é autêntico nem na indefinição. John Kerry também mudava de posição toda semana, mas fazia isso porque não tinha mesmo convicção nenhuma, queria só chegar à presidência. Políticos sem convicções não são tão maus quanto parecem. Alguns alcançaram enorme sucesso, fizeram até grandes coisas. Abraham Lincoln só se voltou contra a escravidão quando lhe pareceu conveniente. Franklin Roosevelt não acreditava numa só palavra do que dizia, mas, quando decidia, estava decidido. O nosso Getúlio Vargas morreu sem que ninguém soubesse qual era afinal a ideologia dele; seus discursos eram obras-primas da desconversa universal – mas quem vai negar que ele criou as bases da indústria brasileira? A ausência de convicções, o flip-flop mais desvairado, pode ocultar um pragmatismo saudável. Mas Obama só se faz de pragmático para esconder os compromissos explosivos que o tornam um óbvio inimigo do seu país. E os escondeu tão bem que eles acabaram aparecendo na capa da *New Yorker*.

Enquanto isso, o velho McCain se faz de inofensivo, só esperando que o adversário morra pela boca. É tática de pobre, mas às vezes funciona. Obama tem 315 milhões de dólares a mais que ele para a campanha. Se torrar tudo em camuflagens, terá obtido o mesmo resultado eleitoral que alcançaria se comprasse 315 milhões de dólares em roupas árabes.

16 de julho de 2008

Falsificação endêmica

ANTIGAMENTE O JORNALISMO ERA UMA VARIANTE MENOR DA CIÊNCIA histórica. Documentando o presente, aplanava o caminho para os historiadores, dando-lhes um retrato aproximativo do “clima de opinião” da época e ao mesmo tempo indicando-lhes por alto as fontes primárias onde poderiam conferir a diferença, se houvesse, entre os fatos e sua imagem pública. Os métodos de pesquisa e averiguação usados por um bom repórter eram em essência os mesmos do investigador histórico, apenas praticados em escala mais modesta, apressada e superficial.

Desde que entrei na profissão, em 1965, ela mudou demais. Trocou de modelo. Já não imita a historiografia, mas o *show business*, a propaganda e o ativismo político. O pouco de pesquisa que resta é instrumento auxiliar subordinado a esses três fins supremos: o jornal deve atrair e seduzir como um *show* erótico, gerar hábitos como uma campanha de *marketing*, moldar e controlar as mentalidades como uma escolinha de militantes, uma *madrassa* do PT. O fato mesmo de que esses três objetivos concorram entre si acaba criando uma impressão geral de equilíbrio, que o leitor toma como sinal de credibilidade, sem notar que todos os critérios antigos de veracidade – que as novas gerações nem chegaram a conhecer – foram cinicamente suprimidos do conjunto e que, na ordem do jornalismo atual, a última coisa que interessa é contar o que está acontecendo.

A mudança, ao menos no Brasil, não foi espontânea. O instrumento para realizá-la foi a obrigatoriedade do diploma universitário, que, colocando sob a batuta de uma reduzida elite de professores-doutrinadores a formação dos jornalistas, tornou praticamente inevitável a uniformização da sua mentalidade e a institucionalização de uma rede de cumplicidades solidárias, ao ponto de já não haver fraudes jornalísticas isoladas: os jornais e noticiários de TV mentem em uníssono, berrando ou silenciando em coro, com ritmo perfeito.

Ao longo dos meus artigos, tenho assinalado e documentado a infinidade de descabros, de atentados à mais elementar exigência de veracidade, que se tornaram não só a prática usual mas a norma obrigatória no jornalismo nacional, incluído prêmios para os mentirosos devotos e castigos para os relapsos e recalcitrantes.

Sem mencionar de novo o caso do Foro de São Paulo – decerto a mais bem articulada operação-silêncio já registrada na mídia continental, *conditio sine qua non* da eleição de Lula em 2002 e de sua reeleição em 2006 –, ocorrem-me de memória alguns exemplos notáveis:

A reportagem-denúncia de Caco Barcelos sobre um crime alegadamente cometido por militares do Exército, a qual, depois de bem provada a sua falsidade, recebeu não um, mais dois dos mais reputados prêmios jornalísticos nacionais.[58]

O “Observatório de Mídia da USP”, montado com dinheiro público sob o pretexto de fiscalizar a objetividade do noticiário, mas que acabou se revelando apenas uma peça de um gigantesco esquema de propaganda esquerdista.

A falsificação obstinada, pertinaz e grosseira de dados estatísticos para favorecer as campanhas apoiadas pela mídia, como desarmamentismo, aborto e gayzismo.[59]

O pior de tudo é que, mesmo entre os leitores de elite, quase nenhum percebe a diferença entre esse estado de coisas e a quota de safadeza estrutural mínima, inerente ao jornalismo de todas as épocas. Mas a diferença é enorme. As fraudes jornalísticas antigas eram, por assim dizer, de iniciativa privada: cada jornal mentia conforme os interesses que lhe eram peculiares. A concorrência neutralizava os abusos mais vistosos e forçava as empresas a respeitar uma certa margem de profissionalismo idôneo. Hoje em dia as grandes campanhas de falsificação atendem a pressões de interesses globais que se sobrepõem até mesmo às fronteiras de nações, quanto mais às disputas entre empresas, e que, para maior uniformismo ainda, coincidem no todo e nos detalhes com os anseios da militância esquerdista nas redações. Mentir descaradamente em favor de causas como abortismo, gayzismo, anticristianismo, desarmamento civil, aquecimento global, indigenismo, etc., não é escolha desta ou daquela empresa individual: é imposição que vem muito de cima, dos organismos internacionais, das fundações bilionárias, e se espalha por toda parte através da rede onipresente de ONGs. É a mentira total, avassaladora, cínica e prepotente, imune aos clamores mais justos e mais óbvios da consciência moral.

Nem todo mundo, é certo, se deixa enganar por essa endemia de fraudes. A expansão do jornalismo eletrônico reflete a desconfiança geral ante a “grande mídia”, mas seu poder é limitado, sobretudo porque a espontaneidade de milhões de reações

isoladas vem sendo gradativamente substituída por tentativas de controlar o universo bloguístico desde os centros orientadores da mudança global, através de restrições legais, da concentração administrativa e da bem subsidiada malha de ONGs.

O resultado é que mesmo as classes cultas acabam ignorando os fatos mais decisivos, vivendo à margem da realidade. Vou lhes dar três exemplos. São, objetivamente falando, as notícias mais importantes da semana, pelas consequências históricas descomunais que acabarão fatalmente desencadeando mas cedo ou mais tarde. Mas vocês não as encontrarão, ao menos com o destaque devido, nem na *Folha*, nem no *Globo*, nem no *Estadão*, nem no *Jornal Nacional*, nem em parte alguma da “grande mídia” brasileira. Se vocês não têm por hábito pesquisar o jornalismo eletrônico e as fontes primárias, não ficarão sabendo delas – e de muitas outras – de maneira alguma, e atravessarão a história atual como sonâmbulos num bombardeio.

A Rússia ameaça reagir militarmente a um acordo que expande para a República Checa o sistema americano de defesas nucleares. A notícia saiu dia 9 na edição eletrônica do *Times* de Londres.

Está para entrar em discussão na ONU um regulamento que proíbe, sumariamente, qualquer crítica à religião islâmica em todo o mundo. Informalmente, essa proibição já está em vigor em alguns países, graças ao fato de que as organizações islâmicas, no Ocidente, recorrem usualmente aos meios judiciais para calar a boca de seus críticos, ao passo que, nas próprias nações islâmicas, qualquer ataque à religião oficial é punido com pena de morte.[60]

3. Bradley LaShawn Fowler, um homossexual de 39 anos, de Canton, Michigan, está processando as editoras cristãs Zondervan e Thomas Nelson, pedindo uma indenização de 70 milhões de dólares pelo “sofrimento emocional” que a leitura de trechos anti-homossexuais da Bíblia lhe teria causado.[61] Fowler não é um maluco isolado: ele tem um *blog* no site de campanha do senador Barack Obama e tudo sugere que outros militantes homossexuais seguirão o exemplo do seu processo, depois de tantos artifícios judiciais já usados, nos EUA, no Canadá e na Europa, para criminalizar primeiro a leitura em voz alta da Bíblia em recinto público, em seguida a sua simples publicação em livro.

A primeira notícia torna evidente que a Rússia ainda considera a República Checa um país-satélite e está disposta a partir para a guerra em defesa das antigas fronteiras soviéticas nominalmente abolidas. Pela enésima vez, confirmam-se os prognósticos que o ex-agente da KGB, Anatoliy Golitsyn, fez em 1984 no seu livro *New Lies for Old*. A Guerra Fria jamais terminou, exceto na mídia elegante e nas conversas de salão.

A segunda e a terceira notícias mostram que a campanha global anticristã está cada vez mais articulada e agressiva, caracterizando uma perseguição religiosa que ainda uns anos atrás pareceria inverossímil. Quando li pela primeira vez o anúncio dessa perseguição no livro de Don McAlvany, *Storm Warning. The Coming Persecution of Christians and Traditionalists in America*, [62] achei que era exagero. Depois li *Persecution. How Liberals Are Waging War Against Christianity* [63] e pensei que estava na hora de fazer minhas próprias pesquisas. Coletei 280 páginas de notícias que eliminavam qualquer possibilidade de dúvida.[64] Por fim li *The Criminalization of Christianity*, de Janet L. Folger [65] e entendi que não se tratava apenas de uma tendência geral, mas de um movimento articulado, poderosíssimo – e, por isso mesmo, obsequiosamente ausente das páginas do *New York Times*, da *Folha* ou do *Globo*. Quem quer que recuse atenção a este assunto ou o despreze com base no costumeiro *argumentum ad ignorantiam*, imaginando que o que não está na grande mídia não existe ou não tem importância, faz isso com risco próprio. Depois não diga que não o avisei.

18 de julho de 2008

Ver meu artigo “A vaca louca da história nacional”, disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/vacalouca.htm>.

Ver meus artigos “A arte de mentir” (disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/051006jb.htm>), “Para além da covardia” (publicado no terceiro volume desta série, *A fórmula para enlouquecer o mundo*, Campinas, SP: VIDE Editorial, 2014, p. 381) e “Aritmética da fraude” (disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/070705jb.html>).

Ver o artigo “U.N. Scheme to make Christians criminals”, disponível em link: <http://www.wnd.com/2008/07/69163/>.

Ver o artigo “‘Gay’ man sues Bible publishers”, disponível em: <http://www.wnd.com/2008/07/69147/>.

Oklahoma City, Hearthstone Publishing, 1999.

Washington D.C., Regnery, 2003.

Dossiê disponível através do link: <http://www.olavodecarvalho.org/textos/dossie.zip>; o dossiê vai só até 2004, e já é de arrepiar os cabelos.

Sisters, Oregon, Multnomah Publishers, 2005.

A inversão revolucionária em ação

TANTO EM ARTIGOS DE JORNAL COMO EM AULAS E CONFERÊNCIAS tenho exposto algumas conclusões de um longo estudo empreendido sobre a mentalidade revolucionária. As principais são as seguintes:

A mentalidade revolucionária, tal como aparece documentada nos escritos e atos de todos os líderes revolucionários desde o século XV, sem exceção notável, não consiste na adesão a esta ou àquela proposta político-social concreta, mas numa certa estrutura de apreensão da realidade, caracterizada pela inversão da ordem temporal e causal e da relação sujeito-objeto, daí decorrendo uma variedade de inversões secundárias.

Essas inversões não configuram apenas uma “doença espiritual”, no sentido que F. W. von Schelling e Eric Voegelin dão ao termo, mas uma doença mental em sentido clínico estrito. A mentalidade revolucionária é uma variante específica do “delírio de interpretação”, síndrome descrita pioneiramente pelo psiquiatra Paul Sérieux em seu livro clássico *Les Folies Raisonantes. Le Délire d'Interprétation*.[\[66 \]](#)

Observações do dr. Sérieux: “Enquanto em geral as psicoses demenciais sistematizadas repousam sobre perturbações sensoriais predominantes e quase permanentes, todos os casos que aqui reunimos são, quase que exclusivamente, baseados em interpretações delirantes; as alucinações, sempre episódicas quando existem, não desempenham neles papel quase nenhum... A ‘interpretação delirante’ é um raciocínio falso que tem por ponto de partida uma sensação real, um fato exato, o qual, em virtude de associações de idéias ligadas às tendências, à afetividade, assume, com a ajuda de induções e deduções erradas, uma significação pessoal para o doente... A interpretação delirante distingue-se da alucinação e da ilusão, que são perturbações sensoriais. Difere também da idéia delirante, concepção imaginária, inventada ponto por ponto, não deduzida de um fato observado”. Difere ainda, segundo o autor, da mera interpretação falsa, isto é, do erro vulgar, por duas razões: (1) “O erro é, no mais das vezes, retificável; a interpretação delirante, incorrigível”. (2) “O erro permanece isolado, circunscrito; a interpretação delirante tende à difusão, à irradiação, ela se associa a idéias análogas e se organiza em sistema”.

Noutro artigo explicarei a diferença específica entre a mentalidade revolucionária e as demais variedades de delírio de interpretação. Aqui pretendo apenas ilustrar algo que tenho dito e repetido dezenas de vezes: a inversão da realidade é um fator tão constante e onipresente no pensamento revolucionário de todas as épocas, que praticamente podemos encontrar amostras dele no que quer que os porta-vozes de ideologias revolucionárias digam sobre assuntos do seu interesse político. A quantidade de exemplos disponíveis é tão imensa, que a única dificuldade para o pesquisador é o “embarras de choix”, a escolha dos casos mais óbvios e ilustrativos.

Seleciono aqui, a esmo, um artigo do sr. Leonardo Boff publicado no último dia 14.[\[67 \]](#)

Citando Arnold Toynbee, o autor diz que uma constante na decadência das civilizações é a ruptura do equilíbrio entre a quantidade de desafios e a capacidade de resposta de cada civilização. “Quando os desafios são de tal monta que ultrapassam a capacidade de resposta, a civilização começa seu ocaso, entra em crise e desaparece”.

Aplicando esse conceito à descrição do panorama atual, diz o sr. Boff: “Nosso paradigma civilizacional elaborado no Ocidente e difundido por todo o globo, está dando água por todos os lados. Os desafios globais são de tal gravidade, especialmente os de natureza ecológica, energética, alimentar e populacional que perdemos a capacidade de lhe dar uma resposta coletiva e incluyente. Este tipo de civilização vai se dissolver”.

Após resenhar com a ajuda de Eric Hobsbawm e Jacques Attali algumas possibilidades de desenvolvimento catastrófico da situação, o sr. Boff enuncia a única esperança que resta, no seu entender: “A humanidade, se não quiser se autodestruir, deverá elaborar um contrato social mundial com a criação de instâncias de governabilidade global com a gestão coletiva e equitativa dos escassos recursos da natureza”. Em suma: governo mundial socialista.

Todos os fatos mencionados no artigo são reais, mas colocados sistematicamente nos lugares errados.

1. Os desafios que o sr. Boff menciona para ilustrar a tese de Toynbee não a ilustram, mas vão parar muito longe dela. O que Toynbee tem em vista não são dificuldades materiais como as citadas, mas acima de tudo a pressão simultânea de um “proletariado interno” e de um “proletariado externo”, ambos empenhados em destruir a civilização visada. O primeiro pode

ser exemplificado pelos imigrantes ilegais que recebem do governo americano toda sorte de benefícios (negados até aos residentes legais) e com isso se fortalecem para hostilizar a cultura local e lutar pelo desmembramento dos EUA. O “proletariado externo” é representado pela multidão de organizações empenhadas numa violenta e incessante campanha de anti-americanismo, na qual o próprio sr. Boff é uma voz de destaque ao menos na escala brasileira. A ação dos dois proletariados é intensamente fomentada e subsidiada pelos adeptos do governo mundial, que em seguida apresentam o decorrente enfraquecimento dos EUA como um fenômeno impessoal e involuntário, camuflando a profecia auto-realizável mediante o apelo a “constantes históricas”.

2. Dos quatro desafios citados pelo sr. Boff – crise ecológica, alimentar, populacional e energética –, os três primeiros afetam muito menos o Ocidente do que os países comunistas e islâmicos e suas respectivas áreas de influência. Nunca houve desastre ecológico que se ombreasse aos efeitos da explosão em Chernobyl ou da poluição geral na China, nem há drama populacional que se compare com o chinês, nem carência alimentar tão assustadora quanto se observa nos países da África sob domínio islâmico e comunista (Sudão, Zimbábue). Se um paradigma foi algum dia ameaçado pelos três problemas que o sr. Boff assinala, é o paradigma anti-ocidental da China, da Rússia, dos países islâmicos. No Ocidente, em vez de superpopulação, o que há hoje é despopulação; em vez de carência alimentar, obesidade endêmica; e em nenhuma parte do mundo os riscos ecológicos, reais ou imaginários, estão sob controle tão estrito quanto nos países capitalistas desenvolvidos. Como poderia uma civilização encontrar-se ameaçada de extinção iminente por desafios que nela estão ausentes ou sob controle? E como poderia ser substituída com vantagem por um “novo paradigma” inspirado justamente nas nações que sucumbem inermes ante esses mesmos desafios? A inversão da realidade é aí tão simétrica, tão patente, tão literal, tão ingênua até, que não se poderia desejar um exemplo mais claro e didático do delírio de interpretação.

Quanto à crise energética, ela não existe nos EUA mas é um risco possível, que se torna iminente graças à ação... de quem? Dos mesmos adeptos do governo mundial, as Pelosis e Obamas, que bloqueiam por todos os meios a abertura de novos poços de petróleo, fazendo com que a nação proprietária das maiores reservas de petróleo do mundo se torne dependente de fornecedores estrangeiros. Estes, por sua vez, com o dinheiro que arrecadam do seu maior cliente, financiam não só campanhas de propaganda contra ele, mas até mesmo movimentos terroristas, ao mesmo tempo que eles próprios se armam até os dentes para a “guerra do povo inteiro” (expressão do general Giap adotada por Hugo Chávez) contra o “dominador imperialista” que os alimenta. Em resultado da “quebra da ordem imperial – são palavras do sr. Boff – entra-se num processo coletivo de caos... A globalização continua mas predomina a balcanização com domínios regionais que podem gerar conflitos de grande devastação... Esta situação extrema clama por uma solução também extrema”. A solução extrema é, evidentemente, aquela acima apontada, o socialismo planetário.

Ou seja: dos quatro “desafios” que segundo o sr. Boff inviabilizam a civilização do Ocidente e clamam pelo advento do governo mundial, três só existem entre os inimigos do Ocidente e o quarto é inoculado no Ocidente por eles mesmos na base do espalhar doenças para vender remédios.

O sr. Boff, sendo ele próprio um dos agentes da operação – ainda que dos mais modestos –, sabe de tudo isso. Sua percepção dos fatos é exata. Sua interpretação do quadro é que é toda invertida, detalhe por detalhe, compulsivamente, para criar um sistema de erros no qual a perfídia revolucionária possa parecer a mais alta expressão do bem e da virtude.

21 de julho de 2008

Decapitados e decapitadores

NUM SERIADO DA TV ESTATAL BRITÂNICA BBC, uma organização cristã “de extrema-direita”, com nome sutilmente racista (*White Wings*, “Asas Brancas”), decapita um inocente muçulmano “politicamente moderado”, sob o pretexto – oh, quão paranóico! – de que a tradição cristã do Reino Unido está sob ameaça.

Não sei precisamente a quantidade de cabeças cristãs que têm rolado no mundo islâmico nos últimos anos – várias dúzias, até onde acompanhei o noticiário –, mas sei o número exato de muçulmanos decapitados pelos cristãos, fundamentalistas ou não, no Ocidente ou no Oriente: zero.

Quando uma TV estatal decide chamar os decapitados de decapitadores, atribuir a eles o fanatismo sangrento daqueles que os matam e ainda acusá-los de paranóicos quando se sentem ameaçados, uma coisa é clara: o proprietário dessa TV está em guerra contra a religião dessas pessoas e, na ânsia de extingui-la, não se vexa de recorrer à calúnia deliberada e cínica. Quando esse proprietário é o governo de uma das nações mais poderosas do mundo, o risco que a comunidade visada está exposto não é nada pequeno. É pelo menos tão grande quanto a imaginária “*White Wings*” diz que é.

Semanas antes, quase ao mesmo tempo que o governo britânico legalizava a poligamia e autoridades judiciais proclamavam que a implantação da lei islâmica no Reino Unido era apenas uma questão de tempo, a BBC havia proibido seus redatores de usar o termo “ditador” para referir-se ao falecido Saddam Hussein, aquela gentil criatura que consolidou seu poder presidencial matando os deputados de oposição e depois espalhou cemitérios clandestinos por todo o Iraque, preenchendo as valas comuns com centenas de milhares de rebeldes e indesejáveis em geral.

Simultaneamente, uma pesquisa do American Textbook Council mostrou que os livros de História distribuídos na rede de escolas públicas dos EUA são francamente pró-islâmicos, enquanto toda expressão pró-cristã é ali cada vez mais desestimulada e reprimida sob todas as formas, incluindo expulsão, prisão e estágios obrigatórios de “reeducação da sensibilidade”.

Também quase ao mesmo tempo, a Suprema Corte dos EUA concede aos terroristas islâmicos presos em território estrangeiros os mesmos direitos dos cidadãos americanos, enquanto a grande mídia e os megabilionários globalistas conjugam esforços para eleger presidente dos EUA um muçulmano (relativamente) enrustido.

Mas, é claro, só um fanático militante da “*White Wings*” veria em tudo isso uma convergência entre os três grandes projetos de dominação mundial – o metacapitalista, o comunista e o islâmico – num esforço comum de realizar a velha meta do filósofo marxista Georg Lukács: destruir a civilização judaico-cristã.

“Judaico-cristã” não é só um modo de dizer. A guerra não é só contra os cristãos: a BBC tanto demonizou Israel que o governo de Tel-Aviv decidiu vetar a entrada de representantes dessa emissora nas entrevistas coletivas oficiais. Claro: de que adianta contar tudo a repórteres que depois escrevem o contrário? De que adianta mostrar-lhes dezenas de bombas lançadas diariamente contra Israel se depois eles vão pintar toda e qualquer reação israelense, mesmo desproporcionalmente modesta, como se fosse uma iniciativa isolada, sem motivo, inspirada pela pura brutalidade?

22 de julho de 2008

Estupro psicológico estatal

NÃO EXISTE QUALQUER EPIDEMIA DE VIOLÊNCIA CONTRA OS homossexuais neste país, mas, mesmo que houvesse, nenhuma lei contra opiniões religiosas poderia fazer nada para detê-la, pela simples razão de que, fora dos países islâmicos, casos de violência anti-homossexual por motivo de crença religiosa são a raridade das raridades, e no Brasil até agora não se comprovou nenhum. Rigorosamente nenhum.

Em compensação, a lei tornaria automaticamente criminosos e sujeitaria à pena de prisão milhões de brasileiros honestos, cujo único delito é acreditar na Bíblia. Eles poderiam ser presos não só por ler em voz alta versículos tidos como “homofóbicos”, mas por protestar contra qualquer casal gay que, por mera provocação ou genuína falta de autocontrole, se aflagasse com a maior impudência dentro de uma igreja, quanto mais numa praça pública.

Os gays, indefesos como todo o restante da população num país que tem cinquenta mil homicídios por ano, continuariam tão sujeitos quanto agora à truculência de assassinos e estupradores – estes últimos necessariamente homossexuais eles próprios, no caso –, mas estariam protegidíssimos contra o apelo suave do Evangelho que os convoca a mudar de vida.

Alegar que essa lei se destina à proteção da comunidade gay é cinismo; ela se destina, isto sim, à destruição da comunidade cristã, sem nada oferecer aos homossexuais em troca, apenas dando à parcela politizada e anti-religiosa deles a satisfação sadística de alegrar-se com a desgraça alheia. Desgraça tanto mais satisfatória, a seus olhos, quanto mais injusta, arbitrária e sem motivo.

Se algum dia houve no Brasil uma proposta de lei desprovida de qualquer razão de ser além do puro ódio, é essa.

Mas não é somente sobre os cristãos que ela despeja esse ódio. É sobre toda a concepção do Estado democrático, do governo do povo pelo povo. Não há um entre os proponentes dessa lei que o ignore, nem um só que não se regozije com isso. No Estado democrático, o governo é a expressão da vontade popular e, portanto, da cultura reinante. Ele pode elevá-la e aperfeiçoá-la, mas o próprio fundamento da sua existência consiste em respeitá-la e protegê-la. Na nova concepção imposta pela elite globalista iluminada, o Estado é o “agente de transformação social”, a vanguarda da “revolução cultural” incumbida de fazer o povo gostar do que não gosta, aprovar o que não aprova, cultivar o que despreza e desprezar o que cultuava. É o órgão do estupro psicológico permanente, empenhado em chocar, escandalizar e contrariar a alma popular até que esta se renda, vencida pelo cansaço, e passe a aceitar como decreto da Providência, como fatalidade natural inevitável, o que quer que venha da burocracia dominante.

24 de julho de 2008

Arte e revolução

O ESTUDANTE SÉRIO, COMO SE SABE, É UMA ESPÉCIE da qual presumo haver salvado da extinção alguns dos poucos exemplares que ainda restam no Brasil, e até fomentado a geração de uns quantos em proveta, longe daquela raça temível de predadores que são os pedagogos e os burocratas do Ministério da Educação.

Um daqueles raros sobreviventes envia-me uma pergunta das mais interessantes, merecedora de resposta em jornal. Quer ele saber se o artista, o poeta, o escritor infectado de mentalidade revolucionária está irremediavelmente perdido para a criação artística ou pode, pelo gênio pessoal, transcender nela a mecanicidade grosseira do pensamento revolucionário.

Se aceitamos a definição croceana da arte como “expressão de impressões” – e até hoje não vi motivo para rejeitá-la –, a resposta à pergunta torna-se auto-evidente. A mentalidade revolucionária é essencialmente a inversão do sentido do tempo, a arrogância psicótica de interpretar o presente e o passado à luz das virtudes imaginárias de um futuro hipotético. O futuro enquanto tal não pode ser objeto de impressão, só de conjecturação imaginativa ou de construção mental. Uso estes dois termos para designar atividades diametralmente opostas: a primeira consiste em ampliar simbolicamente as impressões do presente e jogá-las num futuro imaginário, como fizeram George Orwell e Aldous Huxley em *1984* e no *Admirável Mundo Novo* respectivamente. A segunda inventa o futuro e remolda à luz dele as impressões do presente. É esta a única via aberta à “arte revolucionária”. Mas é certo que essa arte já não é mais arte e sim mero revestimento estético de uma construção conceptual. Cabe aí a distinção que Saul Bellow fazia entre os “intelectuais” e os “escritores”, estes incumbindo-se do ofício propriamente artístico de transmitir as “impressões autênticas”, aqueles tratando de deformá-las segundo uma construção hipotética.

A mentalidade revolucionária é intrinsecamente hostil à criação artística, porque volta as costas às “impressões autênticas”, reconstruindo o mundo segundo os cânones de uma “segunda realidade” artificial e artificiosa. O termo “segunda realidade” é de Robert Musil, e quem o leu sabe do gigantesco esforço que esse escritor dispendeu para restaurar a arte do romance numa atmosfera cultural em que as idéias e ideologias pareciam ter sepultado esse gênero sob a grossa placa de chumbo das construções conceptuais.

Isso não quer dizer, no entanto, que todo artista politicamente comprometido com uma causa revolucionária permaneça escravo dela no exercício do seu mister criativo. A história das artes no século XX – e especialmente da literatura – é uma galeria de consciências dilaceradas entre a fidelidade ao futuro hipotético oferecido pelas ideologias e a realidade presente das “impressões autênticas”.

25 de julho de 2008

O mundo de hoje na linguagem de ontem

PRATICAMENTE TODA A LINGUAGEM DO JORNALISMO POLÍTICO em circulação hoje em dia foi criada para descrever um mundo que não existe mais – o mundo do pós-guerra. As notícias já não podem refletir os fatos porque são pensadas e escritas segundo esquemas descritivos estreitos demais para a situação atual. As mudanças ocorridas ao longo das últimas cinco décadas no quadro internacional são tão gigantescas que escapam ao horizonte de visão do jornalismo – daí que os fatos mais importantes fiquem fora do noticiário ou recebam cobertura irrisória, enquanto aparências fúteis merecem atenção desproporcional.

As conseqüências disso para a alma popular são devastadoras, principalmente porque aí se introduz um segundo fator complicante: como já não existe propriamente “cultura popular”, a velocidade de produção da “indústria cultural” atropelando a criatividade espontânea do povo, o resultado é que a mídia se torna a fornecedora única dos símbolos e valores com que o cidadão comum se explica a si mesmo e enquadra, como pode, a sua experiência pessoal num esboço de visão geral do mundo. A força com que a mídia influencia a própria estruturação das personalidades individuais e das relações pessoais é hoje imensurável. Isso quer dizer que, se essa mídia se aliena da realidade, todos se alienam com ela. Cada um sente na sua própria vida diária os efeitos diretos de profundas transformações globais, mas, como estas não aparecem no debate público, ou aparecem deformadas por estereótipos, a equação psicológica que se estabelece é a seguinte: por mais que o cidadão tente amoldar sua visão da realidade ao recorte deformante, buscando uma falsa sensação de segurança no ajustamento à pseudo-realidade legitimada pelo consenso midiático, setores inteiros da sua experiência pessoal, familiar e grupal permanecem encobertos e inexpressáveis, latejando no escuro como infecções não diagnosticadas. O sentimento de desajuste externo e insegurança interna, que até umas décadas atrás era próprio da adolescência, espalha-se por todas as faixas etárias: não há mais pessoas maduras, todos são “*teenagers*” vacilantes, incapazes de uma decisão firme, de um raciocínio conclusivo.

Mas a análise dessas conseqüências pode ficar para um outro artigo. Volto aqui às causas da alienação da mídia.

Dois documentos, a meu ver, ilustram bem o esquema interpretativo que partir do fim da II Guerra foi adotado mais ou menos uniformemente por toda a mídia do Ocidente para a descrição da política mundial: o livro de Hans J. Morgenthau, *Politics Among Nations: The Struggle for Power and Peace*, publicado em 1948 pela Alfred A. Knopf, e a Carta da ONU, assinada em São Francisco em 25 de junho de 1945.

O primeiro tornou-se a bíblia do Departamento de Estado americano e, por isso mesmo, o código geral com que os políticos e os formadores de opinião nos outros países interpretavam as ações e palavras do governo de Washington, automaticamente expressando nos termos desse mesmo código as suas posições – e as de seus respectivos governos – com relação à política americana e, no fim das contas, a tudo o mais.

A doutrina Morgenthau, como veio a ser chamada, é complexa, mas duas de suas características interessam de maneira mais direta ao que estou tentando dizer aqui:

1º: Ela explicava as ações desenroladas no cenário internacional em função de interesses objetivos (materiais ou ideais), racionalmente formulados e identificáveis.

2º. Embora reconhecendo que os Estados nacionais poderiam no futuro dissolver-se em unidades políticas maiores, ela os tratava como agentes principais do processo político mundial (daí o título do livro).

As conseqüências imediatas desse enfoque eram duas:

1ª. A noção de “interesse nacional” tornava-se o conceito descritivo fundamental: a política mundial era, em suma, uma trama de interesses nacionais em concorrência, em conflito, em colaboração etc.

2ª. Os agentes supranacionais sem natureza estatal, como os movimentos revolucionários, as religiões, as mega-empresas transnacionais, as dinastias nobiliárquicas ou oligárquicas, etc. desapareciam do cenário: suas ações tornavam-se invisíveis ou tinham de ser explicadas, bastante artificialmente, como expressões camufladas de interesses nacionais.

Na orientação da política americana, externa e interna, as limitações que daí decorreram foram – e continuam sendo – catastróficas:

1ª. No combate ao comunismo, todos os esforços do governo americano limitaram-se à busca de agentes diretamente controlados pelo governo soviético, sem nada poder fazer contra o movimento comunista em si e muito menos contra as suas encarnações mais diversificadas e camufladas a partir dos anos 60. A *New Left*, sem ligações formais com o Partido Comunista da URSS mas sob certos aspectos mais virulenta do que qualquer agente soviético, não só saiu vitoriosa da guerra do Vietnã, mas impôs a quase toda a população americana os novos padrões de cultura “politicamente corretos” que hoje bloqueiam qualquer iniciativa séria contra os inimigos internos e externos do país.

2ª. Até hoje o governo americano está travado por uma autocensura que o impede de reconhecer em voz alta a realidade da “guerra de civilizações”, tendo de explicar suas ações defensivas mediante o subterfúgio metonímico da “guerra contra o terrorismo” ao mesmo tempo que fortalece o inimigo islâmico interno no campo da guerra cultural e vai podando, uma a uma, as raízes cristãs de onde a sociedade americana extrai toda a sua força de resistência.

3ª. A luta de vida e morte entre o interesse nacional americano e os grupos globalistas que tentam subjugar a nação aos organismos internacionais é assunto proibido em debates eleitorais, de modo que se torna fácil para aqueles grupos camuflar suas ações por trás do mesmo interesse nacional contra o qual agem incessantemente, lançando portanto sobre o país a culpa do mal que lhe fazem.[68]

Entre nós, a adoção do conceito de “interesse nacional” como um fetiche explicativo pela Escola Superior de Guerra faz com que até hoje muitos analistas militares brasileiros sejam incapazes de entender o esquema de dominação globalista senão como instrumento das “grandes nações” – o que quer dizer, em última análise, dos EUA.

Esses erros de perspectiva são retro-alimentados pela mídia mundial, que desde os anos 40 adotou informalmente a doutrina do Departamento de Estado como chave descritiva da política internacional. Não é preciso examinar uma infinidade de jornais e noticiários de rádio e TV para perceber que, embora tagarelem obsessivamente sobre “globalização”, os jornalistas em geral só enxergam a distribuição de poder no mundo através da sua manifestação visível na forma de Estados nacionais. A religião, por exemplo, continua sendo a seus olhos uma força cultural extrapolítica, que só resvala na política por acidente ou por submissão perversa de seus altos fins originários aos propósitos de algum Estado nacional ou organização terrorista. Eles não podem, por isso, entender o Islam, que é por essência e origem um projeto de Estado mundial, mas que a seus olhos é apenas uma “religião”, capaz de amoldar-se pacificamente à ordem política dos Estados não-islâmicos. Muito menos podem compreender o fenômeno do metacapitalismo.[69]

O segundo documento a que me referi, a Carta da ONU, criou o código de valores que dá substância moral ao retrato do mundo estampado na mídia. Se a mecânica desse mundo é descrita como um jogo de interesses nacionais, seu drama humano é equacionado em termos de “paz”, “direitos humanos”, “tolerância”, “progresso econômico e social”, “segurança internacional”, “cooperação humanitária”, etc., dando vivacidade, movimento e verossimilhança ao quadro da competição entre nações e camuflando automaticamente os esquemas de poder supranacionais, dos quais a própria ONU é hoje um dos instrumentos mais úteis e contundentes.

Se, como foi dito acima, as pessoas sentem na sua vida diária os efeitos das transformações globais sem poder sequer expressar em palavras a ligação entre sua experiência imediata e o cenário maior da história, isso se deve sobretudo ao fato de que os agentes que originaram esses processos permanecem desconhecidos da multidão: as mudanças de valores, de leis, de critérios, que afetam profundamente o destino e até a psicologia íntima de milhões de criaturas desabam sobre a população como se tivessem vindo do céu ou resultassem de fatalidades históricas impessoais. Não podendo ser rastreadas até nenhum agente nacional-estatal, tornam-se ações sem sujeito, misteriosas como decretos da Providência.

No entanto, a harmonia simultânea com que se lançam em todo o planeta campanhas destinadas a mudar radicalmente os hábitos e valores da população, forçando-a a respeitar o que abomina e a abominar o que respeitava até à véspera, basta para mostrar, mesmo a quem nada saiba da origem concreta desses empreendimentos, que essa origem existe e que ela não reside em nenhum mistério celeste ou lei histórica, mas em agentes humanos de carne e osso, apenas enormemente poderosos, organizados e perseverantes. Esses agentes não são secretos, são apenas discretos, embora muitos deles, bastante famosos até, alardeiem seus motivos e suas ações em livros e conferências. É ao passar pela malha seletiva da mídia que suas ações se tornam secretas, no mais das vezes não por ocultação premeditada, mas pelo simples fato de que não se enquadram nas categorias descritivas aí reconhecidas.

27 de julho de 2008

Abandono intelectual

O GOVERNO QUER MANDAR À CADEIA, por delito de “abandono intelectual”, todo pai ou mãe de família que tente dar instrução a seus filhos em casa em vez de deixá-los à mercê do primeiro agitador comunista, chavista, gayzista, ateu ou abortista encarregado oficialmente de pervertê-los sob a desculpa de educá-los.

O Código Penal Brasileiro assim define aquele crime: “Deixar, sem justa causa, de prover à instrução primária de filho em idade escolar”. Em nenhuma parte do Código está dito que educar as crianças em casa é privá-las de instrução.

Quer o governo persuadir-nos de que aquele que se incumba de educar seus próprios filhos, provendo-lhes os conhecimentos, tomando-lhes lições, zelando todo dia pelo seu progresso nos estudos, assume pela instrução deles uma responsabilidade menor do que aquele que simplesmente os deixa num ponto de ônibus, ao alcance de quantos ladrões, esturpadores e narcotraficantes se encontrem à espera deles no trajeto até à porta da escola ou mesmo dentro dela?

Notem bem. O Ministério da Educação foi fundado em 1930. É mais velho do que 95 por cento dos nossos conterrâneos. Mais velho do que praticamente todas as empresas particulares em operação no país. Que resultados obteve nessa longa existência? De 2001 até hoje, nossos estudantes secundários tiram sistematicamente os últimos lugares no Pisa – Programa internacional de avaliação promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Mas como poderia ser diferente, se o próprio MEC reconhece que 66 por cento dos professores não têm formação adequada? Ou seja: em 78 anos de esforços, o MEC deu provas cabais da sua incapacidade não só para prover uma educação de bom nível, mas até para formar os agentes encarregados de fazê-lo. Ele não é capaz de educar nem mesmo os educadores, quanto mais as crianças.

Que autoridade moral ou intelectual tem essa instituição para ditar regras sobre o que é educação e o que não é?

O presente ministro da Educação é muito elogiado por seus planos. Todos os seus antecessores também foram. E os frutos desses planos estão à vista de todos.

O sr. Fernando Haddad pode ter os talentos que bem entenda: o fato é que nunca educou ninguém – nem mesmo a si próprio. Vejam o currículo do homem: é só marxismo de alto a baixo. Depois que subiu ao Ministério, veio com umas conversas de pluralismo, de neutralidade ideológica. Por que não pensou nisso antes? Por que nunca deu o menor sinal de interessar-se pelo que quer que estivesse fora do estreito círculo de atenção da militância comunista?

Eu, que já eduquei várias centenas de jovens brasileiros e os tornei capazes de um confronto intelectual vantajoso com qualquer de seus professores universitários, não entregaria jamais um filho meu para ser educado pelo sr. Haddad, nem aliás por qualquer dos que o antecederam no cargo nos últimos vinte ou trinta anos.

Sugeri, e volto a fazê-lo, um Pisa, um teste internacional para os professores universitários, para os ministros da Educação. Se é verdade que pelos frutos os conhecereis, tenho a certeza de que os gênios do planejamento educacional brasileiro não obterão melhor classificação que a daqueles que eles educaram. Não há abandono intelectual mais danoso, triste e desesperançado, do que entregar nossos filhos aos cuidados dessas pessoas. Vejam este vídeo, por exemplo – <http://www.youtube.com/watch?v=cSA239vNRGQ> –, e digam se estou exagerando.

Será que não está na hora de contestar a idéia mesma de que um grupo de cérebros iluminados, pagos com dinheiro público, tenha a capacidade de planejar a educação de todo um país de dimensões continentais?

Será que não está na hora de tentar a única idéia que nunca foi tentada, isto é desregulamentar e desburocratizar a educação brasileira, reservar ao governo um papel meramente auxiliar na educação, deixar que a própria sociedade tenha o direito de ensaiar soluções, criar alternativas, aprender com a experiência?

Não, não se trata de voltar à velha disputa de escola pública *versus* escola privada. O que importa não é quem é o dono da escola, é o que nela se ensina. E o que nela se ensina será sempre ruim enquanto as decisões sobre as normas e padrões da educação estiverem nas mãos de políticos, de burocratas, de agitadores e manipuladores.

Falando às pedras

LOGO APÓS A DIVULGAÇÃO DO “DOSSIÊ BRASIL” na revista colombiana *Cambio*, confirmando tudo aquilo que há anos venho dizendo sobre a aliança PT-Farc, o chefe de gabinete do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Gilberto Carvalho, saiu alardeando que não tem qualquer “ligação estreita” com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) e que o governo brasileiro “tem zero de relação com as Farc”.

Não preciso contestar a dupla mentira. Já o fiz, com muita antecedência, no artigo “Simbiose obscena”, publicado em *O Globo* de 7 de fevereiro de 2004,[70] no qual remetia os leitores “ao site <http://www.nodo50.org/americalibre/consejo.htm> para que vejam com seus próprios olhos a obscena simbiose entre a narcoguerrilha colombiana e a farsa petista que nos governa”.

“O endereço – prosseguia o artigo – é de *América Libre*, versão jornalística do Foro de São Paulo, fundada por (adivinhem) Frei Betto e hoje dirigida por (já adivinharam) Emir Sader. A revista prega abertamente a guerra revolucionária, a implantação do comunismo em toda a América Latina. Seu mais recente editorial proclama: ‘O 11 de setembro dos povos será, para a confraria da América Livre, um compromisso de honra. Será um encontro com os sonhos e com o desejo’. Da primeira à última página, a coisa respinga sangue e ódio, de mistura com a velha retórica autodignificante que faz do genocídio comunista uma apoteose do amor à humanidade, condenando como fascista quem quer que veja nele algo de ruim. Na mesa do seu Conselho Editorial, quem se senta ao lado do líder das Farc, comandante Manuel Marulanda Vélez, o famigerado ‘Tiro Fijo’? Nada menos que o chefe de gabinete do sr. Lula, Gilberto Carvalho. Está lá também o deputado Greenhalg [...]. Se isso não é promiscuidade, se isso não é cumplicidade por baixo do pano entre o nosso governo e o crime organizado, se isso não é uma tramóia muito suja, digam-me então o que é, porque minha imaginação tem limites. Estão lá ainda o dr. Leonardo Boff, o compositor Chico Buarque de Hollanda, [...] e o inefável prof. Antônio Cândido [...]”.

Era o primeiro escalão inteiro da elite intelectual petista que, ao lado do próprio chefe do gabinete presidencial, conspirava ativamente com as Farc, com o MIR chileno e com outras organizações criminosas para a implantação do regime comunista no continente. Se os políticos ditos “de oposição”, os donos de jornais e canais de TV, os líderes empresariais, eclesiásticos e militares tivessem então consentido em examinar o documento que eu lhes exibia, não seria preciso, agora, uma revista colombiana lhes esfregar a verdade na cara, tarde demais para evitar a consolidação da quadrilha petista-farquiana no poder.

Na verdade, nem precisavam das minhas advertências. Em 7 de dezembro de 2001, o Foro de São Paulo, sob a presidência do sr. Luís Inácio Lula da Silva, já havia lançado um manifesto de apoio incondicional às Farc, no qual classificava como “terrorismo de Estado” as ações militares do governo colombiano contra essa organização. A mídia inteira e todas as lideranças políticas nacionais, sem exceção visível, abafaram esse fato para não prejudicar a candidatura Lula uns meses depois. Logo após o pleito de 2002, a existência de um conluio entre o presidente eleito e a esquerda radical latino-americana já se tornara ainda mais nítida pela duplicidade de línguas com que o homem falava para o público em geral, ante as câmeras, e para seus companheiros de militância comunista. Como mais tarde anotei em artigo do *Jornal do Brasil*: [71] “Enquanto a mídia local celebrava a lisura do pleito, o vencedor confessava ao *Le Monde* que a eleição tinha sido ‘apenas uma farsa, necessária à tomada do poder’, sendo confirmado nisso pelo sr. Marco Aurélio Garcia em declaração ao jornal argentino *La Nación* de 5 de outubro de 2002”. Em qualquer país decente, confissões abertas como essas suscitariam imediatamente uma tempestade de investigações e denúncias. No Brasil, foram recebidas com uma afetação de indiferença *blasée* por todos aqueles a quem, no fundo, elas aterrorizavam. Poucas condutas humanas se igualam, em baixeza, à covardia que começa por se camuflar de impassibilidade olímpica e, pela persistência, acaba por se transformar em cumplicidade ativa. Mas essas criaturas haviam investido tão pesado no *slogan* anestésico “Lula mudou”, que, para não reconhecer o erro, preferiram dobrar, triplicar e quadruplicar a aposta na mentira, até que contestá-la se tornasse, como de fato se tornou, prova de doença mental.

Graças a essa longa e pertinaz conspiração de omissões, a esquerda revolucionária teve todo o tempo e a tranquilidade que poderia desejar para alterar o mapa do poder político brasileiro ao ponto de torná-lo irreconhecível. Quem manda no Brasil, hoje? Um bom indício é a propriedade da terra. Seis por cento do território nacional pertencem a estrangeiros, dez por cento ao MST, outros dez a “nações indígenas” já sob controle internacional informal, quinze ou vinte são controlados pelos

narcotraficantes locais aliados às Farc, mais dez ou quinze estão para ser transferidos aos “quilombolas”. Na área restante, só os imensamente ricos conseguirão cumprir a exigência de “averbar reserva legal” (leiam o odioso decreto 6.514 de 22 de julho de 2008), os demais sendo obrigados a pagar multas que em breve tempo ultrapassarão o valor das suas propriedades, as quais então serão transferidas automaticamente ao governo. O que está acontecendo neste país é a mais vasta operação de confisco territorial já observado na história humana desde a coletivização da agricultura na URSS e na China – e as chamadas “elites”, sentadas sobre esse paiol de pólvora, com um sorriso amarelo na boca, só querem dar a impressão de que a paz reina, as instituições são sólidas e São Lulinha zela pelo bem de todos.

Outro indício seguro da distribuição do poder é a capacidade de mobilização das massas. Somem os partidos de esquerda, o MST, as centrais sindicais, as “pastorais de base” e porcarias semelhantes, e verão que, no instante em que quiser, a esquerda revolucionária tem condições de espalhar nas ruas não menos de cinco milhões de militantes enfurecidos, treinados para toda sorte de agitações e depredações, sem que o outro lado possa sequer reunir cinco dezenas de gatos pingados numa cerimônia religiosa. Consolidado pela omissão pusilânime de todos os que teriam o dever de impedir que ele se consolidasse, o monopólio esquerdista dos movimentos de massa marca a distância entre onipotência absoluta e impotência total e é, por si, um retrato do que o futuro reserva ao país.

Mas as organizações de esquerda têm algo mais que isso: têm, através das centrais sindicais, dos partidos e de uma rede imensurável de organizações militantes, o controle absoluto e incontestável de todos os serviços essenciais: transportes, eletricidade, água, telefonia. A um estalar de dedos, a liderança revolucionária pode paralisar o país inteiro, sem que a polícia ou mesmo as Forças Armadas tenham sequer a condição de dizer “ai”.

Mais ainda do que sua extensão descomunal, o que é notável nesse sistema de dominação é a sua integração, a sua unidade estratégica e funcional. As Farc não estão infiltradas só nos altos escalões da República: elas dominam também os “bas-fonds” da criminalidade, através de seus contatos com o PCC e o Comando Vermelho, por sua vez estreitamente articulados com o MST e organizações congêneres. De alto a baixo, a sociedade brasileira está à mercê da subversão e do crime.

Nada disso surgiu da noite para o dia. Tudo foi preparado e montado pouco a pouco, metodicamente, desde o advento da Nova República, diante dos olhos cegos e cérebros entorpecidos da liderança “direitista”, cuja preocupação predominante ou única, ao longo da construção desse engenho macabro, foi tapar as bocas dos inconvenientes que ousassem perturbar suas boas relações com o governo.

O quadro corresponde exatamente, milimetricamente, ao esquema da “revolução passiva” propugnado por Antonio Gramsci, em que só um lado age, enquanto o outro se deixa arrastar para o abismo com docilidade abjeta. Também isso expliquei antecipadamente, no meu livro de 1993, *A Nova Era e a Revolução Cultural*, que até coloquei à disposição dos leitores, gratuitamente, no meu *site* da *internet*. [72] Direi que foi como falar com pedras? Não sei, nunca falei com pedras. Agora sinto-me tentado a experimentar.

1 de agosto de 2008

Disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/040207globo.htm>.

“Um negócio quase honesto”, disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/semana/060413jb.html>.

O livro foi reeditado pela VIDE Editorial e publicado em 2014, com extensas partes adicionadas, inclusive um posfácio no qual o autor relaciona sua análise inicial com os d de hoje. A versão antiga continua disponível em: <http://www.olavodecarvalho.org/livros/neindex.htm> - NE.

Forçando as analogias

O RACIOCÍNIO DE ANALOGIA É UM DOS MAIS SIMPLES QUE EXISTEM, um dos primeiros que uma criança aprende. A propensão às analogias forçadas, impróprias, capengas, revela no seu autor a falta daquele senso imediato das formas e proporções, que é a base de todas as construções mais complexas da inteligência. Suprimida essa base, o que quer que se construa em cima não pode senão afastar-se da realidade, culminando enfim no *delírio de interpretação*, descrito pelo dr. Paul Sérieux, onde a mera burrice se transfigura em demência explícita.

Quando digo que a *inversão revolucionária* produz esse efeito necessariamente, é porque há décadas venho colhendo amostras do fenômeno e hoje posso assegurar que, em certos ideólogos e tagarelas de profissão, a analogia forçada é não somente um obstinado vício de pensamento, mas o seu procedimento estilístico quase único, a chave da sua visão psicótica do mundo. Não hesito em enquadrar nessa categoria os srs. Frei Betto, Leonardo Boff e, principalmente, o dr. Emir Sader, do qual jamais li um texto que não fosse, de alto abaixo, pura analogia forçada.

Aos textos da sra. Eliane Cantanhede confesso que jamais prestei nenhuma atenção, até que um amigo me enviou o artigo *Chifre em cabeça de cavalo*, onde a autora esguicha analogias impróprias com tanta veemência, com tanta convicção emocionada, que sou levado a suspeitar que seu cérebro já não consegue articular semelhanças e diferenças com a precisão natural de uma criança de três anos. Se o País pode dar asilo político ao ditador paraguaio Alfredo Stroessner, pergunta ela, por que não pode dá-lo também ao agente das *FARC*, Olivério Medina?

Os escolásticos já ensinavam que entre os termos de uma analogia tem de haver um terceiro termo comum que dá a razão da sua semelhança, a sua *ratio analogandi*. Qual a *ratio analogandi* entre dois casos de asilo político? A lei de asilo político, é claro. Essa lei não quer saber se, de dois postulantes ao asilo, um é um anjo e o outro é uma peste. Tudo o que ela quer saber é (1) se são perseguidos nos seus países por motivos políticos e (2) se estão limpos perante a Justiça brasileira. Admitamos, só para simplificar, que no primeiro quesito Stroessner e Medina sejam idênticos. No segundo, não há comparação possível: o general pode ter feito tanta malvadeza no Paraguai quanto as *FARC* fizeram na Colômbia, mas nunca espalhou 200 toneladas de cocaína no País, nem deu armas e treinamento para o PCC. O problema não é o mal que os dois fizeram aos seus respectivos países, mas o mal que um deles fez – e o outro não fez – ao país ao qual pede asilo.

Mais adiante, a sra. Cantanhede revela espanto ante a indignação de tantos brasileiros com o emprego público dado pela ministra Dilma Rousseff à esposa do mesmo Oliverio Medina. Então a coitada – pergunta a colunista – não teria o direito de trabalhar? Sim, é claro, todos têm o direito de trabalhar, mas nem todos têm o direito a um emprego público obtido, sem concurso, mediante a proteção de um companheiro de ideologia encastelado num cargo ministerial.

Aí a única *ratio analogandi* é a confusão verbal da sra. Cantanhede, que mistura o direito ao trabalho com o direito a favores estatais, e os direitos dos cidadãos brasileiros com os direitos dos familiares de delinquentes estrangeiros sob investigação. Os e-mails das *FARC* citando brasileiros, proclama ela, não provam nada, muito menos participação na guerrilha, em contrabando de armas e cocaína, exportação de revoluções. Neste último ponto não há falsa analogia e sim de mentira pura e simples.

Exportar a revolução comunista a toda a América Latina foi e é a ocupação única, explícita e constante do *Foro de São Paulo* desde 1990, e para prová-lo não é preciso encontrar nenhum laptop na selva: dezoito anos de atas de assembleias e grupos de trabalho, sem contar vinte e um números da revista *America Libre* não falam de outra coisa senão de revolução continental. Os detalhes registrados no laptop, aliás, não fazem nenhum sentido fora desse quadro.

É precisamente olhando-os fora dele que a sra. Cantanhede pode concluir que esses detalhes “não provam nada, muito menos participação na guerrilha, em contrabando de armas e cocaína”. Se ao construir cada uma de suas falsas analogias ela faz apelo a uma *ratio analogandi* deslocada, ao negar a existência de uma relação efetiva ela simplesmente dá sumiço à *ratio analogandi* existente, isto é, à conexão estratégica e tática entre os personagens envolvidos, daí tirando a conclusão maravilhosa de que dar proteção política ao crime não é crime, como se a essência mesma da subversão revolucionária não consistisse na articulação sistemática de política e crime.

Da estupidez auto-infligida

A SÃ INTELIgÊNCIA HUMANA É COMO A BOA POESIA: é difícil dizer o que ela é, mas pode-se mostrar o que ela não é. Isso é assim não só porque o contraste desperta a intuição quase que automaticamente, poupando horas de explicações aproximativas, mas porque o número de maus exemplos é bem grande. Um fenômeno que se pode ilustrar com a maior facilidade – pois seu repertório de amostras é praticamente inesgotável – é que, onde entra a inversão revolucionária, mesmo em dose mínima, a inteligência se retrai e definha até ao ponto de desaparecer quase por completo. Pessoas que a natureza dotou de um cérebro normal e até de um QI apropriado aos mais altos vôos do espírito acabam, pela força do hábito culturalmente absorvido, descendo ao nível de uma estupidez anfíbia, incapazes de erguer os olhos para enxergar o lodaçal de vexames intelectuais em que rastejam.

O raciocínio de analogia, por exemplo, é um dos mais simples que existem, um dos primeiros que uma criança aprende. Praticamente todos os conhecimentos humanos nascem de alguma analogia, que, abrindo para o observador um leque de relações e articulações possíveis, lhe indica o caminho para transitar das meras semelhanças à identidade, aos nexos efetivos entre coisa e coisa. Só que, para isso, a analogia tem de ser razoável em si mesma, apropriada às formas e proporções do fato descrito. Uma analogia não é mera semelhança, é uma articulação lógica de semelhanças e diferenças. Semelhanças, até um protozoário percebe. O que um protozoário não pode fazer, o que nem animais relativamente hábeis como um gato ou um chimpanzé podem fazer, é notar que duas coisas são idênticas e diferentes ao mesmo tempo, conforme os vários ângulos abstrativos por onde se examinem. A capacidade de fazer isso, e de fazê-lo com grande exatidão, é uma das marcas distintivas da inteligência humana, é não só essa capacidade é uma das primeiras que se revelam nas crianças, como sua perda ou atrofia posterior é um desastre imensurável, capaz de arruinar os melhores cérebros ao ponto de condená-los à inépcia mais deplorável.

A propensão às analogias forçadas, impróprias, capengas, revela no seu autor a falta daquele senso imediato das formas e proporções, que é a base de todas as construções mais complexas da inteligência. Suprimida essa base, o que quer que se construa em cima não pode senão afastar-se cada vez mais da realidade, culminando enfim no “delírio de interpretação” descrito pelo dr. Paul Sérieux, onde a mera burrice se transfigura em demência explícita.

Quando digo que a inversão revolucionária produz esse efeito necessariamente, é porque há décadas venho colhendo amostras do fenômeno e hoje posso assegurar que, em certos ideólogos e tagarelas de profissão, a analogia forçada é não somente um obstinado vício de pensamento, mas o seu procedimento estilístico essencial e quase único, a chave da sua visão psicótica do mundo. Não hesito em enquadrar nessa categoria os srs. Frei Betto, Leonardo Boff e principalmente o dr. Emir Sader, do qual jamais li um texto que não fosse, de alto abaixo, pura analogia forçada.

Aos textos da sra. Eliane Cantanhede confesso que jamais prestei nenhuma atenção, até que um amigo me enviou o artigo “Chifre em cabeça de cavalo”, onde a autora esguicha analogias impróprias com tanta veemência, com tanta convicção emocionada, que sou levado a suspeitar que seu cérebro já não consegue articular semelhanças e diferenças com a precisão natural de uma criança de três anos.

Se o país pode dar asilo político ao ditador paraguaio Alfredo Stroessner, pergunta ela, por que não pode dá-lo também ao agente das Farc, Olivério Medina?

Notem bem. Uma analogia, toda analogia, por mais tosca que seja, tem uma séria razão de ser, uma *ratio analogandi*, como a chamavam os escolásticos. Ela não mostra uma semelhança direta entre coisas, mas uma semelhança entre semelhanças, formando uma estrutura matemática, uma equação do tipo $a/b = x/y$. Quer dizer que duas coisas são semelhantes entre si porque duas outras coisas, que de algum modo as explicam, também o são. Por exemplo, o leão está para os outros animais como o rei está para os súditos, ou (pausa para um comercial do meu bichinho de estimação), o *English Mastiff* está para os outros cães como o leão está para os gatos. Aí a *ratio analogandi* é a força, o poder descomunal.

Qual a *ratio analogandi* entre dois casos de asilo político? A lei de asilo político, é claro. Essa lei não quer saber se, de dois postulantes ao asilo, um é um anjo e o outro é uma peste ou se ambos são igualmente pestes, como aliás parece ser precisamente o caso dos exemplos citados. Tudo o que ela quer saber é (1) se são perseguidos nos seus países por motivos

políticos e (2) se estão limpos perante a justiça brasileira. Admitamos, só para simplificar, que no primeiro quesito Stroessner e Medina sejam idênticos. No segundo não há comparação possível: o general pode ter feito tanta malvadeza no Paraguai quanto as Farc fizeram na Colômbia, mas nunca espalhou duzentas toneladas de cocaína no mercado brasileiro, nem deu armas e treinamento para o PCC sair pelas ruas matando nossos compatriotas. O problema não é o mal que os dois fizeram aos seus respectivos países, mas o mal que um deles fez – e o outro não fez – ao mesmo país ao qual pede asilo.

Mais adiante a sra. Cantanhede revela espanto ante a indignação de tantos brasileiros com o emprego público dado pela ministra Dilma Rousseff à esposa do mesmo Olivério Medina. Então a coitada – pergunta a colunista – não teria o direito de trabalhar? Sim, é claro, todos têm o direito de trabalhar, mas nem todos têm o direito a um emprego público obtido, sem concurso, mediante a proteção de um companheiro de ideologia encastelado num cargo ministerial. Aí a única *ratio analogandi* é a confusão verbal da sra. Cantanhede, que mistura o direito ao trabalho com o direito a favores estatais, e os direitos dos cidadãos brasileiros com os direitos dos familiares de delinquentes estrangeiros sob investigação.

Num artigo de vinte e poucas linhas, essa dose de analogias erradas já bastaria para ilustrar o que eu vinha dizendo. Mas a sra. Cantanhede não se contenta com meter o sorvete na testa, como o retardado mental daquela piada cruel: esfrega-o com força, para exibir controle motor. Os *e-mails* das Farc citando brasileiros, proclama ela, não provam nada, muito menos participação na guerrilha, em contrabando de armas e cocaína, exportação de revoluções. Deixo de lado este último ponto, porque aí não se trata de falsa analogia e sim de mentira pura e simples, uma habilidade que nem mesmo um cérebro arruinado como o da sra. Cantanhede jamais perde por completo. Exportar a revolução comunista a toda a América Latina foi e é a ocupação única, explícita e constante do Foro de São Paulo desde 1990, e para prová-lo não é preciso encontrar nenhum *laptop* na selva: dezoito anos de atas de assembleias e grupos de trabalho, sem contar vinte e um número da revista “America Libre”, não falam de outra coisa senão de revolução continental. Os detalhes registrados no *laptop*, aliás, não fazem nenhum sentido fora desse quadro. E é precisamente olhando-os fora dele que a sra. Cantanhede pode concluir que esses detalhes “não provam nada, muito menos participação na guerrilha, em contrabando de armas e cocaína”. Se ao construir cada uma de suas falsas analogias ela faz apelo a uma *ratio analogandi* deslocada, ao negar a existência de uma relação efetiva ela simplesmente dá sumiço à *ratio analogandi* existente, isto à, à conexão estratégica e tática entre os personagens envolvidos, daí tirando a conclusão maravilhosa de que dar proteção política ao crime não é crime, como se a essência mesma da subversão revolucionária não consistisse na articulação sistemática de política e crime.

Não, não pensem que eu esteja contestando a sra. Cantanhede. Não discuto com pessoas intelectualmente lesadas, mesmo quando são culpadas de infligir a lesão a si mesmas mediante o hábito continuado da inversão revolucionária. Limito-me a exibí-las ao público, como o dr. Charcot exibia histéricos e esquizofrênicos aos seus alunos no anfiteatro da Pitié-Salpêtrière. Com a diferença de que aqui não se trata de neurologia, mas de saúde pública: não espero que meus leitores se tornem médicos, mas apenas que se preservem de uma deformidade mental epidêmica. Essa deformidade, notem bem, não afeta as funções mais altas da inteligência, o raciocínio abstrato, a criação artística, o gênio matemático: afeta apenas a base humilde que todas elas têm na capacidade analogante, e assim transforma essas sublimes capacidades em instrumentos de estupidificação.

8 de agosto de 2008

Mentira temível

O PROTESTO DO GOVERNO RUSSO CONTRA A EQUIPARAÇÃO MORAL de nazismo e comunismo condensa uma das falsificações históricas mais temíveis de todos os tempos. Temível pelas dimensões da mentira que engloba e duplamente temível pela credulidade fácil com que é acolhida, em geral, pelos não-comunistas e mesmo anticomunistas.

Até John Earl Haynes, o grande historiador do anticomunismo americano, subscrive esse erro: “Ao contrário do nazismo, que explicitamente colocava a guerra e a violência no cerne da sua ideologia, o comunismo brotou de raízes idealísticas”. Nada, nos documentos históricos, justifica essa afirmativa. Séculos antes do surgimento do nazismo e do fascismo, o comunismo já espalhava o terror e o morticínio pela Europa, atingindo um ápice de violência na França de 1793. A concepção mesma de genocídio – liquidação integral de povos, raças e nações – é de origem comunista, e sua expressão mais clara já estava nos escritos de Marx e Engels meio século antes do nascimento de Hitler e Mussolini.

O idealismo romantizado está na periferia e não no cerne da doutrina comunista: os líderes e mentores sempre riram dele, deixando-o para a multidão dos “idiotas úteis”. É significativo que Marx, Engels, Lênin, Stalin, Mao ou Che Guevara tenham dedicado pouquíssimas linhas à descrição da futura sociedade comunista e das suas supostas belezas, preferindo preencher volumes inteiros com a expressão enfática do seu ódio não somente aos burgueses e aristocratas, mas a milênios de cultura intelectual e moral, explicados pejorativamente como mera camuflagem ideológica do interesse financeiro e do desejo de poder. Entre os não-comunistas, a atribuição usual de motivos idealísticos ao comunismo não nasce de nenhum sinal objetivo que possam identificar nas obras dos próceres comunistas, mas simplesmente da projeção reversa da retórica de acusação e denúncia que nelas borbulha como num caldeirão de ódio. A reação espontânea do leitor ingênuo ante essas obras é imaginar que tanta repulsa ao mal só pode nascer de um profundo amor ao bem. Mas é próprio do mal odiar-se a si mesmo, e simplesmente não é possível que a redução de todos os valores morais, religiosos, artísticos e intelectuais da humanidade à condição de camuflagens ideológicas de impulsos mais baixos seja inspirada no amor ao bem. O olhar de suspicácia feroz que Marx e seus continuadores lançam sobre as mais elevadas criações dos séculos passados denota antes a malícia satânica que procura ver o mal em tudo para assim parecer mais suportável na comparação. Para aceitar como verdade a lenda do idealismo comunista, teríamos de inverter todos os padrões de julgamento moral, admitindo que os mártires que se deixaram matar na arena romana agiram por interesses vis, ao passo que os assassinos de cristãos na URSS e na China agiram por pura bondade.

Nos raros instantes em que algum dos teóricos comunistas se permite contemplar imaginativamente as supostas virtudes da sociedade futura, ele o faz em termos tão exagerados e caricaturais que só se podem explicar como acessos de auto-excitação histórica sem qualquer conexão com o fundo substantivo das suas teorias. Ninguém pode reprimir um sorriso de ironia quando Trotski diz que na sociedade comunista cada varredor de rua será um novo Leonardo da Vinci. Como projeto de sociedade, isso é uma piada – o comunismo inteiro é uma piada. Ele só é sério enquanto empreendimento de ódio e destruição.

Ademais, o protesto russo suprime, propositadamente, dois dados históricos fundamentais:

1. O fascismo nasceu como simples dissidência interna do movimento socialista e não como reação externa. Sua origem está, comprovadamente, na decepção dos socialistas europeus com a adesão do proletariado das várias nações ao apelo patriótico da propaganda belicista na guerra de 1914. Fundados na idéia de que a solidariedade econômica de classe era um laço mais profundo e mais sólido do que as identidades nacionais – alegadamente invenções artificiosas da burguesia para camuflar seus interesses econômicos –, Lênin e seus companheiros de partido acreditavam que, na eventualidade de uma guerra européia, os proletários convocados às trincheiras se levantariam em massa contra seus respectivos governos e transformariam a guerra num levante geral socialista. Isso foi exatamente o contrário do que aconteceu. Por toda parte o proletariado aderiu entusiasticamente ao apelo do nacionalismo belicoso, ao qual não permaneceram imunes nem mesmo alguns dos mais destacados líderes socialistas da França e da Alemanha. Ao término da guerra, era natural que o mito leninista da solidariedade de classe fosse submetido a análises críticas dissolventes e que o conceito de “nação” fosse revalorizado como símbolo unificador da luta socialista. Daí a grande divisão do movimento revolucionário: uma parte manteve-se fiel à bandeira internacionalista, obrigando-se a complexas ginásticas mentais para conciliá-la com o nacionalismo soviético,

enquanto a outra parte preferiu simplesmente criar uma nova fórmula de luta revolucionária – o socialismo nacionalista, ou nacional-socialismo.

Não deixa de ser significativo que, na origem do “socialismo alemão” – como na década de 30 era universalmente chamado –, a dose maior de contribuições financeiras para o partido de Hitler viesse justamente da militância proletária.[73] Para uma agremiação que mais tarde os comunistas alegariam ser puro instrumento de classe da burguesia, isso teria sido um começo bem paradoxal, se essa explicação oficial soviética da origem do nazismo não fosse, como de fato foi e é, apenas um engodo publicitário para camuflar *ex post facto* a responsabilidade de Stalin pelo fortalecimento do regime nazista na Alemanha.

2. Desde a década de 20, o governo soviético, persuadido de que o nacionalismo alemão era um instrumento útil para a quebra da ordem burguesa na Europa, tratou de fomentar em segredo a criação de um exército alemão em território russo, boicotando a proibição imposta pelo tratado de Versailles. Sem essa colaboração, que se intensificou após a subida de Hitler ao poder, teria sido absolutamente impossível à Alemanha transformar-se numa potência militar capaz de abalar o equilíbrio mundial. Parte da militância comunista sentiu-se muito decepcionada com Stalin quando da assinatura do famoso tratado Ribentropp-Molotov, que em 1939 fez da União Soviética e da Alemanha parceiros no brutal ataque imperialista à Polônia. Mas o tratado só surgiu como novidade escandalosa porque ninguém, fora dos altos círculos soviéticos, sabia do apoio militar já velho de mais de uma década, sem o qual o nazismo jamais teria chegado a constituir uma ameaça para o mundo. Denunciar o nazismo em palavras e fomentá-lo mediante ações decisivas foi a política soviética constante desde a ascensão de Hitler – política que só foi interrompida quando o ditador alemão, contrariando todas as expectativas de Stalin, atacou a União Soviética em 1941. Tanto do ponto de vista ideológico quanto do ponto de vista militar, o fascismo e o nazismo são ramos do movimento socialista.[74]

Mas ainda resta um ponto a considerar. Se o comunismo se revelou uniformemente cruel e genocida em todos os países por onde se espalhou, o mesmo não se pode dizer do fascismo. A China comunista logo superou a própria URSS em furor genocida voltado contra a sua própria população, mas nenhum regime fascista fora da Alemanha jamais se comparou, nem mesmo de longe, à brutalidade nazista. Na maior parte das nações onde imperou, o fascismo tendeu antes a um autoritarismo brando, que não só limitava o uso da violência aos seus inimigos armados mais perigosos, mas tolerava a coexistência com poderes hostis e concorrentes. Na própria Itália de Mussolini o governo fascista aceitou a concorrência da monarquia e da Igreja – o que já basta, na análise muito pertinente de Hannah Arendt, para excluí-lo da categoria de “totalitarismo”. Na América Latina, nenhuma ditadura militar – “fascista” ou não – jamais alcançou o recorde de cem mil vítimas que, segundo os últimos cálculos, resultou da ditadura comunista em Cuba. Comparado a Fidel Castro, Pinochet é o menino-passarinho. Em outras áreas do Terceiro Mundo, nenhum regime alegadamente fascista fez nada de parecido com os horrores do comunismo no Vietnã e no Camboja. O nazismo é uma variante especificamente alemã do fascismo, e essa variante se distinguiu das outras pela dose anormal de violência e crueldade que desejou e realizou. Em matéria de periculosidade, o comunismo está para o fascismo assim como a Máfia está para um estuprador de esquina. Mas não podemos esquecer aquilo que diz Sto. Tomás de Aquino: a diferença entre o ódio e o medo é uma questão de proporção – quando o agressor é mais fraco, você o odeia; quando é mais forte, você o teme. É fácil odiar o fascismo simplesmente porque ele sempre foi mais fraco do que o comunismo e sobretudo porque, como força política organizada, está morto e enterrado. O fascismo jamais teve a seu serviço uma polícia secreta das dimensões da KGB, com seus 500 mil funcionários, orçamento secreto ilimitado e pelo menos cinco milhões de agentes informais por todo o mundo. Mesmo em matéria de publicidade, as mentiras de Goebbels eram truques de criança em comparação com as técnicas requintadas de Willi Münzenberg e com a poderosa indústria de *desinformatzia* ainda em plena atividade no mundo. Se, no fim da II Guerra, a pressão geral das nações vencedoras colocou duas dúzias de réus no Tribunal de Nuremberg e inaugurou a perseguição implacável a criminosos de guerra nazistas, que dura até hoje, o fim da União Soviética foi seguido de esforços gerais para evitar que qualquer acusação, por mínima que fosse, recaísse sobre os líderes comunistas responsáveis por um genocídio cinco vezes maior que o nazista. No Camboja, o único país que teve a coragem de esboçar uma investigação judicial contra os ex-governantes comunistas, a ONU fez de tudo para boicotar essa iniciativa, que até hoje se arrasta entre mil entraves burocráticos, aguardando que a morte por velhice livre os culpados da punição judicial. O fascismo atrai ódio porque é uma relíquia macabra do passado. O comunismo está vivo e sua periculosidade não diminuiu nem um pouco. O temor que inspira transmuta-se facilmente em afetação de reverência exatamente pelos mesmos motivos com que o *entourage* de Stalin fingia amá-lo para não ter de confessar o terror que ele lhe inspirava.

8 de agosto de 2008

Deixo de enfatizar, por óbvia demais, a origem comum de ambos os regimes no evolucionismo e no “culto da ciência”. Quem deseje saber mais sobre isto, leia o livro de Richard Overy, *The Dictators. Hitler's Germany, Stalin's Russia*. New York, Norton, 2004.

Fugindo à luta

COM RARAS, HONROSAS E INEVITÁVEIS EXCEÇÕES, a única reação que os liberais e conservadores neste país têm oferecido à ascensão irrefreável da esquerda consiste em apologias da economia de mercado, eruditamente explicada como superior à política estatista ou socialista. Por santas que sejam as suas intenções, e por mais acertados os argumentos que emprega, essa forma de luta é absolutamente inócua. Os esquerdistas riem dela. Riem mais ainda quando ela usa como embalagem uma retórica “progressista”, calcada no *slogan* idiota de que o socialismo é coisa do passado. Coisa do passado é imaginar que a estatização da economia constitui o objetivo primordial do esquerdismo e que combatê-la é a coisa mais urgente a fazer em defesa da democracia capitalista. Essa concepção do socialismo correspondia à realidade dos anos 30 e 40, quando nações inteiras foram repentinamente submetidas ao sistema de economia centralizada, não somente por iniciativa dos comunistas mas também dos fascistas e nazistas. Tudo o que era preciso dizer contra essa tendência foi então dito por Friedrich von Hayek e Ludwig von Mises. Repetir os argumentos desses dois grandes economistas em 2008 é combater um inimigo que não existe mais, fechando os olhos para o avanço daquele que existe. Quando um liberal chama os comunistas de “dinossauros”, ou proclama, como a última edição de *Veja*, que eles ainda vivem no tempo dos tílburis, ele está projetando sobre eles o anacronismo da sua própria visão do comunismo.

Karl Marx ensinava que a estatização da economia deveria ser um processo lento e gradual, prolongando-se por décadas ou séculos e realizando-se por etapas anestésicas e não traumáticas, como o imposto de renda escalar e a supressão progressiva do direito de herança por meio da taxação crescente. Acreditando que o socialismo surgiria de dentro do próprio capitalismo tão logo este fosse levado às suas últimas possibilidades de desenvolvimento, ele entendia, logicamente, que a supressão forçada e repentina do livre mercado traria a paralisação geral da economia e a extinção do próprio socialismo.

Essa lição foi esquecida tanto na URSS quanto na China, daí resultando que, mesmo antes do fracasso desses dois regimes, muitas críticas à economia de um e de outro já circulavam dentro do próprio campo socialista, não raro associadas à condenação dos aspectos mais brutais do totalitarismo, que, segundo esses críticos, uma política ortodoxamente marxista teria podido evitar (ilusão, é claro: Marx nunca ocultou que mesmo sua idéia da socialização progressiva só poderia ser implantada mediante a liquidação sistemática “de povos inteiros”).

A autodissolução da URSS e a abertura da China ao capital estrangeiro, longe de constituírem uma vitória pura e simples das democracias capitalistas, resultaram de um *upgrade* autocrítico do movimento comunista, que, na boa tradição de Lênin, deu mais uma vez “um passo para trás para dar dois para a frente”, só que agora um passo gigantesco, de dimensões mundiais.

Longe de se dismantelar como previam os triunfalistas liberais, o movimento comunista se reorganizou rapidamente, trocando a velha hierarquia de tipo militar por uma estrutura flexível na forma de “redes” e em poucos anos redobrou sua força, dominando praticamente toda a grande mídia ocidental e fazendo dela um instrumento dócil da guerra cultural e do anti-americanismo militante. Vendo-se acossado por um inimigo que ele próprio declarava morto, o governo de Washington respondeu com um subterfúgio verbal tão estúpido quanto ineficaz, declarando que o único inimigo era agora o “radicalismo islâmico” e recusando-se a enxergar a ação russa e chinesa por trás da agitação frenética das multidões de fanáticos muçulmanos. O resultado foi que os EUA perderam sua mais próxima área de influência no mundo, a América Latina, hoje dominada por partidos frontalmente anti-americanos e em vias de transformar-se numa gigantesca versão cucaracha da velha URSS.

Na mesma onda de mudanças estratégicas, o movimento comunista abdicou do estatismo radical, reconhecendo que uma quota aliás bem grande de livre mercado é indispensável à sobrevivência dos regimes socialistas, mesmo os mais autoritários.

A essa altura, a pura defesa da economia de mercado, sobretudo se acompanhada de desprezo economicista pela guerra cultural e pela formação de uma militância conservadora adestrada no estudo da estratégia marxista, é um anacronismo completo, uma forma de alienação que só pode levar às mais devastadoras consequências.

Na verdade, se tantos políticos e intelectuais liberais se apegam a essa atitude autocastradora, é não só porque sua mentalidade empresarial se sente mais à vontade no *front* econômico do que no político ou cultural, mas porque sabem instintivamente que a luta aí desenvolvida suscita respostas menos ferozes da esquerda do que ataques desferidos em pontos

mais vitais do esquerdismo. Não por coincidência, essa opção pela fuga sistemática ao combate – que Lênin diagnosticava como sinal de morte iminente – vem junto com um esforço de manter, nos debates com a esquerda, uma polidez medrosa, ilusoriamente sedutora, que os esquerdistas, por seu lado, desprezam em troca de uma retórica cada vez mais truculenta e ameaçadora. Em vão o Hino Nacional proclama: “Verás que um filho teu não foge à luta”. Tornou-se praticamente impossível mostrar aos liberais brasileiros que a covardia não é uma modalidade superior de realismo.

21 de agosto de 2008

A opção pela farsa

O TRAÇO MAIS SALIENTE E CARACTERÍSTICO DA CLASSE INTELECTUAL no Brasil de hoje (quero dizer, dos últimos trinta anos) é o seu espírito de solidariedade grupal mafiosa, muito mais coeso, ciumento e impenetrável que o das corporações similares em outros países.

Vários fatores produzem esse fenômeno.

Um deles é a fusão indissolúvel do ofício intelectual com a militância partidária (esquerdista, é claro). Algo disso existe um pouco por toda parte, mas não em dosagem brasileira. Neste país a ascensão de um professor na escala acadêmica depende em quase nada das suas realizações intelectuais – em geral nulas ou desprezíveis – e em quase tudo da posição que ocupe na hierarquia partidária ou pelo menos nas afeições da liderança esquerdista. Carreiras como as dos srs. Emir Sader, Quartim de Moraes, Fernando Haddad, Luis Felipe de Alencastro e tantos outros seriam inexplicáveis sem isso. O dever de fidelidade partidária transmite-se, pela convivência estreita, à comunidade acadêmica, infundindo-lhe aquele sentimento de unanimismo e de autoproteção corporativa, que ao chamado da liderança mobiliza num instante um por todos, todos por um, com homogeneidade quase militar.

Uma segunda causa é a intimidade promíscua – também muito maior do que em outros países – de mídia e universidade, esta ditando as normas do aceitável e do inaceitável, aquela seguindo-as fielmente e, em troca, influenciando na ascensão e queda das estrelas acadêmicas, produzindo do nada prestígios intelectuais tão formidáveis quanto incompreensíveis e condenando ao ostracismo quem caia no desagrado do mandarinato provinciano.

Mas, sem dúvida, o fator mais decisivo que aproxima e gruda esses sujeitos uns nos outros como uma colônia de ostras é a secreta consciência de sua própria inépcia, que rói cada um por dentro e o impele a buscar na aprovação do grupo um talismã contra os riscos da aventura intelectual solitária. Sim, o que o típico intelectual brasileiro de hoje mais teme, o que ele evita como à peste, é embrenhar-se sozinho na busca da verdade, desbravando territórios desconhecidos, sem que a bênção maternal da comunidade o venha tranquilizar assegurando-lhe que não está louco nem raiando perigosamente alguma heresia.

Curiosamente, esse apego uterino, esse gregarismo pastoso de mentes atrofiadas é vendido ao público – e aos próprios membros do grupo – como se fosse a mesma coisa que a colaboração acadêmica, sem que aparentemente ninguém perceba a distância imensa que separa essas duas coisas, tão distintas entre si quanto um rosto humano e uma caricatura infernal.

É verdade nenhum progresso do conhecimento se alcança sem o diálogo, sem que as intuições pessoais, mesmo fundadas em investigações profundas, se exponham ao exame da comunidade erudita, conhecedora do *status quaestionis*. Mas não pode haver esse tipo de diálogo senão entre inteligências personalizadas, cada qual possuidora de um universo mental próprio, conquistado na audácia da busca solitária, sem o suporte consolador das crenças coletivas.

Isso simplesmente não existe – ou não existe mais – no meio intelectual brasileiro. Mentalidades reduzidas à impotência pelo vício do gregarismo não precisam nem podem entrar em diálogo, porque nada têm a trocar senão o igual pelo idêntico, o usual pelo costumeiro e o banal pelo ordinário. O que fazem não é diálogo, é monólogo coletivo. Tão plana, vulgar e torpe é a uniformidade das suas idéias, que às vezes têm de se apegar a miúdas diferenças de estilo ou de vocabulário – senão a alguma ciumeira pessoal, que nunca falta – para dar um arremedo de colorido ao cinzento ritual diuturno da confirmação recíproca. Chamar esse ambiente de medíocre seria louvá-lo imerecidamente. Mediocridade é apenas um padrão estatístico, distribuído anonimamente na multidão. Quando os medíocres se agregam e se condensam numa corporação organizada, o peso comum se adensa e o conjunto acaba descendo muito abaixo da média. O brasileiro comum é muito, muito mais inteligente do que os sessenta conselheiros acadêmicos do sr. presidente da República, autodenominados coletivamente “os intelectuais” para dar a entender que são os únicos que existem. O homem comum sabe que o problema mais grave do Brasil é a criminalidade. “Os intelectuais” não sabem. O primeiro aproveita para falar do assunto cada oportunidade que as pesquisas lhe dão. Os segundos reúnem-se com o sr. presidente para passar metodicamente em revista os males nacionais, e nem um único dentre eles se lembra de mencionar, mesmo por alto, que cinquenta mil brasileiros morrem assassinados por ano (parece que, como meio de glorificação do governo pelos intelectuais da cômica, o crime não compensa).

Um lado especialmente deplorável do fenômeno é que, como a busca da segurança psíquica é às vezes mais forte do que os

dois motivos políticos acima citados, o *esprit de corps* da submediocridade acadêmica se estende, por automatismo, até aos membros não esquerdistas (ou não muito esquerdistas) da comunidade. Não podendo aderir ativamente à política dominante, eles partem para a adesão passiva, refreando toda conduta verbal que dê sinal de direitismo, omitindo qualquer citação a autores tidos por inconvenientes ou, nos momentos extremos, assinando um ou outro manifesto de esquerda, naturalmente pelos motivos mais apolíticos que lhes ocorram no momento.

O mais irônico de tudo é que a própria miséria mental do grupo lhe dá uma certa autoconfiança *ad hoc*, na medida em que, eliminada toda investigação pessoal da verdade, o que resta no ar é um feixe de certezas coletivas reconfortantemente indiscutíveis. Com base nessa confiança, cada um dos integrantes do grupo está apto a posar de autoridade científica perante seus alunos, aos quais impõe opiniões com tanto mais facilidade quanto mais convencido esteja de personificar, como membro da comunidade iluminada, a verdade, o bem, o justo e o belo, isto é, precisamente aquelas coisas que, segundo as crenças marxistas e desconstrucionistas ali vigentes, não existem de maneira alguma e foram apenas inventadas pela burguesia para ludibriar os pobres.

O que não é de estranhar é que, sendo toda a sua segurança psicológica baseada num amálgama das mentiras existenciais de seus membros, uma comunidade tão coesa, tão ciosa da sua própria importância imaginária, viva assombrada pelo temor da decomposição e se torne tanto mais medrosa quanto mais escorada num sistema rígido de autodefesas neuróticas, acreditando enxergar perigos apocalípticos ao menor sinal de que alguém lhe fez alguma censura fora dos padrões admissíveis da autocritica controlada, corporativa e comunista.

Por várias vezes tive a oportunidade de ser pessoalmente o fator aterrorizante que sacudiu até aos alicerces a autoconfiança da *troupe*, ocasiões nas quais tive o desgosto de ver centenas ou milhares de veneráveis anciãos e graves senhores de meia-idade correndo, como crianças assustadas, para defender a comunidade ameaçada pelo total de um (hum) atacante.

Houve época em que eu ria desse espetáculo. Hoje sei que não é coisa para rir. A farsa acadêmica brasileira não expressa só a pobreza intelectual assustadora da elite ensinante, que, por si, basta para explicar o desastre da educação nacional. Ela põe à mostra também uma miséria humana sem fim, já que ninguém opta pelo fingimento pomposo senão para esconder o desprezo que, no fundo, sente por si mesmo – e no Brasil acadêmico essa opção é o único tipo de vida intelectual que resta.

22 de agosto de 2008

Nós quem, cara pálida?

A PERGUNTA DECISIVA DO ÍNDIO TONTO, que de tonto não tinha nada, vem irresistivelmente à minha memória sempre que me vejo exposto àquela retórica global e retumbante, tão usual hoje em dia, que, tomando da palavra na primeira pessoa do plural, fala em nome da platéia universal sem ter-lhe pedido a mínima autorização para isso.

Da minha parte, tomo os maiores cuidados para não abusar da palavra “nós”. Restrinjo o seu emprego aos casos em que a coletividade referida é claramente identificável e as generalizações que faço a respeito dela podem ser verificadas (ou contestadas) empiricamente. A moda geral, no entanto, é eludir essas precauções, deixando o significado do pronome vago e indefinido o bastante para sugerir, mui modestamente, que o orador é a consciência da espécie humana.

Ao celebrar seus quarenta anos de existência e anunciar entusiasticamente para 2 de setembro o seminário comemorativo “O Brasil que queremos ser”, a revista *Veja* dá por subentendido que os sonhos de cada brasileiro coincidem com os dos distintos palestrantes, entre os quais no entanto pelo menos um, o advogado Márcio Thomaz Bastos, evoca antes uma imagem de pesadelo.

Também não entendo por que o colunista Cláudio de Moura Castro, que escreveu na própria *Veja* alguns dos melhores artigos sobre educação já publicados neste país, foi posto para coordenar o debate sobre Meio Ambiente, enquanto o painel de Educação foi deixado aos cuidados de pessoas que nunca educaram ninguém e que, na melhor das hipóteses, só podem falar do assunto desde o ponto de vista econômico. Ninguém, na verdade, exceto eu e mais dois ou três, verá aí nada de anormal. Desde que me conheço por gente, só se discute a educação brasileira sob esse ângulo, como se o conteúdo, a filosofia e os valores embutidos no processo pedagógico não fossem problema nenhum. De fato, parece que não são: tudo a respeito já está decidido há décadas e ninguém pode questionar a autoridade pontifícia dos Paulos Freires, das Emílias Ferreros, dos Celestins Freinets, dos Levs Vigotskys e outros manipuladores comunistas cujas teorias são, no entanto, a causa direta e principal não só da imbecilização maciça das crianças brasileiras, mas também, por isso mesmo, das imensas perdas econômicas impostas ao país por essa organização criminosa que é o Ministério da Educação.

Sob esse aspecto, aliás, há um detalhe interessante. A revista *Veja* vem denunciando com veemência a doutrinação comunista disseminada nas escolas brasileiras, e com isso presta um louvável serviço de saúde pública. Mas seria mais louvável ainda se, no seu empenho saneador, começasse por admitir a parcela de culpa que, na produção desse descabro, coube à própria Editora Abril. Durante décadas as revistas da Fundação Victor Civita, “Escola” e “Sala de Aula” – depois unificadas sob o nome de “Nova Escola” – foram instrumentos essenciais para o endeusamento dos educadores comunistas e a adoção das suas técnicas e preceitos idiotizantes pelo sistema nacional de ensino. Trabalhei nas duas e sei do que estou falando. Um debate sério sobre educação deveria começar pelas idéias orientadoras, pois são estas que moldam as ações e, em última análise, geram as conseqüências devastadoras que os testes internacionais de avaliação de estudantes não cessam de assinalar.

Falando em idéias, alguns exemplares delas constam do *site* de apresentação do seminário,[\[75 \]](#) elucidando de antemão o espírito da coisa. Vejam por exemplo esta definição da “tarefa do jornalismo”, produzida por Washington Novaes e encarregada de inspirar o painel sobre “Imprensa”:

“Sem ampliar o acesso à informação, a sociedade não terá como construir formatos de viver ‘sustentáveis’, que enfrentem as duas grandes questões do nosso tempo: mudanças climáticas e padrões de produção e consumo insustentáveis, incompatíveis com a capacidade de reposição da biosfera planetária. É preciso ver quais são ou serão os impactos; como evitá-los ou minimizá-los; como atribuir os custos a quem os gera. Essa é a tarefa do jornalismo”.

Traduzido do seu estilo alusivo e escorregadio para o português claro, o parágrafo diz o seguinte:

O clima da Terra está mudando catastroficamente por culpa da ação humana.

O principal vilão é o maldito capitalismo americano (“*padrões de produção e consumo insustentáveis*”).

A solução é, naturalmente, o imposto global obamiano (“*atribuir os custos a quem os gera*”), que estrangulará a economia americana e, mediante mera decisão burocrática, transferirá o poder dos EUA para o governo mundial instalado na ONU.

A tarefa do jornalismo consiste em lutar para que isso aconteça.

É uma maravilha. A maneira mais óbvia e tradicional de sonegar uma informação é fazer de conta que ela não existe e saltar direto para a conclusão que ela impugna, fingindo que essa conclusão jamais foi contestada por ninguém. Washington Novaes só inova ao dizer que isso é “ampliar o acesso à informação”. Normalmente, onde há uma questão controversa, cabe aos jornalistas informar ao público a substância das opiniões em confronto, para que ele as julgue por si. Para Washington Novaes, ampliar o acesso à informação consiste em dar sumiço à controvérsia, fazendo como se uma das idéias imperasse sozinha sobre o horizonte do pensamento humano. Por mais que Novaes aprecie a explicação do aquecimento global inventada pelo IPCC (*Intergovernmental Panel on Climate Change*),[76] resta o fato incontornável de que ela foi subscrita por 2.500 indivíduos, muitos deles meros funcionários da ONU alheios a estudos climatológicos, e imediatamente rebatida por um abaixo-assinado de 17.000 cientistas de profissão, em nada se assemelhando portanto a um consenso científico universal, diante do qual não restasse aos jornalistas senão sacramentá-lo com um unânime e altissonante “amém”.

Pelo menos dois documentários ilustram o que estou dizendo: “*The Great Global Warming Swindle*” (“A grande patifaria do Aquecimento Global”),[77] produzido pelo Canal 4 da TV inglesa, e “*Global Warming or Global Governance?*” (“Aquecimento Global ou Governança Global?”),[78] da *Sovereignty International*. Em ambos a tese da origem humana do aquecimento global é não só contestada, mas denunciada como uma fraude proposital. Uma das provas mais eloqüentes é que o ex-presidente americano Al Gore exhibe por toda parte um gráfico da evolução comparativa das emissões de CO₂ e do aumento da temperatura global ao longo de 400 mil anos, daí concluindo triunfalmente que o primeiro desses fenômenos causa o segundo. Toda a credibilidade dessa conclusão advém de um pequeno detalhe: Gore mostra as duas curvas separadamente. Quando as superpomos, verificamos que as elevações de temperatura não se seguem aos aumentos emissões de CO₂, mas os antecedem. O espertinho simplesmente trocou a causa pelo efeito.

Esconder a controvérsia e ao mesmo tempo fazer-se de bem intencionado apóstolo da “ampliação do acesso à informação” é trapaça, evidentemente. Mas as fraudes científicas seriam impotentes se não secundadas pelas fraudes jornalísticas que lhes dão credibilidade popular. Essa é a missão do jornalismo segundo Washington Novaes.

Mas ele não está sozinho nisso. Outra frase inspiradora, no site do seminário, vem do economista Sérgio Besserman Viana: “O desenvolvimento atual não é sustentável. As próximas décadas serão de profundas transformações econômicas, sociais, políticas e no pensamento humano, tendo como eixo a construção da sustentabilidade nas relações da humanidade com os limites do planeta”.

Al Gore não diria isso melhor. A quarentona *Veja*, ao mesmo tempo que desanca o comunismo na educação, parece ter subscrito alegremente o programa do burocratismo ecológico global, o qual nada mais é senão um upgrade pós-soviético do bom e velho plano comunista do Estado mundial controlador de tudo.

Lembro-me de, nos anos 70, ter lido numa revista cultural brasileira um ensaio de Jack Jones com o título “O conservacionismo, uma ideologia pós-marxista?”. Naquela época, em que o ecologismo ainda atendia pelo nome de “conservacionismo”, essa transmutação do comunismo já era nítida para qualquer estudioso atento. Entre os atuais “formadores de opinião” no Brasil, ela ainda continua invisível ao ponto de que a mera sugestão da sua existência é repelida como “teoria da conspiração” – objeção ao alcance de qualquer cérebro atrofiado ao qual tenha chegado notícia de um filme com esse título.

O painel sobre Imprensa poderia salvar do inevitável mergulho na nulidade o seminário de *Veja*, se Reinaldo Azevedo fosse ali designado para enfrentar o ex-ministro Márcio Thomaz Bastos na questão do controle estatal da mídia. *Veja* preferiu desperdiçar o valente colunista, colocando-o na posição desconfortável e paralisante de mediador.

Dito isso, aproveito a ocasião para discordar radicalmente do meu notável colega quando ele diz, no vídeo de apresentação do seminário, que “o Brasil tem uma das melhores imprensas do mundo”. Se tivesse, a coluna do próprio Reinaldo seria desnecessária, pois ela existe precisamente para dizer o que o resto da mídia não diz, isto é, quase tudo o que interessa.

28 de agosto de 2008

Cujo endereço era: www.veja40anos.com.br; hoje, está fora do ar – NE.

Cf. <http://www.ipcc.ch/>.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=D-m09IKtYT4>.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_u81qXOYfKg.

Psicose lingüística

O MESMO SINTOMA QUE REVELARIA A DOENÇA AO MÉDICO tarimbado pode torná-la invisível aos olhos do paciente, que por isso mesmo não consegue descrever com clareza o que sente e acaba colocando o médico na pista errada. Fenômeno idêntico acontece na sociedade humana, quando a deterioração da linguagem, que manifesta uma perda geral de consciência, torna essa perda tanto mais grave quanto mais vão desaparecendo os meios lingüísticos aptos a diagnosticá-la e corrigi-la. A mera degradação intelectual evolui assim rapidamente para um estado de psicose social, onde aquilo que se diz vai se afastando cada vez mais daquilo que se conhece na experiência, até que se chega àquele estado de ruptura completa no qual os fatos reais, encobertos sob construções imaginárias hipnóticas, se tornam definitivamente imperceptíveis.

Tomemos um exemplo banal, mas revelador pela sua tipicidade mesma. Leiam este parágrafo do jovem “teórico gay” Deco Ribeiro, tido nos meios homossexuais como uma espécie de líder intelectual:

“Pedofilia é um desejo e não existe polícia de pensamento ainda. O crime ocorre quando o indivíduo sai do pensamento e parte para a prática. ‘Crime de pedofilia’ é coisa de jornalista. Mau jornalista. Ou jornalista f. da p.”. [79]

Com toda a evidência, a distinção usual entre “pedofilia” e “crime de pedofilia” visa a assinalar a mesma diferença que aí se enfatiza entre o mero desejo e a ação. Se a segunda expressão for suprimida, o termo “pedofilia” terá de ser usado para designar as duas coisas, provocando automaticamente aquilo mesmo que o rapaz desejaria evitar: a criminalização do desejo. Se alguém quer impedir que um pensamento seja tido por crime, não pode, no mesmo ato, protestar contra a existência de termos diferentes para designar o pensamento e o crime que o realiza. A percepção disso deveria ser instantânea e intuitiva em qualquer pessoa alfabetizada, mas hoje ela escapa por completo a um formador de opinião e à massa de seus leitores universitários. Estes não entendem o que lêem, aquele não entende o que escreve.

Mas a confusão aí manifesta tem uma segunda camada mais profunda. Se determinado ato é crime, é preciso reprimir não somente o ato mas também o desejo de cometê-lo. A primeira modalidade de repressão cabe à polícia, a segunda à cultura, da qual o jornalismo, a educação e o *show business* são as expressões mais populares. O Código Penal absorve essa distinção, tornando crime a mera apologia do ato criminoso. Se a cultura popular permite ou fomenta o desejo de praticar determinado crime que a polícia ao mesmo tempo reprime, fica declarada a guerra entre a cultura e a polícia, uma guerra que os policiais acabarão perdendo, pois sua mente é formada pela mesma cultura que os envolve e nenhum deles é um gênio capaz de se desaculturar a si próprio. No parágrafo que estou examinando, a expressão “polícia de pensamento” aparece usada de maneira ambígua. Uma coisa é prender as pessoas por delito de opinião. A livre expressão de um desejo é algo mais que mera opinião e infinitamente mais do que um pensamento inexpresso – é um convite aberto, uma incitação ao ato correspondente. É portanto apologia do crime. O sr. Luiz Mott, por exemplo, incorre nela quando erotiza em público a imagem de um bebê pelado. Mas Deco Ribeiro não se revolta apenas contra a punição que a polícia impõe à apologia do crime. Ele abomina, na verdade, o que quer que se diga contra a pedofilia, mesmo quando se diz com toda a moderação possível, tal como acontece na distinção entre “pedofilia” e “crime de pedofilia”. Se até essa polida distinção deve ser abominada como “polícia de pensamento”, então é claro que qualquer expressão pública de repulsa à pedofilia é um horror nazista. Tal é o sentimento real que o parágrafo citado veicula, mas, como esse sentimento é indecente e sua expressão direta é apologia do crime, Deco Ribeiro vê-se instintivamente forçado a camuflá-lo sob uma construção verbal postiça cuja autocontradição primária revela ao observador atento a própria má intenção que ela pretendia ocultar do público em geral.

Esse episódio é miúdo porém típico: ele ilustra com clareza didática o tipo de estrutura verbal que se tornou dominante em todos os debates públicos neste país (e que vai se disseminando rapidamente em países mais cultos), erigindo a linguagem como uma placa de chumbo entre percepção e realidade e tornando absolutamente impossível a discussão séria do que quer que seja.

Vou dar agora um exemplo incomparavelmente mais grave. Leiam estes parágrafos publicados no último dia 2 no site oficial do PT:

“Até o final deste ano, o governo deve ter pronta uma proposta para criar no país uma lei de responsabilidade educacional que, a exemplo da Lei de Responsabilidade Fiscal, estabelecerá metas de conduta para os gestores de escolas públicas. A informação foi dada pelo ministro da Educação, Fernando Haddad. O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) é um dos defensores da lei de responsabilidade educacional. Para Cristovam, a nova lei deveria tornar inelegíveis representantes do Executivo que não cumprissem metas educacionais estabelecidas pela população ou pelo governo federal. A proposta foi defendida pelo senador em palestra no ‘Seminário Internacional Ética e Responsabilidade na Educação: Compromisso e Resultados’, promovido pela Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco)”.

A idéia aí subentendida é que a educação brasileira fracassou por não cumprir as metas do Ministério da Educação, inspiradas ou ditadas por organismos internacionais como a ONU e a Unesco. É idéia totalmente falsa. A educação brasileira fracassou porque se baseia em teorias educacionais erradas e porque as metas fundadas nessas teorias vêm sendo cumpridas à risca, uniformemente, em todo o território nacional, pelo menos desde o governo FHC. Lançar a culpa sobre os executores do plano, e expô-los ao risco de punições temíveis, é esquivar-se à discussão mesma que o Seminário se propôs nominalmente a fazer.

As metas educacionais da Unesco podem ser avaliadas pelo prêmio dado a uma estudante do Rio de Janeiro, entre 50 mil concorrentes, pelo escrito “Pátria Madrasta Vil”, num concurso de redações sobre o tema (adivinhem) “Como Vencer a Pobreza e a Desigualdade”.

A redação vencedora[80] é um amálgama pueril dos chavões de palanque mais usados e abusados nas eleições brasileiras, arranjados de tal modo que se torna impossível saber a que fatores histórico-sociais concretos a autora está se referindo na sua furiosa diatribe contra o país em que nasceu.

A premiação dessa estupidez já seria grave o bastante se o autor dela fosse uma criança de doze anos: o teor da coisa revelaria apenas a vulnerabilidade inerme da mente infantil a uma saraivada de *slogans* politicamente corretos, bombardeados em quantidade tal que se torna impossível quebrar-lhes a casca para analisar o seu conteúdo fático (análise que seria a primeira obrigação de um ensino decente). Mas a autora do treco é uma universitária de 26 anos. Aos 26 anos, Flannery O’Connor já tinha publicado seu espetacular romance, *Wise Blood*, Rachel de Queiroz o premiado *O Quinze* e Clarice Lispector o surpreendente *Perto do Coração Selvagem*. Aos 26 anos, Cecília Meirelles, Bruno Tolentino, Castro Alves, Gonçalves Dias já tinham produzido alguns de seus mais belos poemas. Aos 26 anos, Franz Brentano já havia escrito sua análise magistral de Aristóteles, que até hoje é usada no ensino universitário. Aos 26 anos, Goethe já era o celebrado autor de *Os Sofrimentos do Jovem Werther*. Aos 26 anos, Arthur Rimbaud já havia parado de escrever e o filósofo Otto Weininger já tinha estourado os miolos. A mocinha carioca escreveu aquela banalidade atroz e foi considerada a melhor entre 50 mil. Imagino os outros 49.999.

O prêmio ilustra, inequivocamente, o que a Unesco e seu fiel discípulo, o Ministério da Educação, esperam dos estudantes brasileiros. Em vez de punir quem falhe em realizar essa meta, seria preciso enviar à cadeia os que a realizam.

Enquanto a burrice verbosa era premiada pela Unesco, no Brasil os dois *homeschoolers* David e Jonatas, sob ameaça de ver seu pai enviado à prisão por crime de “abandono intelectual”, submetidos pelo Ministério da Educação a exame capcioso propositadamente dificultado com o intuito de reprová-los, humilharam quem os pretendia humilhar: passaram nas provas, embora quase metade das matérias a cair só lhes fossem reveladas uma semana antes. O pai das crianças agora exige que exame idêntico seja imposto aos alunos de escolas públicas. Não passariam nele nunca, porque não passam em provas incomparavelmente mais fáceis. Eu exijo mais: exijo que o sr. ministro da Educação faça o mesmo exame. Se não passar, que vá para a cadeia por três crimes: (a) abandono intelectual de si próprio; (b) discriminação e crueldade para com crianças, por tratar os dois meninos com manifesta e perversa desigualdade em comparação com os alunos de escolas públicas e por obrigá-los a prestar exame sob condições de intimidação psicológica intolerável; (c) estelionato, por fingir-se profissionalmente habilitado a julgar o que está acima de sua capacidade.

5 de setembro de 2008

A reportagem estava no site E-Jovem.com, porém não está mais disponível – NE.

Que pode ser lida no site <http://joserosasfilho.wordpress.com/2008/08/14/patria-madrasta-vil-clarice-zeitel-vianna-silva/>, se o leitor for paciente e caridoso o bastante.

O filósofo predileto dos incapazes

FAZENDO ECO AO CONSENSO DA INTELECTUALIDADE ESQUERDISTA, o *Nouvel Observateur* apresenta Alain Badiou como “*l’un des plus grands noms de la philosophie mondiale*”. Mas é óbvio que ele não é um filósofo de maneira alguma, apenas um demagogo comunista da mais baixa espécie, uma reencarnação atrofiada do pior Jean-Paul Sartre, sendo aplaudido como filósofo justamente por isso. Nada caracteriza mais acentuadamente a mídia mundial desde os anos 60 do que seu ódio visceral à filosofia, sua necessidade compulsiva de substituí-la por algum simulacro idiota apropriado à política do dia. Na primeira década do século XX, os jornais aceitavam como filósofos representativos aqueles que os estudiosos de filosofia apontassem como tais. Depois a mídia adotou seus próprios critérios e, em vez de divulgar a alta cultura, passou a moldá-la a seu belprazer. Foi aí que tipos como Badiou se tornaram filósofos eminentes, enquanto a filosofia de verdade virou um segredo esotérico, reservado a um pequeno círculo de *highbrows*.

Tal como Sartre, Badiou não toma como ponto de partida uma pergunta, uma dúvida, um desejo de esclarecimento e fundamentação, mas a expressão histórica de uma preferência dogmática injustificada e injustificável, recobrindo-a em seguida de floreios retóricos tecidos com vocabulário filosófico, mas carentes do mínimo senso analítico e autocrítico que precisariam para ser admitidos até mesmo como trabalhos escolares de filosofia.

O dogma essencial da doutrina Badiou é aquele alardeado por Jean-Paul Sartre: “Todo anticomunista é um cão”. Se me ocorre a idéia de que todo comunista é uma hiena, não tomo isso como premissa, mas como mero resumo figurativo de exposições históricas fartamente documentadas e análises críticas que não deixam margem para nenhuma conclusão mais suave. O dogma de Sartre-Badiou, ao contrário, é um aviso pregado na porta para informar aos visitantes que qualquer tentativa de análise crítica será repelida mediante gritos de horror. A fuga à análise crítica, em Sartre, era puro fingimento maquiavélico, mas em Badiou ela expressa uma genuína incapacidade. Sartre, quando se fazia de fanático, tinha para isso um pretexto intelectualmente sofisticado: sua teoria do primado da existência sobre a essência justificava tomadas de posição irracionais como um esforço para “existir” – numa linha bem parecida, no fundo, com o arbitrário “decisionismo” de Carl Schmitt, que justificava as políticas do Führer com a mesma cara-de-pau com que o autor de *A Náusea* justificava as de Stalin, tornando-se nauseabundo ele próprio. Badiou não precisa de nada disso. Sua adesão passional ao comunismo é um princípio autofundante, desnecessitado de qualquer justificação, mesmo simulada. É o axioma fundamental, e dele deduz-se tudo o mais que o tagarela incansável venha a dizer sobre o que quer que seja.

Numa de suas mais célebres conferências, [81] ele toma o comunismo como “uma hipótese” em vias de realização – e, com a habilidade filosófica de um mau aluno de ginásio, compara as belezas dessa hipótese, não à hipótese contrária, democrático-capitalista, porém às más qualidades reais que ele crê enxergar no capitalismo existente, ao passo que os males do comunismo real não precisam entrar na comparação porque a hipótese – por hipótese – já os absorveu e santificou nas suas futuras belezas hipotéticas. A estrutura do raciocínio, em si, é a de um fingimento histórico que tenta camuflar sua própria irracionalidade mediante invectivas furiosas que dissuadem o ouvinte de cobrar do pretenso filósofo os deveres mínimos da racionalidade filosófica. Admito que seja uma técnica, mas é uma técnica de charlatão.

Mais charlatanesco ainda, ele condena a violência policial sangrenta do regime soviético não por ser imoral em si, mas por “não ter conseguido salvar da inércia burocrática” o regime comunista. Ele apela, sob esse ponto de vista, à doutrina de Mao Dzedong segundo a qual “o movimento” deve prevalecer sobre a hierarquia estática do Partido. Reconhecendo que esta teoria também descambou em violência, ele se esquece de observar que foi violência três ou quatro vezes maior que a dos soviéticos, revelando-se um remédio mais letal do que a doença e desqualificando-se, *ipso facto*, como crítica válida ao descalabro soviético. Empinando o narizinho para fazer-se de moralmente superior ao “comunismo de Estado” soviético, ele faz a apologia do maio de 68, quando “a sociedade civil”, em vez do Partido, tomou a iniciativa de tentar estrangular a burguesia. Mas no regime soviético quem mandava não era o Estado, era o Partido, do qual o Estado era apenas um instrumento maleável. E que é a “sociedade civil organizada” senão a versão renovada, gramsciana, do Partido? Em suma, contra os males do Partido, Badiou sugere como remédio... o Partido.

A coisa é de um primarismo digno do dr. Emir Sader, e não é de espantar que ela termine pela proclamação de um

inalterado amor irracional àquilo que não se pode justificar racionalmente.

Comparar ideais com ideais, fatos com fatos, e não os belos ideais de um lado com os fatos supostamente deprimentes do outro, é o princípio elementar, já não digo da filosofia, mas de qualquer atividade intelectual, mesmo rudimentar, que se pretenda honesta. Esse preceito está infinitamente acima da capacidade de Alain Badiou. Por isso mesmo é que entidades dedicadas à imbecilização universal, como o são hoje em dia os órgãos da grande mídia, o consagram como um eminente filósofo. Ele é o filósofo daqueles que, por inépcia congênita ou safadeza adquirida, estão condenados a jamais saber o que é filosofia.

05 de setembro de 2008

“L’hypothèse communiste”, disponível em: <http://alainindependant.canalblog.com/archives/2007/11/11/6847208.html>.

Checando biografias

ENQUANTO NOS EUA, NO BRASIL E NO MUNDO a grande mídia esquerdista (desculpem a redundância) vasculha a biografia de Sarah Palin nos seus mínimos detalhes, trazendo ao público as revelações chocantes de que ela pertence à Igreja Pentecostal, de que sua filha transou com o namorado e de que (acrescenta a pérfida Ann Coulter) seu cabelereiro teve uma multa de trânsito em 1978, nada, absolutamente nada aí se conta a ninguém sobre alguns episódios da vida de Barack Hussein Obama, decerto irrisórios e desprovidos de qualquer alcance político, não é mesmo? Eis oito exemplos:

Ele foi admirador e companheiro de protestos do pastor Louis Farrakhan, aquele segundo o qual “o judaísmo é a religião do esgoto”. Isso faz tempo, mas depois de eleito senador ele deu 225 mil dólares em verbas federais à igreja de seu amigo Michael Pfleger, onde Farrakhan é um dos mais freqüentes e aplaudidos pregadores convidados.[82]

No Quênia, ele deu apoio eleitoral a um agitador que depois organizou a destruição de trezentos templos cristãos e o assassinato de mais de mil fiéis, cinquenta deles queimados vivos numa igreja, sem que Obama viesse a dizer uma só palavra contra essa gentil criatura.[83]

Ele disse que o terrorista William Ayers (da quadrilha do “Homem do Tempo”) era apenas um seu vizinho com quem jamais conversava de política, mas depois se descobriu que ele e Ayers dirigiram juntos uma ONG que coletou 72 milhões de dólares para movimentos de esquerda, sendo um interessante exercício intelectual conjecturar como puderam fazer isso sem falar de política.[84]

Neste preciso momento ele responde na Pensilvânia a um processo de falsidade ideológica, por ter apresentado a seus eleitores uma certidão de nascimento obviamente forjada. A verdadeira, se existe, até hoje não apareceu, e o *beautiful people* da mídia não releva o menor interesse em conhecê-la.[85]

Embora ele diga que sempre foi cristão, todos os seus colegas e professores de escola primária, bem como seu meio-irmão e sua meia-irmã, afirmam que ele era muçulmano na época em que ali estudava.

Por duas décadas ele freqüentou semanalmente uma igreja que alardeava a “teologia da libertação” mais escancaradamente comunista e anti-americana, e depois disse que não tinha a menor idéia do conteúdo do que ali se pregava.

Não é só sobre suas origens ou sobre sua religião que Obama cultiva segredos. Também não é só sua certidão de nascimento autêntica que continua inacessível. Embora gabando-se de sua carreira em Harvard, ele se recusa a mostrar o histórico de seus estudos universitários. Os fofoqueiros maldosos dizem que ele tem vergonha de mostrar suas notas baixas (talvez ainda mais baixas que as de George W. Bush, Al Gore e John Kerry), mas agora se sabe que ele tem um motivo mais forte para encobrir os detalhes da sua passagem por Harvard: seus estudos ali foram pagos por Donald Warden, um americano que, islamizado sob o nome de Khalid Abdullah Tariq al-Mansour, veio a se tornar um dos mentores do grupo terrorista Panteras Negras, *fund-raiser* para a organização pró-terrorista *African-American Association* e autor de um livro segundo o qual o governo americano planeja matar todos os negros.[86]

Em cinco campanhas eleitorais, o mais ativo coletor de fundos para Obama foi o vigarista sírio Tony Rezko, condenado por dezesseis crimes. Uma vez no Senado, Obama retribuiu com dinheiro público a gentileza, convencendo vários prefeitos a investir um total de 14 milhões de dólares num projeto imobiliário do malandro.[87]

Os brasileiros não saberão de nada disso assistindo ao “Jornal Nacional”, nem os americanos à CNN. Ante as acusações gerais de que John McCain não checou direito a biografia de Sarah Palin, o colunista Don Feder sugere que a de Obama, por sua vez, foi checada meticulosamente – por uma comissão integrada por Forrest Gump, o Inspetor Clouseau e o Agente 86, Maxwell Smart. E, quando Obama comete um *lapsus linguae*, dizendo “minha fê muçulmana” em vez de “minha fê cristã”, todas as almas santas do esquerdismo mundial se revoltam ante as insinuações, vindas de maldosos direitistas, de que isso possa significar alguma coisa. Eu mesmo sou tão perverso que cheguei a me perguntar se Obama não trocava os pés pelas mãos justamente por ser muito difícil, até para um ator tarimbado, exhibir-se como um pavão no poleiro e ao mesmo tempo esconder-se como um rato na toca.

Mas Obama nem precisaria ser tão escrupuloso na camuflagem. A mídia esconde tudo por ele – para quê preocupar-se em

vão ao ponto de ficar nervoso e atrapalhar-se no discurso? Afinal, que são os pequenos deslizes do candidato democrata em comparação com a gravidez solteira de Bristol Palin? Toda a esquerda chique, que sempre batalhou pela “liberação sexual da juventude”, está hoje escandalizada, chocada, perplexa ante essa semvergonhice incomum, sem dúvida um risco maior para a segurança dos EUA no caso de Sarah Palin chegar à vice-presidência. Com o detalhe especialmente elucidativo de que, uma vez desencadeada a campanha de ataques à devassidão abominável da família Palin, essa mesma onda é explicada retroativamente como fruto do moralismo reacionário dos americanos e assim transfigurada num argumento fulminante contra a eleição de candidatos conservadores.

P. S.: Já habituado a apostar contra a classe jornalística e ganhar sempre (se eu botasse dinheiro nisso estaria milionário), fui o único correspondente brasileiro nos EUA a anunciar, com antecedência de duas semanas, que Sarah Palin era o nome mais provável para a candidatura à vice-presidência na chapa McCain. A mídia nacional inteira cumpriu fielmente, como sempre, seu dever de chutar e errar. Quem mais caprichou foi o correspondente do *Estadão*, que fez uma lista de dez – não dois ou três, mas dez vicepresidenciais –, e nenhum deles era Sarah Palin.

11 de setembro de 2008

Cf. Pfleger elogia Farrakhan: <http://sweetness-light.com/archive/from-obamas-church-pfleger-on-farrakhan>; colaboração Pfleger-Farrakhan: <http://dallassouthblog.com/2007/05/30/min-louis-farrakhan-visits-father-michael-pfleger-and-st-sabina/>; Pfleger, ainda mais radical que Jeremiah Wright: <http://www.youtube.com/watch?v=LjJlsGrlbUs>; Obama-Farrakhan: <http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2008/01/14/AR2008011402083.html>; Obama-Farrakhan: <http://www.newsmax.com/RonaldKessler/obama-minister-wright/2008/03/06/id/323105/>.
Cf. Apoio ao terrorista Raila Odinga: <http://www.wnd.com/2008/08/71143/>.
Colaboração Obama-Ayers: <http://noquarterusa.net/blog/2008/08/12/the-obama-ayers-top-ten-highlights-of-the-20-year-obama-ayers-connection/>.
Cf. <http://www.obamacrimes.com/>.
O patrono de Barack Obama em Harvard: <http://news.investors.com/090808-458867-barack-obama-and151-magna-cum-saudi-.htm?ntt=obama+harvard+warden+khalid>.
Obama-Rezko: <http://abcnews.go.com/Blotter/Story?id=4111483>; Obama-Rezko: <http://www.newsmax.com/KenTimmerman/obama-campaign-lobbyists/2009/12/14/id/342450/>.

Radiografia do caso Obama

MESMO NA HIPÓTESE ALTAMENTE IMPROVÁVEL DE QUE BARACK Hussein Obama venha a tirar da cartola uma certidão de nascimento autêntica e demonstrar enfim sua condição legal de cidadão americano, restará sempre o fato líquido e certo de que uma certidão falsa foi apresentada ao público, oficialmente, pela sua campanha eleitoral.[88]

Crime é crime, e não deixa de sê-lo pelo simples fato de a conduta do acusado vir eventualmente a sugerir, *ex post facto*, que foi um crime desnecessário e prejudicial a ele mesmo. Se Obama for eleito, será, segundo parece, o primeiro presidente americano a ser empossado trazendo nas costas uma condenação criminal. Embora abafado até o extremo limite do possível pela grande mídia e nem de longe mencionado durante a Convenção que sacramentou entusiasticamente o candidato democrata, o processo já está correndo.[89] Foi movido num tribunal federal da Filadélfia pelo advogado Philip Berg, um militante clintoniano cuja única intenção, segundo ele diz, foi a de poupar ao seu partido o dano incomparavelmente maior de eleger um ilegível, ou mesmo um elegível que já no dia da posse estará carimbado oficialmente como criminoso.

A pergunta que não me sai da cabeça é: por que os líderes do Partido Democrata estão aceitando, aparentemente sem grande preocupação, o risco desse vexame colossal? É impossível que não saibam da certidão forjada, é impossível não perceberem que estão arriscando a sorte do seu partido no blefe mais autofrustrante de todos os tempos. É impossível, sobretudo, que o próprio Obama não saiba dessas coisas.

Uma hipótese plausível é a de que tudo seja um cálculo maquiavélico para dar a presidência não ao inexperiente Obama e sim ao tarimbado Joe Biden. O Partido Democrata terá colocado no cargo algo que pelo menos leva jeito de presidente e não um Messias de programa de auditório, com a vantagem adicional de entrar para a História como a agremiação heróica que elegeu o primeiro presidente negro dos EUA, infelizmente retirado do poder – oh, mundo cruel! – por uma vasta conspiração direitista de advogados e juizes. Obama será jogado fora como um preservativo usado, mas levando como prêmio de seus esforços a recordação dos quinze minutos de fama e um cronograma garantido de conferências acadêmicas milionárias pelos próximos dez ou vinte anos.

A trêfega adesão dos Clintons a uma candidatura que até a véspera não aceitavam de maneira alguma fala em favor dessa hipótese. Biden é amigo do casal há décadas, e na campanha pelas eleições primárias ele cortejou Hillary o tempo todo, na óbvia expectativa de um cargo ministerial. Biden na presidência seria o retorno póstumo da Era Clinton em forma de resíduo fantasmal, como numa sessão espírita.

Há no entanto uma outra hipótese, mais sinistra, que não nega a primeira, mas a complementa espetacularmente. Para enxergá-la com clareza, é preciso ter em conta os seguintes fatores:

1. Obama não é o candidato preferido do eleitor americano, mas é o candidato preferido da espécie humana. Na Europa ocidental e oriental, na Ásia, na África e na América Latina, uma campanha de endeusamento como jamais se viu no mundo deu ao medíocre senador de Illinois as proporções de um salvador mítico do universo e não somente dos EUA. Essa campanha não é um aglomerado de curiosas coincidências, ela tem unidade e coerência notáveis, não só no estilo retórico demencial, que toma símbolos publicitários como realidades palpáveis, e não só na orientação política subjacente, uniformemente anti-americana, mas também nas fontes que a subsidiam e orientam, entre as quais se destacam os recursos bilionários dos potentados árabes, das organizações esquerdistas e terroristas, de George Soros e do *lobby* globalista em geral. Na forma como no conteúdo, na identidade dos seus porta-vozes como no seu teor ideológico indisfarçável, a campanha obamista internacional é apenas a condensação eleitoral da onda de ódio anti-americano que veio crescendo, sem descontinuar, desde o fracasso do “socialismo real”, e que hoje é o único pólo aglutinador do movimento revolucionário no mundo.

2. Nessa campanha, que não é só publicitária mas visa a uma “mudança” real, Obama não entra só como um símbolo – embora nesse papel tenha um brilho incomum – e sim também como um efetivo executor. Seu programa de governo, em todos os pontos substantivos (excluídas portanto somente algumas concessões verbais ao patriotismo americano), consiste sumariamente em demolir a economia americana por meio de impostos e legislações restritivas, em substituir a cultura americana tradicional pelo lixo “multiculturalista”, em transferir a organismos internacionais parcelas essenciais da soberania americana e em colocar os EUA de joelhos ante as “reivindicações legítimas” (palavras dele, porca miséria!) dos terroristas

anti-americanos. Se todos os inimigos dos EUA apóiam esse sujeito, é por um motivo inteiramente óbvio: ele é um traidor feito sob medida, um agente local a serviço de poderes extranacionais, um Quisling em toda a linha. Embora nem todos o declarem em voz alta, praticamente todo mundo nos EUA enxerga isso. A diferença é que uns gostam, outros não. Ambos fingem que não vêem: estes, porque reconhecer esses fatos abertamente seria confessar um estado de pânico, de calamidade pública, pior do que mil furacões da Louisiana; aqueles, porque a camuflagem é a essência da traição.

3. É claro que, para desempenhar sua parte no plano, Obama nem precisa chegar à presidência. Que quase metade do eleitorado seja imbecilizada ao ponto de endeusar um candidato tão somente pela força de seus *slogans* de campanha, sem examinar nem mesmo seu programa de governo e aceitando ignorar por completo sua biografia – a mais comprometedora que já se viu em tão alto escalão –, já é um dano irreparável. Os valores da democracia americana já foram corroídos pelo anti-americanismo externo e interno ao ponto de milhões de eleitores desejarem conscientemente – embora não confessadamente – um traidor na presidência. Esse mal já está feito e, sob esse aspecto, a campanha de Obama, mesmo que perca as eleições, como parece mesmo que vai perder, já saiu vencedora. O resto do serviço, no caso improvável de uma vitória dos democratas, Joe Biden poderia fazer até melhor que Obama: afinal, é o sujeito que quer reprimir a exploração de novos poços de petróleo nos EUA depois de ter apoiado a cessão de belas reservas petrolíferas do Alasca... à Rússia.

12 de setembro de 2008

Cf. a análise irresponsável de um perito forense em http://atlasshrugs2000.typepad.com/atlas_shrugs/2008/07/atlas-exclusive.html.

Cf. <http://www.obamacrimes.com/>.

Salvando a mentira

O *NEW YORK TIMES*, COMO NINGUÉM IGNORA, torce – e distorce – para a esquerda. Notícias que maculem gravemente a imagem dos ídolos do esquerdismo só saem lá em último caso, quando a porcaria é grande ou notória demais para ser escondida. Se é contra a direita, contra os EUA ou contra Israel, qualquer picuinha vai logo para a primeira página. No entanto, o enviezamento ideológico do velho diário não passa muito além desse ponto. Vexames colossais de outras épocas, como as matérias estalinistas do arqui-embrulhão Walter Duranty (modelo de jornalismo da “Hora do Povo”), a campanha dos anos 50 para convencer os americanos de que Fidel Castro era um grande líder pró-ocidental ou a imensa foto de primeira página do árabe agredido pela polícia israelense que era na verdade um judeu agredido por árabes, jamais se repetiram. A mentira completa e proposital passou a ser evitada sempre que possível, ao menos para dar às distorções sutis uma credibilidade jornalística que elas não teriam, digamos, num semanário do MST.

No jornalismo brasileiro, porém, essas precauções já foram para o bebeléu faz muito tempo. Com exceções infinitesimais que só servem para sublinhar a generalidade onipresente da regra, a grande mídia nacional transformou-se num eco passivo dos debates internos da esquerda, onde só são admitidas as opiniões e notícias que possam, sem escândalo, ser lidas do alto do pódio numa assembléia geral do Foro de São Paulo. O leitor leigo pode se deixar impressionar pelas freqüentes acusações de direitismo lançadas pelos jornalistas uns contra os outros, mas, como nunca viu direitismo de verdade, não tem meios de comparação e não percebe, portanto, que o teor dessas acusações é precisamente idêntico ao daquelas que se poderiam ouvir, em tumultos estudantis dos anos 60, atiradas pela AP contra o PCB ou vice-versa. O que aí se denuncia é um direitismo figurado, de segundo grau, que não consiste em adesão firme e coerente a qualquer proposta liberal ou conservadora, mas em simples contaminação parcial, em concessão por fraqueza, em fidelidade imperfeita ao ideário esquerdista. A veemência crescente do tom em que essas acusações são proferidas, dando a falsa impressão de que há uma direita em ascensão no país, revela na verdade que mesmo esse direitismo metafórico e diluído já é cada vez menos tolerado. A esquerda lucra duas vezes com isso: fortalece sua posição na mídia e mantém a militância naquele estado de temerosa expectativa de uma investida inimiga, necessário para a maior disciplina, lealdade e coesão.

Nessa confortável posição de controle absoluto, ela está livre para mandar às favas os últimos escrúpulos de idoneidade jornalística e deixar que a imaginação militante assuma o lugar do que possa ter sido um dia o senso de realidade, mesmo atrofiado e mínimo.

Isso acontece em todos os maiores jornais do país, mas a *Folha* e o *Globo* são aqueles onde a obliteração da consciência jornalística é mais visível.

Vejam por exemplo a matéria que saiu no *New York Times* sob o título “Personagem do caso Rosenberg confessa ter espionado para os soviéticos”. Reproduzida na *Folha*, transformou-se na seguinte coisa: “Ethel Rosenberg era inocente, diz ex-réu”.

Como é possível transformar uma confissão de culpa na proclamação de um erro judiciário, na denúncia de uma condenação iniquamente imposta a pessoa inocente? É o milagre jornalístico dos títulos. Com quatro ou cinco palavras você inverte o sentido de uma matéria inteira. Como a maior parte dos leitores só lê os títulos, o impacto da notícia real é neutralizado e é o contrário dela que permanece na memória geral. Repitam esse processo uns milhares de vezes e as mais estúpidas histórias da carochinha se tornam verdades de evangelho. Isso é o que no Brasil de hoje se chama “jornalismo”.

Vale a pena examinar o caso com mais atenção. Segundo o despacho do *NYT*, Morris Sobell, condenado à prisão em 1951 por espionagem atômica enquanto seus cúmplices Julius e Ethel Rosenberg iam para a cadeira elétrica em Sing Sing, continuou alegando inocência obstinadamente, até que, aos 91 anos, desistiu e confessou que ele e Julius eram mesmo espiões soviéticos. A culpa deles é monstruosa: passaram aos russos segredos essenciais de construção da bomba atômica, transformando a falida URSS numa potência ameaçadora, colocando o mundo sob risco de guerra nuclear e inaugurando a era da Guerra Fria.

A confissão derruba uma das maiores e mais persistentes mentiras do calendário litúrgico esquerdista. Durante mais de meio século, a intelectualidade e o jornalismo de esquerda proclamaram a inocência de Sobell e dos Rosenbergs. Ainda em 1988 centenas de artistas e escritores esquerdistas participaram do “Rosenberg Era Art Project”, [90] uma rodada de

exposições e conferências, repetida nas mais famosas galerias de arte dos EUA em homenagem aos Rosenbergs, ali apresentados como mártires inocentes, vítimas de perseguição macartista e – é claro – de anti-semitismo (Arnaldo Jabor adora essas coisas). As provas em contrário, no entanto, continuaram se acumulando e acabaram por se tornar irrespondíveis após a abertura dos Arquivos de Moscou e a decifração, pelo exército americano, dos códigos Venona, comunicações secretas entre o Kremlin e a embaixada soviética nos EUA. A bibliografia a respeito é abundante e, por ironia, quase toda produzida por autores judeus.[91] Para cúmulo, o próprio agente soviético que serviu de ligação entre Moscou e os Rosenbergs, Alexander Feklisov, contou tudo no seu livro de memórias.[92]

Se ainda faltasse lançar a pá de cal sobre uma das mais vastas, dispendiosas e obstinadas campanhas de desinformação comunista, a entrevista de Sobell fez precisamente isso. O debate está encerrado e, mais uma vez, comprovada a mendacidade esquerdista que produziu as mais extraordinárias falsificações históricas do século XX.

A consciência moral da *Folha*, porém, não podia aceitar calada uma injustiça tão grande. A verdade vencera? Que horror! Era preciso dar um jeito nisso, restabelecer o equilíbrio, salvar ao menos um pedacinho da mentira moribunda. Felizmente, a própria entrevista de Sobell dava margem a isso. Confessando o crime dele e de Julius Rosenberg, o espião aposentado acrescentava que Ethel, a mulher do seu cúmplice, sabia de tudo mas não teve grande participação na rede de espionagem. Era tudo o que a *Folha* precisava para transfigurar a confissão de crime em denúncia de erro judiciário, jogando a essência comprovada da notícia para baixo do tapete e puxando para o título o detalhe menor e duvidoso.

Mais que duvidoso, na verdade. A ocultação proposital de um ato de espionagem que coloca a segurança de um país em risco é parte integrante da própria espionagem. Ethel não encobriu só o marido: encobriu a operação inteira, que transformou o inimigo inerme em ameaça temível contra os EUA. Em nenhum tribunal do mundo ela seria considerada “inocente”. Só no título da *Folha* e, daí por diante, na imaginação dos otários que acreditam nela.

A técnica jornalística mais elementar ensina que o título deve resumir a parte mais importante e confirmada da notícia, ficando para o corpo do texto os detalhes complementares, sobretudo se não comprovados. A confissão de Sobell é em si um fato, e de importância histórica inegável. Sua declaração sobre Ethel é mera opinião, contraditada aliás pelo testemunho do próprio Feklisov. Mesmo se admitida como verdadeira não provaria nenhuma “inocência” de Ethel Rosenberg.

A *Folha* não se vexa de inverter o preceito básico do noticiário jornalístico, para atenuar o impacto de uma notícia que poderia pegar mal – ó horror! – para a reputação ilibada dos comunistas.

Episódios como esse repetem-se praticamente todo dia naquele e em outros jornais brasileiros, mostrando que ali a prioridade não é o jornalismo: é a manipulação esquerdista deliberada, mendaz, perversa e incansável. O que me pergunto é por que tantos leitores, assinantes e anunciantes aceitam passivamente ser ludibriados com tal persistência e nem mesmo fazem uma queixa à Delegacia do Consumidor.

19 de setembro de 2008

Ver Rob A. Okun, ed., *The Rosenbergs: Collected Visions of Artists and Writers*, Universe Books, 1988.

Por exemplo, Ronald Radosh, *The Rosenberg File*, Yale Univ. Press. 1997; John Earl Haynes and Harvey Klehr, *Venona: Decoding Soviet Espionage in America*, id., 1999; Herbert Rommerstein and Eric Breindel, *The Venona Secrets: Exposing Soviet Espionage and America's Traitors*, Regnery, 2000.

The Man Behind the Rosenbergs, Enigma Books, 2001.

Palpiteiros

PODER CONCORDAR COM O SR. PRESIDENTE DA REPÚBLICA, ainda que uma só vez na vida, é um prazer indescritível para este modesto escriba que há anos tem procurado em vão alguma verdade, mesmo pequeninha, nas palavras daquele ilustre mandatário.

S. Excia. tem toda a razão em fazer troça dos palpiteiros internacionais falidos, que não souberam aplicar a si próprios os conselhos de economia que davam ao Brasil. Maus conselheiros são mesmo o diabo. Por princípio, não acredito em economista pobre, pintor cego, escritor analfabeto e médico doente. Banqueiro quebrado, então, nem se fala. Fujo disso como da peste. Quando o sujeito pratica o “faça o que eu digo mas não faça o que eu faço”, é melhor não fazer nem o que ele diz nem o que ele faz.

Mas, já que S. Excia. decidiu julgar as pessoas pelos resultados de seus atos em vez de deixar-se guiar por suas belas palavras, sugiro que aproveite a ocasião para examinar também a *performance* dos seguintes palpiteiros, cujos conselhos tem seguido respeitosa e modestamente:

1. *Fidel Castro*. Subiu ao poder com apoio americano, o dinheiro dos gringos poderia ter chovido na horta cubana. Bastava cumprir a promessa de democracia e liberdade. Fidel preferiu fazer negócio com os russos, fuzilar 17 mil compatriotas e espalhar oitocentos presídios políticos pelo país, que chegaram a abrigar cem mil detentos de uma só vez, acusados de delitos hediondos como fazer piadas contra El Comandante ou possuir uma casa. Esvaziou as prateleiras dos supermercados e as barrigas de seus concidadãos, dos quais a sexta parte preferiu enfrentar os tubarões no mar do Caribe para ir submeter-se aos horrores do capitalismo em Miami. Eu jamais perguntaria a um sujeito desses o que fazer com o meu país. A não que estivesse mesmo a fim de ferrar com tudo.

2. *Paulo Freire*. Dizem que foi o maior educador do mundo, mas nunca vi uma só pessoa de carne e osso que tivesse sido alfabetizada por ele e chegasse, digamos, ao nível de chofer de táxi ou ascensorista. Algum de seus ministros, Sr. presidente, foi alfabetizado pelo método Paulo Freire? Claro que não. O senhor não é muito inteligente mas também não é idiota a esse ponto. Aliás, acabo de ler uma carta indignada que a viúva do referido enviou à revista *Veja* e noto que o grande alfabetizador devia ser homem ocupadíssimo, já que não teve tempo de alfabetizar a própria esposa. Ou teve e alfabetizou? Não, não quero pensar nessa hipótese abominável. Vejam só como aquela senhora escreve: “enodoar pessoas as quais deveríamos nos orgulhar” (em vez de “das quais”), “embora, para desgosto deles, estamos conseguindo” (em vez de “embora estejamos”), “investida sobre” (em vez de “investida contra”). E paro por aqui, antes que ela me acuse, como acusou a revista, de “cata às bruxas” (*sic*).

3. *Frei Betto*. Sabendo que por decreto papal os católicos que se associem com governos e partidos comunistas estão automaticamente excomungados, esse devoto religioso, quando co-redator da Constituição cubana, introduziu ali um artigo que acabava com a discriminação dos católicos... dando-lhes o direito de inscrever-se no Partido Comunista! Devo aceitar guiamento espiritual de um sujeito que me põe fora da Igreja sem nem mesmo me avisar disso e ainda jura que está me ajudando? Foi decerto por acreditar nele que V. Excia. acabou por se dizer homem sem pecados no instante mesmo em que, comungando sem confessar, cometia mais um e, fazendo essa declaração, mais outro. “Estar no inferno – dizia Simone Weil – é acreditar por engano que se está no céu”. Isto resume a vida de Frei Betto. Talvez também a sua, sr. presidente.

4. *Emir Sader*. O dr. Emir é tão falso que mente até nas traduções. Na edição brasileira do livro de Alain Besançon, *A infelicidade do século*, ele trocou “hipermnésia” (recordar demais) por “hiper-amnésia” (não recordar jamais coisa alguma), fazendo o autor dizer o contrário do que dissera. Pior: mostrando que não se tratava de mero lapso de revisão, voltou a insistir na tal hiper-amnésia nas orelhas do livro, praticamente surrando o infeliz Besançon para forçá-lo a ser tão mentiroso quanto ele. Mas hiper-amnésia teve mesmo o próprio Emir Sader, ao assegurar que jamais polemizou comigo, quando o fizera pelo menos quatro vezes. V. Excia. pode mantê-lo na sua lista de palpiteiros de estimação, se quiser, contanto que faça com ele o que ele fez com o professor francês, trocando preventivamente, em qualquer conselho que ele lhe dê, o sim por não e o não por sim.

A próxima crise americana

JAMAIS SE VASCULOU O PASSADO DE ALGUÉM COM TANTA ÂNSIA de encontrar crimes e vergonhas como a grande mídia tem vasculhado a vida de John McCain e Sarah Palin. Até o momento, tudo o que se encontrou foi uma garota que transou com o namorado, um policial demitido em circunstâncias um tanto deprimentes e um assessor de campanha que teria sido bem remunerado por Fannie Mae e Freddie Mac. E, destas três miseráveis picuinhas, nada se provou de ilegal quanto à segunda e a terceira se revelou absolutamente falsa: o sujeito já havia se demitido da sua firma de advocacia quando ela começou a trabalhar para os gigantes falidos. Em compensação das atenções universais voltadas obsessivamente para essas antinotícias, nada ou quase nada se vê no *New York Times* ou na CNN – muito menos na mídia brasileira – sobre os fatos simplesmente escabrosos da biografia de Barack Hussein Obama – biografia tão repleta de lances comprometedores que simplesmente não é possível contá-la, mesmo no estilo mais frio e comedido, sem dar a impressão de campanha difamatória.

Outro dia contei que há um processo contra o candidato democrata, movido por um fulano que diz ter cheirado cocaína e mantido relações homossexuais com ele, sofrendo, em seguida perseguições da campanha obamista. Fui imediatamente acusado de querer difamar o candidato como pederasta. Com toda a evidência, não sei se Obama é *gay* ou cocainômano, mas a existência do processo é um fato, e não foi Obama quem o moveu: foi o declarante que o moveu contra Obama. Se está mentindo, então é completamente louco e arrisca desgrçar sua vida apostando tudo numa mentira fútil.

Nada desse calibre existe contra Sarah Palin ou John McCain. Nenhum dos que falam contra eles pôs a cabeça em risco transformando as acusações em processo judicial. E olhem que as imputações do alegado companheiro de farras são o que há de mais brando e insignificante no currículo negativo de Obama.

Infinitamente mais sério é o processo por falsidade ideológica que corre contra ele num tribunal da Pensilvânia. Não foi movido por nenhum republicano fanático, mas por um conhecido militante democrata e antibushista, o advogado Phillip Berg. A petição inicial do processo vem anexada de várias peritagens que demonstram ser falsa a certidão de nascimento divulgada pela campanha de Barack Obama para provar sua cidadania americana. O que está em jogo não é somente a possível inelegibilidade do candidato, mas, independentemente disso, a sua condenação como falsificador de documento público. Berg solicitou que o tribunal apressasse a intimação do réu, por um motivo muito simples: se esta questão não for resolvida logo, e Obama vier a ser eleito presidente antes da conclusão do processo, os EUA estarão metidos, de repente, na maior crise constitucional da sua história. O presidente legalmente eleito não só terá de ser declarado inenunciável, mas irá direto da glória para a cadeia, culpado de ter ludibriado a nação inteira com o blefe político mais boboca de todos os tempos. O eleitorado de Obama, após o monstruoso investimento emocional que fez num candidato cuja biografia desconhece quase por completo, ficará naturalmente enfurecido e acusará a justiça americana de “golpe”. O país terá de escolher entre a Constituição e a paixão obâmica. Se escolher a primeira, estará dividido por uma fronteira de ódio insanável. Se escolher a segunda, terá, de um só lance, abdicado de toda a sua história, de todos os seus valores e de toda a sua dignidade no altar de um capricho de seus inimigos.

Como a carreira e a projeção de Barack Obama são obviamente uma criação de forças antiamericanas conjugadas – coisa que pode ser demonstrada facilmente pelas fontes do seu financiamento –, creio que aí se pode encontrar uma explicação bastante razoável para o desinteresse aparente com que o Partido Democrata tem tratado essa bomba-relógio destinada a explodir dentro de algumas semanas. Para fins de destruição dos EUA, colocar Obama na presidência é um grande avanço, mas a crise constitucional que pode se seguir à declaração da sua inelegibilidade retroativa é melhor ainda. Não tenho a menor dúvida de que os criadores do personagem Barack Obama estão perfeitamente conscientes do processo e da absoluta impossibilidade de contorná-lo. Eles sabem que a bomba vai explodir e não são idiotas ao ponto de achar que fechando os olhos podem suprimi-la da existência.

As atitudes independentes e até insolentes tomadas nos últimos dias pelo candidato vice-presidencial Joe Biden são um sinal, discreto mas revelador, de que talvez os engenheiros do fenômeno Obama não contem tanto com usá-lo como presidente dos EUA, mas apenas como vírus para gerar a crise e dividir a nação americana por um conflito que, no momento, ela não pode suportar.

A coisa é tão grave que a própria campanha McCain-Palin prefere encobri-la, continuando a fingir que não há nada de errado com a candidatura Obama. Nunca houve, na história americana, um silêncio tão explosivo. Muito provavelmente McCain sabe da destruição iminente do seu adversário e não quer posar como diretor de cena do vexame espetacular que se prepara. Mesmo na hipótese de que alguém intimide Philip Berg e o obrigue a retirar o processo, nada impede que milhares de outros processos similares sejam abertos até a véspera das eleições ou – pior ainda – mesmo depois delas. Obrigar o país a escolher entre sua Constituição e um ídolo *pop* – com o risco de uma guerra civil no primeiro caso e da completa desmoralização no segundo – parece mesmo uma piada demoníaca. Se os dois partidos fazem de conta que não sabem de nada é porque estão conscientes do inevitável. Sua ignorância é fingida, mas a da mídia nacional é autêntica. Às vezes me pergunto quanto a *Folha* ou o *Globo* pagam a seus chefes de redação e colunistas políticos para que se esmerem tanto em não saber nada.

26 de setembro de 2008

Obama foge do processo

NO ÚLTIMO DIA 24, FIM DO PRAZO PARA RESPONDER AO PROCESSO de inelegibilidade movido pelo advogado democrata Philip Berg, Barack Obama não respondeu nada: apresentou um pedido de dispensa (*motion for dismissal*), típico recurso embromatório que, em geral, só torna o réu mais suspeito ainda.

Uma *motion for dismissal* consiste em alegar que a acusação não apresentou provas suficientes para justificar a instauração ou continuação do processo. Que os advogados de Obama recorram a esse expediente não deixa de ser uma curiosa amostra de inversão revolucionária da lógica jurídica. O argumento central de Berg é que Obama não apresentou uma certidão de nascimento impressa. Cabe ao candidato provar que é cidadão americano, não à promotoria provar que ele não o é. Para que se instaure o processo, basta o fato bruto de que o documento nunca apareceu, de que portanto não existe uma única prova de que Obama tem cidadania legal. Acontece que, a essa afirmação líquida e certa, Berg acrescentou alguns fortes indícios de que (1) A cópia eletrônica exibida pela campanha de Obama é falsa; (2) Obama nasceu no Quênia. Os defensores de Obama, alegando a insuficiência destes argumentos suplementares, procuram apenas esquivar-se de responder ao ponto central: Cadê a certidão impressa? Se Obama tivesse uma, bastaria apresentá-la e seria inocentado no ato. O que seus advogados fizeram foi dar a entender que ele não tem mesmo nenhuma.

Em troca, ganharam tempo, mas à custa de plantar as sementes de uma crise constitucional que vai estourar fatalmente mais cedo ou mais tarde: se o processo ficar para depois da eleição, e se Obama vier a ser eleito, os EUA, em vez de simplesmente impugnar uma candidatura, se verão na contingência de ter de derrubar um presidente, provocando automaticamente a ira de seus devotos, ou então de sacrificar a Constituição e as leis no altar de uma pseudo-religião grotesca, postiza no mais alto grau, na qual milhões de idiotas se prosternam ante um arrivista improvisado sem nem mesmo perguntar de onde ele veio. As duas hipóteses são aterradoras, e a *motion for dismissal*, se aceita pelo tribunal, reduzirá o campo de escolha a uma das duas.

Cada vez mais me convenço de que tudo isso, desde o princípio, esteve nos cálculos dos criadores do mito Obama. Menos do que fazer um presidente, eles quiseram implodir uma nação.

A grande mídia nacional, é claro, ignora o assunto por completo e continua fazendo seus leitores de palhaços.

P.S.: Todos os documentos do processo estão no *site* de Philip Berg, www.obamacrimes.com. Se você tiver alguma dificuldade de acesso, não se espante: o site teve mais de quinze milhões de visitas nos últimos dias e o tráfego está um bocado engarrafado.

27 de setembro de 2008

Burice indescritível

QUANDO COMECEI MEUS ESTUDOS, uns quarenta e cinco anos atrás, uma de minhas primeiras preocupações foi rastrear a bibliografia das várias disciplinas que me interessavam – especialmente a crítica literária, a filosofia, a história, a sociologia e a ciência das religiões – de modo a obter uma visão clara do desenvolvimento histórico de cada uma delas e a mapear assim o meu roteiro de leituras pelos dois séculos seguintes, que era o tempo que eu planejava viver.

Só por uma curiosidade, averiguava de tempos em tempos o currículo de várias universidades nesses campos, para comparar o avanço dos meus estudos solitários com aquilo que poderia obter numa dessas venerandas instituições.

Não demorei a perceber que em nenhuma universidade brasileira eu poderia aquela aquela visão global do *status quaestionis* em cada uma das disciplinas, bem como das suas disputas de território, visão que, constituindo a condição indispensável para o domínio de qualquer uma delas em especial, é, no fundo, o único objetivo dos estudos universitários. Não digo apenas que houvesse lacunas no que se transmitia dessas disciplinas aos estudantes brasileiros. O que havia, no mais das vezes, era a ignorância total dos problemas essenciais e do tratamento que haviam recebido ao longo da história. Mesmo a mera consciência da necessidade de conhecer a evolução temporal das discussões era em geral ausente, tanto nas fábricas de diplomas (autorizadas pelo Ministério da Educação como quem legalizasse o banditismo), quanto nas instituições de maior reputação nacional, como a USP, as PUCs de São Paulo e do Rio e a Unicamp. Isso era visível não só pelos seus programas de ensino, onde o que se entendia por história das disciplinas era apenas uma introdução sinóptica mais adequada a revistas de cultura popular do que ao ensino universitário, mas também e sobretudo pelos trabalhos publicados pelos mais badalados professores, onde a ignorância detalhada dos problemas em discussão constituía a base indispensável para o cultivo de seus mitos ideológicos provincianos mais queridos.

Quando comecei a dar cursos e conferências, tive ao meu alcance um terceiro meio de averiguação do estado de coisas no ambiente universitário: o nível médio de conhecimentos com que chegavam às minhas aulas os diplomados e diplomandos das faculdades de letras, filosofia, etc. Aí aquilo que de início me parecera um estado alarmante de miséria mental tomou as feições de uma catástrofe cultural sem precedentes na história do mundo. Não havia uma única disciplina cuja história eles dominassem, não havia um único problema que soubessem equacionar como estudiosos profissionais dignos do nome, não havia entre eles, em suma, um único *universitário* no sentido real do termo.

Outros materiais para a avaliação do ensino superior brasileiro vinham-me da imprensa dita cultural, especialmente os suplementos do *Globo* e do *Jornal do Brasil*, bem como o caderno *Mais!* da *Folha de São Paulo*, que era a vitrine oficial da USP. Parte daquilo que observei nessa documentação está no meu livro *O Imbecil Coletivo* (1996), cujo título resume as minhas conclusões a respeito. Desde a publicação desta obra, no entanto, as coisas pioraram demais, com a ascensão de uma nova geração de tagarelas ainda mais ignorantes e presunçosos do que seus antecessores, fortalecidos na sua autoconfiança demencial pelo sucesso político dos partidos de esquerda e pela deliciosa sensação de poder daí decorrente, a seus olhos uma prova cabal das suas altíssimas qualificações intelectuais. Hoje em dia a cultura superior está completamente extinta no Brasil, substituída por um falatório subginasiano sufocantemente uniforme, que, sob o pretexto irônico de “pensamento crítico” e “libertação”, se impõe a um amedrontado corpo discente com a autoridade irretorquível do *magister dixit*.

Misto de vigarice, ignorância pétrea, fingimento histriônico e delírio psicótico puro e simples, o arremedo de vida intelectual no Brasil de hoje é um fenômeno grotesco do qual não encontro paralelo em nenhuma outra época ou nação. E a maior prova da sua gravidade é o fato de que, mesmo entre aqueles que o enxergam, a tendência geral é minimizá-lo como se fosse apenas a deterioração de um adorno supérfluo, sem maiores consequências para a vida real. O homem inteligente é sensível ao menor sinal de decréscimo do seu QI; o imbecil sente-se tanto mais tranquilo e confiante quanto mais imbecil se torna. Como os intelectuais são os olhos e ouvidos da sociedade, não espanta que esta última, sob a influência das hordas de miúdos vigaristas que hoje exercem essa função, tenha se tornado incapaz não somente de acompanhar razoavelmente o que se passa no mundo (comparar o que observo nos EUA com o que a respeito sai nos jornais brasileiros é ter diariamente a visão de um abismo sem fundo), mas até de compreender, mesmo por alto, aquilo que se passa no território nacional. Políticos, empresários, líderes militares e religiosos tomam suas decisões, dia após dia, com base na ignorância radical dos fatos mais

decisivos. O Brasil tornou-se uma procissão de cegos guiados por loucos. É um fenômeno tão estranho e incomparável, que desafia qualquer descrição. A capacidade humana de expressar em palavras a experiência coletiva depende de que esta tenha um mínimo de luminosidade e transparência. A opacidade completa só pode ser descrita pela indiferença e pelo esquecimento. O Brasil tornou-se uma imensa falta de assunto.

3 de outubro de 2008

Um blefe descomunal

ENTREVISTADO SOBRE A LIGAÇÃO ENTRE BARACK HUSSEIN OBAMA e o terrorista William Ayers, o advogado e cientista político Steve Diamond entregou ao *New York Times* as provas documentais de que Ayers havia fundado a ONG Chicago Annenberg Challenge (CAC) e nomeado Obama diretor da entidade. O jornal preferiu esconder as provas e proclamar que “segundo várias pessoas envolvidas no caso, Ayers não influenciou em nada a nomeação de Obama”.

Os documentos falam por si. São cartas entre Ayers e a Brown University, patrocinadora da CAC, mostrando que a autoridade de compor a diretoria dessa ONG incumbia inteiramente ao próprio Ayers. Mais que “influenciar a nomeação” de Obama, ele o nomeou pessoalmente.[93]

Às provas, o *New York Times* preferiu as meras opiniões de terceiros, porque estas negavam a dívida de Obama para com Ayers. A mídia esquerdista chique, insisto, é puro crime organizado. Organizadíssimo. A matéria do NYT saiu ao mesmo tempo que os anúncios da campanha de Obama que qualificavam de “insulto” a afirmação de Sarah Palin de que Obama tem ligações estreitas com terroristas, acusação aliás já feita pela própria Hillary Clinton em abril.[94] E mal o NYT havia acabado de abafar a denúncia de Steve Diamond, quando a Universidade de Illinois veio confirmá-la integralmente, divulgando cento e quarenta caixas de documentos – não cento e quarenta documentos, mas cento e quarenta caixas – que reconstituem com detalhes todo o trabalho conjunto desempenhado na CAC pela dupla Obama-Ayers.[95]

Outra denúncia que, com a ajuda da grande mídia, a tropa-de-choque obamista tem desmentido naquele tom de dignidade ofendida tão típico da eloquência esquerdista é a da troca de favores entre o candidato e o vigarista sírio Tony Resko, já condenado por dezesseis crimes. Resko foi um dos principais financiadores da campanha de Obama ao Senado. Obama jura: “Nada fiz em favor dele”. Em resposta, o *Sun Times* publicou as cartas que o senador então recém-eleito escreveu a várias prefeituras recomendando que investissem num projeto imobiliário do malandro.[96]

Tal como aconteceu com a ocultação do Foro de São Paulo pela totalidade da classe jornalística brasileira, o manto de proteção estendido em torno de Obama não pode ser explicado como efeito casual da mera incompetência. Desde que o momento em que apostou tudo em Obama, a grande mídia dos EUA abandonou os últimos escrúpulos de idoneidade, perdeu todo o respeito pelos direitos do público e partiu para a manipulação cínica do eleitorado, sem a qual um candidato tão obviamente desprovido de credibilidade não teria jamais a menor chance, como Lula não teria tido no Brasil se o povo soubesse de sua parceria com as Farc, o Mir chileno e organizações congêneres.

Caprichando na falsificação, a Associated Press disse que a denúncia das ligações perigosas de Obama tinha “subtons racistas”. A alegação é manifestamente absurda, mas, na esquerda, quem liga para isso? Desde o início, a propaganda obamista tratou de inibir os críticos por meio da chantagem racial. A AP, que só nominalmente não é órgão da campanha obamista, leva a trapaça às últimas consequências ao chamar de “racismo” qualquer insinuação de que a folha corrida de Obama é enegrecida não pela cor da sua pele, mas pela cumplicidade com Ayers – um branco. Já expliquei aqui[97] que a inversão revolucionária de sujeito e objeto pode ser observada não só nas grandes linhas do discurso ideológico de esquerda, mas até nos detalhes mais mínimos da sua tática verbal. *Quod erat demonstrandum*, pela enésima vez.

O símbolo “candidato negro” tem uma força inibitória automática, tão contundente em si mesma que, para encarná-lo nas presentes eleições, o Partido Democrata não precisou nem mesmo escolher um negro americano típico, mas sim o que podia haver de mais atípico, de mais extravagante.

Primeiro, Obama não é descendente de escravos, mas sim de proprietários de escravos. O Islam, religião que ele herdou do pai e da qual obteve sua primeira educação na Indonésia, é a cultura mais escravagista dos últimos dois milênios. Sete séculos antes que o primeiro português comprasse seu primeiro escravo africano, os muçulmanos – árabes e negros misturados – já capturavam brancos na Europa, asiáticos na Ásia e africanos na África, levando-os, aos milhões, para servir como escravos em Meca e Medina (muitas vezes capando-os, a caminho, para vendê-los a preço melhor como eunucos) – e continuaram firmes no escravagismo muito tempo depois de o Ocidente ter abandonado essa prática.

Mais atípica ainda é a história moral da família Obama. O pai do senador é um estrangeiro bígamo que só ficou no território americano pelo tempo necessário para engravidar uma coitada e dar no pé. Nunca fez nada pelo bem do filho, que acabou

sendo entregue à caridade de um casal de brancos. Dizer que isso é a imagem média da família negra americana seria uma ofensa racista intolerável. Maior ainda é o contraste entre os Obamas e as famílias dos presidentes americanos em geral, de George Washington a George W. Bush: jamais um candidato presidencial nos EUA veio de um lar tão destrambelhado.

Por fim, Obama não é o tipo do “*left liberal*” que personifica usualmente a ideologia do Partido Democrata. Contrastando com o discurso moderado e patriótico com que ele tem conquistado a confiança dos eleitores, toda a sua carreira, subsidiada desde seus tempos de estudante por pessoas e entidades pró-terroristas, é a de um anti-americano e anticristão radical, discípulo dos Panteras Negras e da “*black liberation theology*”. No Senado, ele permaneceu fiel a seus mentores e patrocinadores, votando, sistematicamente, mais à esquerda do que qualquer outro senador americano, de hoje ou de qualquer outra época. Se todos os inimigos dos EUA torcem tão ardentemente por ele, não é sem razão. Nenhum político com um currículo tão ruim seria jamais aceito como candidato à presidência americana se o partido que o escolheu não possuísse garantias de que a verdadeira história desse indivíduo permaneceria desconhecida do público, encoberta sob densas camadas de atenuações e desconversas. Independentemente do resultado das eleições, a mera candidatura Obama constitui, por si, o maior e mais bem sucedido esforço jamais tentado para corromper e destruir desde dentro o sistema democrático americano.

Mas é da natureza do blefe ser tanto mais eficiente quanto mais forçado. O fingimento pequeno, verossímil, desperta nas vítimas aquela pontinha de suspeita que as convida ao exercício da inteligência crítica. A farsa exagerada, grotesca, descomunal, faz o público duvidar de que alguém seja idiota o bastante para tentar enganá-lo com um truque tão besta. E por isso mesmo o truque besta funciona. Se Obama fosse um negro americano médio, e além disso fosse apenas moderadamente esquerdista ou levemente desonesto, sua reputação seria facilmente reduzida a cacos. Como ele é monstruosamente atípico, e ademais seu comprometimento com a traição e o crime é o mais profundo e completo que já se viu num candidato à presidência dos EUA, o tamanho do perigo que se anuncia parece grande demais para ser verdade, e o eleitor, iludido pela confiança rotineira na ordem normal das coisas, não percebe que está diante da maior anomalia política da história americana.

Em resposta ao meu artigo “Salvando a mentira”, o *Ombudsman* da *Folha* tenta defender seus colegas de redação alegando que, se o jornal mentiu em prol dos Rosenberg nas páginas internas, não o fez na chamada de capa. Como a mentira foi imperfeita – alega o engraçadinho –, salvou-se portanto metade da verdade, o que, para ele, é mais que suficiente como prova da idoneidade do jornal. Notem bem: há uma diferença substantiva entre a mentira material, mesmo em número elevado, e a mente deformada que dilui o próprio critério de distinção entre a verdade e a mentira, fazendo com que esta prevaleça sempre, seja diretamente, seja sob a forma de meia-verdade. No caso da *Folha*, a deformação foi até elevada à segunda potência, porque, praticada em primeiro lugar pelo redator da matéria, foi em seguida legitimada por aquele que tem nominalmente a incumbência de corrigi-la.

9 de outubro de 2008

Os documentos estavam disponíveis no site de Diamond, www.globallabor.blogspot.com, que não existe mais; explicações suplementares do repórter Aaron Klein podem ser conferidas em <http://www.wnd.com/index.php?fa=PAGE.view&pageId=77075> – NE.

V. <http://www.politifact.com/truth-o-meter/statements/440>.

V. <http://elections.foxnews.com/2008/08/26/newly-released-documents-highlight-obamas-relationship-with-ayers>.

As cartas, que à época estavam disponíveis no site <http://chicago.suntimes.com/>, não estão mais – NE.

No artigo “A inversão revolucionária em ação”.

1968 reencarnado

ESCREVE NA EDIÇÃO DO DIA 8 DO *WASHINGTON POST* O COLUNISTA E. J. Dionne, importante formador de opinião com muita influência nos meios católicos de esquerda: “O debate de ontem tornou claro que o esforço de John McCain no sentido de mudar o foco da campanha para as guerras culturais dos anos 60 não vai funcionar. Os eleitores querem candidatos que falem sobre problemas e como resolvê-los, especialmente os enormes problemas com que nos confrontamos agora”.

Bem, se E. J. Dionne quer problemas enormes, é fácil indicar-lhe um que é talvez o maior de todos os que a sua nação já enfrentou: a onda mundial de ódio aos EUA, que boicota por toda parte as iniciativas diplomáticas, militares e comerciais do governo americano, favorece a ação dos terroristas no plano internacional e a de seus aliados e protetores dentro do território americano e fomenta toda sorte de sabotagens, confusões, erros desastrosos e políticas suicidas que desembocam na presente crise econômica do país.

Esse movimento é exatamente o contrário do que o otimismo vão dos “neoliberais” anunciava que aconteceria em seguida à queda do regime comunista na URSS. Ele substitui com vantagem tudo o que a velha encarnação soviética do movimento revolucionário tentou fazer para destruir os EUA. No seu conteúdo e na sua retórica, ele não difere substantivamente das “guerras culturais dos anos 60”, que permanecem em última análise a sua fonte básica de inspiração. A diferença está no tamanho: na comparação, elas se reduzem às dimensões de uma farra de estudantes. Naquela época, suas únicas armas, materialmente falando, eram pedras e coquetéis Molotov. Geograficamente, seu alcance não ia além de Paris, de Nova York e da Califórnia. Sua força vinha principalmente do apoio midiático e do paternalismo cúmplice que amolecia o coração de seus inimigos. Decorridas quatro décadas, a gritaria estudantil transformou-se num movimento mundial magistralmente organizado, apto a acionar campanhas anti-americanas com um discurso uniforme em escala planetária, da noite para o dia, em articulação estreita com organizações terroristas na Europa, na Ásia e na América Latina, prontas para ações muito mais vastas e destrutivas do que tudo o que se viu na década de 60. Na época, quem pensasse em estourar algo do tamanho das Torres Gêmeas seria enviado ao hospício. Hoje não há mais hospícios (foram fechados por influência da antipsiquiatria, uma das armas ideológicas da guerra cultural) e as idéias dos loucos adquiriram uma tremenda viabilidade prática.

O anti-americanismo global é a continuação das “guerras culturais dos anos 60” por outros meios -- que não excluem, mas absorvem e transcendem infinitamente os anteriores. Ele não surgiu espontaneamente: foi criado e fomentado desde dentro e desde fora dos EUA por um conjunto de poderes formidáveis, entre os quais se destacam algumas das fortunas bilionárias que subsidiam a candidatura Obama -- como por exemplo a de George Soros, a do príncipe saudita Alwaleed bin Talal (cujo emissário Khalid Al-Mansour financiou os estudos de Obama em Harvard), e a da própria Penny Pritzker, coordenadora financeira da campanha do candidato democrata e dona do Hotel Hyatt de Nova York, onde a elite esquerdista, sob protestos de centenas de judeus do lado de fora, prestou rica homenagem ao mais explícito inimigo dos EUA e de Israel, o presidente iraniano Ahmadinejad. Não existe, nem no planeta Terra nem em Hollywood, uma só celebridade anti-americana que não apóie de todo o coração o candidato democrata. Estariam loucas, drogadas, apostando tudo contra si mesmas, ou têm objetivamente algo a ganhar com a vitória dele? A acreditarmos no discurso eleitoral de Obama, ele tem hoje intenções exatamente opostas às de seus fãs mais ardentes, a quem no entanto representou com tanta fidelidade ao longo de toda a sua carreira política. Como observou Thomas Sowell, “Obama está se candidatando com uma imagem que é diretamente oposta a tudo o que ele andou fazendo durante duas décadas. Sua habilidade em fugir do seu passado é tão notável quanto as grandes escapadas de Houdini”.

Um político não se conhece pelo que ele promete hoje, mas pelo que ele fez ontem. Segundo Dionne, quem quer que obedeça a esse princípio do senso comum está “desviando o debate para as guerras culturais dos anos 60”. Mas não são os próprios adeptos do culto obâmico universal que chamam o 1968 de “o ano que não terminou”? Não são eles que dão à mitologia esquerdista dos anos 60 uma atualidade temível no Fórum Social Mundial, na onda terrorista e na virulência centuplicada do anti-americanismo global? Na verdade, concentrar o fogo dos argumentos no discurso de Obama, evitando tocar no seu passado, é fugir dos “enormes problemas com que nos confrontamos agora”, nos quais esse passado se perpetua e se amplia poderosamente, e aceitar como genuína a imagem de um Obama ideal, inventada para fins de pura propaganda. Se

Dionne exige que os candidatos republicanos façam precisamente isso, é porque ele próprio personifica na atualidade um resíduo vivo e atuante daquelas “guerras culturais”: a teologia da libertação, que ele absorveu de Harvey Cox e que faz dele a contrafação simiesca de um pensador católico, empenhada em persuadir os fiéis a que não olhem o Messias democrata com os olhos da cara, e sim com os olhos da fê.

9 de outubro de 2008

Breve lição de sociologia

ÉMILE DURKHEIM, O FUNDADOR DA SOCIOLOGIA, ensinava que há um limite para a quota de anormalidade que a mente coletiva é capaz de perceber. Pode-se compreender isso em dois sentidos, simultâneos ou alternados:

I – Quando os padrões descem abaixo do limite, a sociedade automaticamente ajusta o seu foco de percepção para achar normal o que antes lhe parecia anormal, para aceitar como banal, corriqueiro e até desejável o que antes a assustava como inusitado e escandaloso.

II – Quando a anormalidade é excessiva, transcendendo os limites da quota admissível, ela tende a passar despercebida ou a ser simplesmente negada: o intolerável transfigura-se em inexistente.

Embora dificilmente corresponda a quantidades mensuráveis, a “constante de Durkheim”, como veio a ser chamada, revelou-se um instrumento analítico eficiente, sobretudo nos momentos de aceleração histórica, em que várias mudanças de padrão se sucedem e se encavalam no prazo de uma só geração, podendo ser observadas, digamos assim, com os olhos da cara.

Daniel Patrick Moynihan, Robert Bork e Charles Krauthammer empregaram-na inteligentemente para a explicação das vertiginosas transformações da moralidade americana desde os anos 60. Bork escrevia em 1996: “É altamente improvável que uma economia vigorosa possa ser sustentada por um ambiente de cultura enfraquecida, hedonística, particularmente quando essa cultura distorce os incentivos, rejeitando as realizações pessoais como critério para a distribuição de recompensas”. Doze anos depois, a idéia de que os empréstimos bancários não são um negócio entre partes responsáveis e sim um direito universal indiscriminado, garantido pelo governo e pela pressão das ONGs ativistas, deu no que deu. O fato de que os criadores do problema não se sintam nem um pouco responsáveis por ele, mas prefiram lançar a culpa justamente nos que tudo fizeram para evitá-lo, ilustra bem a descida do nível de exigência moral que veio junto com a queda do padrão de exigência para os tomadores de empréstimos.

Porém o mais interessante não é a aplicação do princípio para fins explicativos, e sim a sua utilização prática como arma política. Há mais de um século todos os movimentos interessados em impor modificações socioculturais contra as preferências da maioria evitam bater de frente com a opinião pública: tentam ludibriá-la por meio do uso astuto da “constante de Durkheim”, que todo ativista revolucionário de certo gabarito conhece de cor e salteado.

No sentido I, o princípio é aplicado por meio da pressão suave e contínua, rebaixando cuidadosamente, lentamente, progressivamente os níveis de exigência, primeiro no imaginário popular, por meio das artes e espetáculos, depois na esfera das idéias e dos valores educacionais, em seguida no campo do ativismo aberto que proclama as novidades mais aberrantes como direitos sagrados e por fim na esfera das leis, criminalizando os adversos e recalcitrantes, se ainda restarem alguns. Com uma constância quase infalível, nota-se que os autoproclamados conservadores se amoldam passivamente – às vezes confortavelmente – à mudança, sem perceber que sua nova identidade foi vestida neles desde fora como uma camisa-de-força por aqueles que mais os odeiam.

Na acepção II, a “constante de Durkheim” é usada para virar a sociedade de cabeça para baixo, da noite para o dia, sem encontrar qualquer resistência, por meio de mentiras e blefes tão colossais que a população instintivamente se recusa a acreditar que há algo de real por trás deles. As próprias vítimas do engodo reagem com veemência a qualquer tentativa de denunciá-lo, pois sentem que admitir a realidade da coisa seria uma humilhante confissão de idiotice. Para não sentir que foi feito de idiota, um povo aceita ser feito de idiota sem sentir, confirmando o velho ditado judeu: “O idiota não sente”. Foi assim que se montou na América Latina a maior organização revolucionária da história continental, o Foro de São Paulo, num ambiente em que todas as denúncias a respeito, por mais respaldadas em documentos e provas, eram ridicularizadas como sinais de loucura. E é assim que agora se está impingindo aos EUA um presidente sem nacionalidade comprovada, financiado por ladrões e associado por mil compromissos a grupos de terroristas e genocidas, enquanto seu próprio adversário maior o proclama “um homem decente, do qual não há nada a temer”.

Má pessoa e mau presságio

GEORGE F. WILL, UM DOS MAIS RENOMADOS COLUNISTAS do campo conservador, não está satisfeito com a tônica da campanha republicana, segundo a qual “não são tanto as idéias de Obama que são ruins – ele é que é má pessoa”.

No instante em que milhões de americanos estão sendo lesados nas suas contas de aposentadoria, afirma Will no seu artigo do dia 9 no *Washington Post*, “o esforço de McCain-Palin para fazer o eleitorado focar os olhos nas ligações que Obama teve em Chicago parece surrealista”.

O argumento não difere muito do de E. J. Dionne – um obamista – que comentei dias atrás: o público não quer saber do passado dos candidatos, mas de como eles vão governar o país e resolver os problemas do presente. No fundo, ambos os colunistas apóiam-se numa regra de etiqueta – um lugar-comum da retórica tradicional – segundo a qual debates devem concentrar-se em idéias e deixar intactas as pessoas.

Mas lugares-comuns são argumentos padronizados aplicáveis a uma multiplicidade de situações diversas, cuja diferença específica, por isso mesmo, lhes escapa. Uma idéia só pode ser discutida “em si mesma”, sem menções à pessoa do seu emitente, quando sua formulação é intelectualmente completa o bastante para garantir que ela não muda de significado quando troca de porta-voz ou de contexto. Isso só acontece com teorias científicas e filosóficas altamente abstratas. Com opiniões de políticos, jamais. A rigor, o único sentido que uma declaração de palanque pode ter é a história pregressa do seu emitente, que ela prolonga e esclarece no contexto atual, com graus variados de coerência e credibilidade conforme a situação. Quando Fidel Castro disse: “Jamais fomos comunistas”, ele era um novato na cena política, ansioso por atrair as simpatias do mundo. Quando ele declarou mais tarde: “Sempre fomos marxistas-leninistas”, era já um ditador consagrado, seguro do apoio soviético. A primeira declaração foi apenas uma *captatio benevolentiae*, a segunda a proclamação oficial de uma aliança efetivamente existente.

A necessidade de referir as palavras à pessoa que as profere torna-se ainda mais patente numa disputa eleitoral, quando não se trata de escolher entre idéias abstratas, mas de preencher um cargo: cargos não são ocupados por idéias, mas por pessoas. Uma vez empossado, o candidato vencedor pode mudar de idéia, mas não de caráter. As propostas de governo que ele apresente durante a campanha não são teorias que possam ser julgadas em si mesmas, porém indícios do seu caráter e da sua capacidade – indícios que, precisamente, só podem ser avaliados em função do seu passado.

Em terceiro lugar, as associações que um político tenha forjado ao longo da sua carreira não são detalhes externos que em nada afetem a hipotética pureza das suas convicções pessoais: são a substância mesma do esquema de poder que lhe dá sustentação política e financeira e cujos anseios e interesses pesarão muito mais sobre a conduta dele no cargo do que as meras idéias que ele possa ter na cabeça, idéias que, se vierem a se opor aos ditames do esquema, só condenarão seu agente ao isolamento e ao fracasso.

No caso de Obama, examinar a pessoa, o passado e as associações torna-se ainda mais obrigatório por dois motivos incontornáveis:

1º: Seu discurso de campanha contrasta de tal maneira com todas as suas ações e palavras anteriores, que ninguém pode votar nele com consciência de causa sem ter primeiro esclarecido se ele mudou de idéia sinceramente ou se o novo *make-up* com que ele se apresenta é apenas um disfarce. Muitos adeptos de Obama – e alguns dos mais entusiásticos entre eles, como por exemplo Louis Farrakhan[98] – não escondem que lhe dão apoio precisamente em razão das idéias radicais que ele defendeu outrora (e daquelas mesmas associações comprometedoras que agora ele nega), e não do seu discurso moderado de hoje, que aceitam apenas como concessão tática provisória. Alguém no campo obamista deve estar enganado a respeito do seu candidato: ou os que o aplaudem por ser um esquerdista fanático, pró-terrorista e anti-americano (como o indicam seus votos no Senado e suas ligações com William Ayers, Raila Odinga, Jeremy Wright, Louis Farrakhan e similares), ou os que confiam nele por ser moderado e patriota como seu discurso eleitoral sugere. Os dois lados não podem ter razão ao mesmo tempo. Fugir dessa questão e concentrar o debate tão-somente no conteúdo do discurso eleitoral em si é fazer desse discurso um fetiche hipnótico em vez de tentar compreendê-lo no seu sentido real e concreto.

2º: Obama é um recém-chegado, sua carreira política a mais curta e sua biografia a mais obscura e duvidosa que um

candidato à presidência americana já apresentou ao público. O próprio Obama não faz o menor esforço para esclarecer seu passado, antes busca encobri-lo por meio de subterfúgios e mentiras já várias vezes desmascaradas. Por exemplo, ele disse que jamais militou num partido socialista: já apareceram as provas de que militou em dois.[99] Ele disse que mal conhecia William Ayers: já está claro que foi nomeado por Ayers para a ONG Chicago Annenberg Challenge e ambos juntos arrecadaram um bocado de dinheiro para organizações esquerdistas.

Essa conduta já é suspeita o bastante, mas o respaldo solícito que ela recebe uniformemente da grande mídia chega a ser assustador, denotando uma fraude jornalística geral e organizada, muito mais temível, pelo alcance universal das suas conseqüências, do que a ocultação da existência do Foro de São Paulo pela mídia brasileira (se eu não tivesse visto este último episódio com os olhos da cara não acreditaria no que eles estão me mostrando agora).

Episódios essenciais, não só da biografia pessoal de Obama, mas da sua militância política, são omitidos sistematicamente pelos jornais e pela TV ou só saem em versão expurgadíssima, higienizada e embelezada, contrastando com a espetacularosa exibição dos menores detalhes íntimos da vida da família Palin, apresentados sempre com vagas insinuações de escândalo precisamente porque em si mesmos nada têm de escandaloso ou relevante. Alguns daqueles episódios, bastante recentes aliás, de 2006 e 2007, mostram um Obama tão diferente daquele que aparece nos debates, que nenhum observador isento pode deixar de notar o contraste e perguntar se a imagem de bom menino veiculada pela propaganda eleitoral do candidato, com a ajuda cúmplice da grande mídia, não é antes uma farsa sinistra destinada a colocar na presidência dos EUA, sob pretextos calmantes, um revolucionário odiento e pelo menos tão anti-americano quanto Hugo Chávez e Ahmadinejad.

Pelo menos uma das faces de Obama que os eleitores americanos não conhecem é tão repugnante que, ao tomar conhecimento dela, você perde na hora todo interesse pelas “propostas de governo” que ele tenha a apresentar, e começa a se perguntar quanto o senso de moralidade dos dirigentes democratas precisou baixar para que aceitassem sepultar fatos tão essenciais e construir em cima do sepulcro a imagem integralmente postiça de um candidato confiável e tranqüilizante, do qual nada mais restasse a discutir senão suas “idéias”.

Essa face, invisível ao povo americano pelo menos até o último dia 10, quando o *WorldNetDaily* publicou as provas cabais da sua existência,[100] é a mais visível no Quênia, país onde Obama teve uma atuação política cem vezes mais decisiva, em escala local, do que jamais teve na América até o início da presente campanha eleitoral. Essa atuação consistiu em apoiar abertamente o líder queniano Raila Odinga e em tentar manipular em favor dele o próprio Senado americano. Odinga não é só um notório comunista e agitador anti-americano. É culpado de assassinato em massa. Em 2007, tendo perdido as eleições para presidente, ele desencadeou uma onda de violência, dirigida especialmente contra cristãos, mandando queimar mais de oitocentas igrejas, algumas com gente dentro, matando mais de mil pessoas e expulsando de suas casas aproximadamente quinhentas mil. A matança só parou quando Odinga foi nomeado primeiro-ministro. Obama não lhe negou apoio antes, durante ou depois desses acontecimentos.

Will e Dionne chamariam isso de “velhas ligações do tempo de Chicago”? Diriam que responsabilizar Obama por suas próprias ações em favor de Odinga é “inculpação por associação”, “insulto pessoal”, *argumentum ad hominem*? Achariam “surrealista” que alguém visse nessas ações um indício mais significativo da índole política e do caráter de Barack Hussein Obama do que suas promessas de campanha?

Não sei, mas sei o que *eu* diria no lugar deles: o destino que Obama prenuncia para a América não está nas suas promessas de futuro, mas nos fatos do seu passado.

Não chega a ser maravilhoso que um político tão enfatuado das suas “raízes africanas” se esmere tanto em esconder o mais importante episódio africano da sua biografia, que até hoje lhe rende a gratidão e o respeito dos seguidores de Odinga, ao ponto de prenderem e expulsarem do Quênia o repórter do *WorldNetDaily*, Jerome Corsi, enviado ao país para investigar o que Obama andara fazendo por lá?

Não há mais espaço no presente artigo para expor em detalhe outros capítulos edificantes desse *exemplum vitae humanae* que o pastor racista Louis Farrakhan chama, literalmente, “o Messias”. Digo apenas que ter uma carreira universitária integralmente financiada por árabes anti-americanos não é “culpa por associação”; receber ajuda de campanha do estelionatário Tony Resko e depois de eleito influenciar prefeituras para que investissem nos negócios dele não é “culpa por associação”; bloquear as medidas do governo destinada a frear os abusos de Fannie Mae e depois receber 100 mil dólares em contribuições dessa empresa não é “culpa por associação”; falsificar uma certidão de nascimento e usar de manobras judiciais para escapar à exigência de mostrar um documento autêntico não é “culpa por associação”; e muito menos é “culpa por associação” militar na Acorn (aquela que de quebra distribui milhares de títulos de eleitor falsos)[101] em favor de empréstimos bancários a devedores insolventes, e depois tentar despejar na conta dessa ONG vinte por cento dos lucros obtidos pelo governo na operação de socorro montada para tapar os rombos desses mesmos empréstimos. Nada disso é “culpa por associação”, e não há nada de surrealista em querer elucidar esses fatos. Surrealista é pretender que o eleitor pode chegar

a uma escolha sensata ouvindo o que um candidato diz e fechando os olhos ao que ele fez. Naturalmente, quem ache o contrário é instantaneamente acusado de racista: prova inequívoca de que a campanha de Obama não usa de chantagem racial para proteger o candidato contra a revelação de seus crimes.

17 de outubro de 2008

V. <http://www.wnd.com/2008/10/77539/>.

V. <http://newsbusters.org/blogs/p-j-gladnick/2008/10/08/will-msm-report-obama-membership-socialist-new-party>.

V. <http://www.wnd.com/2008/10/77508/>.

A notícia referida originalmente estava no site do Yahoo! Notícias, porém não está mais disponível; há outra da mesma data, com conteúdo similar, disponível em http://www.nytimes.com/2008/10/09/us/politics/09voting.html?_r=0 – NE.

Fora da lei

VENCEU DOIS DIAS ATRÁS O PRAZO PARA BARACK OBAMA CONTESTAR a lista de declarações apresentada a um tribunal da Pensilvânia pelo advogado democrata Philip J. Berg. De acordo com o artigo 36 do Código de Processo Civil americano, a falta de resposta equivale a uma admissão de que as declarações são verdadeiras. Legalmente, portanto, Obama confessou que nasceu no Quênia, que não é cidadão americano nato e que não tem o direito de se candidatar à presidência.

O Comitê Nacional Democrata, acionado no mesmo processo e sujeito ao mesmo prazo, também admitiu, por omissão, que escolheu Obama sem verificar sua nacionalidade e que a candidatura dele é inválida.

Verifiquem em www.obamacrimes.com, o site de Philip J. Berg.

Só falta agora o juiz R. Barclay Surrick emitir a sentença declaratória confirmando o vencimento do prazo e as conseqüências judiciais disso para a candidatura Obama. Philip Berg ingressou na corte hoje, quarta, com um pedido de julgamento sumário para esse fim.

A candidatura Obama parece portanto estar fora da lei há dois dias, e nem uma palavra a respeito saiu nos maiores jornais e canais de TV. É uma barragem idêntica à que protegeu Luís Inácio Lula da Silva contra a revelação de seus compromissos com o Foro de São Paulo – com quatro diferenças: (1) As conseqüências, em escala mundial, da farsa midiática nos EUA são de gravidade incomparavelmente maior que a do ocorrido no Brasil. (2) No Brasil não houve ninguém com a dose de testosterona de Philip J. Berg para furar o bloqueio na Justiça; (3) No Brasil o bloqueio de notícias sobre o Foro de São Paulo foi total, só rompido por mim na minha coluna de O Globo – logo suprimida pela *nomenklatura*, é claro –, enquanto nos EUA o processo movido por Berg teve alguma divulgação no rádio, em jornais regionais e na internet, isto é, nas parcelas da mídia não dominadas pelo establishment esquerdista. (4) O apoio do eleitorado americano a Obama nem de longe se compara à quase unanimidade da devoção nacional a Lula: embora dispondo de recursos financeiros esmagadoramente superiores aos do adversário, embora imunizado contra a revelação dos fatos pela grande mídia, e embora use de todos os meios lícitos e ilícitos para impor sua invencibilidade absoluta – incluindo intimidação e agressões físicas, chantagem racial e farta distribuição de títulos de eleitor falsos –, Obama está, na média das últimas semanas, com apenas quatro ou cinco pontos percentuais acima de McCain.

No dia em que venceu o prazo de contestação no processo Berg versus Obama, o jornalista Andy Martin abriu na Suprema Corte do Havaí um processo pedindo que seja divulgada pela Justiça a certidão original de nascimento de Barack Obama. Instantaneamente, Obama suspendeu sua campanha eleitoral e viajou às pressas para o Havaí, alegando urgência de visitar sua avó doente. O curioso, no caso, é que a avó já tinha saído do hospital uma semana antes, sem que durante o período de sua internação Obama mostrasse a menor pressa de visitá-la. Martin é um tipo folclórico, com fama de litigante compulsivo, mas isso não torna menos temível para Obama a eventualidade de ter de exhibir no Havaí o documento que ele se esquivou de mostrar ao tribunal da Pensilvânia. [102]

Mensagem que recebi de um amigo americano:

“Até a metade de 2006, com seis anos de gestão Bush na presidência, a confiança dos consumidores no mercado era alta, a gasolina custava US\$ 2,19 o galão, a taxa de desemprego não passava de 4,5 por cento e a Dow Jones atingiu um recorde de 14 mil pontos positivos. Então o eleitorado quis ‘mudança’ e deu aos democratas a maioria nas duas casas do Congresso. Passado um ano e meio, a confiança no mercado caiu, a gasolina subiu para quase cinco dólares o galão, os lucros de ações caíram em doze trilhões de dólares, o desemprego subiu para 5,5 por cento e por toda parte há famílias sendo postas para fora de suas casas por falta de pagamento. Os americanos quiseram ‘mudança’, e certamente a obtiveram. Quanto mais ‘mudança’ será que eles agüentam?”.

23 de outubro de 2008

O candidato do medo

CHAMADO DE “MESSIAS” PELO LÍDER RADICAL muçulmano Louis Farrakhan e de “Meu Jesus” pela editora-chefe de um jornal universitário, Barack Hussein Obama informa: “Contrariamente ao que diz a opinião popular, não nasci numa manjedoura.” Já pensaram se ele não avisasse?

Qualquer que seja o caso, pelo menos um milagre confirmado ele já fez: é o primeiro candidato presidencial que obtém o aplauso de todos os inimigos dos EUA sem que isto desperte contra ele a menor desconfiança do *establishment* americano. Entre seus entusiastas, contam-se o Hamas, o presidente iraniano Ahmadinejad, Muammar Khadafi, Fidel Castro, Hugo Chávez e o canal de TV Al-Jazeera. Imagino o que aconteceria à candidatura de Franklin D. Roosevelt em 1932 se ele recebesse o apoio ostensivo de Josef Stalin, Adolf Hitler e Benito Mussolini.

É verdade que Obama promete dismantlar o sistema de defesa espacial dos EUA, desacelerar unilateralmente o programa americano de pesquisas nucleares, transformar em derrota a vitória no Iraque, vetar a abertura de poços de petróleo e oferecer carteiras de motorista e assistência médica gratuita aos imigrantes ilegais, aquele povinho patriota que quer transformar o Texas e a Califórnia em Estados mexicanos. Mas, se você insinua que qualquer dessas coisas é um bom motivo para os comunistas e radicais islâmicos gostarem dele, a mídia em peso diz que você “passou dos limites” e é virtualmente culpado de “crime de ódio”. Ahmadinejad declarou que a vitória do candidato democrata nas eleições dará o sinal verde para a islamização do mundo, Khadafi proclamou que Obama é um muçulmano fiel apoiado por milionários islamitas e Louis Farrakhan, aproveitando a onda de entusiasmo obamista, anunciou que a “*Nation of Islam*”, a sociedade secreta de radicais islâmicos que ele preside, há décadas funcionando em marcha lenta, está tendo “um novo começo” e logo estará operando de novo com força total. O sentido desses fatos é claro, mas notar isso é imoral: todo cidadão de respeito tem de jurar que o apoio vindo dos inimigos da América é apenas um equívoco da parte deles, já que Obama não lhes deu – oh, não! – o menor pretexto para que simpatizassem com ele. Insinuar qualquer convergência de interesses é imputar a Obama “culpa por associação” – uma perfídia carregada, evidentemente, de “subtons racistas”.

Qualquer palavra mais dura contra o candidato negro é aliás apontada como prova de racismo, e a mínima sugestão de que haja nisso alguma chantagem racial é prova dupla. O próprio John McCain faz questão de manter o debate na esfera “das idéias”, frisando que o oponente é “um homem decente, do qual não há nada a temer”.

Essa declaração é involuntariamente irônica. A coisa que todo americano mais teme, hoje em dia, é alguém suspeitar que ele pensa mal de Barack Hussein Obama. Seguindo o exemplo do líder, a militância republicana capricha nas exibições de respeito e veneração à pessoa do adversário. Um funcionário do escritório da campanha de McCain em Pompano Beach, CA, que colocou atrás de sua mesa um cartaz associando Obama a Marx e Hitler foi instantaneamente demitido. Um cidadão do Estado de Ohio, que fez umas perguntas mais duras ao candidato democrata sobre seu projeto de reforma fiscal, pagou caro pelo atrevimento. Teve sua vida particular vasculhada pelos repórteres e foi severamente criticado pelos crimes hediondos de trabalhar como encanador sem licença e de não ter pago uma multa de trânsito que recebeu no Arizona oito anos atrás. Isso dá uma idéia do zelo exasperado com que a grande mídia protege a imagem de Barack Obama. Samuel Wurzelbacher, ou “Joe Encanador” – o apelido pelo qual veio a ser nacionalmente conhecido –, tira da sua experiência a conclusão incontornável: “Quando você já não pode mais fazer perguntas a seus líderes, é uma coisa temível”.

O temor não é somente psicológico. Vários militantes republicanos já foram surrados por obamistas, escritórios da campanha McCain em vários Estados foram invadidos e destruídos, e só a ação da polícia impediu, a tempo, que centenas de agitadores obamistas bem treinados, armados de coquetéis Molotov, queimassem os ônibus que se dirigiam à Convenção Republicana em St. Paul (mesmo assim os remanescentes conseguiram fazer um belo estrago). Quando um candidato usa de métodos terroristas e ao mesmo tempo o *establishment* decreta que chamá-lo de terrorista é o suprasumo da demência, está claro que esse candidato tem direitos ilimitados. Ele pode receber 63 milhões de dólares em contribuições ilegais do exterior, e nada de mau lhe acontecerá por isso. Uma ONG que o apadrinha pode fazer uma derrama de títulos de eleitor falsos em treze Estados, e ai de quem sugira que ele tem alguma culpa no caso. Em compensação, McCain foi acusado de violência verbal criminosa pelo simples fato de mencionar a ligação arqui comprovada de Obama com William Ayers. Uma passeata em favor

de McCain-Palin, em Nova York, foi recebida com toda sorte de xingamentos e ameaças. Como, em contrapartida, nenhuma violência se observasse contra os militantes obamistas, foi preciso inventar que, num comício de Sarah Palin, alguém gritou “Kill him!” ao ouvir o nome de Obama. A polícia examinou cuidadosamente as gravações do encontro e concluiu que ninguém gritou nada disso.

Outro fator intimidante é a superioridade econômica. A campanha de Obama recolheu nada menos de 605 milhões de dólares em contribuições. Para cada anúncio de McCain, saem quatro de Obama. Mais avassaladora ainda é a propaganda gratuita fornecida ao candidato democrata pela grande mídia.

Até o momento, o único jornal de certa importância que noticiou o processo movido pelo advogado democrata Philip Berg contra Obama foi o *Washington Times* – nominalmente republicano –, que no entanto classifica as dúvidas quanto à nacionalidade de Obama como meros “rumores da internet” e, aludindo ao processo só nas linhas finais, como se fosse apenas um rumor a mais, se omite de informar que Obama, em vez de apresentar sua certidão de nascimento como solicitado pelo queixoso, preferiu lançar mão de uma complexa argumentação jurídica para se esquivar de fazê-lo. O segundo processo no mesmo sentido, aberto no Estado de Washington, não é nem mencionado.

As maiores empresas de jornais e canais de TV protegem o candidato democrata não somente contra seus adversários, mas contra ele próprio. Atos ou declarações dele que possam mostrá-lo a uma luz desfavorável são cuidadosamente omitidos. Em toda a grande mídia americana não se encontrará uma só palavra sobre a longa carreira de Obama como militante abortista, muito menos sobre a única atividade importante desenvolvida por ele no plano internacional: a campanha montada, com dinheiro público, para elevar ao poder no Quênia o agitador anti-americano e pró-terrorista Raila Odinga, culpado de ordenar o assassinato de mais de mil de seus opositores políticos e de conspirar com líderes muçulmanos para impingir a religião islâmica a uma nação de maioria cristã. Obama não somente ajudou Odinga com dinheiro dos contribuintes americanos e abriu contatos para ele no Senado, mas fez comícios em favor dele no Quênia. Se algo mostra a verdadeira natureza dos compromissos internacionais do candidato democrata, é esse episódio – mas até a *FoxNews* se omite de tocar no assunto.

Por aqui, todo mundo diz que a vitória de Obama é certa. A mim me parece que, mesmo se perdesse as eleições, Obama seria um vencedor. O partido de seus adversários já estava de joelhos no momento em que, em vez de um conservador autêntico, escolheu como candidato um típico “*liberal republican*”, promessa garantida, caso eleito, de um governo fraco, subserviente aos críticos, exatamente como o foi o de George W. Bush. A esse primeiro desatino seguiu-se outro pior: a partir do instante em que os republicanos, em vez de abrir mil processos como o de Philip Berg, aceitaram como adversário eleitoral legítimo e decente um candidato sem nacionalidade comprovada, com uma biografia nebulosa e repleta de mentiras flagrantes, ajudado e subsidiado pelos mais odientos inimigos do país, ficou claro que haviam abdicado de todo sentimento de honra e consentido em legitimar uma farsa. Se perderem as eleições, eles merecerão tantas lágrimas quanto aqueles que preferiram antes deixar Lula conquistar a presidência do Brasil do que contar o que sabiam sobre o Foro de São Paulo.

Quanto à campanha de Obama, seu perfil é claro. O amálgama de promessas utópicas, propaganda avassaladora, beatificação psicótica do líder, apelo racial, controle da mídia e intimidação sistemática do eleitorado é idêntico nos mínimos detalhes à estratégia eleitoral de Hitler em 1933, mas para dizer isso em público – ou mesmo conscientizá-lo em voz baixa – é preciso mais coragem do que se pode esperar do eleitor médio hoje em dia.

24 de outubro de 2008

Mais mistério

ENQUANTO OS ADEPTOS DE HILLARY CLINTON DENUNCIAM que a derrama de títulos de eleitor falsos pela militância obamista não começou agora, mas já vem desde o tempo das eleições primárias, e enquanto o advogado Philip J. Berg recorre à Suprema Corte com o seu pedido de que a certidão de nascimento de Barack Obama seja divulgada para tirar as dúvidas quanto à nacionalidade do candidato,[103] mais um mistério surge na vida do enigmático personagem. A certidão eletrônica publicada no site da sua campanha afirma que Obama nasceu em Honolulu, Havaí, em 4 de agosto de 1961, e quem quer que ouse contestar essa alegação é instantaneamente rotulado de louco, racista, difamador, etc. etc., até mesmo por alguns jornalistas republicanos. Acontece que, naquela data, a mãe de Obama, Stanley Ann Dunham, estava estudando na Universidade do Estado de Washington e morando num apartamento em Capitol Hill, Seattle, a 2.680 milhas de Honolulu.

Ann frequentou a Universidade do Havaí nos seguintes períodos: outono de 1960, primavera de 1963, verão de 1966, outono de 1972, outono de 1974, primavera de 1978, outono de 1984 e verão de 1992. A da Washington, no outono de 1961, inverno de 1962 e primavera de 1962. Os dados são respectivamente do *Office of Admissions and Records* da Universidade do Havaí e do *Office of Public Records* do Estado de Washington.[104]

Se o local de nascimento de Obama já era duvidoso, agora a data também o é. A grande mídia, empenhada com desvelo materno em proteger Obama contra a revelação de quaisquer fatos que o desabonem, menospreza essas dúvidas como “intrigas da internet”, fingindo ignorar que a internet é hoje um meio de difusão incomparavelmente mais confiável e mais respeitado do que os maiores jornais americanos. Estes continuam caindo como jacas maduras na escala da preferência popular. Um estudo da revista *Editor & Publisher* mostra que, em seis meses de 2008, comparados a igual período de 2007, só dois dos principais jornais americanos não tiveram sua circulação diminuída: o *Wall Street Journal*, conservador, e o *USA Today*, jornal mais de espetáculos e esportes que de política. E mesmo assim esses dois não cresceram além de 0,01 por cento. O *New York Times* caiu 3,58 por cento, o *Washington Post* 1,94 por cento, o *Los Angeles Times* 5,20 por cento, e assim por diante. O *Los Angeles Times* acaba de demitir mais 75 repórteres e o tradicional *Christian Science Monitor* desistiu de sua edição diária: virou semanário. Quem, na chamada “grande mídia”, tem cacife para empinar o nariz ante o jornalismo eletrônico? Em matéria de público, nenhum jornal americano pode concorrer com *www.wnd.com* ou com o site de Rush Limbaugh.

Em 2000, quando conversei com Brent Bozell III, fundador do *Media Research Center*, ele previu que tudo isso ia acontecer caso os jornais não abdicassem do seu esquerdismo desvairado. Nas eleições de 2008, eles escolheram tornar-se mais esquerdistas ainda, apoiando Obama não só em artigos editoriais, o que é do seu direito, mas mediante a supressão de notícias contra o candidato democrata e a exploração abusiva dos menores detalhes prejudiciais à dupla McCain-Palin. Vejam a pesquisa do *Project for Excellence in Journalism* em *NewsMax.com*. [105] Recomendo também dois artigos recentes sobre o assunto: “*Media’s Presidential Bias and Decline*”, de Michael S. Malone,[106] e “*Would the Last Honest Reporter Please Turn On the Lights?*”, de Orson Scott Card.[107] Malone é um veterano repórter de tecnologia da *ABC News* e Card um romancista de sucesso, que viveu dois anos no Brasil como missionário religioso.

29 de outubro de 2008

V. www.obamacrimes.com.

V. <http://pamelageller.com/2008/10/how-could-stanl.html/>.

Disponível em: <http://www.newsmax.com/InsideCover/obama-media-election-poll/2009/09/24/id/335188/>.

Disponível em: <http://abcnews.go.com/print?id=6099188>.

Disponível em: <http://www.ornery.org/essays/warwatch/2008-10-05-1.html>.

Segredos e mentiras sem fim

O JUIZ FEDERAL RICHARD BARCLAY SURRICK rejeitou o pedido do advogado democrata Philip J. Berg para que intimasse Barack Hussein Obama a apresentar sua certidão de nascimento original. A sentença baseou-se em dois argumentos: (1) pela lei americana, nada autoriza o simples eleitor a questionar a elegibilidade de um candidato presidencial; (2) Berg peticionou como simples eleitor, não como vítima, já que não comprovou qualquer dano pessoal sofrido em razão da candidatura Obama.

A Constituição americana determina que só cidadãos americanos natos têm o direito de concorrer à presidência, mas esse permanece um direito sem garantia nenhuma: por incrível que pareça, não há nenhuma instituição incumbida de exigir prova de nacionalidade dos candidatos. Se ao simples eleitor é também negado esse direito, aquele artigo da Constituição está virtualmente revogado.

Berg anunciou que vai recorrer à Suprema Corte: “O que está em questão é saber quem tem legitimidade para impor a obediência à Constituição. Se eu não tenho, se você não tem, se o seu vizinho não tem legitimidade para questionar a elegibilidade de um indivíduo à presidência dos EUA, então quem tem? Assim qualquer um pode simplesmente se afirmar elegível para o Congresso ou para a presidência sem que ninguém possa questionar o seu estatuto legal, a sua idade ou a sua cidadania”.

Enquanto isso, todos os canais possíveis para se averiguar a nacionalidade de Obama estão meticulosamente bloqueados. A governadora do Havaí, Linda Lingle, colocou a certidão de nascimento dele sob guarda do Estado, para que ninguém tivesse acesso ao documento sem autorização do próprio Obama ou de seus familiares. O mesmo fez o governo do Quênia com todo e qualquer documento referente a Obama, logo após expulsar do território queniano o repórter Jerome Corsi que estava ali investigando as atividades do candidato em prol do genocida Raila Odinga.

Obama pessoalmente proibiu que todas as entidades detentoras de seus documentos os divulgassem sob qualquer maneira que fosse. Eis a lista dos papéis que permanecem secretos:

- Registros médicos.

- Correspondência enviada e recebida pelo seu gabinete no Senado.

- Agenda dos encontros e demais compromissos atendidos por ele no Senado.

- Lista dos clientes do seu escritório de advocacia e recibos dos respectivos pagamentos.

- Histórico escolar do Occidental College, onde ele estudou por dois anos.

- Histórico de seus estudos na Columbia University.

- Histórico de seus estudos na Faculdade de Direito de Harvard.

- Sua tese de doutoramento em Columbia.

- Seu comprovante de registro na Ordem dos Advogados de Illinois.

- Lista dos clientes que ele representou como advogado na firma Davis, Miner, Barnhill & Gallard (solicitado a apresentá-la, Obama forneceu em vez disso a lista de todos os clientes da firma, tornando impossível saber quais ele representava pessoalmente).

- Lista das contribuições de menos de duzentos dólares oferecidas à sua campanha (essas contribuições somam mais de 63 milhões de dólares e, segundo repórteres que puderam espiar por instantes algumas páginas da lista no escritório de Obama, incluem doadores como Fred Simpson, Mickey Mouse e Family Guy).

- Certidão de nascimento original ou cópia autenticada.

Não é preciso dizer que nenhum outro candidato presidencial jamais negou ao público os documentos equivalentes. O bloqueio torna-se ainda mais suspeito porque vários pontos essenciais da biografia de Obama estão cheios de contradições.

Sua avó paterna assegura que estava presente na sala de parto quando ele nasceu num hospital em Mombasa, Quênia. Ele assegura que nasceu em Honolulu, Havaí, mas ele e sua irmã dão os nomes de dois hospitais diferentes onde isso teria

acontecido.

Ele viajou para o Paquistão quando a entrada de americanos era proibida nesse país. Usou portanto um passaporte estrangeiro, quase certamente o da Indonésia, onde ele viveu e estudou numa época em que, estando o país em guerra, só crianças de nacionalidade indonésia eram aceitas nas escolas. Mais ainda, a lei indonésia não aceitava dupla nacionalidade, de modo que para Obama tornar-se cidadão indonésio ele teve de renunciar (por meio de seu pai) à nacionalidade americana, só podendo portanto voltar aos EUA como imigrante.

Obama afirmou várias vezes que jamais pertencera a um partido socialista. Os documentos do New Party provam que ele mentiu.[108]

Obama disse que não tinha qualquer ligação com a Acorn, ONG responsável pela maior derrama de títulos de eleitor falsos já ocorrida nos EUA. Documentos e vídeos da Acorn provam que ele mentiu.[109]

Obama disse que não tivera nenhuma conexão política com o terrorista William Ayers. Documentos liberados pela Universidade de Illinois provam que ambos trabalharam juntos em projetos destinados a subsidiar organizações esquerdistas.[110]

Ele disse que jamais soubera das idéias políticas do pastor Jeremiah Wright, mas como é possível ouvir todas as semanas durante vinte anos as pregações de um pastor que praticamente só fala de política, sem ficar sabendo do que ele pensa a respeito?

Além das mentiras patentes, há os fatos nebulosos e mal explicados. Como Obama conseguiu viajar para o Paquistão quando a entrada de americanos era proibida no país? Por que ele jamais contou que é primo de Raila Odinga nem admite divulgar os documentos das atividades que desempenhou em favor desse assassino? Por que o agitador racista Khalid al-Mansour pagou os estudos de Obama em Harvard? Como pode Obama afirmar que não foi educado numa família muçulmana, se os documentos mostram que até numa escola católica, na Indonésia, ele se registrou como muçulmano? Por que, ao saber que alguém abria um processo no Havaí solicitando a divulgação da sua certidão de nascimento, Obama repentinamente se lembrou de que sua avó estava doente em Honolulu – uma semana depois de ela ter saído do hospital – e, correndo para visitá-la sob a alegação de que talvez fosse sua última oportunidade de encontrá-la com vida, não levou junto a mulher e os filhos mas uma equipe de advogados?

Para completar, há uma quantidade estonteante de pequenas mentiras, todas proferidas com aquela desenvoltura que, nos mitômanos, substitui a sinceridade, às vezes com vantagem: a história do tio que libertou os prisioneiros de Auschwitz (as tropas americanas nunca entraram lá), o pai pastor de cabras (só se as criou no escritório onde trabalhava), a balela de que jamais aceitou contribuições de companhias de petróleo (esqueceu a Exxon e a Shell), a conversa mole de que foi membro do Comitê de Bancos do Senado (jamais esteve lá), etc. etc. A coisa não tem mais fim. É alucinante.[111]

São só alguns exemplos, colhidos a esmo entre centenas. Nenhum desses fatos foi jamais eficazmente contestado, nem as perguntas daí decorrentes respondidas por quem quer que fosse. No entanto, qualquer dúvida quanto à nacionalidade de Obama ou à autenticidade da sua biografia de campanha é instantaneamente rotulada de “teoria da conspiração” e impugnada como absurda pela grande mídia em peso, como se esta mesma não ignorasse as respostas tanto quanto as ignora o resto da população.

Jamais, na história americana, um candidato presidencial com uma conduta tão nebulosa, extravagante e suspeita teve segredos tão bem guardados quanto os de Barack Obama, nem tanta gente importante empenhada em resguardar seu direito de guardá-los. A privacidade de Obama – a privacidade de um homem público – está acima da própria Constituição americana. Acreditar em Obama sem provas tornou-se obrigação incontornável, e questionar essa obrigação é sinal de racismo.

Tal como no Brasil uma gigantesca operação-sumiço elegeu e reelegeu Lula impedindo que a população soubesse de suas atividades no Foro de São Paulo, um esquema de ocultação mais vasto ainda foi montado para eleger Barack Obama. Com notável hipocrisia os esquerdistas de ambos os países clamam contra a “crescente concentração da mídia”, na verdade uma bênção para eles, sem qual jamais teriam podido bloquear o acesso às notícias que vão contra o seu interesse.

No caso de Obama, o quadro da mais notável fraude eleitoral de todos os tempos é completado pela chantagem racial, pela distribuição maciça de títulos de eleitor falsos e pelo uso generalizado da intimidação e da agressão moral e física que transforma esta eleição americana numa palhaçada de Terceiro Mundo.[112]

4 de novembro de 2008

V. http://www.americanthinker.com/blog/2008/10/archives_prove_obama_was_a_new.html.

V. <https://www.youtube.com/watch?v=7NmaZIdz6Vo>.

V. <http://michellemalkin.com/2008/08/27/obamas-ayers-problem-deepens/>.

Cf. http://theobamafile.com/_lies/lifelies.htm.

Vejam [http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/us_and_americas/us_elections/](http://www.timesonline.co.uk/tol/news/world/us_and_americas/us_elections/article4660503.ece) article4660503.ece e <http://www.wnd.com/2008/09/76438/>.

Mudando o mundo

QUEREM SABER O QUE VAI ACONTECER DAQUI A POUCO NOS EUA? Tal como sucedeu no Brasil com o Foro de São Paulo, às negações indignadas se seguirão as confissões cínicas, quando já não puderem trazer dano aos criminosos. No devido tempo, quando Barack Obama se sentir seguro na presidência, virá à tona a entrevista de sua avó declarando que ele nasceu no Quênia, a revelação de que ele sempre foi muçulmano, as provas da ajuda que prestou a seu primo genocida Raila Odinga, o financiamento de seus estudos em Harvard por um milionário pró-terrorista, a ajuda recebida de Tony Resko com o dinheiro de Saddam Hussein, a colaboração de William Ayers como *ghost writer* de *Dreams from My Father*,[113] etc. etc.

Não são coisas que se possa esconder indefinidamente. O próprio Obama não tem ilusões a esse respeito. Tudo o que podia fazer era manter seus documentos essenciais fora do alcance do público até um pouco depois das eleições. Uma vez empossados os vencedores, com o Congresso totalmente dominado pelos seus partidários e a oposição republicana reduzida ao silêncio pelo controle estatal da opinião radiofônica (um velho e querido projeto dos democratas), já pouco haverá o que temer. O que um dia foi escondido como vergonha será alardeado como glória. Lembrem-se do vídeo do III Congresso do PT enaltecendo o Foro de São Paulo como coordenação estratégica da esquerda continental, dois anos depois de haver negado oficialmente que ele fosse isso. Se tiverem memória um pouco mais longa, lembrem-se de Fidel Castro proclamando “Sempre fomos e seremos marxistas-leninistas” depois de jurar “Nunca fomos comunistas”. Esses dribles são rotina na história do movimento revolucionário. O próprio Lênin, logo após tomar o poder, mandou espalhar entre os investidores europeus que não era comunista de maneira alguma, apenas um espertalhão que se fazia de comunista. Eles acreditaram e despejaram na Rússia um bocado de dinheiro, confirmando o dito leninista de que a burguesia tece a corda com que os comunistas a enforcam.

Que Obama é um revolucionário e vai fazer um governo revolucionário, é algo que seus militantes enfatizam uns para os outros e atenuam perante o público em geral, tal como o nosso PT sempre manteve um discurso duplo, aquecendo o lado de dentro e esfriando o de fora, pregando nos seus documentos internos precisamente o que negava na propaganda eleitoral.

Obama sabe perfeitamente bem que seu projeto de uma “Força Civil de Segurança Nacional” é uma militância armada de jovens bem doutrinados, em tudo semelhante às SA de Hitler ou à Juventude Comunista, que nada fará contra terroristas, narcotraficantes ou imigrantes ilegais, como ele deixa o público imaginar, mas se ocupará de perseguir “homofóbicos”, “extremistas de direita”, “fundamentalistas” e outras criaturas malvadíssimas. Ele já testou esse projeto na ONG *Public Allies* – dirigida primeiro por ele, depois por sua esposa Michele –, e uma de suas principais metas de governo é alocar uma verba anual de quinhentos bilhões de dólares – sim, quinhentos bilhões de dólares – para dar realidade a essa idéia sublime: “desmilitarizar a segurança pública”... militarizando a juventude.[114] Mesmo que esse fosse o único projeto revolucionário de Obama, o advento dessa monstruosidade policial bastaria para alterar repentinamente e de uma vez para sempre a face da democracia americana, transformando-a na fachada de uma virtual ditadura, imposta, como a de Hitler e a de Hugo Chávez, por meios anestésicos e inteiramente legais.

Mas ele promete também “desmilitarizar o espaço” e “desacelerar a pesquisa nuclear norte-americana”. A primeira expressão significa simplesmente dismantelar o sistema de defesas aéreas montado por Ronald Reagan. Uma vez feito isso, nada poderá devolver aos EUA a sua condição de potência militar dominante. Quanto ao segundo ponto, ele dará à China a oportunidade de em breve tempo igualar-se aos EUA em capacidade nuclear agressiva, já que o *establishment* militar chinês se empenha cada vez mais em fazer o contrário do que Obama promete aos EUA: acelerar a pesquisa, acumular força.

Quando Obama diz “Vou mudar o mundo”, ele sabe do que está falando. Apenas, a mudança que ele promete não é nova: é a mesma de sempre, a destruição da democracia por meios democráticos, o aumento do controle estatal sobre a vida dos cidadãos, o enfraquecimento do capitalismo e a exaltação do socialismo. Em pleno curso de realização dessa desgraça, a chantagem psicológica que impôs aos cidadãos americanos a obrigação moral de votar em Obama sem perguntar quem ele era terá se tornado, em comparação, uma trapaça menor, quase inocente.

Cf. <http://www.amazon.com/Dreams-My-Father-Story-Inheritance/dp/1400082773>.

Cf. <http://news.investors.com/090508-458614-michelles-boot-camps-for-radicals.htm>.

A mentira global

SE HÁ UMA COISA ÓBVIA, É QUE A OPINIÃO PÚBLICA NÃO JULGA OS males os pela sua gravidade objetiva, mas pelo destaque que recebem na mídia. Isso é assim pela simples razão de que a quase totalidade das pessoas não tem como informar-se de fonte direta. Não tem nem mesmo como acompanhar as discussões entre eruditos profissionais, que só chegam ao seu conhecimento, quando chegam, pelo recorte mínimo e enviesado do noticiário. O resultado é que opiniões e preconceitos da classe jornalística – reforçados pelos de seus irmãos siameses, o *show business* e a rede de educação pública – aparecem aos olhos da multidão não só como a imagem direta e veraz do mundo real, mas como a única imagem concebível. O que quer que esteja fora dos jornais e dos canais de TV está fora do universo. Claro, entre estudiosos você pode falar de coisas que a população ignora, mas qualquer tentativa de fazê-lo ante um público maior atrairá sobre você o diagnóstico de paranóia, assinado pela suprema autoridade científica da mídia popular.

Enquanto existiu concorrência genuína entre os meios de comunicação, a divergência entre os pontos de vista dos vários centros formadores de opinião alertava os observadores para as falhas do conjunto, praticamente obrigando-os a conjecturar outras realidades por trás do que aparecia na mídia. De uns vinte anos para cá, três fatores – (1) a rápida concentração da propriedade dos meios de comunicação, (2) a uniformização ideológica dos estudantes de jornalismo, artes e letras por meio da doutrinação maciça nas universidades e (3) a influência crescente exercida sobre as redações pela rede multibilionária de ONGs militantes espalhadas pelo mundo – produziram um fenômeno que ainda não foi estudado como merece: a padronização mundial da opinião pública por meio da influência convergente da mídia, do *show business* e do sistema educacional.

A “aldeia global” de Marshall McLuhan,[115] que nos anos 60 era apenas uma interessante figura de linguagem, tornou-se uma profecia auto-realizável e, assumida como projeto por quem tinha os meios de realizá-la, realizou-se: hoje é possível desencadear campanhas de mídia em escala mundial em menos de 24 horas, com absoluta uniformidade de opiniões e versões, de tal modo que a mera tentação de enxergar as coisas de modo diferente se torna torna um risco psicológico a que raríssimas pessoas desejariam se expor. O caráter diabolicamente paródico da situação é patente: em vez de “um só rebanho e um só Pastor”, temos uma só manada de burros e um só condutor.

Nesse panorama, mesmo a mentira mais tola e autocontraditória, se assumida como verdade pela mídia mundial, será muito difícil de contestar, exceto em círculos de estudiosos especializados que, por sua vez, se sentirão em geral inibidos de levar a questão ao público. Entre esses estudiosos há exceções, é claro, mas é fácil sufocar sua voz por meio de uma tempestade de contestações numericamente irrespondíveis. Mais fácil ainda é dissolvê-la num mar de lendas urbanas descontraídas, de modo a impedir que seja objeto de atenção séria.

Se você diz, por exemplo, que a certidão original de nascimento de Barack Obama e todos os seus demais documentos importantes continuam inacessíveis a exame, o que é um fato incontestável, imediatamente multidões de tagarelas, confundindo por estupidez ou astúcia esse fato com as dúvidas quanto à nacionalidade de Obama, respondem que é tudo uma lenda urbana já desmascarada. Espremido entre a exigência artificiosa de provar que Obama nasceu no Quênia ou aceitar sem provas a nacionalidade americana do personagem e todas as suas demais alegações de campanha, o público acaba preferindo esta última alternativa e, por automatismo, acaba engolindo junto com ela a imposição cínica de dispensar o presidente eleito da mais elementar obrigação de transparência, cumprida fielmente por todos os seus antecessores. Fundidos numa névoa pastosa os deveres civis do homem público e as prerrogativas do réu num processo penal, o ônus da prova é magicamente invertido e o direito do eleitor informar-se sobre seus candidatos torna-se virtualmente um crime de calúnia. Essa farsa monstruosa jamais teria sido possível sem a colaboração uniforme de praticamente toda a mídia mundial.

13 de novembro de 2008

Uma lição de Hegel

NA INTRODUÇÃO À *FILOSOFIA DO DIREITO*, G. W. F. Hegel explica que uma das capacidades essenciais do ego humano é a de suprimir mentalmente todo dado exterior ou interior, quer este se imponha como presença física ou por quaisquer outros meios – a capacidade, em suma, de negar o universo inteiro e fazer da consciência de si a única realidade. Se não fosse esta faculdade, estaríamos presos no círculo dos estímulos imediatos, como os animais, e não teríamos o acesso aos graus mais elevados de abstração. A negação do dado – “a irrestrita infinitude da abstração absoluta ou universalidade, o puro pensamento de si mesmo”, segundo Hegel – é uma das glórias peculiares da inteligência humana.

No entanto, é uma força perigosa, quando exercida independentemente de outras capacidades que a compensam e equilibram, entre as quais, evidentemente, a de dizer “sim” à totalidade do real, capacidade da qual o próprio Hegel deu uma ilustração pitoresca no célebre episódio em que, após contemplar por longo tempo uma soberba montanha, baixou a cabeça e sentenciou: “É, de fato é assim”.

Quando o ego vivencia a negação abstrativa como uma experiência de liberdade, e a autodeterminação da vontade se apegue a essa experiência, prossegue Hegel, “então temos a liberdade negativa, a liberdade no vazio, que se ergue como paixão e toma forma no mundo”. Vale a pena citar o parágrafo por extenso, tal a sua força analítica e profética:

“Quando [essa liberdade] se volta para a ação prática, ela toma forma na religião e na política como fanatismo da destruição – a destruição de toda a ordem social subsistente –, como eliminação dos indivíduos que são objetos de suspeita e a aniquilação de toda organização que tente se erguer de novo de entre as ruínas. É só destruindo alguma coisa que essa vontade negativa tem o sentimento de si própria como existente. É claro que ela imagina querer alcançar algum estado de coisas positivo, como a igualdade universal ou a vida religiosa universal, mas de fato ela não quer que esse estado se realize efetivamente, porque essa realização levaria a alguma espécie de ordem, a uma formação particularizada de organizações e indivíduos, ao passo que a autoconsciência daquela liberdade negativa provém precisamente da negação da particularidade, da negação de toda caracterização objetiva. Conseqüentemente, o que essa liberdade negativa pretende querer nunca pode ser algo em particular, mas apenas uma idéia abstrata, e dar efeito a essa idéia só pode consistir na fúria da destruição”.

Esse parágrafo deveria ser meditado diariamente por todos os estudiosos e homens práticos interessados em compreender o mundo da política. Ele elucida algumas constantes do movimento revolucionário que de outra maneira seriam inexplicáveis – tão inexplicáveis e paradoxais que a mente do observador comum se recusa a enxergá-las juntas, preferindo apegar-se a aspectos isolados, ocasionais e temporários, imaginando erroneamente ver aí a totalidade ou a essência do fenômeno.

Uma dessas constantes é a permanente negação de si mesmo, que permite ao movimento revolucionário tomar as mais variadas formas, mudando de rosto do dia para a noite e desmanteando não só o adversário como também uma boa parte dos seus próprios adeptos. Como a unidade de propósitos do movimento é uma pura abstração e seus objetivos proclamados de um momento são apenas encarnações imperfeitas e temporárias dessa abstração, ele pode se despir das suas manifestações particulares como quem troca de meias, sem nada perder e até elevando-se a novos patamares de poder mediante a mudança repentina de uma política para a política oposta, pronto a voltar à anterior sem aviso prévio se as circunstâncias o exigirem. Guerrilhas e terrorismo, por exemplo, jamais alcançam a vitória no terreno militar, mas produzem um anseio geral de paz, e este pode ser atendido negando a legitimidade da violência que ainda ontem se defendia como um direito inalienável, extraíndo da casca violenta um núcleo de “reivindicações” supostamente “legítimas” e oferecendo a “paz” em troca do poder “legalmente conquistado”. A derrota transfigura-se em vitória, a negação em afirmação triunfante. O partido governante do Brasil chegou ao poder exatamente por esse artifício, cujo *know how* ele agora oferece às Farc. Quando uma parcela do movimento revolucionário renega sua própria violência, é que a violência está em vias de alcançar seus objetivos. Essas mutações não seriam viáveis se os fins e valores concretos proclamados pelo movimento revolucionário – sua “caracterização particular objetiva”, diria Hegel – tivessem alguma realidade em si mesmos e não fossem apenas figuras ilusórias projetadas temporariamente pela abstração de fundo.

Mas a autonegação não afeta só os discursos, os pretextos ideológicos da revolução. Ela atinge o corpo mesmo do movimento, periodicamente sacrificado no altar das suas próprias ambições.

A base última da sociedade humana, ensinavam S. Paulo Apóstolo e Sto. Agostinho, é o amor ao próximo. Tingida ou não de ódio ao estranho (que é por assim dizer a sua contrapartida demoníaca, reflexo da imperfeição inerente do amor humano e

não um fator substantivo independente como pretendia Emmanuel Levinas), a comunidade do espírito, devoção comum a um sentido de vida aberto para a transcendência, refluí sobre cada um dos seus membros, aureolando-o de uma espécie de sacralidade aos olhos dos demais, seja nomeando-o um membro do corpo de Cristo ou da *umma* islâmica, um *civis romanus*, um descendente de Moisés, um herdeiro da tradição nhambiquara ou um simples “cidadão” da democracia moderna, participe na comunidade dos direitos invioláveis adquiridos, em última análise, de instituições religiosas milenares. Não é concebível nenhuma “fraternidade” sem uma “paternidade” comum. Mesmo na esfera mais imediata da vida econômica, nenhum comércio frutífero é possível sem a “sociedade de confiança” da qual falava Alain Peyrefitte,[116] fundada na crença de que os valores sagrados de um não serão violados pelo outro.

Em contraste com essa regra universal, o movimento revolucionário diferencia-se pela constância com que, nas organizações e governos que cria, seus próprios membros se perseguem e se aniquilam uns aos outros com uma obstinação sistemática e em quantidades jamais vistas em qualquer outro tipo de comunidade humana ao longo de toda a história. A Revolução Francesa cortou mais cabeças de revolucionários que de padres e aristocratas. A Revolução Russa de 1917 não se fez contra o tsarismo, mas contra os revolucionários de 1905. O nazismo elevou-se ao poder sobre os cadáveres de seus próprios militantes, imolados ao oportunismo de uma aliança política na “Noite das Longas Facas” em 29 de junho de 1934. Mas seria uma ilusão imaginar que esses rituais sangrentos reflitam apenas o furor passageiro das hecatombes revolucionárias. Uma vez consolidados no poder, os partidos revolucionários redobram de violência, movidos pela suspeita paranóica contra seus próprios membros, matando-os aos milhões e dezenas de milhões com uma sanha que ultrapassa tudo o que os mais violentos próceres da reação jamais pensaram em fazer contra eles. Nenhum ditador de direita jamais prendeu, torturou e matou tantos comunistas quanto os governos da URSS, da China, do Vietnã, do Camboja, da Coreia do Norte e de Cuba. As lágrimas de ódio que sobem à face dos militantes de esquerda quando falam de Francisco Franco, de Augusto Pinochet ou mesmo da brandíssima ditadura brasileira, não expressam senão um mecanismo histérico de autodefesa moral – a “repressão da consciência”, como a chamava Igor Caruso –, a projeção inversa das culpas incalculavelmente maiores que o movimento revolucionário tem para com milhões de seus próprios fiéis.

A contrapelo da inclinação universal da natureza humana para fundar a vida social no amor ao próximo, o movimento revolucionário cria sociedades inteiramente baseadas no ódio, fazendo da unidade provisória inspirada no ódio a este ou àquele inimigo externo ou interno um arremedo satânico do amor.

Nada disso seria possível se os ideais e bandeiras erguidos pelo movimento revolucionário a cada passo da sua história tivessem alguma substancialidade em si mesmos. Neste caso a fidelidade comum aos valores sagrados protegeria os membros da comunidade revolucionária uns contra os outros. Mas esses ideais são como as figuras formadas pelas nuvens no céu, condenadas a dissipar-se ao primeiro vento, deixando atrás de si apenas o céu vazio. A única, central e permanente fidelidade do movimento revolucionário é à liberdade abstrata, que, com suas irmãs siamesas, a igualdade abstrata e a fraternidade abstrata, não pode encarnar-se perfeitamente em nenhuma forma particular histórica e, não consistindo senão de vazio absoluto, só pode encontrar a satisfação de um sentimento fugaz de existência no exercício da aniquilação, na insaciável “fúria da destruição”.

14 de novembro de 2008

Conjeturas e fatos

NÃO SEI SE BARACK HUSSEIN OBAMA NASCEU NO QUÊNIA, NO HAVAÍ, no Rio de Janeiro ou em Serra Leoa. Não sei se Barack Hussein Obama é filho de Barack Obama Senior, de Malcom X ou de Mickey Mouse. Não sei se Barack Hussein Obama é o candidato da Manchúria ou um político como qualquer outro. Não sei se o maior sonho de Barack Hussein Obama é destruir os EUA, como supõe Brad O’Leary em *The Audacity of Deceit*, [117] ou soltar uma bomba atômica em Moscou, como assegura Webster G. Tarpley em *Obama: The Postmodern Coup* (sim, Obama tem críticos na esquerda).

O que sei com certeza, e desafio qualquer um a provar que estou errado, é o seguinte:

1. A certidão de nascimento que ele publicou no seu site de campanha não é uma certidão de nascimento, mas um simples atestado emitido anos depois. Só com esse atestado, sem uma cópia da certidão original, ninguém nos EUA poderia tirar uma carteira de motorista ou um passaporte.
2. O atestado em si não vale nada, mas, como a mídia mundial alardeou que uma “organização apartidária” teria confirmado a autenticidade do documento, é bom saber que isso é uma mentira cínica. O site *FactCheck* pertence à ONG Chicago Annenberg Challenge, que contribuiu para a campanha de Obama e onde ele trabalhou ao lado de William Ayers, coletando dinheiro para organizações esquerdistas.
3. Por duas vezes a avó de Obama afirmou que ele nasceu no Quênia. Depois disso a família Obama cancelou toda entrevista dela à imprensa, alegadamente para não cansar a venerável anciã.
4. Continua bloqueado, por ordem de Obama, o acesso não só à certidão de nascimento, mas a todos os documentos do novo presidente: seu histórico escolar, seus registros médicos, seu passaporte, sua lista de contribuintes de campanha, sua agenda de audiência no Senado, o rol de clientes do seu escritório de advocacia e até sua tese de doutoramento, alegada – gozação sinistra – como prova de seus dons intelectuais superiores. Nenhum candidato à presidência dos EUA ou de qualquer outra nação democrática jamais sonegou à imprensa essas informações básicas sobre sua pessoa. Lênin, Stálin, Hitler, Mao e Pol-Pot jamais esconderam seus históricos escolares.
5. A grande mídia americana continua ocultando ao público o capítulo mais importante da carreira política de Obama antes da candidatura: sua intensa participação (com comícios de palanque e tudo o mais) na campanha eleitoral do genocida Raila Odinga à presidência do Quênia. O governo atual do Quênia colabora na operação-abafa montada para proteger Obama, proibindo qualquer investigação a respeito dele no território queniano.

Concluam daí o que quiserem. Contestar hipóteses não impugna os fatos que elas pretendem explicar.

17 de novembro de 2008

O surrealismo no poder

QUE OBAMA EXIBE POR TODA PARTE UMA IMAGEM de pura propaganda enquanto move céus e terras para ocultar os documentos essenciais sobre sua vida e sua carreira, é um fato que nem os adeptos mais fanáticos do presidente eleito conseguem negar. Também é certo que nenhum candidato ou presidente antes dele, nos EUA ou em qualquer outro país, se furtou tão obstinadamente ao dever de provar sua identidade. Mesmo os tiranos mais solidamente protegidos entre muralhas de segredos jamais se rebaixaram ao ponto de bloquear ao exame público documentos banais como um histórico escolar, uma ficha médica, uma tese de doutoramento, um certificado de alistamento militar. E note-se que Obama não se limita a escondê-los pessoalmente: montou para isso uma vasta operação-sumiço, mobilizando governadores e secretários de Estado, deputados, senadores, o presidente e o primeiro ministro de uma nação estrangeira, centenas de jornalistas e toda uma equipe de advogados caríssimos, tudo para impedir que os americanos saibam em quem votaram. Centenas de pedidos de abertura fundados no *Freedom of Information Act*, do qual nem segredos de guerra costumam escapar, foram solenemente ignorados. Ninguém se esforça tanto para se esconder se não tem nada a esconder.

Pavoneando-se como um *pop star* e ao mesmo tempo ocultando-se como um foragido da justiça, Obama tornou-se o personagem mais anormal, mais esquisito e mais suspeito que já ousou aproximar-se do Salão Oval, não digo para ocupá-lo, mas mesmo para visitá-lo: nenhum visitante entra lá sem mostrar os documentos na porta.

A situação torna-se ainda mais absurda e grotesca, porque nunca a checagem dos candidatos a cargos no funcionalismo público foi tão rigorosa quanto depois do advento de Obama: cada um, agora, tem de informar até se possui arma em casa – pergunta que os governos anteriores considerariam indecorosa.

O contraste entre a conduta de Barack Obama e a de todos os seus antecessores na presidência ou nas eleições é tão extremo e tão chocante, que continuar enfatizando a cor da sua pele é desviar as atenções para um detalhe menor. Um negro na presidência dos EUA, mais cedo ou mais tarde, era uma probabilidade bem maior, pelo menos, do que um na presidência de Cuba. Enquanto personagem moral, Obama é muito mais diferente de qualquer político normal do que um Zulu é diferente de um Viking.

Porém mais extravagante ainda é o esforço unânime da grande mídia e da cúpula democrata (duas entidades cada vez mais indiscerníveis) para fingir que tudo isso é normal e para estigmatizar como um abuso intolerável, uma prova de racismo ou um sintoma de paranóia toda veleidade de investigar a vida do presidente eleito. Numa comparação objetiva, essa campanha intimidatória é o mais vasto empreendimento de subversão psicológica já observado na história humana: é o *establishment* bilionário inteiro que se empenha com todas as suas forças em destruir rapidamente, na população, o discernimento moral mais elementar, o senso das proporções e a noção mesma de obrigações e direitos. Na verdade a subversão não é somente psicológica: a partir do instante em que se tenta consagrar a mera vitória nas urnas como um salvo-conduto para o presidente eleito ignorar a constituição, as leis e os mais mínimos requisitos de transparência, a democracia representativa está ameaçada de extinção, instaurando-se em seu lugar, da noite para o dia, a “democracia plebiscitária” de Jean-Jacques Rousseau. Nada mais lógico do que o regime inventado por um mentiroso compulsivo tornar-se realidade em benefício de outro mentiroso compulsivo.

Falando nisso, até agora a única tentativa bem sucedida de desencavar documentos de Obama por meio do *Freedom of Information Act* revelou ao público – depois das eleições, é claro – o alistamento militar do referido. Nos EUA não há serviço militar obrigatório, mas todo cidadão tem de se inscrever no “Selective Service”, à espera de uma possível convocação, entre os 18 e 26 anos. Obama, nascido em 1961, tinha prazo até 1987. Seu certificado de alistamento parece regular, pois está datado de 30 de julho de 1980. Só há dois detalhes:

A data de impressão do formulário é 2008.

O carimbo postal vem com a sigla USPO, “*United States Post Office*”, mas o nome da repartição foi mudado em 1970 para “*United States Postal Service*”, USPS, e todos os carimbos anteriores foram automaticamente invalidados.

Todo mundo sabe que Obama multiplica os pães e caminha sobre as águas. Agora revela-se que ele pode não só preencher formulários dezoito anos antes de que sejam impressos, mas também carimbá-los dez anos antes de preenchê-los. Se não é

milagre, é pelo menos crime federal.[\[118 \]](#)

20 de novembro de 2008

Cf. http://www.debbieschlussel.com/archives/2008/11/exclusive_did_n.html.

Meditação do Dia de Ação de Graças

O DIA DE AÇÃO DE GRAÇAS, QUE SE FESTEJA DESDE O SÉCULO XVI mas foi instituído como data oficial por George Washington, é um dos últimos motivos remanescentes para os EUA não se tornarem de vez uma nação de meninos mimados odientos, empenhados em vingar-se de seus benfeitores. Malgrado as tentativas de inocular neles a amargura e a revolta, em geral os americanos continuam gratos de viver num país tão rico e generoso, de modo que em seus corações o sentimento de amor a Deus se mescla indissolúvelmente com o amor à pátria. Nos EUA, é às vezes difícil saber onde termina a religião e onde começa o civismo. Instituído o *Thanksgiving Day* em 3 de outubro de 1789, George Washington escreveu: “É dever de todas as nações reconhecer a providência de Deus Todo-Poderoso, obedecer à Sua vontade, ser gratas aos Seus benefícios e humildemente implorar Sua proteção e favor”. Essas palavras já respondiam antecipadamente àqueles que negam a origem judaico-cristã das instituições políticas americanas.

Como alguns amigos americanos me pediram que celebrasse o *Thanksgiving* com eles escrevendo umas linhas sobre o sentimento de gratidão, decidi tomar como ponto de partida o que pode haver de menos cristão ou judaico: as idéias do filósofo Peter Singer, o professor de Princeton que não vê grande diferença entre matar uma galinha para comê-la e estrangular um bebê para jogá-lo no lixo.

A ética do prof. Singer é baseada num conjunto de argumentos bem simples e razoáveis:

Causar sofrimento é indiscutivelmente um mal.

Causamos necessariamente sofrimento aos animais quando os matamos e comemos.

Não há nenhuma prova de que a sobrevivência de um animal à custa do sofrimento de outro seja um bem.

Vivemos, portanto, do mal, sobretudo quando pretendemos ver na nossa própria sobrevivência à custa dos outros um bem.

Se somarmos ao sofrimento que causamos ao reino animal o mal que nos infligimos uns aos outros desde a origem dos tempos, veremos que o mal impera no mundo em quantidades tais que não sobra nenhuma razão plausível para supor que um Deus bom tenha criado tudo isso.

À primeira vista, não há como refutar esses argumentos. Ao contrário, tudo o que podemos fazer é aceitá-los e prosseguir raciocinando com base neles, em busca de uma ética que não feche os olhos à dura realidade que eles expressam.

Desde logo, não há nenhuma prova de que os vegetais não sofram tanto quanto os animais quando os arrancamos do solo, cortamos, assamos e comemos. Desde a publicação de *The Secret Life of Plants* de Peter Tompkins e Christopher Bird em 1973, até o estudo mais recente de Anthony Trewavas, *Green plants as intelligent organisms* (2005), têm-se acumulado indícios de que as plantas possuem algumas habilidades cognitivas e afetivas. É verdade que nem toda a comunidade científica aceita essas provas, mas o simples fato de que a discussão se arraste sem conclusões unânimes nos impõe por sua vez a conclusão de que seria uma temeridade afirmar, sem mais, que comer vegetais é um ato moralmente inofensivo.

Muito menos existem provas de que alimentar-se exclusivamente de vegetais torna os seres humanos melhores ou menos violentos. Adolf Hitler era vegetariano, e a história da mais vegetariana das civilizações, a indiana, é um cortejo de horrores que prossegue no século XX com o massacre de muçulmanos pelos hindus quando da independência da Índia e com a matança sistemática de cristãos hoje em dia.

De um ponto de vista singeriano, portanto, nenhum ser vivo – animal ou vegetal – pode moralmente ser trucidado e comido pelas criaturas humanas. Isso equivale a afirmar que comer, no sentido mais geral da palavra, é um pecado e um crime. Mas, se todo mundo houvesse se refricado de cometer esse crime desde o começo da história humana, não haveria história humana nenhuma e não estaríamos aqui discutindo esse adorável assunto. A conclusão inapelável que se segue é que, no sentido mais geral, a vida humana é um pecado e um crime – conclusão que a própria Bíblia subscreve sob o nome de “a Queda”.

Não há, pois, uma oposição formal entre o cristianismo e as idéias do prof. Singer. O que há é uma diferença de escala, pois o prof. Singer baseia toda a sua ética na observação do que se passa no mundo material submetido a determinações quantitativas, entre as quais a necessidade de alimentos, ao passo que a Bíblia inclui a totalidade desse mundo no quadro imensuravelmente maior da infinitude divina.

Não é preciso ser muito inteligente para compreender que tudo aquilo que é quantitativo e finito, ainda que imensamente grande, está contido no infinito como um grão de areia no fundo do oceano. O infinito não tem limitações de espécie alguma e é, ao mesmo tempo, a única coisa que tem de existir necessariamente. Pretender que o universo quantitativo e finito seja a medida última da realidade é autocontraditório, pois uma coisa só termina onde faz fronteira com outra, de modo que a idéia mesma de finitude supõe a existência do infinito para além do finito. O universo finito está submetido à Segunda Lei da Termodinâmica, ou entropia, não tendo como subsistir se não for continuamente realimentado e regenerado pelo infinito. Mais ainda, o infinito não pode nem mesmo ser considerado só do ponto de vista quantitativo, pois a quantidade é em si mesma uma limitação. O infinito transcende todas as determinações quantitativas e só pode ser concebido como uma pletora de qualidades positivas ilimitadas, o Supremo Bem de que falava Platão. Nenhum argumento racionalmente defensável pode ser apresentado contra a existência do Supremo Bem, pois todos resultam em atribuir infinitude àquilo que eles mesmos admitem como finito. O Supremo Bem é, ao mesmo tempo, a Suprema Realidade.

Vistos na escala do infinito, todos os males do mundo finito, por imensos que sejam, são anulados no mesmo instante. Não se pode conceber uma única privação ou limitação que, na escala do infinito, não esteja compensada automaticamente pela profusão ilimitada das qualidades correspondentes.

A Bíblia descreve a Queda, precisamente, como o instante em que os seres humanos perderam de vista a escala da infinitude, passando a considerar o mundo finito como o horizonte último da realidade e, por isso mesmo, as coisas finitas como o objeto exclusivo dos seus desejos. As constantes menções pejorativas do discurso religioso aos “desejos carnaís” evocam popularmente a atração entre os sexos, mas essa atração não pode ser boa nem má em si mesma, pois ela tanto pode significar a obsessão pela posse sexual de um corpo determinado quanto a abertura para o desejo do amor infinito por trás da sua concretização temporária na afeição entre dois seres humanos. Segundo o clássico *Dicionário Etimológico* de Ernout e Meillet, a palavra “carne”, do latim *caro*, vem de uma raiz osco-úmbria que significa “cortar” ou “fazer em partes”, a qual subsiste de maneira mais clara no grego *karenai*, no irlandês *scaraim* e no lituano *skiriu*, todos com o sentido de “cortar” ou “separar”, bem como no próprio latim *curtus*, que originou os termos portugueses “cortar”, “curto” e, por fim “castrar”. O desejo carnal que a Bíblia condena é a afeição hipnótica pelo bem terreno amputado, cortado, separado da sua raiz na infinitude. É o desejo cego de uma coisa ilusória que só pode resultar, por sua vez, na separação entre a consciência humana e o fundo divino da realidade – um fenômeno que condensa em si as características de alienação, ou afastamento, e de castração ou autocastração espiritual. A castração consiste na perda da capacidade gerativa, portanto também regenerativa. Na escala do infinito, tudo aquilo que é consumido, perdido, extinto ou gasto no domínio da matéria e do tempo é instantaneamente reconquistado e recriado na eternidade. A eternidade é a infinita regeneração de tudo. Tudo aquilo que entrou na existência por um momento, ainda que brevíssimo, não pode nem voltar a existir no tempo nem desaparecer da eternidade: o que um dia foi “ser”, não pode voltar ao “nada”, porque o nada nunca foi. Considerado no entanto em si mesmo, separado do infinito, o mundo finito é o mundo da contínua extinção, o mundo da entropia. A castração espiritual consiste em perder o sentido da regeneração perpétua, por meio do corte entre o finito e o infinito – a prisão no mundo da “carne”. Nesse mundo, um simples pé de alface que você coma é uma perda irreparável. Bilhões de galinhas, carneiros, vacas e porcos sacrificados em vão na mesa da espécie humana são provas sangrentas da universalidade do mal e do absurdo.

O prof. Singer tem toda a razão no que concerne ao mundo finito. Mas, curiosamente, em vez de voltar-se em seguida com gratidão para o infinito que tudo cura e regenera, ele usa o mal do mundo finito como prova da inexistência do infinito. Isto não faz sentido, já que o finito não pode sequer ser concebido em si mesmo como totalidade sem referência ao infinito. Quer dizer: o prof. Singer condena o mundo finito no instante mesmo em que o glorifica como realidade última, suprimindo o infinito. Mas, como vimos, é essa mesma supressão que torna o mundo finito mau e insuportável, uma imagem do inferno. O prof. Singer tranca-nos no inferno e depois nos acusa de viver no inferno.

Seus argumentos contra o mundo finito são verdadeiros, mas, na escala do infinito, tornam-se banais e irrelevantes. Nossa existência só tem sentido e valor quando reconhecemos a limitação do finito e, erguendo os olhos ao infinito, admitimos que essas limitações são também limitadas, passageiras e, em termos absolutos, ilusórias: só a infinitude divina é real de pleno direito – e é ela que torna a nossa vida possível, suportável e cheia de sentido, ao contrário do festival macabro de interdevoração que nos descreve o Prof. Singer. O sentimento de gratidão à infinitude divina não é um ritual religioso, embora possa sê-lo também: ele é, na base, a única atitude sensata dos seres humanos que reconhecem a estrutura da realidade e não se deixam hipnotizar por pesadelos demoníacos, mesmo que venham de Princeton. Dar graças ao Senhor é obrigação de todas as criaturas pensantes e de todas as nações.

A elite que virou massa

EM 1939, ERIC VOEGELIN OBSERVAVA que as condições essenciais para a democracia, tal como haviam sido concebidas no século XVIII, já não existiam mais. De um lado, a economia e a administração pública tinham se tornado tão complexas que o cidadão comum já não preenchia as condições mínimas para formar uma opinião racional a respeito: sua razão refluía para o círculo estreito das atividades profissionais e familiares, deixando suas escolhas políticas à mercê de apegos emocionais, desejos pueris, sonhos e fantasias que o tornavam presa fácil da propaganda totalitária. De outro lado, as novas classes surgidas na sociedade moderna – o proletariado urbano, o baixo funcionalismo público, os empregados de escritório – eram bem diferentes dos pequenos proprietários que criaram a democracia iluminista: eram exemplares do “homem massa” de Ortega y Gasset, menos inclinados à busca da independência pessoal do que a confiar-se cegamente à mágica do planejamento estatal e da disciplina coletiva. Tudo, no mundo, convidava ao totalitarismo.

Passados setenta anos, a composição da sociedade tornou-se ainda mais vulnerável à manipulação totalitária. O advento de massas imensas de subempregados, dependentes em tudo da proteção estatal, somada à destruição da intelectualidade superior por meio da transformação global das universidades em centros de propaganda revolucionária, reduziu praticamente o eleitorado inteiro à condição de massa de manobra. As conseqüências disso para a democracia foram devastadoras:

A quase totalidade dos eleitores já nem tem idéia do que possa ter sido a independência pessoal, e aqueles que ainda sabem algo a respeito estão cada vez mais dispostos a abdicar dela em troca da proteção governamental, de benefícios previdenciários, etc.

A defesa das liberdades públicas e privadas tornou-se irrelevante. A mística do “planejamento” apossou-se de todas as consciências ao ponto de que o que resta de debate público ser hoje nada mais que o confronto entre diferentes – e em geral não muito diferentes – planos mágicos.

A possibilidade mesma de iniciativas sociais independentes foi praticamente eliminada, na medida em que a regulamentação das ONGs as transformou em extensões da administração estatal e em instrumentos de manipulação das massas pela elite iluminada e bilionária.

A “liberdade de opinião” tornou-se apenas a liberdade de aderir a distintos ou indistintos discursos de propaganda pré-moldados. O exame racional da situação tornou-se virtualmente incompreensível, sendo marginalizado ou absorvido, *malgré lui*, em algum dos discursos de propaganda existentes.

A implantação de políticas de controle totalitário – da economia, da cultura, da religião, da moral, da vida privada – mostrou-se plenamente compatível com a subsistência do processo eleitoral formal, hoje tido como suficiente para conferir a uma nação o título de “democracia”. Com esse nome ou o de “democracia de massas”, a ditadura por meios democráticos tornou-se praticamente o regime universal.

Restringir o uso da racionalidade às atividades profissionais imediatas, abandonando as escolhas políticas à mercê de sonhos e desejos irracionais, deixou de ser um hábito limitado às classes populares. As próprias “elites”, hoje em dia – empresários, militares, jornalistas e formadores de opinião em geral – são tão dependentes de propaganda, *slogans* e imagens ilusórias, tão incapazes de um exame realista do estado de coisas, quanto os empregadinhos de escritório de que falava Eric Voegelin. Se um analista político lhes dá fatos, razões, diagnósticos fundamentados e previsões acertadas, a “elite” se sente mal. Ela não se ofende quando você lhe sonega a verdade, como ocorreu no caso do Foro de São Paulo ou da biografia de Barack Hussein Obama, mas quando você lhe conta alguma verdade que divirja das pseudocertezas estereotipadas da mídia popular, hoje investida de autoridade pontifícia. A elite, em suma, tornou-se massa – e, como massa, não quer conhecimento, visão, maturidade: quer aquele reconforto, aquele amparo psicológico, aquelas ilusões anestésicas que os manipuladores totalitários jamais deixarão de lhe fornecer.

O exercício da razão, hoje, é um privilégio dividido entre os grandes planejadores estratégicos e engenheiros comportamentais, que por motivos óbvios não pensariam em partilhá-lo com ninguém mais, e os estudiosos independentes que tentam em vão partilhá-lo com quem não o deseja.

Os palhaços

O *ESTADÃO* E O *UOL* SÃO ALGUNS DOS ÓRGÃOS DE MÍDIA BRASILEIROS que caíram no engodo talvez voluntário de noticiar, com mal disfarçada satisfação, o processo movido contra o vice-presidente americano Dick Cheney pelo promotor do condado de Willacy, Texas, Juan Angel Guerra. O promotor acusava Cheney de “crime organizado” associado ao mau tratamento de prisioneiros em penitenciárias federais. Para os odiadores de Dick Cheney, que incluem praticamente a totalidade da classe jornalística de uns vinte países, mais a galeria inteira das figuras do *show business* e do ativismo acadêmico, era uma oportunidade de ouro.

Logo que essa onda começou, avisei, pelo meu programa *True Outspread*, que era tudo uma farsa boboca. Juan Angel Guerra, já nos últimos dias do seu mandato de promotor após uma derrota eleitoral acachapante, é famoso no Texas por ter cumprido pena duas vezes por crime de roubo – sim, isso mesmo, roubo. Desde que esmurrou a mesa de um juiz e se dirigiu ao magistrado aos berros, passaram a achar que ele não estava bom da cabeça. A suspeita foi integralmente confirmada quando ele moveu cinco processos nos quais era ele mesmo a vítima, a testemunha e o promotor.

File ao seu estilo pitoresco, Guerra deu ao inquérito anti-Cheney o título de “Operação Golias”, atribuindo nomes bíblicos a cada um dos personagens citados. O dele próprio, quem diria?, era “Davi”. Adivinhem quem era Golias.

Normalmente a mídia pensaria duas vezes antes de dar espaço à ação judicial aberta por um personagem tão extravagante, mas, sabem como é, contra Dick Cheney vale tudo. O problema maior, que nenhum jornal ou noticiário de TV pareceu notar, era o seguinte: a única ligação que o promotor conseguiu encontrar entre o acusado e o sistema penitenciário federal foi que o vice-presidente tinha ações de uma companhia que por sua vez possuía ações de outra companhia que administrava algumas prisões. Era como processar um quaqueir dentre milhares de acionistas de uma indústria farmacêutica porque alguém morreu de overdose de analgésicos.

Como sempre, meus colegas de mídia ignoraram minhas advertências, preferindo seguir suas próprias luzes.

Pois bem, no último dia 2 de dezembro o juiz do condado, Manual Banales, não só rejeitou o processo mas advertiu ao promotor que pare com essas bobagens e se comporte melhor nesse seu finzinho de mandato antes de arrumar alguma encrenca séria. Li a notícia no *San Francisco Chronicle*. Não saiu uma só linha a respeito na mídia nacional.

Em compensação, a enxurrada de processos contra Barack Hussein Obama, um caso mortalmente sério baseado em provas sólidas (tão sólidas que até agora o réu só tem escapado delas pela via de formalismos processuais), vem sendo tratada pelos jornalistas brasileiros com o mesmo desprezo postiço, forçado, fingidamente *blasé*, com que ainda ontem recusavam averiguar o Foro de São Paulo, proclamando-o *a priori* inexistente ou irrelevante e ainda por cima me acusando – a mim, porca miséria! – de ser um dogmático cheio de certezas, tão diferente deles, cultores da dúvida metódica e da investigação objetiva...

Esse pessoal não aprende com a experiência. Cegamente confiante na autoridade da campanha obamista, que chamou os processos de “palhaçadas”, a mídia nacional optou por ignorar que a Suprema Corte dos EUA, decerto um bando de desocupados em comparação com os atarefadíssimos jornalistas brasileiros, levou as queixas a sério o bastante para dedicar o dia 5 deste mês a uma sessão secreta convocada para averiguá-las.

No caso do Foro de São Paulo, o tempo encarregou-se de mostrar quem era o investigador e quem eram os palhaços inflados de certezas. Mostrará novamente.

4 de dezembro de 2008

Andando na lua

A CIÊNCIA HISTÓRICA, DIZIA LEOPOLD VON RANKE, é “contar as coisas como efetivamente se passaram”. Tal é também, em escala mais modesta, a missão do jornalismo. As dificuldades para cumpri-la são muitas. A principal é que cada personagem envolvido na trama tem sua própria versão dos acontecimentos, não raro concebida de antemão para produzi-los no sentido desejado, o que inclui forçosamente a dose de camuflagem necessária para que o público não apreenda o que está acontecendo, mas se limite a decorar e recitar a sua parte num enredo cujo nexos com os fatos lhe escapará por completo. Tal é a diferença entre “acontecimentos” e “narrativa”. A narrativa pode rastrear os acontecimentos depois que sucederam, mas pode também substituir-se a eles, antecipadamente, para ao mesmo tempo gerá-los e encobri-los. Para este último fim ela tem de ser mais atraente e parecer mais natural, mais fácil de acreditar do que os fatos que encobre. A primeira condição obtém-se amoldando-a às esperanças, sonhos, temores e ódios do público; a segunda, repetindo-a com insistência e por uma variedade muito grande de canais, dando uma impressão de testemunho universal convergente de tal modo que suspeitar da veracidade da coisa pareça um sinal de demência pura e simples.

Distinguir entre narrativa e acontecimentos é questão de inteligência. A mais decisiva operação da inteligência é distinguir entre o essencial e o acessório, ou, como dizia Aristóteles, entre a substância e o acidente. A substância é a “diferença específica” que destaca uma coisa daquelas que se lhe assemelham. Uma narrativa astuta pode trazer um elemento accidental e secundário para o centro da trama, bloqueando a percepção do essencial, de modo que este se realize discretamente enquanto todos estão olhando para o outro lado.

A narrativa da vitória de Barack Obama já estava pronta muitos meses antes das eleições: era o “presidente negro” que vencera a “herança racista” da nação americana, marcando “uma mudança histórica”. Tal era o discurso de propaganda, repetido, como traslado puro da realidade, por todas as grandes empresas de mídia, cujos proprietários e controladores aliás eram, eles próprios, adeptos e contribuintes do candidato.

No entanto, basta um pouco de inteligência para perceber que a cor da pele de Obama não é sua diferença específica, essencial: é apenas a sua diferença mais vistosa. Examinando sua história, sua formação, suas ligações políticas e sua conduta de campanha, verifica-se acima de qualquer dúvida possível que, como político, ele difere imensamente mais de todos os candidatos anteriores à presidência americana do que um negro difere de um branco ou um esquimó difere de um negro. Não há, afinal, grande originalidade em um negro eleger-se presidente dos EUA. Pela lei das probabilidades, isso acabaria acontecendo mais cedo ou mais tarde. E, ao contrário do que alardeia a narrativa forjada com base num estereótipo de cinco décadas atrás, as resistências à presença de negros nos altos postos são hoje praticamente nulas na sociedade americana; ao contrário, essa presença é aplaudida quase unanimemente, mesmo quando o personagem incumbido de personificá-la não é dos mais talentosos. Dos eleitores, apenas a sexta parte declarou que a raça foi importante na escolha do seu candidato e, desses, a quase totalidade votou em Obama. Por que então declarar, como o fez o candidato contra todo o senso das proporções, que sua vitória é um feito tão grandioso quanto o desembarque do primeiro homem na Lua? É fácil demais atribuir essa declaração à megalomania narcisista (que Obama tem, mas um pouco abaixo da dose demencial requerida para dizer uma coisa dessas). Obama tem razões para dizer o que disse: ele sabe que traz consigo uma diferença específica mais discreta, porém infinitamente mais significativa do que a cor da sua pele, e que essa diferença, ela sim, faz do seu acesso à presidência um acontecimento mais que espetacular, um acontecimento de proporções quase apocalípticas. Não é uma diferença totalmente invisível. As pessoas só não a enxergam porque a mídia não a aponta e porque, ao contrário do que acontece com a diferença epidérmica, ela não é animadora e sim temível, temível em grau maior do que a média dos seres humanos é capaz de suportar.

A diferença a que me refiro salta aos olhos mediante o simples cotejo de três ordens de fatos bem comprovados:

Desde ontem, Obama, como presidente eleito, passou a receber os relatórios reservados dos serviços de inteligência, tendo acesso a todos os segredos de Estado da nação americana.

Ao mesmo tempo, continua severamente bloqueado ao público, à mídia e aos investigadores em geral todo acesso aos documentos do próprio Obama, seja referentes à sua biografia pessoal, seja à sua carreira política. Ninguém pode examinar sua certidão original de nascimento, seu histórico escolar, seus registros médicos, sua tese de doutoramento, sua agenda de

audiências no Senado, a lista dos clientes do seu escritório de advocacia ou mesmo o rol completo de seus contribuintes de campanha. A vida de Obama é mais secreta do que os mais altos segredos de Estado. Nada se pode saber dela, exceto na versão aprovada por ele. É um privilégio que nem os imperadores da antiguidade ou os tiranos mais prepotentes da modernidade jamais desfrutaram. Lênin, Stálin, Hitler e Mussolini jamais fizeram de seus históricos escolares um segredo de Estado. As vidas de Vladimir Putin, de Fidel Castro, de Hugo Chávez, são muito mais transparentes que a de Barack Hussein Obama. O homem mais visível do universo é ao mesmo tempo o mais opaco, o mais incognoscível.

Para completar, a biografia “oficial” de Obama é tão cheia de inconsistências e contradições que só um público reduzido à infantilidade mental pode aceitá-la sem perguntas. Ele diz que nasceu num lugar, sua avó diz que ele nasceu em outro. Ele diz que nasceu no Havaí quando sua mãe estudava e morava em Seattle, a duas mil milhas de distância. Não existe a mais mínima prova de que seu pai estivesse no Havaí – e muito menos em Seattle – na época em que Obama teria sido gerado. Nenhum dos colegas de universidade de sua mãe, em Seattle ou no Havaí, se lembra de tê-la visto grávida. Ele disse que só conhecera William Ayers de vista, mas os documentos provam que trabalharam juntos por muito tempo, que Ayers o indicou para diretor da ONG Chicago Annenberg Challenge e que muito provavelmente foi o *ghost-writer* da sua autobiografia. Ele disse que não foi favorecido na compra da sua casa com dinheiro do vigarista sírio Tony Resko (recebido de Sadam Hussein, *by the way*), mas o recibo prova que pagou 300 mil dólares abaixo do preço. Ele disse que nunca trabalhou na Acorn, mas aparece em fotos dando aulas para os militantes da organização. Ele negou qualquer ligação política com Raila Odinga, mas as fotos o mostram no palanque, fazendo comício na campanha presidencial do genocida. Ele disse que não sabia das idéias políticas do pastor Jeremiah Wright, mas passou vinte anos ouvindo todas as semanas os sermões dele, que só falavam de política. E ainda restam algumas perguntas vitais: Por que tantos árabes – um príncipe saudita, um vigarista sírio e dois famosos agitadores pró-terroristas estão na lista – decidiram, sem mais nem menos, pagar todos os estudos de um jovem negro americano que não tivera até então nenhuma atuação pública digna de atenção? Como o conheceram? Por que decidiram ajudá-lo a subir na vida? São perguntas que até um candidato a sargento de polícia teria de responder obrigatoriamente. Dispensar delas um presidente da República, ao mesmo tempo que se desvelam diante dos seus olhos os mais altos segredos de Estado, é dar a ele o privilégio de tudo saber sem ser conhecido por ninguém, mesmo sendo ele um personagem que dá razões de sobra para ser investigado, um tipo suspeito que, se não foi plantado no posto mais alto da República americana pelos inimigos da nação, ao menos consentiu que eles lhe pagassem para chegar lá – um tipo que, se não é o “candidato da Manchúria”, é o que já houve de mais parecido com ele na realidade.

Pela primeira vez na história da humanidade a nação mais poderosa que já houve no mundo entrega seu comando e seus segredos de Estado a um completo desconhecido, envolto em segredos e mentiras como jamais um governante foi, mesmo nas ditaduras mais tenebrosas.

Perto dessa diferença abissal e imensurável, perto dessa originalidade inédita e absoluta, ser um candidato negro é, a rigor, um detalhe irrelevante, exceto no sentido de que a diferença epidérmica é usada justamente para encobrir a diferença profunda, tanto mais decisiva quanto mais proibida e inacessível. Se isso não é como andar na Lua, é pelo menos reinar na Terra sobre um eleitorado perdido no mundo da Lua, alienado da realidade pela sedução da narrativa.

8 de dezembro de 2008

Os vilões de sempre

MESMO QUANDO VOCÊ TEM TODOS OS DOCUMENTOS e testemunhos de fonte primária, é impossível escrever História sem um bocado de imaginação. É a imaginação que cria os nexos entre os vários pontos que os documentos e testemunhos não atestam senão separadamente. A História é uma ciência, ciência é a busca da racionalidade no real, e buscar a racionalidade no real não é senão ir subindo na escala dos quatro discursos de Aristóteles, do possível ao verossímil, do verossímil ao razoável e do razoável ao demonstrado ou certo. A primeira etapa desse processo é puro trabalho de imaginação. É a imaginação que enquadra os dados na moldura racional dos graus de credibilidade admissíveis, com o objetivo ideal de tornar viável, no fim, a prova científica.

O que estou dizendo não vale só para o historiador de ofício, é claro. Toda compreensão de fatos políticos, sociais, culturais, psicológicos e econômicos tem como pressuposto o enquadramento imaginativo da situação. Só sobre essa base é possível o trabalho crítico da inteligência. O raciocínio mais exato do mundo, exercido sobre uma base imaginativa estreita, deformada ou doente, só pode levar a erros terrivelmente persuasivos.

O problema é que a imaginação do cidadão comum é deploravelmente pobre e esquemática em comparação com as complexidades e as profundezas abissais da história contemporânea. Com a maior facilidade o sujeito é induzido a crer em histórias da carochinha que confirmam os seus preconceitos e esperanças e a duvidar dos fatos mais amplamente comprovados que, à sua míngua capacidade imaginativa, pareçam estranhos ou inverossímeis. E não me refiro só ao povão, mas à quase totalidade dos “formadores de opinião” que em geral não são estudiosos treinados na arte da “fantasia exata”, mas apenas cérebros de segunda ordem intoxicados de estereótipos e frases feitas, desesperadamente necessitados da aprovação de seus pares ao ponto de preferir errar com eles, quando a alternativa é uma verdade solitária.

O termo “fantasia exata” é de Leonardo da Vinci: designa a imaginação treinada para deslizar ao longo das estruturas do real, em vez de afastar-se delas. É a habilidade cognitiva mais decisiva – e a mais escassa entre os “intelectuais públicos”, não só no Brasil como no resto do mundo.

Para complicar um pouco mais as coisas, o imaginário popular é moldado hoje em dia pela indústria do *show business*, o que é o mesmo que dizer que a mente do cidadão comum só é capaz de conceber na vida real as situações que tenham precedentes no cinema ou na TV, sendo que esses precedentes, por sua vez, são limitados à escala mental dos mini-intelectuais que predominam nessa indústria. Eis aí por que toda hipótese de “conspiração” só tem credibilidade quando os suspeitos são os vilões convencionais de Hollywood: a CIA, as “grandes corporações”, o Exército americano, etc. Por esse lado, as histórias mais absurdas são aceitas com uma credulidade espantosa. Na imaginação popular, o movimento comunista internacional, a espionagem chinesa, os globalistas da ONU e similares nem mesmo existem. Qualquer denúncia que se faça contra eles, por mais bem documentada que esteja, é facilmente impugnada como fantasia paranóica, justamente porque vem em sentido contrário da fantasia paranóica popularmente consagrada. Milhões de idiotas clamam contra os “lucros exagerados” das companhias de petróleo, chegando a atribuir à voracidade delas à guerra do Iraque, sem jamais levar em conta que esses lucros, na mais ousada das hipóteses, não chegam a um terço dos 19 por cento ao ano obtidos pela indústria farmacêutica, esta sim um dos pilares fundamentais do governo mundial em formação.

No caso do público americano, o que o torna ainda mais vulnerável à manipulação das notícias é a sua necessidade compulsiva de parecer equilibrado, centrista, polidíssimo e *mainstream*. A busca da verdade é severamente tolhida quando tem de atender simultaneamente a tantas exigências externas, dispersantes e debilitantes. Para complicar, o padrão de equilíbrio e centralidade é determinado inteiramente pela grande mídia, pelo *show business* e pela intelectualidade acadêmica – precisamente os três setores da sociedade onde se concentra o maior número de inimigos internos dos EUA. Acrescente-se a isso o fato óbvio de que é infinitamente mais fácil, precisamente graças às virtudes democráticas da sociedade americana, investigar os subterrâneos da CIA ou a vida empresarial de Dick Cheney do que a montanha compacta de segredos da espionagem chinesa, da máfia russa ou da rede internacional de ONGs ativistas. O resultado é que o público americano tem sempre a impressão de que o maior inimigo da humanidade são os EUA, precisamente porque ignora tudo ou quase tudo a respeito dos inimigos da América. Os americanos reprimem sua indignação, policiam suas palavras e se omitem de tomar

muitas decisões necessárias e urgentes, só para não desagradar àqueles que os odeiam e para não parecer loucos aos olhos da loucura anti-americana.

11 de dezembro de 2008

URSS, a mãe do nazismo

SE VOCÊ ACHA QUE COMUNISTAS, SOCIALISTAS E MARXISTAS acadêmicos são pessoas normais e respeitáveis, com as quais é possível um “diálogo democrático”, por favor vá ao site www.sovietstory.com/about-the-film, ou diretamente a <https://www.youtube.com/watch?v=oVZjyyAE-78> e veja o filme *The Soviet Story*, que o cientista político Edvins Snore escreveu e dirigiu baseado em documentos recém-desencavados dos arquivos soviéticos. Eis algumas coisinhas que você pode aprender com ele:

Toda a tecnologia genocida dos campos de concentração foi inventada pelos soviéticos. Os nazistas enviaram comissões a Moscou para estudá-la e copiar o modelo.

O governo da URSS assinou com os nazistas um tratado para o extermínio dos judeus e cumpriu sua parte no acordo, entre outras coisas enviando de volta à Gestapo os judeus que, iludidos pelas promessas do paraíso comunista, buscavam asilo no território soviético.

A ajuda soviética à máquina de guerra nazista foi muito maior do que se imaginava até agora. O nazismo jamais teria crescido às proporções de uma ameaça internacional sem as armas, a assistência técnica, os alimentos e o dinheiro que a URSS enviou a Hitler desde muito antes do Pacto Ribbentrop-Molotov de 1939.

Altos funcionários do governo soviético defendiam – e os remanescentes defendem ainda – a tese de que fortalecer o nazismo foi uma medida justa e necessária adotada por Stálin para combater o “fascismo judeu” (sic).

Nada disso foi um desvio accidental de idéias inocentes, mas a aplicação exata e rigorosa das doutrinas de Marx e Lenin que advogavam o genocídio como prática indispensável à vitória do socialismo.

Todo militante ou simpatizante comunista é cúmplice moral de genocídio, tem as mãos tão sujas quanto as de qualquer nazista, deve ser denunciado em público e excluído da convivência com pessoas decentes. A alegação de ignorância, com que ainda podem tentar se eximir de culpas, é tão aceitável da parte deles quanto o foi da parte dos réus de Nuremberg. É uma vergonha para a humanidade inteira que crimes desse porte não tenham jamais sido julgados, que seus perpetradores continuem posando no cenário internacional como honrados defensores dos direitos humanos, que partidos comunistas continuem atuando livremente, que as idéias marxistas continuem sendo ensinadas como tesouros do pensamento mundial e não como as aberrações psicóticas que indiscutivelmente são. É uma vergonha que intelectuais, empresários e políticos liberais, conservadores, protestantes, católicos e judeus vivam aos afagos com essa gente, às vezes até rebaixando-se ao ponto de fazer contribuições em dinheiro para suas organizações.

Seguem abaixo algumas considerações sobre esse fenômeno deprimente. A convenção vigente nas nações democráticas trata os porta-vozes das várias posições políticas como se fossem pessoas igualmente dignas e capacitadas, separadas tão-somente pelo conteúdo das suas respectivas convicções e propostas. Confiantes nessa norma de polidez e aceitando-a como tradução da realidade, os conservadores, liberais clássicos, social-democratas e similares caem no erro medonho de tentar um confronto com os revolucionários no campo do diálogo racional.

Todos os seus esforços persuasivos dirigem-se, então, no sentido de tentar modificar o “conteúdo” das crenças do interlocutor, mostrando-lhe, por exemplo, que o capitalismo é mais eficiente do que o socialismo, que a economia de mercado é indispensável à manutenção das liberdades individuais, ou mesmo entrando com eles em discussões morais e teológicas mais complexas. Tudo isso não apenas é uma formidável perda de tempo, mas é mesmo um empreendimento perigoso, que coloca o defensor da democracia numa posição extremamente fragilizada e vulnerável. A discussão democrática racional não somente é inviável com indivíduos afetados de mentalidade revolucionária, mas expõe o democrata a uma luta desigual, desonesta, impossível de vencer. O debate com a mentalidade revolucionária é o equivalente retórico da guerra assimétrica.

Trinta anos de estudos sobre a mentalidade revolucionária convenceram-me de que ela não é a adesão a este ou àquele corpo de convicções e propostas concretas, mas a aquisição de certos cacoetes lógico-formais incapacitantes que acabam por tornar impossível, para o indivíduo deles afetado, a percepção de certos setores básicos da experiência humana. A mentalidade revolucionária não é um conjunto de crenças, é um sistema de incapacidades adquiridas, que começam com um

escotoma intelectual e culminam numa insensibilidade moral criminoso. É uma doença mental no sentido mais estrito e clínico do termo, correspondente àquilo que o psiquiatra Paul Sérieux descrevia como delírio de interpretação.

Numa discussão com o homem normal, o revolucionário está protegido pela sua própria incapacidade de compreendê-lo. Os antigos retóricos consideravam que o gênero mais difícil de discurso, chamado por isso mesmo *genus admirabile*, é aquele que se dirige ao interlocutor incapaz. Os melhores argumentos só podem funcionar ante a platéia que os compreenda; eles não têm o dom mágico de infundir capacidade no auditório, nem de curá-lo de um handicap adquirido.

Os sintomas mais graves e constantes da mentalidade revolucionária são, como já expliquei, a inversão do sentido do tempo (o futuro hipotético tomado como garantia da realidade presente), a inversão de sujeito e objeto (camuflar o agente, atribuindo a ação a quem a padece) e a inversão da responsabilidade moral (vivenciar os crimes e crueldades do movimento revolucionário como expressões máximas da virtude e da santidade). Esses traços permanecem constantes na mentalidade revolucionária ao longo de todas as mutações do conteúdo político do seu discurso, e é claro que qualquer alma humana na qual eles tenham se instalado como condutas cognitivas permanentes está gravemente enferma.

Tratá-la como se estivesse normal, admitindo a legitimidade da sua atitude e rejeitando tão-somente este ou aquele conteúdo das suas idéias, é conformar-se em representar um papel numa farsa psicótica da qual os dados da realidade estão excluídos a priori, já não constituindo uma autoridade a que se possa apelar no curso do debate.

Revolucionários são doentes mentais. Os exemplos de sua incapacidade para lidar com a realidade como pessoas maduras e normais são tantos e tão gigantescos que seu mostruário não tem mais fim. Cito um dentre milhares. O sentimento de estar constantemente exposto à violência e à perseguição por parte da “direita” é um dos elementos mais fortes que compõem a auto-imagem e o senso de unidade da militância esquerdista. No entanto, se somarmos todos os ataques sofridos pelos esquerdistas desde a “direita”, eles são em número irrisório comparados aos que os esquerdistas sofreram dos regimes e governos que eles próprios criaram. Ninguém no mundo perseguiu, prendeu, torturou e matou tantos comunistas quanto Lenin, Stálin, Mao Tsé Tung, Pol Pot e Fidel Castro. A militância esquerdista sente-se permanentemente cercada de perigos, e nunca, nunca percebe que eles vêm dela própria e não de seus supostos “inimigos de classe”. Esse traço é tão evidentemente paranóico que só ele, isolado, já bastaria para mostrar a inviabilidade do debate racional com essas pessoas.

O que separa o democrata do revolucionário não são crenças políticas. É um abismo intransponível, como aquele que isola num mundo à parte o psicótico clinicamente diagnosticado. O que pode nos manter na ilusão de que essas pessoas são normais é aquilo que assinalava o Dr. Paul Sérieux: ao contrário dos demais quadros psicóticos, o delírio de interpretação não inclui distúrbios sensoriais. O revolucionário não vê coisas. Ao contrário, sua imaginação é empobrecida e amputada da realidade por um conjunto de esquemas ideais defensivos.

A mentalidade revolucionária é uma incapacidade adquirida, é uma privação de autoconsciência e de percepção. Por isso mesmo, é inútil discutir o “conteúdo” das idéias revolucionárias. Elas estão erradas na própria base perceptiva que as origina. Discutir com esse tipo de doente é reforçar a ilusão psicótica de que ele é normal. Uma doença mental não pode ser curada por um “ataque lógico” aos delírios que a manifestam. Se o debate político nas democracias sempre acaba mais cedo ou mais tarde favorecendo as correntes revolucionárias é porque estas estão imunizadas por uma incapacidade estrutural de perceber a realidade e entram no ringue com a força inexorável de uma paixão cega. E não se pode confundir nem mesmo este fenômeno com o do simples fanatismo. Fanatismo é apenas apego exagerado a idéias que em si mesmas podem ser bastante razoáveis. Em geral, mesmo o mais louco dos revolucionários não é um fanático. É um sujeito que expressa com total serenidade os sintomas da sua deformidade, dando a impressão de normalidade e equilíbrio justamente quando está mais possuído pelo delírio psicótico.

Na peça de Pirandello, *Henrique IV*, um milionário louco se convence de que é o rei Henrique IV e força todos os seus empregados a vestir-se como membros da corte. No fim eles já não têm mais certeza de que são eles mesmos ou membros da corte de Henrique IV. É este o perigo a que os democratas se expõem quando aceitam discutir respeitosamente as idéias do revolucionário, em vez de denunciar a farsa estrutural da própria situação de debate. A loucura espalha-se como um vírus de computador. A maioria dos democratas que conheço é inteiramente indefesa em face da prepotência psicológica do discurso revolucionário. Daí a hesitação, a pusilanimidade, a debilidade crônica de suas respostas ao desafio revolucionário. Uma doença mental não pode ser “respeitada”, aliás nem “desrespeitada”. O respeito ou o desrespeito supõem um fundo de convivência normal, que justamente o delírio revolucionário torna impossível.

P.S.: Sheila Figlarz, editora do jornal *Visão Judaica*, avisa que finalmente a devotada estudiosa Sonia Bloomfield terminou seu trabalho de traduzir para o português a página do Memorial do Holocausto. A versão já está no ar em www.ushmm.org/ptbr.

A encrenca mal começou

APESAR DAS VÁRIAS CONFISSÕES DE CULPA COM QUE EMINENTES jornalistas de esquerda reconheceram o favorecimento indevido a Obama, o círculo de proteção não se desfez por completo depois das eleições. Quando se noticiou a prisão do governador democrata de Illinois, Rod Blagojevich, acusado de leiloar a vaga de Obama no Senado, o canal KHQA-TV simplesmente *retirou do ar* a notícia que publicara um mês antes, segundo a qual o presidente eleito tinha uma reunião marcada com Blagojevich para 6 de novembro, para discutir o nome do seu sucessor no Senado. Claro: como Obama alegava que não sabia de nada das tretas de Blagojevich, era preciso criar retroativamente uma impressão de que isso era verdade. O assessor de Obama, David Axelrod, que no dia 23 dissera à *FoxNews*: “Eu sei que ele [Obama] conversou com o governador sobre vários nomes [de sucessores]”, também voltou atrás e assegurou que nunca soube de nada.

Similarmente, a mídia inteira está jurando que, no episódio Blagojevich, “Obama não está sendo acusado”, quando o fato é que as ligações estreitas do governador de Illinois com o vigarista Tony Rezko, financiador maior das campanhas de Obama e dele próprio, chamaram a atenção da Justiça ao ponto de fazê-la intimar novas testemunhas no caso do negócio imobiliário ilícito entre Rezko e Obama. Ao mesmo tempo, outro processo ligado ao caso, comprometendo Obama profundamente, foi aberto na cidade de Harvey, Illinois, onde o analista de crédito Kenneth J. Conner alega que foi demitido do Mutual Bank porque discordara das avaliações imobiliárias montadas, com a cumplicidade do banco, para favorecer Rezko e Obama. Estes dois fatos foram noticiados muito discretamente.

Forçada pelo desenrolar dos fatos a noticiar tardiamente aquilo que vinha escondendo, a CNN finalmente reconheceu que existem os processos judiciais questionando a elegibilidade de Obama. Porém, num esforço hercúleo para abafar o impacto do escândalo, deu a notícia em versão propositadamente atrasada, afirmando que desde a publicação do atestado de nascimento do candidato pelo site da sua campanha, a acusação já era “caso encerrado”. Isso é a exata inversão da realidade. A onda de processos começou justamente após a publicação desse atestado, que não é uma certidão de nascimento, com o nome do hospital e a assinatura do médico que assistiu o parto, e sim um documento eletrônico para ser impresso pelo próprio usuário, sem validade nem mesmo para a emissão de um passaporte ou de uma carteira de motorista. Longe de encerrar o caso, foi essa publicação que o inaugurou. A inversão é tão óbvia que não pode ter sido um equívoco da CNN. Foi mentira proposital.

A inocuidade legal do atestado não é um “argumento dos adversários”. É um simples fato da lei americana. O próprio Governo do Havaí não aceita esse documento como prova de nacionalidade. O *site* oficial do registro imobiliário do Governo havaiano (*Department of Hawaiian Home Lands*, DHHL) explica a diferença entre a Certidão de Nascimento (*Certificate of Live Birth*) e o mero atestado (*Certification*):

“Certidão de Nascimento (*Certificate of Live Birth*) [...] é um registro mais completo do seu nascimento do que o Atestado (*Certification*) gerado por computador para impressão. Apresentar a Certidão de Nascimento poupará tempo e dinheiro, pois o Atestado *requer verificação adicional pelo DHHL*. Ao solicitar uma cópia autenticada ao Departamento de Saúde (DOH, *Department of Health*), informe ao funcionário que você a está requerendo ‘para fins da DHHL’ e que você precisa de uma cópia da Certidão de Nascimento original de nascimento, e não do Atestado gerado por computador”. [119]

Em suma: Obama não poderia comprar uma casa, um apartamento, um lote de terra, uma *kitchenette* no Havaí só com aquele atestado que ele impingiu aos eleitores como prova cabal da sua elegibilidade à Presidência dos EUA. Todos os candidatos à presidência sempre apresentaram cópias de suas certidões originais. Obama poderia receber a sua em casa, pelo correio, preenchendo um formulário de menos de uma página e pagando uma taxa de dez dólares.

O detalhe mais interessante no caso é que o atestado não foi publicado originariamente pela campanha de Obama, mas pelo *site* esquerdista *DailyKos*, de onde a campanha o copiou. *DailyKos* tem entre seus colaboradores um especialista em computação gráfica, Jay McKinnon, o qual publicou no mesmo *site*, a título de “brincadeira”, um formulário em branco do mesmo tipo de documento e um atestado preenchido com o nome de I. B. Ahforgery, que soa exatamente como “Eu Sou Falso”). *DailyKos* tinha, portanto, todos os meios técnicos de produzir quantos atestados falsos quisesse. Ao reproduzir e endossar o atestado eletrônico publicado por uma fonte tão suspeita, a campanha de Obama agiu com extraordinária leviandade, contrastando com suas ulteriores afetações de dignidade ofendida quando a autenticidade do documento foi posta em dúvida.

De maneira igualmente leviana age a mídia – mesmo conservadora – quando insinua que a rejeição do processo “Leo C. Donofrio *versus* New Jersey Secretary of State Nina Mitchell Wells” pela Suprema Corte prova a autenticidade do atestado de nascimento de Obama. Esse processo, justamente, não punha em dúvida o atestado no mais mínimo que fosse, mas o tomava como prova de que Obama, sendo filho de súdito britânico, tinha dupla nacionalidade. Os processos que questionam a validade do atestado são os de Philip J. Berg e Alan Keyes, que nem estão agendados ainda para discussão discussão entre os juízes.

Na verdade a mídia não “noticiou” propriamente a rejeição do caso Donofrio, mas a *celebrou* em tons triunfais – e omitiu-se por completo de noticiar que, no mesmíssimo dia, a Suprema Corte, por decisão do juiz Antonin Scalia, aceitou para exame outro processo do mesmo teor (“Cort Wrotnowski v. Susan Bysiewicz, Connecticut Secretary of State”), mostrando que, mesmo sem contar as dezenas de outros processos similares que aguardam na fila, a questão não está encerrada de maneira alguma. A encrenca mal começou.

16 de dezembro de 2008

V. <http://dhhl.hawaii.gov/>.

Ordem e desordem

CARL SCHMITT DEFINIA A POLÍTICA COMO AQUELE CAMPO DA AÇÃO HUMANA onde, não sendo possível nenhuma arbitragem racional das divergências, só resta a pura luta pelo poder, a arregimentação dos “amigos” contra os “inimigos”, sob a bandeira de uma “decisão”, de um ato de vontade indiscutível e inquebrantável.

Alguns estudiosos acham essas duas visões excludentes e incompatíveis. Os que simpatizam com Voegelin vêem na definição de Schmitt não a descrição de uma realidade objetiva, mas a expressão sintomática da própria desordem dos tempos. Na sucessão histórica dos modelos de ordem conhecidos pelas várias sociedades humanas – a qual Voegelin diz que nem sempre é uma sucessão, mas às vezes uma simultaneidade confusa –, o modelo predominante nos tempos modernos é a ilusão gnóstica de um apocalipse terrestre, de uma mutação mágica da própria natureza humana, a ser operada não por uma intervenção divina quando da cessação dos tempos, mas aqui e agora, pela ação deliberada das massas sob o comando de intelectuais iluminados.

Mas, precisamente por isso, o conceito schmittiano da política não tem de se opor ao ensinamento de Voegelin, não tem de ser reduzido a um grito de revolta do doutrinário gnóstico contra a ordem divina. Sendo indiscutivelmente isso sob certo aspecto, sob outro ele é uma descrição precisa de uma das formas principais de perversão que a política pode assumir quando inspirada na revolta gnóstica. Nesse sentido, ele pode ser reinserido na visão abrangente de Voegelin sem contraditá-la no mais mínimo que seja. Esse conceito, de fato, exige que se retire da política muito daquilo que dela faz parte inerente, como por exemplo a “persuasão racional” que os retóricos antigos viam como o objetivo próprio da sua arte ao mesmo tempo em que entendiam esta última como o instrumento por excelência do político. Na perspectiva schmittiana, a redução da persuasão à manipulação de sentimentos irracionais torna-se inevitável, mas quem negará que em certos momentos essa redução efetivamente acontece no reino dos fatos, criando uma espécie de política que é realmente schmittiana e pode portanto ser perfeitamente descrita nos termos de Schmitt?

A rebelião gnóstica e messiânica contra a ordem divina trancou as almas – e a política que elas fazem – no recinto exíguo da ação imanente, onde tudo o que resta a fazer é criar uma idéia e subjugar ou matar os que dela discordam. Os únicos instrumentos de ação que restam nessas circunstâncias são a manipulação e a violência. A persuasão racional está excluída por hipótese. A política torna-se um reino diabólico, onde o Príncipe das Trevas se delicia na contemplação de esforços histórico-sociais tanto mais gigantescos quanto mais inelutavelmente condenados ao fracasso. Essa política é o contrário do que Platão e Aristóteles chamavam de política, mas é, cada vez mais, a única política que temos. A teoria política de Schmitt está para a de Voegelin como a patologia está para a fisiologia, ou melhor, como a patologia de uma doença em especial – a mais disseminada de nosso tempo – está para a fisiologia geral. Não há contradição entre elas, há apenas uma mudança de escala. Curiosamente, ambas essas filosofias políticas nasceram do impacto de uma mesma experiência: o advento das ideologias totalitárias de massa. Schmitt fez desta experiência um modelo para a descrição de toda e qualquer política. Por um lado, isso é um exagero monstruoso porque resulta em espremer dentro dos parâmetros da modernidade a política de todas as eras e quadrantes. Mas por outro lado é impossível deixar de reconhecer que a ameaça potencial dessa redução está presente em todas as políticas de todas as épocas, bastando uma leve descida do nível de consciência para que a persuasão racional se torne impossível e comece a guerra dos “amigos” contra os “inimigos”. Foi isso que Clausewitz quis dizer quando definiu a guerra como “a continuação da política por outros meios”. Se nem toda política é guerra, a possibilidade permanente de transformar-se em guerra é uma das condições mesmas para que a política seja o que é e não se reduza a uma inconseqüente troca de idéias entre amigos.

Voegelin, por seu lado, buscou as origens da desordem moderna no próprio esforço humano milenar de construir uma ordem. Ele não investigou o que a política tem de diferencial e específico, mas a raiz que ela tem em comum com os mais altos esforços humanos em todas as áreas da existência.

No reino de Satanás, não existem, com efeito, nem a ordem divina, nem as inspirações providenciais que permitem, às vezes, fazer da sociedade humana uma imagem do *Logos* eterno. Ao mesmo tempo, a sucessão das ordens está viciada na base pela tentação gnóstica, que não é só um acontecimento histórico ocorrido numa certa data, mas um *handicap* estrutural

permanente, apenas mantido sob controle quando possível. Quando aquilo que era “anormal” nas épocas “normais” se torna a norma de uma política diabólica, a história voegeliniana das ordens se torna a descrição schmitiana da desordem reinante.

18 de dezembro de 2008

A diplomacia das sombras

“MONROE DEVE ESTAR ROLANDO NO TÚMULO”, comentou Julia Sweig, diretora do programa latino-americano do Council on Foreign Relations (CFR), ao saber que os EUA tinham sido excluídos do encontro de chefes de Estado da América Latina em Costa do Sauípe, BA. A famosa doutrina de 1823, que colocava o continente fora dos limites de ação dos poderes europeus e fazia dele uma área de influência dos EUA, está morta e enterrada.

É o resultado inevitável da política adotada pelo presidente George W. Bush, de tentar seduzir a “esquerda moderada” latino-americana para fazer dela um muro-de-arrimo contra a avalanche do esquerdismo revolucionário. Praticamente não houve nos altos círculos de Washington, na grande mídia americana e no próprio CFR quem não achasse essa política o cume da sabedoria diplomática universal. Os democratas só reclamavam – um pouquinho – que ela não era esquerdista o suficiente. Os republicanos reagiam com desprezo e impaciência a qualquer tentativa de apontar a sua falha fundamental.

Desde que cheguei aos EUA, em maio de 2005, discurssei em várias instituições conservadoras e distribuí dezenas de artigos a políticos e formadores de opinião, dizendo que ignorar a unidade profunda da esquerda latino-americana, apostando na possibilidade de jogar um país contra o outro por meio de vantagens comerciais, era coisa de uma estupidez descomunal, senão uma traição deliberada que os esquerdistas do Departamento de Estado fomentavam e os direitistas sonsos se recusavam a enxergar.

Celebrado pela esquerda como amostra de “independência”, o afastamento do continente em relação aos EUA não é nada disso: é a submissão integral e descarada à estratégia expansionista de russos, chineses e iranianos. Nos últimos anos, o presidente chinês Hu Jintao passou mais tempo na América Latina do que George W. Bush, intensificando as relações comerciais e diplomáticas com vários países do continente. Mahmud Ahmadinejad já está convidado a visitar o Brasil e os navios russos vão fazendo alegremente manobras conjuntas com os da Venezuela, numa área onde isso seria impensável uns anos atrás. A penetração russa e chinesa nos negócios do Brasil através de uma infinidade de testas-de-ferro é impossível de medir, mas, em geral, onde você lê “Espanha” deve entender “Rússia”. O reingresso de Cuba na comunidade latino-americana, sem oferecer em troca nenhuma concessão na área dos direitos humanos, foi celebrada pelo presidente Lula como justificativa cabal para o encontro, mesmo que ali não se resolvesse mais nada.

Lula, no qual George W. Bush apostou como um instrumento essencial da diplomacia americana para conter o avanço do comunismo continental, é ele próprio, hoje como desde a fundação do Foro de São Paulo em 1990, o grande articulador da subversão latino-americana, coisa que este encontro deixou mais claro do que nunca. Se, ao mesmo tempo, ele fomenta a economia de mercado e o livre comércio internacional, segue nisso a mesma orientação de russos, de chineses e de todo o movimento comunista internacional: adiar *sine die* a socialização dos meios de produção e usar o próprio crescimento capitalista como via para a construção do poder político esquerdista global. O que Lênin fez na Rússia está sendo agora aplicado em escala mundial: seduzir os capitalistas com uma conversa suave enquanto se aumenta até o extremo limite do possível o poder político do movimento comunista.

Acostumado a fazer as análises e previsões mais acertadas e a vê-las recebidas com sorrisinhos de desdém e afetações de superioridade olímpica – emblema clássico da imprevidência beócia –, lembro-me de que ainda em 2005, quinze anos depois da fundação do Foro de São Paulo, já então o senhor quase absoluto da política continental, a ilustradíssima assembléia do CFR se recusava a acreditar até mesmo na existência da entidade. Um dia, daqui a trinta ou quarenta anos, saberemos se essa demonstração de cegueira foi fruto da estupidez genuína ou da ação esperta de intelectuais iluminados. A política, é certo, é um jogo de aparências. Mas ninguém pode manipular aparências se não permanece fora delas, firmemente ancorado no chão da realidade. No fim das contas, aqueles que se acostumam a viver de aparências acabam se infectando de um horror sacrossanto à realidade: sua ostentação vaidosa de realismo, maturidade e sabedoria prática é uma pantomima grotesca que encobre a sua total incapacidade de ação eficaz, ao mesmo tempo que os investe do poder ilusório de manipular sombras dentro de sombras, transmutados em sombras eles próprios.

A arma da pseudociência

A QUASE TOTALIDADE DAS PESSOAS QUE CONHEÇO nas classes opinantes jamais dedicou um só minuto a examinar os meios e critérios da busca da verdade – seja no sentido mais geral e filosófico da coisa, seja no que se refere à veracidade dos meros fatos que se alegam, na mídia e nas conversas do dia a dia, como provas disto ou daquilo.

Mesmo estudantes de filosofia, quando a obrigação curricular os força a um contato epidérmico com o assunto, não absorvem dele senão as crenças da moda – marxista, desconstrucionista, neopragmatista –, não as usando jamais como pontos de partida para uma investigação moralmente responsável, mas como travesseiros fofos onde podem acomodar-se, sem nenhum problema de consciência, nas reconfortantes certezas usuais do seu meio social.

Não por coincidência, são esses mesmos os que com maior frequência apelam ao chavão da incerteza geral e da inexistência da verdade, não porque tenham algum dia buscado essa verdade sem encontrá-la, mas precisamente para dispensar-se de buscá-la.

Outro dia, em debate num *blog*, uma senhorita formada nessa mentalidade despejava sobre os interlocutores seu olímpico desprezo pelas “teorias conspiratórias que buscam um verniz de ‘cientificidade’”, ao mesmo tempo que não se submetem às regras do discurso científico, como *peer-reviewing*.”

Peer-reviewing, “revisão pelos colegas”, é uma regra da *publicação* de trabalhos científicos em revistas especializadas, não uma regra do próprio discurso científico. Pode ser uma condição sociológica do progresso da ciência, não um componente interno da lógica científica. Milhares de *peer-reviews* não garantem a cientificidade de um discurso, nem a impugna a completa falta deles, porque aquilo que se entende por “científico” é um certo nexos lógico entre premissas factuais, processos de demonstração, critérios de verificação e resultados obtidos – algo que tem de ser dado na própria estrutura do raciocínio proposto e não pode ser-lhe acrescentado de fora. A revisão por especialistas pode confirmar ou impugnar a presença desses elementos num trabalho científico, mas, a partir do momento em que ela própria se transmuta em “regra do discurso científico”, a noção mesma de discurso científico perde toda substância própria e se dissolve na mera aprovação coletiva de um grupo social. A confusão entre o discurso científico e as condições sociológicas da sua aceitação por esta ou aquela comunidade acadêmica reflete uma visão infantil, concretista, misticóide, fetichista do que seja a ciência. Essa visão é a base sobre a qual se erigem não só alguns dos mitos mais queridos do ativismo acadêmico contemporâneo, como o aquecimento global, o holismo ecológico, as teorias da “exclusão social”, a superpopulação ou as eternas causas econômicas da criminalidade, como também o simulacro de autoridade com que os grupos interessados impõem, sob a alegação desses mitos, as políticas que bem lhes interessam. Essas políticas podem ter os resultados sociais mais variados – quase invariavelmente nefastos –, mas pelo menos um desses resultados é constante e infalível: o acréscimo do poder social da classe acadêmica.

Como a opinião da mídia, formada nas mesmas fontes, segue de perto a da comunidade acadêmica, a conjugação de poderes dá a esses dois pilares da ortodoxia contemporânea uma autoridade controladora, inibidora e repressora incomparavelmente mais vasta que a do alto clero católico na Idade Média, com o agravante de que seu exercício não é tolhido por nenhuma consciência de culpa ante um Deus transcendente e invisível. Se acompanharmos a história da formação da doutrina cristã ao longo da sucessão dos concílios, veremos que é uma história marcada por polêmicas apaixonadas, violentas até, que se estendiam por décadas e por séculos antes que uma decisão papal lhes pusesse fim. Nada de semelhante existe na universidade atual, onde a condenação das heresias não vem ao término de um longo processo de discussão, como na Igreja, mas já vem pronta desde o começo, proibindo e impossibilitando a discussão e expelindo do meio social os discordes e recalcitrantes. E a repressão totalitária não se exerce só sobre teorias científicas, mas até sobre meras opiniões políticas. Experimente negar abertamente o evolucionismo, o aquecimento global, a superioridade moral do socialismo ou as virtudes salvíficas de Barack Hussein Obama – e veja quantos minutos transcorrem antes que suas verbas de pesquisa sequem ou seu emprego vá diretamente para o bebelê.

Isso não significa, é claro, que sempre a força repressiva se esteie na opinião da maioria. Um grupo relativamente pequeno pode controlar facilmente os mecanismos de publicação e, justamente através da *peer-review*, impor ou vetar o que bem entenda. Recentemente, um grupo de 52 cientistas subscreveu um apelo urgente da ONU em favor de medidas drásticas para

controlar o “aquecimento global”. O documento foi contestado por nada menos de 650 cientistas, para os quais o aquecimento global é apenas uma farsa montada para juntar dinheiro e poder político. Adivinhem qual das duas correntes tem mais fácil acesso às publicações acadêmicas. A ex-pesquisadora da Nasa, dra. Dr. Joanne Simpson, signatária do manifesto dos 650, até explicou que agora podia falar a verdade porque já não estava ligada a nenhuma organização científica nem dependia de verbas de pesquisa.

29 de dezembro de 2008

Esvaziando a democracia

OS INIMIGOS DA LIBERDADE SÃO AS PESSOAS MAIS INVENTIVAS DO mundo. A cada ano que passa eles criam novos instrumentos, mais e mais engenhosos, para ludibriar o povo e fazer com que a regra do jogo democrático se torne um formalismo simbólico sem o menor alcance prático, de modo a que o poder possa ser sempre dividido entre os que já o têm, e o povo trouxa ainda acredite que foi ele quem quis assim.

Se não começarmos a levar a sério a noção de que não há democracia sem livre acesso às informações, logo estaremos acreditando que o simples ato de votar resolve tudo, mesmo que o eleitor não tenha a menor idéia de em quem está votando. Esta crença idiota, insultuosa no mais alto grau à inteligência humana e à idéia de democracia, foi a base das eleições de 2002 e 2006 no Brasil, assim como da eleição americana de 2008.

Nesses três episódios, a população foi deliberadamente privada de informações essenciais para um voto consciente. A mídia agiu como organização criminoso empenhada em forçar um resultado fraudulento, fugindo aos deveres mínimos da prática jornalística e adotando como norma de redação as técnicas de “fabricação do consenso” inventadas pelo célebre genro de Freud e gênio da picaretagem, Edward Bernays.

Que os próprios órgãos de mídia acabam pagando por isso, é algo que já não se pode negar. Uma pesquisa do Pew Research Center, de Washington DC, mostra que a maioria dos americanos, hoje, tem a internet como fonte de informações mais confiável do que a grande mídia. No entanto esta ainda se prevalece de seu prestígio residual declinante para impingir à credulidade remanescente a idéia tola de que existem fontes “ortodoxas” e “heterodoxas” de informação, classificando-se a si própria na primeira categoria, e na segunda as páginas da internet que abrem ao povo o acesso às fontes primárias – documentos e testemunhos diretos –, que a mais rigorosa metodologia da ciência histórica considera o material mais confiável, na verdade o único confiável. A arrogância pomposa da grande mídia torna-se cada vez mais ridícula quando suas pretensões ao monopólio da confiabilidade são desmoralizadas pela simples publicação de documentos originários que a desmentem. De que valem o *Globo* e a *Folha*, confrontados com dezesseis anos de atas de uma entidade que eles davam por inexistente? De que valem o *New York Times* e a CNN quando as provas de que seu idolatrado Barack Hussein Obama é um falsário circulam às dezenas pela internet? A cobertura das eleições americanas foi um festival abjeto de louvações ao candidato democrata e difamação ostensiva de seus adversários.

A mídia calhorda leva, decerto, a vantagem da rapidez e da simultaneidade, enquanto os documentos espalhados pela internet levam muito tempo até ser vistos por uma parcela significativa da população. Em toda prestidigitação, a velocidade é tudo. Mas o tempo acaba sempre trazendo a revelação da fraude. O que importa é que, depois de mostradas as provas, a coisa não pare por aí: a ocultação premeditada de informações, calculada para favorecer um candidato, é um crime e deve ser punido como qualquer outro crime. A medida mais urgente para a preservação da democracia é que as pessoas e entidades escandalizadas diante da vigarice de jornais e noticiários de TV não se limitem ao protesto verbal, mas se organizem para processar os culpados. O próprio Código de Proteção ao Consumidor fornece elementos para isso.

31 de dezembro de 2008

A inversão revolucionária em ação: Cartas de um terráqueo ao planeta Brasil (vol. IV)
Olavo de Carvalho
Publicado no Brasil
1ª edição – junho de 2015
Copyright © by CEDET

Os direitos desta edição pertencem ao
CEDET - Centro de Desenvolvimento Profissional e Tecnológico Rua Ângelo Vicentin, 70
CEP: 13084-060 - Campinas - SP
Telefone: 19-3249-0580
e-mail: livros@cedet.com.br

Gestão Editorial
Diogo Chiuso

Editor
Silvio Grimaldo de Camargo

Editor-assistente
Thomaz Perroni


Editoração
Maurício Amaral

Desenvolvimento de eBook
Loope – design e publicações digitais
www.loope.com.br

Conselho Editorial
Adelice Godoy
César Kyn d’Ávila
Diogo Chiuso
Silvio Grimaldo de Camargo

A VIDE Editorial agradece aos srs. Rogério Amato, presidente da Associação Comercial de São Paulo e Moisés Rabinovici, editor do Diário do Comércio.

VIDE EDITORIAL – www.videeditorial.com.br

 Leitura Fácil

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Carvalho, Olavo de

A inversão revolucionária em ação: Cartas de um terráqueo ao planeta Brasil – vol. IV [recurso eletrônico] / Olavo de Carvalho – Campinas, SP: VIDE Editorial, 2015.

eISBN: 978-85-67394-64-0

1. Filosofia Moderna 2. Ensaios e Estudos Filosóficos I. Olavo de Carvalho II. Título.

CDD - 190.2 / 501.01

Índice para Catálogo Sistemático

1. Filosofia Moderna: Ensaios – 190.2

2. Ensaios e Estudos Filosóficos – 501.01

Sobre a obra

Se as pessoas sentem na sua vida diária os efeitos das transformações globais sem poder sequer expressar em palavras a ligação entre sua experiência imediata e o cenário maior da história, isso se deve sobretudo ao fato de que os agentes que originaram esses processos permanecem desconhecidos da multidão. A harmonia simultânea com que se lançam em todo o planeta campanhas destinadas a mudar radicalmente os hábitos e valores da população, forçando-a a respeitar o que abomina e a abominar o que respeitava até à véspera, basta para mostrar, mesmo a quem nada saiba da origem concreta desses empreendimentos, que essa origem existe e que ela não reside em nenhum mistério celeste ou lei histórica, mas em agentes humanos de carne e osso, apenas enormemente poderosos, organizados e perseverantes. Esses agentes não são secretos, são apenas discretos, embora muitos deles, bastante famosos até, alardeiem seus motivos e suas ações em livros e conferências. É ao passar pela malha seletiva da mídia que suas ações se tornam secretas, no mais das vezes não por ocultação premeditada, mas pelo simples fato de que não se enquadram nas categorias descritivas aí reconhecidas.